

**PLANO REGIONAL  
DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
DO AGRESTE, POTENGI E TRAIRI**



**PROGRAMAS E  
PROJETOS**

011

Volume 2  
2004

Digitized by Google

## **O Estado de Rio Grande do**

**Norte** tem realizado esforços para desenvolver ações bem sucedidas com vistas à erradicação da pobreza. A princípios da década do 90, participou ativamente na formulação do Projeto Áridas. Mais tarde, contratou o IICA para realizar, em janeiro de 1995, o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte. Como um desdobramento desse Plano Estadual, foram elaborados o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Seridó (2001) e o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Zona Homogênea do Litoral Norte (2002), com a metodologia surgida e testada no Projeto Áridas e com a participação social como centro do novo esquema de planejamento. Com as experiências adquiridas e a atualização metodológica adotada, o atual Governo do Estado de Rio Grande do Norte, junto ao IICA, e por solicitação unânime da Assembléia Legislativa, elaboram estes documentos que plasmam os anseios da sociedade do Agreste Potengi e Trairi, concretizando, no médio prazo, um melhor nível de qualidade de vida de sua população. O Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Agreste, Potengi e Trairi é apresentado em três volumes, contendo o diagnóstico, as definições estratégicas, a identificação dos programas e projetos e o modelo de gestão, todos concebidos com a participação das organizações do Estado e da sociedade civil, em âmbito regional.





**PLANO REGIONAL  
DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
DO AGRESTE, POTENGI E TRAIRI**

**PROGRAMAS E PROJETOS**

**Volume 2**

E14  
11CA0500011

This One



REE5-E4A-JTA0

Digitized by Google



**IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura.**

SHIS Q1 5, Conjunto 9 Bloco D, Lago Sul, Brasília, DF, Brasil.

CEP: 71615-090

Caixa Postal: 02995 CEP: 71609-970

Fone: 55 61 248 5477

Fax: 55 61 248 5807

Página Web: [www.iica.org.br](http://www.iica.org.br); [www.iicanet.org](http://www.iicanet.org)

1ª edição (2004): 500 exemplares

Chelston W. D. Brathwaite

**Diretor Geral do IICA**

Carlos Américo Basco

**Representante do IICA no Brasil**

**Todos os direitos reservados.**

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n 9.160).

**Divisão de Serviços Técnicos**

IICA - Unidade de Documentação e Publicações / Brasília, Brasil.

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura. Rio Grande do Norte. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. Plano regional de desenvolvimento sustentável do Agreste, Potengi e Trairi: programas e projetos. v 2 / Natal, RN, IICA, 2004. 272 p. : 22 cm  
3 v.

ISBN: 85-98869-01-05

Conteúdo: v.1. Diagnóstico - v.2. Programas e projetos - v.3. Participação da comunidade nas oficinas municipais.

1. Planejamento estratégico. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Planejamento participativo. 4. Dimensões de sustentabilidade. I. IICA. II. Título.

IICA/DF/BR

RN/UF/BCZM

CDU 65.012.2

© IICA 2004

## **GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

### **Governadora**

Vilma Maria de Faria

### **Secretário de Estado do Planejamento e das Finanças**

Francisco Vagner Gutenberg de Araújo

### **Coordenador de Planejamento, Acompanhamento e Controle**

Leonel Cavalcanti Leite

## **INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA - IICA**

### **Representante do IICA no Brasil**

Carlos Américo Basco

### **Coordenação Geral do Plano**

Fidel Maria Braceras

Sebastião Francisco de Menezes

### **Supervisão do Plano**

Carlos Luis de Miranda

### **Equipe Técnica do IICA**

Carlos Nascimento da Silva

Dinah dos Santos Tinoco

Dione Maria Freitas

Eleonora Bezerra de Melo Tinôco Beaugand

João Matos Filho

Leonardo Guimarães Neto

Liliana Lucía Roldán B. de Braceras

Maria do Carmo Sobral

Mário Sérgio Lima Correia

Rinaldo Claudino de Barros

Roberto Guedes da Fonseca

Rosiléa Cristina de Brito Leite

Sérgio C. Buarque

Tânia Bacelar de Araújo

Rosiléa Cristina de Brito Leite

### **Equipe de Mobilização do Plano**

Daniela Bezerra Rodrigues

Dione Maria Fernandes dos Santos

Dione Maria de Freitas

Maria de Fátima Pessoa Lopes

Jair Macedo de Lima  
Lucia Margareth Fagundes de Souza Pinheiro  
Nadjaluce de Carvalho Barros  
Raimundo Costa Sobrinho  
Rosiléa Cristina de Brito Leite

**Colaboração e Apoio Técnico**

Gustavo J. Lizárraga Montes  
Maria Evelina Meneses de Sá  
Paulo Bezerra Fernandes  
Rogério Pires Cruz  
Célia Regina Silva de Melo  
Maria Janaína Alves  
Alda Rodrigues dos Santos Liberato

**Apoio Administrativo**

Danusa Custódio de Oliveira

**Revisão de Texto**

Rosiléa Cristina de Brito Leite

**COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO**

Adalgisa Maria J.V.L. Medeiros  
Francisco Flávio de Araújo  
Iberê Borges Ferreira  
Ilo Marinho de Carvalho  
Jailza Barreto Carneiro  
Jorge de Lima Martiniano  
José Adelson da Silva Rodrigues  
José Soares da Silva  
Maria Deusa Dantas  
Maria do Carmo Campos de Araújo  
Paulo Ananias Alves  
Sirley Anacleto de Souza Silva  
Valdo Teodósio de Almeida  
Yraguacy Araújo Almeida de Souza

## PARTICIPANTES NAS OFICINAS MUNICIPAIS

### **Barcelona**

Aluízio Fernandes Bezerra  
Aristófaes Medeiros Costa  
Carlos Eduardo da Cruz de Souza  
Damiana Félix dos Santos Targino  
Donizete Cosme Pontes  
Erivaldo Augustinho da Silva  
Evaneide Galdino de Souza  
Evoneide Galdino Cardoso  
Francisca Edilma de Oliveira  
Francisco Abílio Dantas  
Francisco Airton da Silva  
Francisco Januário Barbosa Filho  
Francisco Sales Celestino Dias  
Francisco Uaracy de Araújo  
Gecioneide Gomes de Andrade  
Humberto Batista dos Reis  
Isabel de Maria Rocha B. Marques  
Isabel Targino de Souza  
Jacilda Gomes Rocha  
Jeane Carla Monteiro  
Jorge da Silva Soares  
Josailson Gomes da Cruz  
José Anchieta Sobrinho  
José Barros Júnior  
José de Medeiros  
José Eronilson Ferreira  
José Ezequiel Aleixo de Lima  
José Lenivaldo da Costa  
José Vilmar Firmino  
Josefa Luciana da Silva Andrade  
Jurema Porto de Medeiros  
Kelly Cristina de Souza  
Lilian Maria da Silva Mafra  
Luiz Valmir Geraldo  
Luiz Wagner Fernandes Bezerra  
Maélia Dutra do Nascimento  
Manoel Pereira Cruz  
Marcelo Francisco da Silva  
Maria Alciene da Silva  
Maria Aparecida Costa Firmino  
Maria Daguia de Souza Martins  
Maria Dalvanir Dias Celestino

Maria Goreth Aleixo Pontes  
Maria Jacqueline Pereira  
Maria José Sena  
Maria Luzenira Barbosa  
Maria Verônica Faustino  
Natelmo Maurício do Nascimento  
Nelsina Lopes da Silva  
Paulo Roberto Mafra  
Ronnie Ricardo da Silva  
Rosângela Maria da Silva  
Terciane A. Lira dos Santos  
Verônica Neri Dias  
Vitor Paulo de Araújo

### **Bento Fernandes**

Adriano Avelino da Silva  
Aldemir Pedro  
Claudionor Garcia Freire  
Clóvis Félix da Silva  
Flaviana Santana da Silva  
Francisca Francileide Nunes de Oliveira  
Francisco Laécio F. da Silva  
Geraldo Nicácio Nunes  
Jacson Dantas  
Janaina Cristina C. da Silva  
Jairo da Cunha  
Joab Pinheiro da Silva  
João Batista da Rocha  
João Batista do Nascimento Viana  
José Arnaldo M. da Silva  
José Nicácio Neto  
José Pinheiro da Silva  
Kleber Emanuel G. Freire  
Maria Andrade  
Maria Claudiana Garcia Freire  
Maria de Jesus da Silva  
Maria do Livramento Freire  
Maria Francineide T. de Freitas  
Maria Francinete Bezerra  
Maria Hozana Oliveira dos Santos  
Maria Josélia C. Lima  
Maria Josélia da Cunha Lima  
Maria Lindalva Fernandes

Paulo César M. da Fonseca  
Ronaldo Maurício de Souza  
Sandra Borges

### **Boa Saúde**

Adauto Romero da Silva  
Ana Karla da Silva  
Ana Cristina Fonseca da Silva  
Antônio Francisco de Lemos  
Antônio Sebastião Filho  
Artaxerxes Dias de Aguiar  
Breno Torres Santiago Nunes  
Dilzileno da Silva Paiva  
Diniz Matias de Araujo  
Domingos Avelino da Silva  
Ezio Renato Alencar de Lima  
Francisca Valentim da Silva Júlio  
Francisco Artur de Souza  
João Custódio da Silva  
João Fernando da Silva Júnior  
Jonas Miranda de Souza  
José Bezerra da Silva  
José Clodoaldo Soares  
José Raimundo dos Santos  
Josefa Leor dos Santos  
Jussara Quirino da Cunha  
Kádjon Allyson Simplicio de Souza  
Lucila Brito B. da Cruz  
Luiz Miguel da Silva  
Maria de Fátima Xavier  
Maria do Socorro Soares  
Matilde Carlos Fernandes  
Nailde de Oliveira Gomes  
Nizaldo Pinheiro de Lima  
Ricardo de Oliveira  
Rita de Cássia dos Santos Costa  
Sérgio Marques Júnior  
Tânia Maria Felipe de Holanda  
Terezinha Gomes de Oliveira Silva  
Maria Edjane da Silva

### **Bom Jesus**

Adriano Guedes da Silva  
Adriel Guedes da Silva  
Ana Maria de Lima Gomes  
Arlindo Protásio de Oliveira

Benjamim Alves  
Carlos Antônio B. de Medeiros  
Conceição de Oliveira Veloso  
Fernando Luiz de Oliveira  
Francisca Ângelo Bezerra  
Francisca Karina Xavier de Carvalho  
Francisco Canindé Diogo da Silva  
Francisco das Chagas Brito Ferreira  
Francisco Diassis Diogo  
Francisco Warli da Silva  
Geraldo João dos Santos  
Geraldo Leandro da Silva  
Joaquim Ribeiro de Lima  
José de Albuquerque Maranhão  
José Maria da Silva  
José Nilton Xavier Ferreira  
José Xavier F. Sobrinho  
Josefa Diomar Alves Teixeira  
Lígia Cristina Ribeiro de Lima  
Luiz Amaro de Lima  
Maria das Dores Silva  
Maria das Graças F. de Oliveira  
Maria de Lourdes Pereira da Silva  
Maria do Carmo de Oliveira  
Maria Elizabete Silva do Nascimento  
Maria José de Medeiros Xavier  
Maria Lúcia Martins de Carvalho  
Marliete Claudina Rodrigues  
Miraneide Cordeiro de Moura  
Paulo Ferreira Filho  
Paulo Eduardo Lustosa Cavalcanti  
Regilene Moreira de Souza  
Regina Maria da Conceição Araújo  
Reginaldo Inácio de Andrade  
Sandra Maria Marinho de Oliveira  
Victória Maria Figueiredo Araújo

### **Brejinho**

Adailton de Souza Coelho  
Adressa da Costa Lima  
Anilda Maria Freire Macêdo  
Antônio Luiz da Silva  
Arnor Pedro do Nascimento  
Biracilda Marcelino da Silva  
Brasiliano J. Vieira Freire  
Claudionor Marcelino da Silva

Daniel Silva Araújo  
Edinaldo Bernardino do Nascimento  
Estelo Severino da Silva  
Francisco de Assis Sobrinho  
Francisco Sales Freire  
Geraldo Augusto de Lima  
Iêda Trindade Vieira  
José Arlindo Amâncio  
Laura Francisca da Silva  
Luciane Moura Soares  
Maria da Glória Machado Freire Lima  
Maria das Dores Alves dos Santos  
Maria das Graças de Lemos  
Maria de Fátima da S. Coelho  
Maria de Lourdes Alves Pessoa  
Maria Felinto Filha  
Maria Iranete Prazeres Viegas  
Maria Nicéia da Costa Lima  
Marluce de Souza Figueirêdo  
Marly de Andrade Cavalcanti  
Micarlos Pedro da Silva  
Natália de Fátima X. Lourenço  
Rosalba Maria da Silva Alves  
Rubenilde Maria da Silva Dantas  
Vera Lúcia da Silva Nascimento  
Wilma Alves da Costa

#### **Caçara. Rio dos Ventos**

Alexsandro Barbosa Pereira de Souza  
Aluizio Silvestre da Rocha  
Antônio Costa Ribeiro  
Etevaldo Câmara Lisboa  
Francisca Alzenda Lisboa Câmara  
Francisco Arns Barbosa  
Francisco Canindé Felipe  
Francisco Etevaldo Felipe  
Francisco Garrido do Nascimento  
Irene Maria de Lourdes Pontes  
Jesuino Soares  
João Maria Pires  
José Fernandes Pereira  
Josimar da Silva Teixeira  
Luiz Barbosa do Nascimento  
Manoel Barbosa Cizino  
Maria de Fátima Feitosa  
Maria Elizabete da Silva

Olga H. de Handrade  
Rosimiro Ribeiro Feitosa

#### **Campo Redondo**

Adalgisa M. Medeiros  
Ana Lúcia Campêlo de Oliveira  
Ângela Maria Felix R Oliveira  
Cícero Inocêncio Campêlo  
Edenilda Martins de A. Campelo  
Exedito Carlos da Silva  
Francisca Francilene A. Bezerra  
Francisca Mônica da S. Araújo  
Francisca Félix R. da Silva  
Francisco Reinaldo de Pontes  
Iranice Dantas dos Santos  
Joana Maria Dantas  
José Alberoni de Souza  
José Felinto Campêlo Neto  
José Ivonildo Dantas  
José Tarcisio da Cruz  
Josefa Eliza Filho  
Kely Cristian Rafael Bezerra  
Manoel F. de Medeiros  
Manoel Severino Brilhante  
Maria da Conceição Araújo Moreno  
Maria de Lourdes Campêlo  
Maria do Socorro C. Pacheco  
Maria José de Lima Araújo  
Marlene Justino da S. Rocha  
Maura Davi de Oliveira Reinaldo  
Paulo José Dantas de Lima  
Reginaldo Moura da Silva  
Robson Medeiros  
Rosilda Ramos da Silva Cassiano  
Samara Francione de S. Araújo  
Suzana de Medeiros S. Antunes  
William Costa

#### **Coronel Ezequiel**

Ademar Albuquerque  
Alexsandro da Silva  
Conceição de Maria Ferreira Costa  
Conceição Maria de Oliveira  
Edson dos Santos Freitas  
Edimilson da Silva Dantas  
Epifânio Anulino Ferreira

Francisca de Azevêdo Araújo  
Francisca Rosa da Silva  
Francisco José dos Santos  
Genildo Gomes da Silva  
Janaina Paulo da Silva Santos  
João Batista P do Nascimento  
Joelma Almeida da Silva  
José Eriberto Soares  
José Francisco dos Santos Filho  
Josefa Ferreira da Costa  
Josefa Pereira da Silva  
Josefa Maria da Silva  
Josefa Soares da Silva  
Júlio Lopes da Cruz  
Jurema Gednilsa Andrade de França  
Lidiane Lopes Rodrigues S. Silva  
Lucineide Maria de Oliveira  
Luiz Antônio da Silva  
Maria Arruda Santos de Souza  
Maria das Graças de Azevêdo Costa  
Maria do Socorro de Azevêdo da Silva  
Maria do Socorro de Moraes Silva  
Maria Elita da Silva  
Maria Glória Borges Medeiros  
Maria Gisiléa de Oliveira  
Maria Lúcia Damasceno Costa  
Maria Lucineide da Cruz  
Maria Melo da Silva  
Maria Nadja da Costa  
Maria Vitalma da Silva  
Michelle Buark Lopes de Medeiros  
Oneide Rodrigues da Silva  
Severino Suderly Ramos Bezerra  
Wandenberg Montes V. C. da Silva

### **Espírito Santo**

Abidan Alves dos Santos  
Admilson Pedro do Nascimento  
Aldo Araújo de Lima  
Ana de Souza Tetéo  
Ana Maria Monteiro  
Antônio Gomes da Silva  
Beatriz Pereira da Silva  
Carlos Alberto da Silva  
Carlos Alfredo Gomes da Silva  
Claudeci Gomes da Silva

Conceição Félix Freire  
Daniele Silva de Souza  
Edileuza Maria Freitas de Araújo  
Edival Francisco da Costa  
Edilson Pedro do Nascimento  
Eliazafe Silva do Nascimento  
Genival Luiz do Nascimento  
Gerson Luiz Alves de Freitas  
Gilberto Marcolino da Silva  
Gildene de Souza Bezerra  
Isabele Freire da Silva  
José Armando da Silva  
José Pedro da Silva  
Kacilda Gizele Bezerra  
Késia Soares da Silva  
Lindiana Franco da Silva  
Luiz Alfredo de Souza  
Luzia da Silva Freire  
Marcelo Eduardo Galdino de Souza  
Maria da Conceição Medeiros  
Maria da Luz C. de Lima  
Maria da Piedade de Lima  
Maria Suelma do Nascimento  
Patrícia Dias  
Reginaldo Félix dos Santos  
Rosane Evangelista de Araújo  
Severino Ramos Silva  
Sivone Maria da Silva  
Waldson Pereira dos Santos

### **Ielmo Marinho**

Albetânia de Lima  
Aluizio Soares da Silva  
Ana Késia Ferreira Guedes  
Antônia Zenaide M. da Silva  
Antônio Emannel de Lara Menezes  
Antônio Teófilo Neto  
Claudete Maria Medeiros da Câmara  
Clenilson Xavier de Lira  
Conceição Concita da Luz Medina  
Eclésia Costa de Lima  
Edison Gabriel  
Edival Nunes Cabral  
Edmilson Xavier de Lima  
Francisca das Neves de Lima  
Francisca S. Azevêdo

Francisca Sandra de Azevêdo  
Francisco Barbosa da Silva  
Francisco Canindé de Lima  
Francisco de Assis Silva de Souza  
Francisco Elias da Silva  
Francisco Pinheiro da Costa  
Geraldo Garcia da Silva  
Geraldo Nunes  
Hostino José de Lara Medina  
Ielmo Joaquim de Oliveira  
Jacira Rodrigues da Silveira  
João Adriano Pereira  
José Francisco Victor  
José Ricardo de Lima  
Josenildo Alves Pessoa  
Josineide Carlos de Brito Menezes  
Lourenço Araújo da Silva  
Luiz Antônio do Nascimento  
Luiz Paulino Soares  
Luiz Rodrigues Lopes  
Maria Aparecida Cunha de Souza  
Maria Aparecida dos Santos  
Maria da Glória de Oliveira  
Maria de Lourdes Souza Araújo  
Maria Fábila da Silva  
Maria José da Silva  
Paul Wallemberg Fernandes C. Lima  
Paulo Costa  
Raimundo Barbosa de Lima  
Rodrigo Lopes  
Rosana Célia Zuza  
Roseane Cristina de Souza Brandão  
Sebastião Joaquim de Oliveira  
Tarcísio José Ribeiro L. A. Júnior  
Washington Ferreira Diniz  
Wilton Pio Gonçalves

#### **Jaçanã**

Alessandra de Araújo Cordeiro  
Antônio Firmino dos Santos  
Avanilda Batista da Costa Araújo  
Cláudia Rejane Soares da Costa  
Damiana da Silva  
Damião Ivo de Araújo  
Damião Porfírio Medeiros Silva  
Deilma Rejane de M. Vasconcelos

Edilando Batista da Silva  
Eusivan Santos Medeiros Silva  
Francisca de Azevêdo Araújo  
Geovânia Gomes da Silva  
Gilberto José do Nascimento  
Gilberto Pereira de Souza  
Ivanaldo Martins da Silva  
João Fabiano de Medeiros  
Jonas Abdias Souza Silva  
José Balbino da Silva Júnior  
José Jean Gonçalves  
José Mota da Silva Júnior  
José Reinaldo Soares da Silva  
José Valmiran Cândido de Souza  
Joseane de Araújo  
Josefa Barbosa Araújo da Silva  
Josefa Pereira da Silva  
Lauro Filho Campos de Souza  
Manoel Dantas  
Marconi Dantas  
Maria do Socorro Azevêdo Silva  
Maria do Socorro de Moraes Silva  
Maria José da Silva  
Orlando de Vasconcelos Silva  
Sandra de Araújo Barros  
Sebastião Marcelino da Silva  
Vitória Erinalda da Silva Santos  
Wady Antônio de Farias  
Zilma Barbosa de Lima

#### **Japi**

Carlos Antônio Lopes Pontes  
Célia Cristina Dantas  
Dalyany Brydja Félix de Medeiros  
Epitácio Nicolau de Pontes  
Erandes César Freire da Silva  
Francisco Costa de Santos  
Francisco das Chagas Alves Soares  
Francisco Teotônio da Costa  
João Justino Dantas  
José Eriberto da Silva  
José Erivaldo da Silva  
José Manoel de Souza  
José Vital de Pontes  
Josefa Tely de Fontes Cardoso  
Júlia Gomes de Lima

Leandro Roberto da Silva  
Manoel Faustino  
Maria do Socorro Araújo  
Maria Goreti Pinheiro  
Maria Keina Pontes Higino  
Paulo Pinheiro  
Raimunda Lima Fernandes  
Rita Euclides de Farias  
Tereza Maria de Araújo Pontes  
Tiago Silva Valdivino

### **Jundiá**

Alex Sandro Reatto  
Ana Maria Barros da Silva  
Francisco Sales de Freire  
Gilmara Cortês da Silva Lima  
Gilvan Jovino da Silva  
José Edson Alves da Silva  
José Geraldo Barbosa de Medeiros  
Maize Cristina do Nascimento  
Manoel Ferreira Leitão  
Manoel Luiz do Nascimento  
Marcelo Fernandes da Silva  
Maria das Graças Rodrigues Alves  
Maria José Dantas da Silva  
Marinalva Trajano de Lima  
Paulo Antônio de Meireles  
Paulo Sérgio Alves  
Rosângela Maria do Nascimento Souza  
Selma Maria Nascimento de Lima  
Sheila Carvalho de Melo  
Vânia Miranda Macêdo

### **Lagoa D'anta**

Adezilda Bento de Medeiros  
Ariosvaldo Cândido de Souza  
Dorgival Magalhães da Silva  
Edson Raimundo da Silva  
Elielba Soares Bento  
Elizabeth Francisca da Silva  
Francisco Domingos da Silva  
Francisco Gomes Barbosa  
Gizelda Rodrigues de França Gomes  
Iara Gomes Bezerril  
Ivone Rodrigues da Silva  
Joaquim Sares Bento

José Altair Gomes da Silva  
José Antônio Florêncio  
José Arnaldo Pereira  
José Corcino Filho  
Joziene Freire de Oliveira  
Manoel Zacarias dos Santos  
Maria das Dores Gomes de França  
Maria das Dores Freire  
Maria das Graças Andrade  
Maria José dos Santos da Silva  
Marinaldo Pereira de Oliveira  
Nelson de Oliveira Pinheiro  
Nizete Rodrigues da Costa  
Raimundo Rodrigues  
Sânzia Maria de Lima Cruz  
Severina Pereira da Silva  
Velúcia Laurentino Bezerril Souto  
Venceslau Braz dos Santos

### **Lagoa de Pedras**

Arlindo Ferreira da Costa  
Arnaldo Bento de Pontes  
Camila Alves de Lima Nascimento  
Claudinor Pedro Dantas  
Francisco Alves Diniz  
Jacqueline Macêdo da Silveira  
José Augusto Galvão  
José Pereira de Medeiros  
Juraci dos Santos Gomes  
Magno Viegas Gomes  
Maria das Neves da Silva Gomes  
Maria das Vitórias Fontoura  
Maria Marlete Pinheiro Belarmino  
Maria Mônica Fontoura da Silva  
Maria Rosineide de Oliveira  
Maria Selma Maia Thomaz  
Narrúbia Severiano da Silveira  
Sebastião Gilvan Fontoura  
Silvério Freitas de Macêdo  
Sulamita Josenir de Lima Santos  
Yêda Conceição Aladim de Araújo

### **Lagoa de Velhos**

Ailton Francisco da Silva  
Anailton Fernandes de Oliveira  
Damião Antônio da Silva

Elainne Suzane Barreto  
Elímia Carvalho Souza  
Emilianne Samára da Silva  
Francisca Cilene de Araújo  
Francisco das Chagas Pereira  
Francisco Raniere Coutinho  
Iberê Borges Ferreira  
Inácio José Alves de Lira  
Jailza Barreto Carneiro  
João Maria Ferreira da Cruz  
José Edmilson de Araújo  
José Ivo de Souza  
Josefa Ana da Silva André  
Luciene Félix da Silva  
Marcelo Samuel Ferreira da Silva  
Maria Cícera Venâncio da Silva  
Maria Joilma Silva Barros  
Pedro Luiz Ribeiro  
Raimunda Ednalice Ribeiro  
Severino dos Ramos Nascimento  
Silvano Gomes de Carvalho  
Sílvia de Fátima da Silva

#### **Lagoa Salgada**

Aline Targino de Assis  
Ana Maria dos Santos Feuri  
Beethoven de Souza Marinho  
Demerval Pereira Roseno  
Dorotéa Fernandes do Amaral  
Edinalva Cruz de Moura  
Francisco de Canindé Pereira  
Francisco Moura das Chagas  
Francisco Pereira da Silva  
Jairo Antônio Maurício Fernandes  
Jeová Delfino dos Santos  
João Dimas da Silva  
Jonas Trindade de Oliveira  
José Bernadino Sobrinho  
José Carlos Costa  
José Luciano da Silva  
José Luiz da Silva  
José Rodrigues da Cruz Júnior  
José William Mesquita  
Josias Delfino dos Santos  
Levi Nascimento Silveira  
Lúcia Ferreira de Mesquita

Lutero de Oliveira Cavalcante  
Marcus Antônio  
Maria da Salette Bernardo da Câmara  
Maria Josileuda do Nascimento  
Maria Lenilda da Silva  
Marly de Azevêdo da Silva  
Pedro João da Silva  
Pedro José do Nascimento  
Percival Pedrosa Machado  
Vanuza Mauricio de Souza  
Vênus José da Silva  
Vicência Alves Linhares  
Zuleide de L. França

#### **Lajes Pintada**

Adriana Rosa Pereira  
André Neto dos Santos  
Antônio Emanuel Rocha de Farias  
Creuza André da Silva  
Damiana Santos da Silva  
Francisca Gomes do N. da Silva  
Francisca Jerônimo de Gusmão  
Francisco das Chagas de Lima  
Francisco Ilcezar da Silva  
Francisco Jucier Furtado  
Francisco Marques de Farias  
Genival Jacinto de Souza  
Ivanaldo Paulo de Lima Silva  
Jerônimo Luiz de Gusmão  
José Airton Gomes Ferreira  
José Jobson Furtado  
José Jorge de Oliveira  
José Nilson de Araújo  
Josefa Laodicéia Lopes Simplício  
Manoel Lopes Ferreira Júnior  
Mariza Jerônimo de Gusmão Pereira  
Pedro Giliarde da Silva  
Rita de Cássia Rocha  
Ronival Edson da Silva  
Salatiel Simplício da Silva  
Severino Francisco da Silva  
Vicente Jerônimo Gomes  
Wagner Domingos Pereira

#### **Montanhas**

Agnaldo José Coutinho Filho

Albaneide Alves da Silva  
Ana Cláudia F. de Lima  
Antônia R. de Albuquerque Rosário  
Antônio Duarte Silva  
Antônio Firmino da Silva  
Antônio Marques Correia  
Elba Valentin Rocha  
Euclimar Severiano de Melo  
Francisco Bernardo Sobrinho  
Francisco Canindé Ferreira  
Francisco Dionísio de Lima  
Ivanildo Dias  
Janaína Araújo  
Leonice Maria de Lira Lima  
Luiz Anselmo da Silva  
Manoel Pedro de Oliveira  
Marcos Antônio de Farias  
Maria Barbosa Fernandes  
Maria Célia da Silva  
Maria Dalva dos Santos Ferreira  
Maria das Dores Ferreira Francelino  
Maria das Dores Lucas Pereira  
Maria de Fátima Duarte  
Maria Eunice da Silva Souza  
Maria Lúcia do Nascimento Silva  
Maria Nilza Dantas  
Marilza Fernandes  
Odailza Maria de Lima Tavares  
Odelita Pessoa da Costa  
Rita Duarte da Silva  
Sebastiana Ferreira de Oliveira  
Sebastião Soares Sobrinho  
Severina Maria de Lima  
Severino do Ramo Andrade  
Severino Pedro Oliveira  
Vágna Fernandes de Lima

### **Monte Alegre**

Aldanira Elias Gomes  
Alice Olegário Rodrigues  
Alvaneide Maigley A. de Souza Freire  
Antônio Ananias Filho  
Eduardo Peixoto Batista da Silva  
Elem de Lima Braga  
Elvis de Lima Braga  
Francisco Cláudio Gomes

Francisco dos Anjos Neto  
Geraldo Lopes Barbosa  
Gonçalo Araújo  
Iarandi Ferreira da Silva  
Isabelle Ferreira Pereira  
Jefferson Silva Quaresma  
João Maria dos Santos  
José Maurício dos Santos Fernandes  
Joseri Gomes da Silva  
Lucineide Maria de Souza Paiva  
Maria Claudete L. Soares de Aguiar  
Maria da Conceição Gomes de Góis  
Maria de Fátima Medeiros Cavalcante  
Maria do Amparo Castro Galvão  
Maria Irineide de Oliveira  
Maria Verônica Pinto Aguiar  
Paulo Soares de Almeida Filho  
Ricardo Henrique Ananias da Silva

### **Monte das Gameleiras**

Adileusa de Pontes Costa  
Amanda Viana Cavalcante da Silva  
Anselmo José da Costa  
Ataíde Bernardino de Souza  
Avadair Felismino de Souza  
Bernadete de L. dos Anjos Pontes  
Cristiane Ferreira da Silva  
Elaine Magnólia G. Vieira da Silva  
Francisca Adileuza de Pontes Costa  
Francisca Regina Felismino  
Francisca Rodrigues P. do Nascimento  
Francisca Targino da Silva  
Francisco das Chagas Gomes  
Francisco Nilson Gomes  
Geane Gomes Luiz Pinheiro  
Gerson Emídio  
Gilvanilson do Nascimento de Melo  
Ginalda Pinheiro de Assis  
Gislene Rodrigues do Nascimento  
Heloísa de Paula C. Pinheiro  
Hosanete Maria Filho Silva  
Hosanete Rodrigues de Araújo Pontes  
Iraci do Nascimento Rodrigues  
Jorge Santos  
José Euzébio do Nascimento  
José Jerônimo P. de Assis

José Joabby da Silva  
Joseli Bezerra Cavalcante da Silva  
Karla Silvéria Dias P. de Siqueira  
Kerginal Rodrigues Pinheiro  
Lino Freire de Avelar  
Luzia Izaura L. Deslmiro  
Manoel Viana da Silva  
Márcia Goretti Sales Pinheiro  
Márcia Valeriano Rodrigues da Silva  
Márcio Aurélio Vieira da Silva  
Maria Aparecida da Conceição Pereira  
Maria Auxiliadora do N. Silva  
Maria da Luz Crizanto  
Maria da Luz Pontes Rodrigues  
Maria da Paz de Melo Feliciano  
Maria da Vitória Gomes da Silva  
Maria de Fátima do Nascimento  
Maria de Fátima S. Bernardino  
Maria de Lourdes L. de Lima  
Maria do Socorro de L. Cavalcante  
Maria do Socorro D. Pinheiro  
Maria Elenice Anastácio  
Maria Gorete Ferreira Gomes  
Maria Gorete Sales Pinheiro  
Maria Irene Pinheiro  
Maria Lúcia Figueiredo da Silva  
Maria Modesta Pereira da Silva  
Maria Paula Rodrigues Pereira  
Maria Salete dos Santos Nascimento  
Maria Salete Gomes da Silva  
Maria Sônia da S. R. do Nascimento  
Marisete de Souza  
Marlene Viana da Silva  
Marlete Maria de Moraes  
Marluce Hidelfonso Moreira da Silva  
Miriam Farkat  
Rafaela Alves de Carvalho  
Reginaldo Félix Pontes  
Risonete do Carmo de L. Dias Geraldo  
Rosa Gertrudes do N. Azevêdo  
Rosângela Costa Matias  
Sânzia Valeriano da Silva  
Silvéria Vieira  
Solange Valeriana da Silva Gomes  
Solene Ferreira da Silva  
Sônia Maria Bernardino

Sônia Silva Rodrigues  
Vilani Alves Feitosa de Carvalho

### **Nova Cruz**

Antônio Carlos Gusmão  
Antônio Costa Moreira  
Audi Rogério de Medeiros da Silva  
Cláudio Pereira de Lima  
Damião Gomes da Silva  
Dinalva Barreto  
Djalma de Melo Paiva Neto  
Edmilson Gomes da Silva  
Fernando Antônio Gonçalves Bezerra  
Francinaldo Cândido da Silva  
Francinaldo Matias da Silva  
Francisco Assis da Silva  
Francisco da Silva  
Genildo Galgano de Lima Cruz  
Geraldo de Barros Lima  
Humberto Martins  
Janduhy Max Freire de Andrade  
João Adelino Sobrinho  
João Batista Bezerra  
João Batista do Nascimento  
João Camelo  
João Gomes da Silva  
João Paulo da Costa  
José Antônio Ribeiro  
José Jeconias Barbosa  
José Melquisedec de Paula Araújo  
José Paixão da Silva  
José Pessoa Neto  
Marcelo Pessoa da Cunha Lima Júnior  
Maria da Conceição de Oliveira  
Maria das Graças A. do Nascimento  
Maria das Graças Vicente  
Maria de Fátima da Costa  
Maria de Lourdes da Costa  
Maria do Carmo Campos de Araújo  
Maria do Socorro de Lima  
Maria Lúcia da Silva  
Marinês Damião Campos  
Miguel Rosa Filho  
Nízia Maria Barbosa  
Paulo César Marques de Araújo  
José Adelson da Silva Rodrigues

Pedro Pascoal de Souza  
Pedro Santana  
Ricardo Marques de Melo  
Sebastião Carneiro de Almeida  
Severina Crisanto da Costa

### **Passa e Fica**

Antônio Xavier Borges  
Arnaldo Soares  
Djamiro Ivo da Silva  
Eliana Maria da Silva Ferreira  
Elizabeth de Lima Souza  
Eriberto Soares Targino  
Everaldo Bezerra Guedes  
Fábio Pessoa Gonçalves dos Santos  
Fabrício Lira Barbosa  
Fernanda de Souto Januário  
Francisco Pinto Ferreira  
Ionaldo Balbino da Costa  
Irene Barboza Belo  
Jailson Floriano do Nascimento  
João Batista de Almeida  
José Carneiro Lopes  
José Haelinton Pinto Ferreira  
José Lindolfo  
Josenildo de Lima Ferreira  
Josilma dos Santos Frazão  
Luzinete Balbino  
Manoel Barbosa de Lima  
Marcone dos Santos  
Marcone Pereira da Silva  
Margarida Cláudio Ferreira  
Maria Célia Felix Soares  
Maria de Fátima M. Silva Barbosa  
Maria de Fátima Pereira da Silva  
Maria do Livramento Ribeiro Guedes  
Maria Eliete Ferreira Borges  
Maria Gorette da Silva Cláudio  
Maria Luciene de Pontes  
Maria Nilda da Silva  
Maria Silvana de Souza Oliveira  
Maria Soares Ribeiro  
Marileide de Lima Souza do Ó  
Marineide Ribeiro dos Santos  
Marisa Eliete Ferreira Leite  
Marizete Balbino de Oliveira

Nilma Maria Guedes  
Orlando Rodrigues Silva  
Paulo Francisco Cláudio  
Pedro Augusto Lisboa  
Ricardo Garcia de Moraes  
Selma Soares Padilha  
Silvana de Souza  
Sônia Laurentino Gomes Pereira  
Terezinha da Paz Balbino  
Verônica Balbino da Costa  
Walter Lins Firmino do Nascimento

### **Passagem**

Adailton de Souza Silva  
Ana Alcicleide da Silva  
Ana Lucélia Chaves  
Ana Maria Araruna Soares  
Ana Maria da Silva  
Ana Maria de Moraes  
Antônio Cesário de Oliveira  
Antônio Lucinaldo Chaves  
Elaine Cristina da Silva  
Elita Maria Meireles da Silva  
Elizabeth Braz dos Santos  
Gilmar Cortês da Silva Lima  
Gonçalo Elói do Nascimento  
Jailza Suélia Silva de Lima  
João Maria Costa  
José Ribeiro dos Santos  
Lenira Maria da Silva  
Lindomar Francisco do Vale  
Luza Maria da Silva Lima  
Luzimar Fortunato da Silva  
Maria Aparecida de Lima Silva  
Maria Aparecida de Souza Silva  
Maria Cassiana Ribeiro de Souza  
Maria de Fátima M. da Silva  
Maria do Céu da Silva  
Neilma Neilda da Silva  
Rosângela Alves dos Santos Cesário  
Rozeane Patrícia Silva Lima  
Severina Bezerra da Silva Bento  
Severina Paulo de Souza Iderino  
Terezinha de Jesus L dos Santos  
Vera Lúcia Maia de Lima  
Verônica Alves de Freitas

## **Pedro Velho**

Antônio Henrique Ribeiro  
Antônio Mendes da Silva  
Carlos Magno Coelho Alves  
Cícero B. Carneiro  
Estácio Fonseca  
Francisco de Assis José dos Santos  
Gillianne da Silva Oliveira  
Ivan Bento da Cruz  
João Bastista de Lima  
José de Arimatéia B. Rosa  
José Soares da Silva  
Leila Costa de Lira  
Luciano Ribeiro de Azevêdo  
Manoel Custódio Freire  
Maria Auxiliadora N. Peixoto Targino  
Maria Auxiliadora Targino  
Maria de Fátima Jorge de Carvalho  
Maria Leonora de Souza  
Marlybeth da Silva Oliveira  
Murilo Costa Cavalcante  
Noêmia Pedro de Carvalho  
Tarso Venícius Bernardo Carneiro  
Vanessa Fernandes da Costa

## **Riachuelo**

Alvacy Belchior da Silva  
Eugênio C. Duarte  
Eunice Raquel Cavalcante  
Fábio Robrigo de Lima Medeiros  
Fernando Ribeiro da Rocha  
Francisca Dilma de Lima Medeiros  
Jorge de Lima Martiniano  
José Damião da Silva  
Josefa de Araújo L. Basílio  
Josian Cândido da Silva  
Josinete Cândido da Silva Lima  
Jurandir de Araújo Lourenço  
Maria Alcimar da Silva  
Maria Cícera Celestino  
Maria da Paz Eduardo  
Maria das Graças Cândido  
Maria do Rosário da Silva  
Maria Ivanilde Eduardo Santa Rosa  
Maria Maiza Vicente Cândido  
Marisa Tânia A. Bezerra Cavalcante

Rômulo Araújo Basílio  
Rosângela Cardoso da Silva  
Wendell Pessoa Guedes

## **Ruy Barbosa**

Ana de Fátima Machado Bezerra  
Celma Maria Rodrigues de Moura  
Cícero Casiano de Araújo  
Creuza Maria Rodrigues  
Damião Cardoso da Silva  
Daniel Duarte de Moura  
Edimilson José de Souza  
Francinete Silva de M. dos Santos  
Francisca Ataíde de Souza  
Francisca Lúcia de Moura Bezerra  
Francisco André de Lima  
Francisco Canindé de Azevêdo  
Francisco Edson Bento  
Idailma Muniz da Silva  
João Ferreira da Costa  
João Joaquim Cavalcante Neto  
José Amadeu Moreira Bezerra  
José Fernandes Pereira  
José França Sobrinho  
Luíza Alves Dias  
Maria Severina de Siqueira  
Marinete da Silva Mattos Neta  
Marlene Savino de Moura  
Maura Lúcia de Moura  
Patrício Pinheiro  
Pedro Ambrósio Sobrinho  
Rosenildo Francisco de Lima  
Selma Maria Rodrigues de Moura

## **Santa Cruz**

Ângelo Giusepe Fonsêca da Silveira  
Antônio Arivanaldo R. de Souza  
Basílio Fernandes da Silva  
Cayla Santos Rodrigues de Medeiros  
Cícero Inocêncio Campelo  
Conceição de Maria B. de Medeiros  
Cristianne Medeiros Dantas  
Êlika Suzianny de Sousa  
Francisca Pereira de Oliveira  
Francisco Cícero Bezerra  
Francisco de Assis da Silva

Francisco Nogueira Gomes  
Francisco Silvio Lourenço  
Genaro Fernandes da Silva  
Gilvan Alves da Silva  
Hilton Felipe Marinho Barreto  
Hiran Medeiros de Azevêdo  
Hugo Tavares Dutra  
Ivanildo Ferreira Lima Filho  
Ivanildo Martins Formiga Júnior  
Iza Paula de Lira  
Jalmir Simões da Costa  
João Augusto Oliveira  
João Augusto Lopes da Silva  
João Canário P. Ferreira  
João Ítalo Fernandes  
João Reinaldo Neto  
Joeine Lima de Moraes  
Jorge Silva de Macêdo  
José Ademar dos Santos  
José Bezerra Fausto  
José Cássio Rodrigues C. Freire  
José Confessor  
José Erivan Lucas da Silva  
José Evanuel Bezerra  
José Iranilson da Silva  
José Lucicládio Bezerra  
José Manoel da Silva  
José Medeiros Henrique  
José Messias Domingos  
José Pereira dos Santos  
José Péricles Faria da Rocha  
José Ricardo Pinheiro da Silva  
Josirene Olegário da Silva Costa  
Juliergue de Andrade Silva  
Leguineide Maria Regis  
Lucimar Franco  
Lucineide Ivo Dantas  
Luiz Antônio Lourenço de Farias  
Magna Soraia de Oliveira  
Manoel Adelino do Nascimento  
Manoel José da Silva  
Marcela Ravena de O. Pereira  
Márcio Antônio R. Bezerra  
Márcio Silva Medeiros  
Maria Aparecida de Souza Rocha  
Maria de Fátima C. Solano

Maria de Fátima Ferreira da Silva  
Maria Deusa Dantas  
Maria do Céu Mendes  
Maria do Rosário de Carvalho  
Maria Odete Dantas de Azevêdo  
Matias Alexandre Confessor  
Maurício Anísio de Araújo  
Mauro Pinheiro Tavares  
Messias Domingos  
Míriam Estevam de Freitas  
Nelson Damasceno da Rocha  
Osvaldo Justino Dantas  
Otávio Alípio de Pontes  
Petrônio Souza Spinelli  
Reinaldo Ricardo dos Santos  
Ricardo Targino Muniz  
Rita de Cássia Freitas  
Rizomar Brandão de Azevêdo  
Roberto Teixeira da Silva  
Rosigma Teixeira de Azevêdo  
Simões Costa  
Sônia Maria de Oliveira  
Sueli Gomes Crisanto Reinaldo  
Tarcísio Reinaldo da Silva  
Terezinha Gonçalo Cavalcanti  
Valdo Teodosio de Almeida

#### **Santa Maria**

Alexandre Alves da Silva  
Anísio do Carmo de Oliveira Neto  
Auxiliadora Soares de Araújo  
Bruno Medeiros de Brito  
Cícero Júnior de Souza  
Damião J. de Medeiros  
Djalmir Alves Andrade  
Elisbão Lopes de Moura Filho  
Fernando Francisco Duarte  
Francisco Canindé da Silva  
Gilberto Pereira de Souza  
Ivanildo Lopes da Silva  
Jailton Fernandes de Medeiros  
José Arimatéia de Araujo Costa  
José Ariosvaldo dos Santos  
José de Arimatéia de Araújo Costa  
José Edival Gomes da Silva  
José Erivaldo Dias

José Giovanne do Nascimento  
Júlio César de Azevêdo  
Manoel Altamir Viana de Oliveira  
Manoel Amaro Araújo  
Manoel Sirino de Lima  
Marcelo Dias de Araújo  
Margarida Faustino de Lima  
Maria da Conceição Urbano de Araújo  
Maria Lúcia da Costa Araújo Dias  
Nilson Urbano  
Valdir Viturino Porto  
Walmir Antônio da Cruz

### **Santo Antônio**

Ailton Camilo de Oliveira  
Ana Lúcia dos Santos  
Antônio Davi Filho  
Audy Acciole Pereira  
Erian Cordeiro de Oliveira  
Erivan Domingos Alves  
Francilene de Moraes Falcão  
Francisco Nunes de Freitas Filho  
Francisco Rodrigues de Lima  
Geraldo Bento de Oliveira  
Gerson Cordeiro de Oliveira  
Herótides de Oliveira Figueiredo  
João Maria Cabral do Nascimento  
Jorge Luiz de Medeiros Falcão  
José Dário Fortunato da Silva  
Juvino Felipe da Silva  
Manoel José Guilherme Dantas  
Maria dos Anjos Cruz  
Maria José Amaral da Silva  
Maria Lúcia de Oliveira  
Marlene de Moraes Falcão  
Monsenhor Xavier  
Mozart Pereira Dantas  
Oliveira Jacinto Neto  
Orlando Ferreira dos Santos  
Rangel Geronso Bezerra  
Raymundo Fortunato de Oliveira  
Sandriane Almeida Vieira  
Serginaldo Ferreira de Lima  
Severino Maurício Filho  
Silvestre Luiz Castro de Moraes  
Valter Lima de Aquino

### **São Bento do Trairi**

Aldo Jerônimo da Costa  
Antônio José dos Santos  
Atenzia Confessor de Oliveira  
Carlos Alexandre de Souza  
Expedito Barbosa da Silva  
Ferdinando Andrade de Farias  
Fernando Andrade de Farias  
Francisca Bento de Oliveira  
Francisco de Assis dos Santos  
Francisco Evanuel de Souto  
Francisco Teixeira Confessor  
Gerardo José Batista Guará  
Gislaide Ramalho de Medeiros  
Irandi Viterbino de Oliveira Gomes  
Jadson Costa Paixão  
Jailson Pedro de Medeiros  
Jailton Soares da Silva  
Jaíra Lúcia da Costa Batista  
João da Silva  
José de Lima Lopes  
José Joaquim dos Santos Filho  
José Lindomar de Oliveira  
Juracleide Pereira de Araújo  
Juvelina Ferreira da Silva  
Luiz Antônio de Pontes  
Maria de Fátima de França Dantas  
Maria de Fátima Florêncio Costa  
Maria do Socorro Santos  
Maria José Galdino Dantas  
Marizete Bento da Silva Costa  
Reginaldo Cardoso do Nascimento  
Rita de Oliveira Dantas  
Rosenildo Moreira da Silva  
Rozinaldo Cardoso do Nascimento

### **São José do Campestre**

Adriana de Oliveira Barbosa  
Alexsandro Ribeiro de Lima  
Ana Maria Gonçalves  
Ana Maria Pereira  
Ana Maria Pereira Gomes  
Antoniêta Cunha Domingos  
Arlindo Carlos Limeira  
Assis Mendonça  
Carla Maria de Lima

Carlúcia A. de Sousa  
Cícera Maria da Silva  
Clésia Maria Barbosa de Lima Alves  
Cristiane Salviano da Silva  
Ecione B. de Assis  
Edilene Pereira da Silva Gomes  
Edivaldo Diogo da Silva  
Emanuel Feliciano da Silva  
Eunice Costa de Oliveira  
Fernando Francisco da Cruz  
Francisca Dantas P. da Silva  
Francisca de Fátima Pereira  
Francisca Ferreira da S. Gomes  
Francisca Paula Soares  
Francisco Andrade Silva  
Francisco Cosme  
Francisco das Ghagas de Andrade  
Francisco de Assis Lopes M. Neto  
Francisco Felipe de Oliveira  
Francisco Moreira Neto  
Gilvan de Oliveira Dutra  
Graciano Gonçalves da Silva  
Ilzeli Peixoto da Silva  
Jailson José da Silva  
Janildo Soares da Costa  
Jário Medeiros da Silva  
Joel Medeiros da Silva  
Joelma Rejane Araújo  
José Augusto de Andrade  
José Borges da Costa  
José Borges Segundo  
José Cristovão de Oliveira  
José Josenildo da Silva  
José Moreira da Silva  
José Tomáz de Aquino  
Joseilma Borges da Costa  
Joseilson Borges da Costa  
Jozias Medeiros da Silva  
Júnior Pinto Barbosa  
Jussier Pinto Barbosa  
Laércio José de Oliveira  
Lenira Lucas da Silva  
Lillian Cybelle Oliveira da Rocha  
Luciana Patrícia Silva  
Luiz Antônio Belarmino  
Magna Mousinho de Andrade

Manoel Amador Neto  
Marcelo Eduardo Soares Neto  
Márcia Maria Oliveira Neves  
Márcia S. Campos Rodrigues  
Marcos Aurélio de Oliveira  
Maria da Luz Diniz Silva  
Maria das Graças Adelino  
Maria das Graças Cosme R. Silva  
Maria das Graças F. dos Santos  
Maria de Fátima Bernado Chagas  
Maria do Socorro de Oliveira  
Maria do Socorro Silva  
Maria Edinalva da Silva  
Maria Elisiana Pinheiro dos Santos  
Maria Helânia de Araújo Moreira  
Maria Marliete da Silva Andrade  
Maria Salete Campos Rodrigues  
Maria Simone Nunes  
Maria Verônica Marteris da Costa  
Mário Toscano Lyra  
Milena Ferreira  
Noemir Moura  
Odailsa Maria da Silva  
José Adelson da Silva Rodrigues  
Polliana Alexandrino de Lima  
Primitiva Ribeiro de Lima  
Raimunda Lima Fernandes  
Raimundo Barbosa de Lima  
Raimundo Francisco de Lima  
Raquel Costa Serafim  
Reginaldo Xavier Alves  
Régio Luciano Xavier Alves  
Ricardo Lucas da Silva  
Rivagna Teixeira de Azevêdo Cunha  
Roberto Alves Sobrinho  
Rogério Flávio Fonte  
Rosemiro Ribeiro Feitosa  
Rosenildo Francisco de Lima  
Rubem Pereira da Rocha  
Salatiel Simplicio da Silva  
Samara Francione da Silva Araújo  
Tatiana Socoloshi

### **São Paulo de Potengi**

Ana Maria de Sales Farias  
Dário Alves de Andrade

Denise Maria Anjos de Saesa  
Erivan Isídio Ferreira  
Francisco Canindé de Azevêdo  
Francisco Edvandro Dias  
Francisco Rosendo da Silva Júnior  
Gladston Martins do Nascimento  
Janilson dos Santos Américo  
Jário Alves de Andrade  
João Batista da Silva  
João Rodrigues de Moura  
José Azevêdo Lopes  
José Francisco de Azevêdo  
José Laelson Nicácio  
José Luiz Inácio da Silva  
José Pereira da Silva  
José Rodrigues da Silva  
Leonilson Francisco da Silva  
Luiz Antônio Dias Campos  
Miguel José da Silva  
Paulo Ananias Alves  
Gileno Aquino Gomes  
Sebastião Veras Barreto  
Silenildo Rafael Lopes

#### **São Pedro**

Adália Liegy Câmara Freitas de Moura  
Ana Lúcia de Freitas Moura  
Antônio Adelson de Lima  
Bianor Rosa de Oliveira  
Cibele Albuquerque A. José Moura  
Cláudio Ribeiro da Fonsêca  
Francisca Crinaura de Araújo  
Francisca Maria da Silva  
Francisco Antônio da Silva  
Francisco das Chagas Moura  
Francisco de Assis Calixto  
Francisco de Sales de Araújo  
Francisco Ferreira de Lima  
Francisco Flávio de Araújo  
Francisco Florêncio Bernardo  
Francisco Ribeiro das Chagas  
Francisco Vildomar Campêlo  
Geilza de Morais  
Gilberto Alexandrino Costa  
Gilvan Lima da Silva  
Inêz Nilda Lopes da Silva

Iolete Ferreira da Silva Campos  
Irani Teodósio Silva de Araújo  
Jalmir Elói de Souza  
João de Deus Garcia de Araújo  
João Manoel Vicente  
João Maria da Silva  
Joaõ Maria Guilherme  
José Cordeiro de Moura Sobrinho  
José Faustino da Silva  
Luzinete Leandro da Silva Brito  
Mamédio Valentim Gomes  
Márcio Graciano de Freitas  
Márcio Mário Marcos de A. Pessoa  
Maria da Apresentação Gomes  
Maria das Graças Ribeiro da Fonsêca  
Maria Iraci de Brito Gomes  
Maria Marques C. da Silva  
Maria Rita Ribeiro  
Paulo Reginaldo Gomes  
Paulo Salviano da Silva  
Raimundo Francisco de Lima  
Rita Calixto da Cunha  
Roberto Pedro da Silva  
Terezinha Borges de Abreu  
Vânia Valéria Rocha

#### **Senador Elói de Souza**

Ana Cléa da Silva  
Anailde da Silva  
Arethuzia Vanessa da Silva Costa  
Cecília Maria da Conceição  
Francinete Ribeiro da Silva  
Francisco Vital da Silva  
Genilson Hortêncio da Costa  
Ivanice Maciel de S. Silva  
Jeani Gomes da Silva  
Jordana Hortência Figueiredo  
José Silvan Ângelo Filho  
Josué Freitas Campos  
Karteligiane Ribeiro da Silva  
Maria Aparecida do Nascimento Mota  
Maria da Conceição Martins  
Maria da Conceição Moreira Campos  
Milena da Silva Alves  
Ozenilton Fonseca de Freitas  
Sandra Cristina O. Silva

Severino Máximo dos Santos Silva  
Suerivan Paulo de Oliveira  
Vicente P. Macêdo  
Walkyria Paula da Silva

### **Serra Caiada**

Ademar Araújo da Costa  
Anderson Luiz de Araújo  
Antônio Tomaz do Nascimento  
Erivan Elias da Silva  
Francisca Moreira Estrêla  
Francisco Praxedes Ferreira  
George Moreira Alves  
José Iranilson Oqueres Viana  
José Manoel Jacinto  
Janaína Patrícia Bezerra da Silva  
José Francisco Oliveira  
José Francisco Quirino  
José Souza Sobrinho  
Juvan Rodrigues Nascimento  
Luiz Antônio Pereira  
Luzinete Lins de Oliveira  
Maria de Fátima Silva  
Matilde Carlos Fernandes  
Paulo César Macêdo da Fonsêca  
Reinaldo Francisco de Souza  
Ronaldo Lira da Rocha  
Vivaldo da Silva Lins

### **Serrinha**

Alcino José Prudente Dória  
Alzira Quirino da Rocha  
Antônio A. Tavares Sobrinho  
Arnaldo Felix de Souza  
Balduino Antônio da Silva  
Belchior Antônio da Silva  
Denilson Pereira Barbalho  
Dulcinéa Amador  
Emanoel de Souza  
Ewerton Luiz dos Santos Sobrinho  
Fábio Barbosa de Oliveira  
Geralda de Magela Fagundes de Souza  
Ivaneide Farias Gomes  
Ivanildo Severino da Silva  
Ivanise Alves dos Santos  
Jailson da Rocha Lima

Jailson Silva de Farias  
Jivaldo Luiz do Nascimento  
João Ferreira Galvão  
João Gomes de Melo  
Joaquim Ferreira Neto  
José Augusto de Oliveira  
José Deltino dos Santos  
José Genilson Oliveira de Souza  
José Medeiros do Nascimento  
José Paulo Maciel de Oliveira  
José Segundo França de Oliveira  
Josué de Medeiros  
Juscelino Alves da Silva  
Lúcia Alves Pereira  
Manoel Barbalho Matias  
Marcos Davi de Oliveira  
Maria de Lourdes Martins Santana  
Maria Zélia da Silva  
Marileide Ferreira da Silva  
Reginaldo José Bezerra de Souza  
Rubens de Souza Damasceno  
Severino Cosmo de Oliveira  
Silvanete Félix da Silva  
Simone Melo de Medeiros  
Solon Moura da Silva  
Valdemir Bezerra da Silva

### **Sítio Novo**

Clédia Gerda de Medeiros  
Cléria Ribeiro de Medeiros  
Dagmar Araújo de Freitas  
Edgley Gomes de Araújo  
Eronida Ferreira de Andrade  
Esmeraldina de Medeiros França  
Francisca das Neves D. da Silva  
Francisca Francineide de A. Marques  
Francisca T. de Sena Araújo  
Francisco de Assis M. do Nascimento  
Francisco Hudson Xavier Cunha  
Francisco Xavier Mafra  
Ivaneide Alves da Silva  
Iza Paula de Lima  
Jadson Ferreira da Rocha  
Janiere Ferreira de Lima  
João Agemiro Silva  
João Antônio de Oliveira

José Luiz da Silva  
Juçara da Silva Santos  
Lauridete Batista de Oliveira  
Luiz Antônio de Souza  
Manoel Cícero França  
Manoel Edmilson Belarmino  
Maria do Socorro Dantas  
Maria Regileide de França Medeiros  
Odileia Cosme de Oliveira  
Oséas Lêno de Carvalho  
Pedro Mafra  
Ramonn Eider de Macêdo Silva  
Raquel Costa Serafim  
Rivagna Teixeira de Azevêdo Cunha  
Rosigna Teixeira de Azevêdo Cunha  
Severina Barbosa da Silva  
Sidney de Oliveira Galdino  
Tatiana Cosme da Costa  
Valdeci Ribeiro de Oliveira Paulo  
Zélia Peixoto Medeiros da Silva

#### **Tangará**

Adriano César Silva Pinto  
Airton Viana da Silva  
Alexandre José de Oliveira Lemos  
Alexsandro Malaquias de Freitas  
Aluizio Correia de Oliveira  
Alvânia Alcântara da Fonseca de Lima  
André Inácio de Araújo  
Antônia Soares da Silva  
Antônio Custódio  
Carlos Antônio Silveira  
César Félix da Silva  
Demócrito Soares de Oliveira  
Diná Bezerra da Silva Silveira  
Edmilson Bezerra da Costa  
Francimélia Carlos de Lima  
Francisca Aparecida da Silva Bernardo  
Francisca Maria Souza Lima  
Francisco Edson da Silva  
Francisco Rozenilson Ferreira  
Francisco Vicente Neto  
Giovannu César Pinheiro e Alves  
Giselda Ferreira dos Santos  
Ilo Marinho de Carvalho  
Iran Handerson Ribeiro de Melo

Jacson Viana da Silva  
Jaime da Câmara Júnior  
João Batista Almeida de Melo  
João Batista da Silva  
João Guilherme de Oliveira  
José A. M. Saldanha  
José Aluisio da Silva  
José do Nascimento Alves Bezerra  
José Fernandes de Lima  
José Florêncio Filho  
José Francisco de Lima  
José Gomes de Lima  
José Manoel Fonseca Dantas  
José Nicácio dos Santos  
Josefa Maria de Lima Brito  
Luzinete Faustino  
Marcelo José de Oliveira Lemos  
Marcelo Soares da Silva  
Margarida Henrique de Melo Alves  
Maria das Graças de Pontes  
Maria das Graças de Souza  
Maria das Graças Gonzaga  
Maria das Neves de Souza  
Maria de Lourdes Cardoso  
Maria Divino Filipe Sobrinho Lemos  
Maria do Socorro Alves de Lima  
Maria do Socorro dos Santos  
Maria Fernandes de Lima Lemos  
Maria Francisca Nery  
Maria José da Silva Gonçalves  
Marlene de Souza Carvalho  
Marta Bernardino de Lima  
Miriam Paiva de Melo Lima  
Raimundo Enéas  
Rita de Cássia C. Fernandes  
Roberto Alves Sobrinho  
Rosa Maria de Lima  
Rozineide Dantas de Oliveira  
Sandra Malaquias de Freitas  
Sandra Marques Pereira  
Vilma Simone da Costa  
Wanira de Holanda Brasil  
Washington Alves

#### **Várzea**

Adailton Bezerra da Silva

Ana Cláudia da Silva Duarte Araújo  
Ana Costa  
Antônio Genival de Carvalho  
Carlinda Rodrigues de Carvalho  
Djalma de Oliveira Andrade  
Edileusa Alves da Cunha Cruz  
Elineide Belo da Silva  
Genival Francisco da Silva  
Henrique José Silva  
Jeanderson Souza de Menezes  
Joab Anacleto de Souza  
João Guimarães de Oliveira  
José Rosivaldo Silva  
Manoel Benício da Silva  
Manoel Vicente da Silva  
Maria Aldacy Bezerra da Silva  
Maria da Luz Costa Duarte  
Maria da Piedade Freire da Silva  
Maria das Neves de Carvalho  
Maria Rita de Cássia Alexandria  
Neilton Luis de Oliveira  
Oneide Pereira de Souza Silva  
Sérgio Cavalcanti de Carvalho  
Sinlei Anacleto de Souza Silva  
Terezinha Bento Ribeiro de Oliveira  
Terezinha Tomaz de Lima Anacleto

#### **Vera Cruz**

Abinoan Rodrigues Batista Vieira  
Adailton de Moura Costa  
Alba Lúcia Ferreira de Lima  
Alba Maria G. da Silva  
Aluisio de Lima Filho  
Ana Lopes de Freitas  
Ana Maria Barbosa  
Ana Maria da Costa  
Antônia Andrade de Sales Rosa  
Antônio José de Sales  
Cácia Patrícia Ferreira  
Carlos Henrique dos Anjos Silva  
Creneide Francisco dos Santos  
Edmilson Ferreira de Lima  
Francisca Carlos da Silva  
Francisca Rezende Duarte  
Francisco de Assis Souza  
Francisco Ney Lopes

Francisco Nunes P. Borges  
Francisco Sueudo Pereira Araújo  
Francisco Wilson Pinheiro Borges  
Gleudson Roberto Soares  
Ivone Ferreira Silva Braga França  
Janete Guedes da Silva  
Janilson Pinheiro Borges  
José Cândido de Sales  
José Edilson Pinheiro Borges  
José Francisco Siqueira  
José Gomes da Silva  
José Gonzaga da Silva  
José Ivan Pinheiro  
Josefa de Moura Cabral  
Juarez Damasceno Souza de Lima  
Lucimar Queiroz Cabral  
Luzia Aparecida Ferreira  
Luzia Maria de Lima  
Luzineide Martins de Moura  
Marcos Antônio Cabral  
Maria Alice dos Santos  
Maria de Fátima  
Maria Eliene Pinheiro de Oliveira  
Maria Eliozi de Araújo  
Maria Eliza de Moura Costa  
Maria Evânia Pinheiro Lima  
Maria José de Souza Silva  
Nilton Luiz de Oliveira  
Olívio Tavares dos Santos Vilela  
Rita Ferreira Dantas  
Ronaldo Vieira da Silva  
Rosemildo Pinheiro da Silva  
Sebastião Cândido de Sales  
Severino Bernardo da Silva  
Thathiana da Costa Lima

# SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 - CENÁRIOS DO CONTEXTO</b>	<b>01</b>
<b>CENÁRIOS MAIS RELEVANTES</b>	<b>03</b>
Contexto Mundial	03
Contexto Brasileiro	05
Contexto do Rio Grande do Norte	07
Cenário Regional	09
<b>CAPÍTULO 2 - ANÁLISE DO AMBIENTE EXTERNO</b>	<b>21</b>
<b>OPORTUNIDADES RELEVANTES</b>	<b>23</b>
<b>AMEAÇAS RELEVANTES</b>	<b>28</b>
<b>CAPÍTULO 3 - EIXOS ESTRATÉGICOS</b>	<b>33</b>
<b>CONCEITOS BÁSICOS</b>	<b>35</b>
<b>POTENCIALIDADES CENTRAIS</b>	<b>39</b>
<b>PROBLEMAS CENTRAIS</b>	<b>41</b>
<b>EIXOS ESTRATÉGICOS</b>	<b>44</b>
Eixo 1: Formação, Diversificação, Ampliação e Consolidação de Cadeias Produtivas.	44
Eixo 2: Ampliação, Recuperação e Manutenção da Infra-Estrutura Básica.	45
Eixo 3: Elevação da Educação e Qualificação da População Regional.	45
Eixo 4: Melhoria das Condições Sociais da População Regional.	45
Eixo 5: Desenvolvimento Tecnológico, com Ênfase na Difusão de Tecnologias Apropriadas e na Assistência Técnica.	46
Eixo 6: Ampliação da Oferta e Gestão Integrada dos Recursos Hídricos.	46
Eixo 7: Conservação, Preservação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais.	46
Eixo 8: Modernização, Descentralização, Humanização e Aumento da Eficiência da Gestão Pública.	47
Eixo 9: Fortalecimento e Organização da Sociedade Civil e das Instâncias de Participação e Controle Social.	47
<b>EIXOS ESTRATÉGICOS &amp; PROGRAMAS E PROJETOS DAS DIMENSÕES</b>	<b>47</b>
<b>CAPÍTULO 4 - PROGRAMAS E PROJETOS DO PLANO</b>	<b>53</b>

<b>DIMENSÃO ECONÔMICA</b>	<b>56</b>
<b>PROGRAMA 1: COMPLEMENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA</b>	<b>56</b>
Projeto 1: Melhoria, Conservação das Rodovias Existentes e Implantação de Rodovias Vicinais	<b>59</b>
Projeto 2: Ampliação da Cobertura da Eletrificação Rural	<b>60</b>
Projeto 3: Ampliação do Acesso aos Serviços de Telecomunicação e de Internet	<b>61</b>
<b>PROGRAMA 2: AMPLIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS CADEIAS OU ARRANJOS PRODUTIVOS</b>	<b>62</b>
Projeto 1: Ampliação das Cadeias Produtivas da Indústria Têxtil e de Confecções	<b>65</b>
Projeto 2: Ampliação e Consolidação da Cadeia Produtiva da Caprino - ovinocultura	<b>66</b>
Projeto 3: Ampliação e Consolidação da Cadeia Produtiva da Bovinocultura	<b>68</b>
Projeto 4: Ampliação e Consolidação das Cadeias Produtivas da Fruticultura	<b>69</b>
Projeto 5: Ampliação e Consolidação da Cadeia Produtiva da Mandioca	<b>71</b>
<b>PROGRAMA 3: DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL, RELIGIOSO E CULTURAL</b>	<b>72</b>
Projeto 1: Melhoria da Qualidade dos Equipamentos e Serviços Turísticos	<b>76</b>
Projeto 2: Marketing Estratégico para Transformação da Região em Destino Turístico	<b>77</b>
<b>PROGRAMA 4: PROMOÇÃO DE NOVAS ATIVIDADES ECONÔMICAS</b>	<b>79</b>
Projeto 1: Apoio à Apicultura	<b>82</b>
Projeto 2: Promoção da Aqüicultura	<b>83</b>
Projeto 3: Promoção da Avicultura	<b>85</b>
<b>PROGRAMA 5: APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR</b>	<b>86</b>
Projeto 1: Democratização do Acesso à Terra e Regularização Fundiária	<b>89</b>
Projeto 2: Apoio ao Desenvolvimento e Consolidação dos Projetos de Assentamento	<b>90</b>
<b>PROGRAMA 6: INCENTIVOS AOS PEQUENOS NEGÓCIOS</b>	<b>91</b>
Projeto 1: Apoio e Incentivo ao Artesanato	<b>95</b>
Projeto 2: Consolidação das Feiras Livres	<b>96</b>

<b>DIMENSÃO SÓCIO-CULTURAL</b>	<b>98</b>
<b>PROGRAMA 1: MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO</b>	<b>98</b>
Projeto 1: Erradicação do Analfabetismo	103
Projeto 2: Melhoria da Infra-Estrutura Escolar e do Acesso à Informação e ao Conhecimento	105
<b>PROGRAMA 2: FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA</b>	<b>106</b>
Projeto 1: Qualificação de Gestores Públicos	112
Projeto 2: Qualificação Profissional e Técnica para o Turismo	114
Projeto 3: Formação de Professores e Ampliação do Ensino de Terceiro Grau na Região	116
Projeto 4: Formação e Capacitação para o Trabalho e para a Criação de Pequenos Negócios	118
<b>PROGRAMA 3: DE INCENTIVO À OCUPAÇÃO E RENDA</b>	<b>120</b>
Projeto 1: Incentivo à Ocupação Profissional de Jovens	124
Projeto 2: Erradicação do Trabalho Infantil	127
Projeto 3: Ampliação e Facilitação do Acesso ao Micro-crédito	129
<b>PROGRAMA 4: REDUÇÃO DA POBREZA</b>	<b>131</b>
Projeto 1: Transferências Governamentais	136
Projeto 2: Assistência Social e Ações Compensatórias	137
<b>PROGRAMA 5: MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS</b>	<b>138</b>
Projeto 1: Construção e Ampliação de Moradias	142
Projeto 2: Ampliação do Acesso aos Serviços Básicos	143
<b>PROGRAMA 6: MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE</b>	<b>145</b>
Projeto 1: Reestruturação e Ampliação dos Serviços de Assistência Preventiva, Médico e Odontológica	148
Projeto 2: Reestruturação e Ampliação da Rede Física dos Serviços de Saúde	150
<b>PROGRAMA 7: VALORIZAÇÃO DA CULTURA REGIONAL</b>	<b>151</b>
Projeto 1: Fortalecimento da Infra-Estrutura Cultural	155
Projeto 2: Mapeamento do Patrimônio Imaterial	156
<b>DIMENSÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA</b>	<b>157</b>

<b>PROGRAMA 1: MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DAS CADEIAS PRODUTIVAS RELACIONADAS COM O AGRO-NEGÓCIO</b>	<b>157</b>
Projeto 1: Geração e Adaptação de Novas Tecnologias Apropriadas à Agropecuária	159
Projeto 2: Assistência Técnica às Atividades Agropecuárias e Agroindustriais	160
<b>PROGRAMA 2: MODERNIZAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS RELACIONADAS COM A INDÚSTRIA, O COMÉRCIO E A MINERAÇÃO</b>	<b>162</b>
Projeto 1: Difusão e Absorção de Novas Tecnologias Apropriadas à Indústria Têxtil	163
Projeto 2: Difusão e Absorção de Novas Tecnologias Aplicadas ao Comércio	164
Projeto 3: Desenvolvimento Tecnológico da Mineração	165
<b>DIMENSÃO AMBIENTAL</b>	<b>167</b>
<b>PROGRAMA 1: AMPLIAÇÃO DA OFERTA E GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS</b>	<b>167</b>
Projeto 1: Construção, Ampliação, Recuperação e Operação de Infra-Estrutura Hídrica	170
Projeto 2: Construção, Ampliação e Recuperação de Sistemas Simplificados de Água	171
<b>PROGRAMA 2: CONSERVAÇÃO AMBIENTAL</b>	<b>172</b>
Projeto 1: Criação de Unidades de Conservação	175
Projeto 2: Apoio à Recuperação de Ecossistemas	176
Projeto 3: Recuperação de Bacias Hidrográficas	177
<b>PROGRAMA 3: MELHORIA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL</b>	<b>178</b>
Projeto 1: Implantação e Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário	181
Projeto 2: Implantação e Ampliação do Sistema de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	182
<b>PROGRAMA 4: FORTALECIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL</b>	<b>183</b>
Projeto 1: Divulgação e Educação Sanitária e Ambiental	186
Projeto 2: Desenvolvimento de um Sistema de Informação Ambiental	187
Projeto 3: Incentivo à Participação e à Descentralização na Gestão Ambiental	188

<b>DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL</b>	<b>189</b>
<b>PROGRAMA 1: REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS PREFEITURAS E CÂMARAS MUNICIPAIS</b>	<b>190</b>
Projeto 1: Reestruturação Administrativa e Modernização das Prefeituras Municipais	193
Projeto 2: Melhoria do Desempenho das Câmaras Municipais	194
<b>PROGRAMA 2: AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DAS FORMAS COLEGIADAS E ASSOCIATIVAS DE GESTÃO PÚBLICA</b>	<b>195</b>
Projeto 1: Consolidação dos Conselhos e Associações Civas para a Implementação de Políticas Públicas	198
Projeto 2: Ampliação e Fortalecimento dos Consórcios Territoriais, Municipais e Setoriais	199
<b>PRIORIZAÇÃO DOS PROJETOS: MATRIZ MULTI-CRITÉRIO</b>	<b>201</b>
<b>MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS</b>	<b>203</b>
Indicadores, Critérios ou Parâmetros	205
Gestão Estratégica e Acompanhamento	206
Avaliação	207
Métodos de Avaliação	208
<b>CUSTOS E FINANCIAMENTOS DO PLANO</b>	<b>211</b>
Custos Totais	211
Fontes de Financiamento	211
Distribuição dos Recursos Financeiros Totais, segundo as Dimensões	221
<b>CAPÍTULO 5 - MODELO DE GESTÃO</b>	<b>223</b>
<b>Diretrizes</b>	<b>226</b>
<b>Linhas de Ação</b>	<b>227</b>
<b>Estrutura do Modelo de Gestão</b>	<b>227</b>
Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável (CONDESUS)	228
Agência Regional de Desenvolvimento Sustentável (ADESUS)	228
Fóruns Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (FORTES)	229
Conselho Gestor de Políticas Regionais (CONGEP)	230
Fóruns Municipais de Desenvolvimento Sustentável	230
Associações Civas	230
Conferências Regional e Estadual de Desenvolvimento Sustentável	231
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>233</b>



## LISTA DE SIGLAS

---

AACC	Associação de Apoio às Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte
ABBTUR	Associação Nacional de Bacharéis de Turismo
ADESUS	Agência Regional de Desenvolvimento Sustentável
AMPTUR	Associação dos Municípios com Potencial Turístico no Brasil
ANA	Agência Nacional das Águas
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ANORC	Associação Norte-Riograndense de Criadores
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BB	Banco do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S.A
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
C&T	Ciência e Tecnologia
CAERN	Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte
CDL	Câmara dos Dirigentes Lojistas
CEF	Caixa Econômica Federal
CEFET-RN	Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte
CENTEC	Centro de Ensino Tecnológico
CEPANE	Centro de Estudos de Filosofia Patrística e Medieval
CIB	Comissão Intergestora Bipartite
CIEA	Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CODEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONDESUS	Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável
CONGEP	Conselho Gestor de Políticas Regionais
CONRAC	Consórcio Regional de Atividades Culturais
COSERN	Companhia Energética do Rio Grande do Norte
CT Petro	Científico Tecnológico da Petrobrás
DEQ/SPPE	Departamento de Engenharia Química Departamento de Qualificação da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
DER	Departamento de Estradas e Rodagens
DETRAN/RN	Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Norte
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
DRTE	Delegacia Regional do Trabalho e Emprego
ELETROBRÁS	Centrais Elétricas Brasileira
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPARN	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte

ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ESAF	Escola Superior de Administração Fazendária
ESAM	Escola Superior de Agricultura de Mossoró
ESB	Equipe de Saúde Bucal
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FEMURN	Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIERN	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FJP	Fundação João Pinheiro
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FOMUDES	Fóruns Municipais de Desenvolvimento Sustentável
FORTES	Fóruns Territoriais de Desenvolvimento Sustentável
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEMA	Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NUCA	Núcleo de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PAB	Programa de Artesanato Brasileiro
PAB	Piso de Assistência Básica
PAB	Piso de Água Boa
PACS	Programa de Agentes Comunitários de Saúde
PAM	Pesquisa Agrícola Municipal
PATME	Programa de Apoio Tecnológico às Micro e Pequenas Empresas
PC	Personal Computer
PEA	População Economicamente Ativa

PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PGMU	Plano Geral de Metas para Universalização de Serviços
PIB	Produto Interno Bruto
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PLANTEQS	Planos Territoriais de Qualificação
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPM	Pesquisa da Pecuária Municipal
PPP	Parceria Público Privada
PROADI	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte
PROBÁSICA	Programa de Formação Básica de Professores
PRODETUR	Programa de Ação de Desenvolvimento Integrado do Turismo
PROESQS	Projetos Especiais de Qualificações
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
PROINFA	Programa de Incentivos a Fontes Alternativas de Energia Elétrica
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSF	Programa de Saúde da Família
RHAE	Programa de Capacitação de Recursos Humanos para Atividades Estratégicas
RN	Rio Grande do Norte
RPPN	Reservas de Produção do Patrimônio Natural
SAPE	Secretaria do Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEFOR-MTB	Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SETHAS	Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social do Rio Grande do Norte
SETURN	Sindicato das Empresas de Transportes Urbanos
SGA	Secretaria de Gestão Ambiental
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SUS	Sistema Único de Saúde
TELEMAR	Telemar Norte Leste S/A
TELERN	Telecomunicações do Rio Grande do Norte
UERN	Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## LISTA DE TABELAS

---

<b>Tabela 1.1</b> Crescimento e projeções da economia mundial, regiões e países selecionados, 2003 – 2005.	<b>03</b>
<b>Tabela 1.2</b> Metas do PPA Federal para crescimento do PIB, 2004 – 2007 (% ao ano).	<b>06</b>
<b>Tabela 1.3</b> Cenários do contexto nacional e estadual, 2004.	<b>09</b>
<b>Tabela 1.4</b> Cenário desejado e tendencial da dimensão econômica, na região, 2004.	<b>10</b>
<b>Tabela 1.5</b> Cenário desejado e tendencial da dimensão ambiental, na região, 2004.	<b>13</b>
<b>Tabela 1.6</b> Cenário desejado e tendencial da dimensão político - institucional, na região, 2004.	<b>15</b>
<b>Tabela 1.7</b> Cenário desejado e tendencial da dimensão científico-tecnológica, na região, 2004.	<b>17</b>
<b>Tabela 1.8</b> Cenário desejado e tendencial da dimensão sócio-cultural, na região, 2004.	<b>20</b>
<b>Tabela 3.1</b> Relação entre os eixos estratégicos e os programas e projetos da dimensão econômica, 2004.	<b>48</b>
<b>Tabela 3.2</b> Relação entre os eixos estratégicos e os programas e projetos da dimensão sócio-cultural, 2004.	<b>49</b>
<b>Tabela 3.3</b> Relação entre os eixos estratégicos e os programas e projetos da dimensão científico - tecnológica, 2004.	<b>50</b>
<b>Tabela 3.4</b> Relação entre os eixos estratégicos e os programas e projetos da dimensão ambiental, 2004.	<b>50</b>

<b>Tabela 3.5</b> Relação entre os eixos estratégicos e os programas e projetos da dimensão político-institucional, 2004.	<b>51</b>
<b>Tabela 4.1</b> Distribuição dos programas e projetos das dimensões, 2004	<b>55</b>
<b>Tabela 4.2</b> Matriz de priorização de programas e projetos	<b>202</b>
<b>Tabela 4.3</b> Distribuição dos custos totais, segundo programas, projetos e fontes financeiras	<b>213</b>
<b>Tabela 4.4</b> Distribuição relativa dos custos totais, segundo programas, projetos e fontes financeiras	<b>217</b>
<b>Tabela 4.5</b> Resumo da distribuição custos totais, segundo dimensões e fontes financeiras	<b>222</b>

## LISTA DE FIGURAS

---

<b>Figura 3.1</b> Matriz de Planejamento Qualitativa	<b>38</b>
<b>Figura 4.1</b> Modelo híbrido para avaliação de projetos	<b>210</b>
<b>Figura 4.2</b> Participação relativa das dimensões nos custos totais	<b>222</b>
<b>Figura 4.3</b> Participação relativa das diferentes fontes de recursos financeiros nos custos totais	<b>222</b>
<b>Figura 5.1</b> Representação do modelo de gestão do plano	<b>232</b>

A estratégia de construir uma política voltada para a redução das desigualdades regionais, assim como, de promover a ativação das potencialidades das diversas regiões de nosso Estado, está focada no desenvolvimento incluyente e sustentável, levando, dessa forma, à estruturação de uma sociedade mais justa.

Este Plano é fruto dessa estratégia, e na sua elaboração foram incorporadas valiosas contribuições de diversos segmentos sociais, políticos, econômicos e culturais, resultantes de um amplo processo de participação, oportunidade em que os agentes do Poder Executivo interagem com a sociedade civil e com o setor produtivo regional.

Mais do que um documento formal, este Plano objetiva ser um instrumento de coordenação de esforços coletivos, do Governo e da Sociedade, que estabelece de forma clara e propositiva os compromissos quanto ao futuro considerados pertinentes para transformar o Rio Grande do Norte em uma sociedade mais justa e solidária, onde seja possível o desenvolvimento integral de todos os habitantes.

**Wilma Maria de Faria**  
Governadora do Estado de Rio Grande do Norte



# APRESENTAÇÃO

Este segundo volume, referente ao Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Agreste, Potengi e Trairi, contém a análise das oportunidades e ameaças do ambiente externo; os cenários relativos aos contextos mundial, nacional e estadual; os eixos estratégicos; os programas e projetos; o modelo de gestão; e os custos de implementação do Plano, segundo as dimensões e as ações programáticas.

O Plano é o resultado de um processo inovador de planejamento participativo, que nasceu da iniciativa de lideranças políticas, sindicais, empresariais e religiosas que reivindicaram e obtiveram o apoio do Governo do Estado, por intermédio da Secretaria Estadual de Planejamento e das Finanças, e a cooperação técnica do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), a quem coube a responsabilidade direta pela elaboração do diagnóstico, dos eixos estratégicos, dos cenários, dos programas e projetos e da proposta do seu modelo de gestão.

Ao apresentá-lo à consideração do Governo do Estado, dos Prefeitos Municipais e aos mais distintos segmentos da sociedade civil e do mercado, espera-se ter contribuído com um instrumento útil, para abrir novas possibilidades de investimento e reduzir as conseqüências negativas das restrições macroeconômicas e da crise fiscal que coloca em xeque a forma centralizada e burocrática que ainda predomina na administração pública brasileira e reduz as possibilidades do Estado como instância promotora do desenvolvimento econômico e social.

O Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Agreste, Potengi e Trairi, apresentado neste volume está formado por 5 (cinco) capítulos, nos quais são enfocados os seguintes aspectos:

O Capítulo 1 delinea os cenários mais relevantes nos contextos mundial, estadual e regional e descreve os cenários tendencial e desejado considerando a trajetória da Região em suas várias dimensões, assim como as situações futuras que a população da Região quer melhorar, com a utilização racional das potencialidades mais relevantes. Na seqüência, são estabelecidos os objetivos gerais e os eixos estratégicos do Plano.

O Capítulo 2 trata da análise do ambiente externo, focando as oportunidades e ameaças mais relevantes.

O Capítulo 3 apresenta os conceitos básicos e a metodologia aplicada nas oficinas sub-regionais, onde foram elaborados os eixos estratégicos que orientarão a formulação dos Programas e Projetos do Plano. Apresenta-se um quadro com os Programas e Projetos que integram cada eixo estratégico.

No Capítulo 4, fundamentado no Diagnóstico e nas constatações do capítulo anterior, são elaborados os Programas e Projetos para o processo de desenvolvimento sustentável da Região, cuja concepção e estruturação contém todas as informações e proposições necessárias ao seu completo entendimento, tanto no que diz respeito às suas justificativas, quanto aos seus propósitos e requisitos para execução e operacionalização. O perfil dos Programas e Projetos compreende a situação atual, os objetivos, as diretrizes, as linhas de ação, as metas, os recursos e as fontes de financiamento, finalizando com o Sistema de Gestão.

O Capítulo 5 enfoca o Modelo de Gestão, proposto para implementação do Plano. Nele são apresentados os princípios básicos que norteiam sua concepção. Como foi referido no Volume 1 do Plano, o Modelo de Gestão corresponde aos desenhos institucionais e aos processos decisórios descentralizados e participativos, que possibilitam a construção de consensos entre forças sociais de distintas orientações políticas e econômicas, as quais decidiram elaborar e implementar um Plano de desenvolvimento para a Região.

O Modelo de Gestão se constitui, portanto, no instrumento fundamental que será utilizado com o objetivo de consolidar uma nova institucionalidade pública, não necessariamente estatal, destinada à implementação de ações voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável nos municípios e na Região como um todo.

Finalizando o Capítulo, apresentam-se os custos financeiros, tanto em moeda nacional como sua relação com a internacional, o dólar americano, necessários para a implementação do Plano, bem como os gráficos demonstrando o percentual dos mesmos.

A produção dos textos acima referidos contou com a valiosa colaboração de, aproximadamente, 1.600 pessoas, representantes de organizações governamentais e não governamentais e lideranças políticas, empresariais, religiosas, sindicais e comunitárias, sem as quais não teria sido possível levar a bom termo o processo de construção do presente Plano de Desenvolvimento para o horizonte dos próximos 10 (dez) anos.

Os procedimentos metodológicos adotados foram de importância decisiva para garantir a participação dessas organizações, das lideranças e da população em geral na elaboração do Plano, concebendo-o como um processo técnico e político e como um instrumento a ser utilizado pela sociedade regional para a implementação dos programas e projetos e, conseqüentemente, para a promoção do desenvolvimento sustentável no âmbito regional.

Por último, há de ser registrado o decisivo apoio do Governo do Estado nas etapas de mobilização das lideranças e da população em geral, no acompanhamento e no financiamento da elaboração do Plano.

# **CAPÍTULO 1**

## **CENÁRIOS DO CONTEXTO**





Neste Capítulo, são apresentados os cenários mais relevantes dos contextos mundial, nacional, estadual e regional, assim como os cenários tendencial e desejado, segundo as dimensões do desenvolvimento sustentável, conforme segue.

## CENÁRIOS MAIS RELEVANTES

### Contexto Mundial

Na Tabela 1.1 é apresentado o cenário no contexto mundial. O mais provável é que permaneça o ambiente de instabilidade e modesto crescimento da maioria das economias, com algumas exceções (China, sendo a principal – Tabela 1). A economia americana (que sozinha é ¼ do total mundial) tem crescido acima da média mundial, puxada pelo aumento do consumo pessoal e do investimento (em resposta a medidas de política monetária e fiscal), o que impacta favoravelmente as economias latino-americanas (que têm, naquele país, um de seus principais mercados).

Mas, o desequilíbrio fiscal americano ampliado no atual Governo pelas ações militares do pós 11 de setembro, gera expectativas pouco favoráveis num futuro próximo (pós 2005), para o ambiente mundial e, em especial, para o latino-americano. Este é um ambiente especialmente adverso para economias ditas emergentes, mas com problemas sérios de desequilíbrio das contas externas e das contas públicas, como a brasileira.

**Tabela 1.1**

Crescimento e projeções da economia mundial, regiões e países selecionados, 2003-2005.

	2003	2004	2005
Países da OCDE	2,90	4,20	3,80
Estados Unidos <sup>1</sup>	3,10	4,20	3,80
Japão	2,70	1,80	1,80
Países da Área do Euro	0,50	1,80	2,50
China	8,50	7,80	7,40
América Latina <sup>2</sup>	1,50	3,40	4,40

Fonte: European Commission. Autumn 2003 Economic Forecast BEA, fev. 2004; <sup>2</sup>Cepal. Balance preliminar, 2003

Nota: Em 2003, resultados preliminares dos Estados Unidos e América Latina

Há iniciativas que pressionam no sentido de uma maior regulação do movimento do capital financeiro, com destaque para cobranças do movimento antiglobalização, mas os avanços não são visíveis ainda. A desregulamentação dos fluxos financeiros, ambiente que ainda domina, tem provocado impactos localizados em sub-regiões ou países em momentos de maior turbulência. Países com condições macroeconômicas semelhantes às do Brasil vêm sendo impactados nesses momentos.

Há também esforços para reduzir a exclusão social, mas na América Latina os avanços são muito lentos. Se o crescimento da economia mundial se mantiver no mesmo ritmo recente, em 2015, as taxas de pobreza global cairão a menos da metade do nível observado em 1990, tirando cerca de 360 milhões de pessoas da condição de pobreza extrema.<sup>1</sup> Mas, na década de 90, o número de pessoas nessa condição (vivendo com menos de US\$ 1,00 dia), na América Latina, passou de 48 milhões para 57 milhões, numa tendência contrária à mundial.

No que se refere à dimensão tecnológica, o essencial da revolução da microeletrônica já ocorreu, mas seu aprofundamento e sua difusão continuam de forma acelerada mundo afora, atingindo países como o Brasil. Na agricultura, os avanços na aplicação dos conhecimentos da genética e da biotecnologia vão impulsionando os transgênicos e a agricultura orgânica fazendo perder peso relativo à agricultura com base na química, tal como se praticou no século XX.

Por sua vez, a consciência ambiental vem crescendo no mundo e as diversas negociações e convenções internacionais vêm estimulando legislação e políticas nacionais favoráveis ao desenvolvimento sustentável. Há, portanto, sinais de mudança, mas elas não serão muito significativas nos próximos anos.

As principais hipóteses sobre as tendências futuras do ambiente mundial são as seguintes:

- deve prosseguir a lenta recuperação com base no dinamismo de países como China e Estados Unidos, vez que os países da área do Euro e o Japão devem ter recuperação bem mais lenta;
- é de se esperar que, até a primeira metade da presente década, a economia mundial não sofra impactos negativos como o que ocorreu no início da década, mantendo, até 2005, um crescimento situado entre 3% e 4%;
- deve continuar a grande instabilidade, com mobilidade dos fluxos financeiros, esperando-se mudanças na política de juros americana após as eleições (2005) e impactos adversos em países como o Brasil;
- do ponto de vista da dinâmica produtiva, num prazo mais longo, ainda não é visível um novo grande ciclo de prosperidade, devendo, a segunda metade desta década, continuar sendo marcada pela combinação de períodos de crescimento, com períodos de desaceleração e crise. Assim, após a recuperação no período 2002-2005 (com crescimento em torno de 3%), a economia mundial deverá se expandir entre 2005 e 2010 a uma taxa média anual similar, nos cinco anos, com oscilações significativas entre fase expansivas e fases de reduzido crescimento econômico;

---

<sup>1</sup> BANCO MUNDIAL. Indicadores de Desenvolvimento Mundial (WDI), 2003.

- a ampliação da União Européia, com a inclusão de países da antiga Europa de Leste, com certa complementaridade em relação ao Brasil podem colocar problemas para este país na sua busca de maior integração com aquele Bloco, sendo esperada, também, a não consolidação da ALCA nos termos que vinha sendo proposta, devendo ser ampliadas as relações com países no Sul, em especial a China e Índia e os da América Latina; e
- devem prosseguir as mudanças nos padrões contemporâneos, tanto tecnológicos como de relação das sociedades humanas com a natureza, atingindo países como o Brasil.

Em síntese, o ambiente econômico mundial, provavelmente, deverá caracterizar-se por uma recuperação inicial da economia dos países mais industrializados, na primeira metade da década, o que repercutirá positivamente sobre a economia brasileira. No entanto, continuará, no longo prazo, a ocorrer fases de crescimento seguidas de fases de instabilidade, com impacto sobre as economias menos industrializadas, entre elas a brasileira. Enquanto isso, os novos padrões tecnológicos e de relação sociedade x natureza se difundem no mundo.

Levando-se em conta este contexto, é de se esperar um processo de mudanças lento, do qual resultem novos arranjos políticos que permitam uma maior regulação da economia, tendo em vista, sobretudo, a grande instabilidade, que pode, inclusive, afetar os países centrais, e uma reorganização da base econômica mundial que possibilite uma maior inclusão social e novas formas de crescimento, com menor impacto ambiental, vez que começarão a dar maiores frutos os modelos de gestão participativa e integrada de recursos naturais patrocinados pela Agenda 21.

## **Contexto Brasileiro**

Trabalha-se com diferentes suposições de tendência, merecendo destaque:

- a modesta recuperação do crescimento da economia brasileira passando de 3,5%, em 2004, para 5% em 2007, conforme metas do Plano Plurianual, (Tabela 1.2), influenciada pela retomada dos países mais industrializados e pela ampliação de relações comerciais com países do Sul, em especial a China, e num ambiente de inflação declinante (pelo IPCA, a meta é passar de 9% para 4% entre 2003 e 2007) e superávits comerciais elevados (entre US\$ 17 e 21 bilhões);

**Tabela 1.2**

Metas do PPA Federal para crescimento do PIB, 2004 – 2007 (% ao ano).

PIB	Ano			
	2004	2005	2006	2007
	3,50	4,00	4,50	5,00
Ótica da Oferta Agregada				
Agropecuária	3,70	4,00	4,40	4,90
Indústria	4,10	4,60	5,00	5,60
Serviços	3,20	3,60	4,20	4,60
Ótica da Demanda Agregada				
Cons.Famílias	3,20	3,50	4,50	5,00
Cons. Governo	3,00	3,50	4,00	4,50
Investimento	4,50	6,00	7,00	8,00
Exportações	8,50	7,00	6,00	7,00
Importações	9,20	8,00	9,00	10,20

**Fonte:** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2003.

- a continuidade da vulnerabilidade da economia nacional à instabilidade da dinâmica mundial e do movimento dos fluxos financeiros;
- a pequena capacidade para reduzir, significativamente, no curto prazo, a exclusão social, dadas as restrições para um crescimento mais intenso, mesmo num contexto de políticas assistenciais mais ativas (os programas federais de renda mínima devem passar dos 3 milhões, em 2003, para 12,7 milhões de famílias atendidas em 2007, com gasto de R\$ 10,6 bilhões no último ano). Essas políticas deverão ter impactos mais visíveis em regiões rurais (especialmente em bolsões como o Nordeste semi-árido) do que nas grandes metrópoles do país;
- as incipientes políticas regionais, que serão insuficientes para alterar significativamente a concentração espacial da base produtiva do país e as grandes desigualdades regionais herdadas do século XX, embora algumas “ilhas de dinamismo” continuem a florescer nas diversas macro-regiões do país;
- as mudanças dos padrões tecnológicos, produtivos e organizacionais que se difundem pelo país, chegando a regiões mais distantes das grandes metrópoles, ao mesmo tempo em que novos campos de atuação e novos agentes sociais surgem e buscam se afirmar, lutam para alcançar seus direitos e começam a atuar como cidadãos, protagonistas de um mundo novo; e
- o avanço da reestruturação gradativa do Estado brasileiro, com ampliação da sua presença reguladora, e atuando no sentido de torná-lo capaz de exercer políticas ativas, tanto na dimensão econômica como na social e ambiental.

As principais hipóteses sobre as tendências futuras do ambiente brasileiro são as seguintes:

- mudanças lentas e gradativas num contexto de fortes restrições herdadas do passado recente, por intermédio de reformas e mudanças que favoreçam uma maior atuação do

Estado brasileiro;

- maior capacidade de iniciativa do Estado brasileiro, a partir da segunda metade da década, que poderá apoiar, de forma mais ativa do que tem feito na fase recente, a dinamização da economia nacional e desenvolver políticas e programas sociais e ambientais mais eficazes;
- redução gradual da exclusão social, de modo mais lento na primeira metade da década do que na segunda – seja em razão de um maior crescimento econômico, ainda que em taxas reduzidas, seja em razão de políticas sociais e ambientais mais abrangentes;
- surgimento de novas formas de organizar e promover o desenvolvimento regional e emergência de novos agentes que se movimentam em defesa do desenvolvimento socialmente mais incluyente e ambientalmente mais sustentável; e,
- este cenário poderá apresentar, contudo, alguma nuance de qualidade, dependendo do nível de mobilização da sociedade civil organizada do país e de um contexto internacional mais ou menos favorável, com impactos levemente diferenciados na intensidade no ritmo da retomada da economia e no processo de inclusão social.

## **Contexto do Rio Grande do Norte**

Em função do que vem ocorrendo no passado recente, projetam-se algumas tendências para o desenvolvimento estadual (Tabela 1.3):

- a economia estadual terá comportamento similar à nacional, com tendência a registrar uma expansão ligeiramente maior que a do país no seu conjunto<sup>1</sup>;
- terá continuidade a concentração econômica em Natal e seu entorno e na região próxima a Mossoró, dadas as dificuldades de disseminar o dinamismo para outras regiões do Estado;
- tendência à perda de posição relativa de várias regiões (como a do Litoral Norte) na economia estadual, não afetando o Agreste, Potengi e Trairi, que conseguiram superar este movimento nos anos 90; e
- continuidade da tendência à redução da pobreza e melhoria dos indicadores sociais, tal como vinha sendo observada nas duas últimas décadas do século XX, no Estado<sup>2</sup>.

Tratando-se de cenário mais provável, considera-se que os aspectos externos à Região, referidos anteriormente, deverão não só seguir no futuro as tendências que estão sendo observadas no passado recente e no presente, mas deverão influenciar mudanças.

Relativamente aos aspectos econômicos do Estado, dentre as hipóteses que podem

---

<sup>1</sup> No período 1990-98, a economia estadual cresceu a uma média anual de 3% contra, 2,5% da média nacional.

<sup>2</sup> Estudo recente do Banco Mundial ("Crescimento e Redução da Pobreza no RN", Relatório nº 24891 de dez/2003), identifica tal tendência e apresenta evolução bastante favorável de diversos indicadores sociais no Estado, tal como a grande redução da mortalidade infantil, da taxa de analfabetismo, da porcentagem de pobres, entre outros. Somente durante as últimas duas décadas, a parcela da população classificada como extremamente pobre diminuiu em 20% e as taxas de mortalidade infantil e de analfabetismo tiveram queda de 71% e de 41%, respectivamente.

ser discutidas com o objetivo de formular um cenário mais provável, devem ser lembradas as seguintes:

- não obstante a particularidade e especificidade que tem o Rio Grande do Norte no contexto das economias estaduais brasileiras, o seu processo de integração e articulação com as diferentes regiões brasileiras influencia significativamente sua evolução, do que resulta, em seus traços gerais, uma trajetória similar à da economia nacional;
- apesar deste fato, o Estado, de acordo com estimativas disponíveis, vem apresentando, nas duas últimas décadas, um crescimento bem superior ao da economia nordestina e ao da economia brasileira;
- este fato sugere que, num cenário mais provável, possa ser considerada a hipótese de que, não obstante o atrelamento da economia norte-rio-grandense aos movimentos cíclicos da economia nacional, suas taxas, na presente década, sejam maiores que as consideradas para a economia brasileira; e
- neste caso, é de se esperar que, na primeira metade da presente década, a economia do Rio Grande do Norte venha a se expandir a taxas superiores aos 3,5% estimadas para a economia nacional, o que poderá se repetir nos anos 2005 a 2010 (algo em torno dos 5%), puxado pelo dinamismo da Grande Natal e das áreas próximas às jazidas de petróleo e gás (proximidades de Mossoró).

Vale, ainda, destacar a importância de fatores que estão amadurecendo, podendo consolidar ou alterar este movimento do passado, disseminando-se nas demais áreas do Estado, notadamente nas do semi-árido (que, nas últimas décadas, perderam parte significativa da sua base econômica).

Supõe-se, assim, que a tendência provável é a de continuidade da concentração espacial da atividade produtiva na Grande Natal e naquelas áreas onde ocorre maior disponibilidade de recursos naturais, notadamente gás e petróleo. É evidente que não se pode descartar a ocorrência de disseminação de alguns segmentos dinâmicos, como a carcinicultura, a apicultura, a fruticultura, a caprino-ovinocultura e as atividades ligadas ao turismo, entre outras.

**Tabela 1.3**

Cenários do contexto nacional e estadual, 2004.

<b>Variável</b>	<b>Tendencial</b>	<b>Desejado</b>	<b>Hipóteses e/ou Justificativas</b>
Crescimento do PIB do Brasil	Recupera (5% a.a)	*****	Ambiente externo favorável e recuperação do quadro fiscal
Política Regional / Nacional	Avanço moderado	*****	Boas iniciativas, mas com recursos ainda limitados
Política Ambiental / Nacional	Avanço moderado	*****	Ações localizadas com êxito
Política C&T nacional	Avanço moderado	*****	Algum esforço de descentralização e bom resultado dos Fundos Setoriais
Política Social Nacional	Avanço significativo	*****	Governo concentra esforços nas Políticas Assistenciais
<b>Rio Grande do Norte</b>			
Crescimento do PIB do Rio Grande do Norte	Mantêm-se acima da média do país (6% a.a)	*****	Permanece tendência das duas últimas décadas
Concentração Regional do Crescimento	Mantêm-se, mas não afeta a Região	*****	Permanece a tendência dos anos 90
Política Ambiental/RN	Mais rigor e melhor padrão de gestão	*****	Esforços estaduais na gestão de Recursos Naturais dão resultados positivos
Difusão de Novas Tecnologias no RN	Lenta difusão	*****	Governo Estadual investe pouco, mas as Universidades contribuem
Política Social do RN	Avanços lentos	*****	Governo Federal assume mais

Fonte: Pesquisa direta e dados indiretos, 2004.

## Cenário Regional

Segundo as tendências futuras, o mais provável é que não se verifiquem, até 2010, mudanças bruscas na dinâmica sócio-econômica e no quadro político-institucional da Região. No entanto, algumas tendências já em curso, identificadas no diagnóstico da situação atual, deverão prosseguir influenciando no desenvolvimento regional. Com base nelas, foi construído o cenário tendencial.

Por outro lado, a mobilização da sociedade regional, apoiada pelo Governo Estadual e por outros agentes relevantes, deve levar à implementação de novas iniciativas, especialmente as decorrentes dos Programas e Projetos indicados no presente Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável. Portanto, é possível prever um futuro melhor para a Região, pois aumentará a probabilidade de ser alcançado o cenário desejado, a seguir apresentado para cada uma das dimensões da vida social regional.

### • Cenários Tendencial e Desejado na Dimensão Econômica.

A base produtiva regional deve ampliar-se em ritmo semelhante ao da economia

norte-rio-grandense, tal como vinha ocorrendo na década de 90 do último século, experimentando crescimento médio que se acelera chegando a situar-se entre 4% e 4,5% até 2010. Com isso, manterá seu peso relativo (4,7%) no total da economia estadual. Se investimentos importantes, previstos no Plano Regional de Desenvolvimento aqui apresentado, se viabilizarem, este ritmo pode ser acelerado para um crescimento maior, entre 5,5% e 6% na segunda metade da atual década, o que se constitui no cenário desejado. Nesse contexto, o valor do PIB da Região em seu conjunto, que em 2000, era estimado em R\$ 435 milhões, deve atingir os R\$ 537 milhões, no cenário tendencial e chegar aos R\$ 600 milhões, no cenário desejado (Tabela 2.4).

Paralelamente, a diversificação da base produtiva regional, tendência já em curso na fase recente, deve acelerar-se com menos intensidade no cenário tendencial e com maior força no cenário desejado. O processo de diversificação será comandado pelo crescimento mais intenso, sobretudo no segundo cenário, de atividades como a apicultura, o turismo, a aqüicultura, a avicultura e a exploração de alguns recursos minerais. Caso estudos de viabilidade resultem positivos, a produção de mamona pode expandir-se, fazendo certas áreas tirarem partido da oportunidade aberta pela nova política energética brasileira que vai estimular a substituição do diesel de origem mineral (e importado) pelo biodiesel de origem nacional.

**Tabela 1.4**

Cenário desejado e tendencial da dimensão econômica, na região, 2004.

<b>Variável</b>	<b>Tendencial</b>	<b>Desejado</b>	<b>Hipóteses e/ou Justificativas</b>
%PIB regional e PIB estadual	4,7%	4,7%	A Região acompanha a dinâmica da economia estadual
Crescimento. PIB regional (variação anual)	4% a 4,5%	5,5% a 6%	Investimentos são maiores no cenário desejado
Valor do PIB regional (R\$ milhões)	537	600	Investimentos são maiores no cenário desejado
Estrutura Produtiva	Modesta diversificação	Maior diversificação	Investimentos crescem na apicultura, turismo, aqüicultura, avicultura e exploração de minérios, especialmente no cenário desejado.

Fonte: Pesquisa direta e dados indiretos, 2004.

## • Cenários Tendencial e Desejado na Dimensão Ambiental

O compromisso crescente da sociedade regional com a sustentabilidade ambiental do desenvolvimento, expresso no presente Plano, sinaliza para dar continuidade a tendências positivas no que se refere à construção de um padrão menos predador na relação da população e dos agentes econômicos com a natureza. Assim, deve-se reduzir a tradicional vulnerabilidade ambiental provocada pela combinação das condições climáticas típicas do ecossistema semi-árido e das condições sócio-ambientais existentes.

Como fenômeno da natureza, a ocorrência de secas periódicas deve prosseguir, mas será crescentemente associada a uma gestão mais adequada dos recursos hídricos e

ambientais, contribuindo para reduzir o nível atual de degradação ambiental das três regiões aqui tratadas. Com uma base produtiva experimentando processo de diversificação, em função do qual devem ganhar peso atividades que convivem melhor com o semi-árido, os impactos econômicos e sociais das secas periódicas também devem ser reduzidos. Ao mesmo tempo, a ampliação da cobertura da população mais pobre pelos programas assistenciais de transferência de renda deve reduzir-se à exploração predatória de recursos da natureza (desmatamento da caatinga, por exemplo), por pessoas impulsionadas pela extrema necessidade de sobrevivência.

O cenário tendencial apresentado (Tabela 1.5) foi elaborado tomando-se, como hipótese, a continuidade das condições preexistentes no passado mais recente, ou seja, com o pressuposto de que não haverá intervenção planejada mais forte na área e, como a base produtiva estará se dinamizando, ainda serão gerados impactos, resultando em uma moderada degradação ambiental. Como conseqüência disso, o processo vigente de degradação ambiental e uso pouco controlado dos recursos naturais não será alterado significativamente.

O diagnóstico da Região já identificou iniciativas (ainda isoladas) dos produtores da agropecuária para reduzir os impactos ambientais provocados pela atividade, através da adoção de tecnologias com padrão tecnológico mais adequado à Região e diversificando as culturas ali desenvolvidas. Com isso, verificam-se indícios de pequena inovação tecnológica nesse setor, resultando em melhoria dos padrões de conservação ambiental na Região.

Para avaliação da utilização das terras para exploração pastoril, foi utilizada “a proporção da área alterada em relação à área total”, que mede a expansão do uso das terras em atividade econômica. Tomando os Censos Agropecuários de 1985 e 1995/96 do IBGE, para todos os municípios da Região, verifica-se uma redução no seu valor de 35,92%, em 1985, para 26,46%, em 1995, que corresponde a uma redução de quase 3% do valor observado há uma década. Não obstante, observa-se que a Região, como um todo, apresentou um considerável ganho com a diminuição da expansão do uso da terra para fins de atividade econômica e, conseqüentemente, provocando menor impacto ambiental em sua cobertura vegetal.

As explicações mais plausíveis podem ser atribuídas à perda de espaço da Região no contexto da economia do Estado, nos anos 1980, e, internamente na Região, o abandono de áreas antes utilizadas na atividade agropastoril, em decorrência do êxodo rural-urbano, que, o qual considerável contingente da população residente nas áreas rurais que viviam da exploração quase predatória, da terra. Para o período que vai até 2010, estima-se, no cenário tendencial, que a relação fique nos 19,4%, continuando, assim, a se reduzir, seguindo o ritmo observado anteriormente. No cenário desejado, a redução poderá ser maior. Por sua vez, o indicador “relação entre área de mata/área total” apresentou um acréscimo de 16,12%, em 1985, para 17,94%, em 1995, o que representa uma pequena redução do processo de desmatamento. Supõe-se que essa tendência persistirá, mesmo com o maior dinamismo da base econômica previsto até 2010. Esperam-se, no cenário tendencial, que atinja os 19,3%, caso o ritmo anterior se mantenha. Mas, o desmatamento pode ser ainda mais reduzido, caso algumas iniciativas, propostas no Plano, comecem a dar resultados, e este seria o cenário desejado.

Infelizmente, não se pode ser mais ousado nas expectativas, pois a ação do poder

público ainda encontra obstáculos importantes para se exercer o controle ambiental com mais vigor; os recursos humanos e financeiros do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do RN (IDEMA) não são suficientes para gerenciar os recursos florestais do Estado. Além disso, registra-se a falta de infra-estrutura (pessoal capacitado, equipamentos e recursos financeiros) para conhecer a situação da cobertura florestal do Estado e estabelecer programas de conservação, bem como de controle e fiscalização. Não existem, propriamente, conflitos entre os instrumentos legais estaduais e federais, apenas a descentralização da gestão dos recursos florestais ainda não foi efetivada e a legislação existente necessita de revisão e regulamentação. No que diz respeito aos recursos hídricos, o estudo “Simulação do Balanço Hídrico Distribuído”, que confrontou o sistema de obra e de oferta hídricas atual, com demandas previstas para os anos de 2000, 2010 e 2020, para cada município do Estado do Rio Grande do Norte, revela déficits ainda importantes, principalmente, no que se refere ao atendimento das demandas concentradas dos centros urbanos.

Nesse contexto, no cenário tendencial, espera-se o aumento do déficit hídrico, em face da crescente demanda para o abastecimento de água para a população, bem como para as atividades agrícolas e industriais. Espera-se, também, o aumento do grau de comprometimento dos mananciais de água, por conta do lançamento “in natura” de esgotos sanitários domésticos e industriais, bem como dos resíduos sólidos.

Por outro lado, no cenário desejado, conta-se com iniciativas que devem elevar a consciência ambiental da população local, bem como ampliar a demanda por produtos ecologicamente sustentáveis. A diversificação produtiva seguirá a tendência em privilegiar atividades capazes de conviver, de forma satisfatória, com as condições ecológicas locais, o que reduziria os impactos ambientais provenientes da expansão dos arranjos produtivos locais que se expandirão até 2010, em especial a agricultura/fruticultura, pecuária/base leiteira, turismo, apicultura e aqüicultura. Espera-se, também, que os projetos propostos no presente Plano estimulem o aumento da utilização de tecnologias menos degradadoras do meio ambiente. Mesmo neste cenário, ainda espera-se o aumento da degradação dos recursos naturais, com redução da biodiversidade, provocado pelo desmatamento. No que se refere aos recursos hídricos, considerando que devem ser implementados projetos que reforcem a infra-estrutura hídrica atual (com a construção de poços e de pequenos, médios e grandes açudes) espera-se melhor atendimento dos déficits hoje identificados na Região.

**Tabela 1.5**

Cenário desejado e tendencial da dimensão ambiental, na região, 2004.

Variável	Tendencial	Desejado	Hipóteses e/ou Justificativas
Uso de Terras (% área alterada sobre a área total)	19,37	Continua reduzindo	Éra superior a 2%, mas diminui em função de pequena redução no processo de desmatamento.
Cobertura Vegetal (% área)	19,31	Continua aumentando	Modesta redução no desmatamento leva ao aumento.
Déficit Hídrico (demanda urbana)	15,5%	Redução	Déficit reduz, apesar do crescimento da população.
Déficit Hídrico (demanda rural)	7%	Redução	Déficit reduz, apesar do crescimento da população.
Déficit Hídrico (demanda animal)	5%	Redução	Déficit reduz, apesar do crescimento da população animal.
Déficit Hídrico (demanda irrigação)	9%	Aumento	Déficit aumenta por conta do maior número de projetos de irrigação na Região.
Nível de Consciência Ambiental	Aumento moderado	Aumento elevado	Melhora sistema de educação e realizam-se campanhas e programas de educação ambiental.
Uso de Tecnologias (ambientalmente corretas)	Aumento moderado	Aumento elevado	Função de incentivos e aumento do grau de consciência ambiental
Comprometimento dos mananciais	Aumento moderado	Diminuição	Impacto do lançamento "in natura" dos esgotos domésticos.

Fonte: Pesquisa direta e dados indiretamente, 2004.

## • Cenários Tendencial e Desejado na Dimensão Político-Institucional

A análise da dimensão político-institucional, feita para o Diagnóstico do Plano evidencia que estão em curso alguns avanços importantes no campo da descentralização administrativa e da participação social, em que pese a elevada dependência dos municípios em relação às transferências inter-governamentais e à permanência de práticas políticas caracterizadas pela centralização administrativa e pela "política do favor".

Vendo o contexto estadual, vale de saída, destacar que a capacidade operacional dos organismos desse nível de governo deve permanecer mais ou menos como está, com exceção de áreas específicas como segurança, educação e saúde, em relação às quais se verifica um ligeiro aumento do número de funcionários face à abertura de recentes concursos.

O nível de organização da sociedade civil continuará marcado por mediadores que utilizam a organização como estratégia de manutenção de favores ou de promoção pessoal, porém, a progressiva consolidação de formas alternativas de democracia direta e gestão descentralizada contribuirá para reduzir esse efeito inadequado aos tempos atuais.

Mesmo nesse ambiente pouco promissor, devem ocorrer, na Região, alguns avanços no campo político-institucional. Para construir os cenários apresentados foram escolhidos alguns indicadores. O primeiro deles é o tamanho do governo, medido pelo número de servidores estaduais e municipais atuando nas regiões aqui abordadas. A recente tendência

é manter relativamente constante o número geral de servidores estaduais (com redução nos quadros em função de aposentadorias), o que não deve mudar, mesmo no cenário desejado, pois as iniciativas regionais têm pouco poder para alterar esta realidade.

Em relação aos funcionários municipais, tanto no cenário tendencial como no desejado, projeta-se a manutenção do número razoavelmente elevado atualmente existente (de 11,1 mil, que corresponde a 264 funcionários por município). O que diferencia os dois cenários é um maior esforço de capacitação desse contingente de servidores no cenário desejado, elevando mais significativamente, até 2010, a qualidade dos serviços prestados à população.

Um segundo indicador é o valor das Receitas Tributárias estaduais e municipais. No caso do ICMS, principal imposto estadual, os dados levantados evidenciam uma tendência claramente ascendente, em valores reais (R\$ 788 milhões, em 1999, contra R\$ 908 milhões, em 2001), o que tem conseqüências positivas para os municípios, para os quais 25% dessa receita são repassados.

Esse fato, decorrente da modernização do sistema tributário, faz prever a continuidade dessa tendência, ainda que num ritmo menor do que prevaleceu nos anos recentes, em função dos índices positivos de crescimento econômico do Estado, da redução da sonegação, da estabilização dos preços e das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No cenário tendencial, estima-se, para 2010, uma receita anual do ICMS do Rio Grande do Norte em torno de R\$ 1,3 bilhões. Já as receitas municipais da Região, acompanharão de perto o dinamismo do ICMS arrecadado e, assim, prevê-se que, neste cenário, elas alcancem R\$ 176,6 milhões, em 2010, e, no cenário desejado, atinjam R\$ 244,5 milhões naquele ano.

Um terceiro indicador é o Grau de Dependência Financeira dos municípios da Região, expresso na relação entre o valor das transferências (principalmente o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a quota do ICMS) feitas pelas outras esferas de Governo e o valor das receitas totais arrecadadas pelo município. Esse percentual era de 85%, em 2000, mas deve reduzir-se com modernização (embora lenta) das administrações municipais e o dinamismo da economia regional (expresso, inclusive, no crescimento das receitas próprias). As projeções feitas indicam que esse percentual deve cair para 68%, tanto no cenário tendencial como no cenário desejado, vez que as iniciativas regionais não têm como exercer influência decisiva na sua mudança.

Por outro lado, também em ambos os cenários, a participação das receitas da Região no total das receitas municipais do Estado, que vem se mantendo em torno de 12%, deve permanecer, não havendo nenhum indicativo de que esta tendência seja alterada para os próximos anos.

No que se refere à organização da sociedade civil para interferir na ação governamental, o indicador tomado foi o número de conselhos gestores de políticas públicas.

Tais conselhos vêm sendo reconhecidos por um grande número de formuladores de políticas públicas como instâncias importantes para o exercício da democracia direta e para o controle da sociedade civil sobre o Estado. Por esta razão, o número desses conselhos tenderá a se consolidar-se como instâncias de implementação de políticas públicas no

âmbito local e regional.

O número total de conselhos identificados nos 42 municípios da Região foi de 220 o que corresponde a uma média de 5 (cinco) conselhos por município, portanto, semelhante às demais regiões do Estado. Nesse contexto, no cenário tendencial não se espera aumento da quantidade de conselhos municipais, mas de consolidação dos atuais (cerca de 2,2 por município), mediante a criação de infra-estrutura administrativa e assessoramento técnico especializado. Já no cenário desejado, espera-se que, em 2010, existam 123 instituições desse tipo (uma média de três conselhos por município), devidamente constituídos, instalados e em funcionamento. Incluem-se, neste número, os conselhos municipais de desenvolvimento sustentável, que deverão ser instalados em todos os municípios.

Na Tabela 1.6, apresenta-se uma síntese do texto acima elaborado, segundo os cenários tendencial da dimensão político – institucional regional.

**Tabela 1.6**

Cenário desejado e tendencial da dimensão político - institucional, na região, 2004.

<b>Indicador</b>	<b>Tendencial</b>	<b>Desejado</b>	<b>Hipóteses e/ou Justificativas</b>
Tamanho do Gov. Municipal. (nº. de funcionários nos 42 municípios).	11 mil	11 mil	O tamanho atual permanece em função do elevado número já existente. As administrações investem em qualificação.
Receita dos Municípios (R\$ milhões).	176,6	244,5	Crescimento. Real acompanha crescimento do ICMS estadual com taxa em torno de 5% ao ano.
Grau de Dependência Municipal. (% das Transferências / Receitas Totais)	68%	68%	Era 85% em 2000, mas modernização das administrações municipais e maior dinamismo da base econômica impactam positivamente.
Conselhos de Políticas Públicas. (nº. de Conselhos Gestores)	96	123	Consolidam-se os atuais (2,2 por municípios), mas, no cenário desejado, chega-se a três por município.
Grau de escolaridade dos Prefeitos. (% com 3º Grau).	4%	5%	A escolaridade de 31% apresentado em 2001 vai aumentar.
Municípios c/ Orçamento Participativo (nº.)	10 em 42	15 em 42	Iniciativa chega à Região, com mais força no cenário desejado.

Fonte: Pesquisa direta e dados indiretamente, 2004.

Também espera-se elevar o Grau de Escolaridade dos Prefeitos dos municípios. Atualmente 13, ou 31 % do total dos prefeitos possuem curso superior completo. Admite-se um cenário tendencial onde o grau de escolaridade dos prefeitos municipais será ainda mais elevado, chegando a 17 (4% do total), em 2010. Já no cenário desejado, 21 deles (5% do total) teriam concluído o terceiro grau naquele ano.

Outro indicador da organização social regional é o número de municípios sobre com orçamento participativo, instituto que, aplicado na sua integralidade, ainda não foi experimentado em nenhum município da Região aqui referenciada.

Entretanto, esta inovação não é desconhecida pelos prefeitos, sendo aplicada de forma incompleta, sem sistematização e continuidade. Dado este tipo de abertura, admite-

se, como cenário tendencial, que o orçamento participativo venha a ser adotado integralmente em pelo menos dez (10) municípios da Região até 2010 e no cenário desejado, alcançar-se 15 municípios, com este tipo de experiência implantada.

## • Cenários Tendencial e Desejado na Dimensão Científico-Tecnológica

No Diagnóstico realizado no Plano, ficou muito nítida a presença de fortes contrastes no nível tecnológico das diversas atividades que integram a vida econômica e social da Região. Essa diversidade de padrões científicos e tecnológicos faz com que convivam, na mesma região, unidades e cadeias produtivas que adotam procedimentos rudimentares (como a utilização de queimadas no manejo do solo) com outras que se caracterizam pela aplicação de tecnologias inovadoras (carcinicultura, pecuária bovina e caprina, cajucultura, entre outras). Por outro lado, a base de informações sobre essa dimensão do desenvolvimento regional é ainda muito insuficiente, o que dificultou o uso de indicadores para a montagem dos cenários de futuro. As informações tiveram que ser colhidas através de técnicos e consultores em diferentes instituições relacionadas com geração e difusão de tecnologias e em entrevistas realizadas com diversos produtores rurais.

O maior desafio destacado é o de elevar o padrão técnico da agricultura familiar (pela quantidade de produtores que envolve na Região) e, portanto, de ampliar e melhorar o sistema de assistência técnica ao desenvolvimento rural. Reconhece-se a existência de uma tímida tendência a ampliar a oferta desse serviço, o que resultará, no cenário tendencial, numa moderada elevação do nível tecnológico das atividades desenvolvidas por esse tipo de produtor. Mas, o cenário desejado seria de um aumento mais rápido e intenso dos padrões atuais, o que requer um maior investimento tanto na ampliação do número de técnicos envolvidos como na estruturação de um novo sistema de assessoramento e apoio ao produtor (especialmente por parte do Governo estadual).

No que tange à mandioca, uma das atividades mais difundidas na Região e uma de suas culturas mais tradicionais, espera-se, no cenário tendencial, que os avanços obtidos pelos resultados de pesquisas em curso fora da Região tenham aqui difusão lenta. Enquanto isso, no cenário desejado, espera-se a ocorrência de melhorias mais significativas do padrão atual, com as instituições encarregadas da difusão de conhecimentos recebendo mais apoio e atuando com mais força nas três regiões, aproveitando o potencial e a tradição delas nesse tipo de atividade.

Espera-se, ainda, uma melhoria relevante nos padrões tecnológicos da aquíicultura e, em especial, da carcinicultura. Na pecuária, o manejo animal é o foco escolhido para concentrar os avanços técnicos pela maioria dos produtores consultados.

No cenário tendencial essa melhoria tecnológica seria moderada, mas, no cenário desejado, as pressões do mercado impulsionariam mudanças mais rápidas com ampla difusão nas diversos segmentos de produtores.

Na Tabela I.7 mostra-se uma síntese do texto elaborado anteriormente.

**Tabela 1.7****Cenário desejado e tendencial da dimensão científico-tecnológica, na região, 2004.**

Variável	Tendencial	Desejado	Hipóteses e/ou Justificativas
Produtividade da Agricultura Familiar	Aumento moderado	Aumento significativo	Melhora assistência técnica com melhor difusão de novos conhecimentos.
Oferta de Assist. Técnica	Manutenção do nível atual	Aumento significativo	No cenário desejado o governo amplia o quadro de recursos humanos e estrutura o sistema público de assistência técnica e gerencial
Inovação Tecnológica	Lenta evolução	Melhorias localizadas em áreas onde se dão associadas aos arranjos produtivos	No cenário desejado programas de capacitação e iniciativas de cooperação, têm resultados mais positivos.
Pesquisa sobre mandioca	Evolução gradativa, fora da região.	Evolução, porém com aplicações na região.	Os institutos de pesquisa ampliam suas pesquisas, aproveitando o potencial e a tradição da região.
Emprego de novas tecnologias na aqüicultura (camarão, peixe).	Avanço moderado	Ampliação do uso de técnicas adequadas	No cenário desejado, maior difusão de novas tecnologias, devido à pressão do mercado pelo produto, principalmente do camarão.
Novos manejos animal	Não absorção das técnicas	Ampliação do uso de técnicas adequadas	Estruturação da assistência técnica, com melhor difusão de novos conhecimentos.

Fonte: Pesquisa direta e dados indiretos, 2004.

## • Cenários Tendencial e Desejado na Dimensão Sócio-Cultural

No que se refere à população, partiu-se dos dados do Censo Demográfico 2000. Para construir tanto o cenário tendencial quanto o desejado, admitiu-se que para o Estado, à população, cresceria do ano 2000 até 2005, a uma taxa de 1,56% ao ano, que foi a que ocorreu entre 1991 e 2000. Entre 2005 e 2010, sua expansão se daria a uma taxa menor, de 1,3% ao ano (Tabela 2.8). Em relação à Região, admitiu-se a hipótese de que sua população seguiria crescente, de 2000 a 2005, a uma taxa de 1,08% ao ano, que foi a que ocorreu entre 1991 e 2000 e que, de 2005 a 2010, a expansão da população ocorreria a uma taxa menor, de 0,9% ao ano. Nesse contexto, em 2010, mais de 400 mil habitantes e manteria o seu peso no total populacional do Estado (12,6%).

Para o indicador do desenvolvimento humano, adotou-se, como base, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mais o IDH Total, estimado pelo Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. O crescimento deste índice, entre 1991 e 2000, no Rio Grande do Norte, foi de 1,9% ao ano. Esta taxa foi admitida, para o Estado, em relação ao período 2000-2005. Considerou-se que, no período seguinte, 2005-2010, sua

expansão ocorreria a uma taxa menor: 1,4% ao ano. Com relação à Região, a taxa de aumento do IDH foi maior (2,4% ao ano) entre 1991 e 2000, considerada como válida para o período 2000-2005. Para os anos 2005-2010, admitiu-se o arrefecimento da sua expansão, estimando-se que a melhoria ocorreria a uma taxa de 1,9% ao ano. Com essas hipóteses, no cenário tendencial, o IDH das regiões passaria dos 0,62 de 2000 para 0,76 em 2010. No cenário desejado, como efeito de maiores investimentos em educação e saúde, da dinamização de atividades econômicas que distribuem melhor a renda regional, além do impacto das crescentes transferências governamentais na renda da população, admite-se ser possível atingir um IDH de 0,79 em 2010.

A situação de pobreza prevalece na Região. O indicador adotado foi o da participação, na população total, da população cuja renda familiar *per capita* era menor que  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo (valor de referência do ano 2000). O exame dos dados (1991 e 2000) mostrou que a melhoria, em relação ao Rio Grande do Norte, ocorreu com a diminuição do indicador a uma taxa anual de -2,8%. Admitiu-se, então, que até 2010 haveria uma diminuição do percentual de pobreza, no Estado, na mesma intensidade ocorrida entre 1991 e 2000. Na Região, partiu-se do pressuposto de que a taxa de 2% ao ano, encontrada na diminuição da pobreza entre 1991 e 2000, se repetiria em todo o período de 2000 a 2010. No cenário tendencial, portanto, haveria, ainda, 37% de habitantes nessa situação (contra 45,3% em 2000, quando, para o conjunto do Estado, este percentual era de 27%). A parte dos Programas e Projetos propostos no Plano, e do aumento dos programas governamentais de renda mínima, pode-se estimar, no cenário desejado, que este percentual cairia para 3%, em 2010, já bem próximo à situação apresentada pelo Estado, em 2000.

Referente às condições sociais, a continuidade da redução da taxa de mortalidade infantil foi tomada como importante desafio. Se entre 1991 e 2000 o declínio constatado foi de, aproximadamente, 6% ao ano, admite-se que ele prosseguirá, mas com menor intensidade, nos anos posteriores, como sempre ocorre após período de declínio forte. No cenário tendencial, portanto, no período de 2000 a 2005, esta tendência de declínio se daria segundo uma taxa anual de 4% e, entre 2005 e 2010, ela se daria a uma taxa de 3%. Já no cenário desejado, a melhoria das condições gerais de vida e a maior redução do número de pessoas em extrema pobreza levariam a taxa para 30 por mil nascidos vivos, em 2010.

A taxa de analfabetismo, ainda encontra-se muito elevada na Região, para os padrões médios do país e deve diminuir. No cenário tendencial, ela estaria ainda nos 37%, em 2010. Mas, no cenário desejado, o Programa Nacional de Combate ao Analfabetismo se dinamizaria na Região e seus resultados permitiriam chegar ao fim da primeira década do século XXI, em cerca de 18%. No que se refere às condições dos domicílios, foram considerados vários indicadores. Um primeiro, relativo ao percentual da população total que tem acesso à água encanada, de acordo com a definição adotada no Atlas de Desenvolvimento Humano. Neste caso, no que se refere ao Rio Grande do Norte, o percentual teve um incremento equivalente a 3,7% ao ano, entre 1991 e 2000. Admitiu-se que esta expansão continuaria até 2005 e que, a partir daí, ela registraria uma diminuição para 2% ao ano. No caso da Região, as taxas de melhoria, partindo de um nível extremamente baixo, foram significativas. Entre 1991 e 2000, registrou-se uma melhoria no indicador de 8,2% ao ano (era 22,7% em 1991 e passou para 46,3% em 2000). O que

se considera é que este impulso inicial não teria prosseguimento no mesmo ritmo nos anos de 2000 a 2005, quando registraram uma melhoria de apenas 4% ao ano. Na fase de 2005-2010, a taxa anual de melhoria do indicador seria de 2%. Nesse contexto, no cenário tendencial, 62% dos domicílios da Região, em 2010, teriam acesso à água encanada e de boa qualidade. No cenário desejado, os investimentos seriam maiores e a oferta cresceria com mais rapidez, chegando a 78% dos domicílios com este tipo de serviço, em 2010. Nos domicílios regionais, com relação ao acesso à energia elétrica, 88% dos domicílios regionais já dispunham desse serviço, em 2000. O Governo Federal lançou o Programa Luz para Todos, negociando, com as empresas concessionárias, a antecipação das metas de ampliação da oferta. No cenário tendencial, prevê-se a universalização até 2010. Finalmente, quanto ao acesso domiciliar urbano ao serviço de coleta de lixo, espera-se que se continue a fortalecer a tendência das municipalidades da Região em ampliar esforços para crescer o índice de atendimento. Nesse contexto, no cenário tendencial, prevê-se que 95% dos domicílios sejam servidos pelos prestadores desse serviço e, num esforço maior, possível no cenário desejado, a universalização também seria possível de ser alcançada, até 2010. Além das melhorias evidentes nas condições sociais da população da Região, as manifestações de identidade da sociedade com suas regiões serão cada vez mais visíveis, onde os interesses comuns tenderão a predominar sobre os individuais. Paralelamente, espera-se um moderado crescimento de atividades vinculadas à cultura regional, como resposta a um maior apoio à cultura que vem tendendo a se observar, no cenário tendencial, e um crescimento mais intenso dessas atividades, no cenário desejado, em função da implementação de alguns projetos propostos no presente Plano.

**Tabela 1.8**

Cenário desejado e tendencial da dimensão sócio-cultural, na região, 2004.

População (1000 hab.).	403	403	Crescimento continua menor que o do RN (taxa desacelera)
% População/RN	12,6%	12,6%	Mantém % no total estadual
IDH	0,76	0,79	Em 2000, era 0,62; os investimentos em saúde, educação e transferência de renda aumentam e são maiores no cenário desejado
Pobreza (% pessoas com renda menor que ¼ SM)	37,1%	3%	Programas de Transferência de renda impactam favoravelmente. Mais no desejado
Taxa de mortalidade infantil	34,73: 1.000	30: 1000	Taxa cai 4% ao ano até 2005 e 3% ao ano até 2010. No cenário tendencial se amplia a queda; no cenário desejado em função de melhoria nas condições gerais de vida. Entre 1991 e 2000, caiu 6% ao ano
Taxa de Analfabetismo	37%	18%	Programa de Combate ao Analfabetismo dá resultados maiores no cenário desejado
Acesso à água (% domicílios com água encanada)	62%	78%	Oferta cresce
Acesso à coleta de lixo (% população urbana)	95%	100%	Esforços das municipalidades e programas de educação ambiental dão bons resultados
Acesso à energia elétrica (% da população total atendida)	100%	100%	Programa Luz para Todos avança e promove universalização (em 2000, já eram 88% da população atendida)
Manifestações de identidade com a Região	Algumas iniciativas	Numerosas iniciativas	No Cenário Desejado, as iniciativas crescem em função de maior apoio à cultura
Proeminência de interesses coletivos mais que individuais	Mantêm-se indícios	Aumentam indícios	No Cenário Desejado, os indícios crescem em função de maior apoio à cultura
Valorização de produtos culturais	Mantêm-se indícios	Aumentam indícios	No Cenário Desejado, os indícios crescem em função de maior apoio à cultura
Desenvolvimento de atividades vinculadas à cultura regional	Moderado crescimento do turismo, artesanato.	Moderado crescimento do turismo, artesanato, eventos culturais	Estímulos de Programas têm efeitos (maiores no cenário desejado)

Fonte: Pesquisa direta e dados indiretos, 2004.

## **CAPÍTULO 2**

### **ANÁLISE DO AMBIENTE EXTERNO**





Neste capítulo, são tratadas as oportunidades e as ameaças mais relevantes do ambiente externo, que afetam de forma positiva ou negativa a implementação do Plano. A seguir, além de variáveis ou aspectos econômicos, são enfocadas as questões políticas e institucionais de origem externa que, seguramente, deverão ter influência marcante na sociedade.

## **OPORTUNIDADES<sup>3</sup> RELEVANTES**

Quando se analisam as principais tendências relevantes em curso no ambiente externo à Região (ambiente mundial, nacional e estadual), é possível identificar aquelas que podem resultar, se bem aproveitadas, em impactos positivos na Região portanto, em oportunidades, como as que podem, se não contrabalançadas, resultar em impactos negativos, e, portanto, em ameaças.

O material a seguir apresentado foi objeto de discussão em 03 (três) oficinas sub-regionais. Nessas oficinas, foram confrontadas as potencialidades e os problemas centrais<sup>4</sup> com esses processos externos à Região, isto é, as oportunidades e as ameaças, para definir os eixos estratégicos de desenvolvimento regional.

Apresentam-se, a seguir, as oportunidades e ameaças consideradas as mais relevantes no presente.

### **Elevação do nível de consciência ambiental no mundo e no Brasil.**

Para a Região objeto deste Plano, marcada por uma vulnerabilidade ambiental importante, uma tendência relevante é a da crescente conscientização mundial sobre a insustentabilidade do padrão de relação à sociedade humana x natureza predominante nos últimos séculos. Valoriza-se, crescentemente, a conservação da biodiversidade e a gestão sustentável dos recursos naturais, em especial os recursos hídricos.

Os movimentos ambientalistas deram importante contribuição na construção de uma nova visão e este debate sobre a sustentabilidade ambiental chegou ao Brasil, apesar

---

<sup>3</sup> Oportunidades são condições favoráveis existentes ou tendências visíveis no contexto externo à Região que podem facilitar ou abrir possibilidades e perspectivas futuras de desenvolvimento sustentável regional, estimulando os fatores internos positivos; desta forma, são condições que fogem do controle da Região mas que podem ser aproveitados para promover o desenvolvimento regional. As condições internas (potencialidades e problemas) definem as possibilidades efetivas de aproveitamento das oportunidades identificadas no contexto externo à Região

<sup>4</sup> As potencialidades e os problemas centrais, expressando fatores internos da Região, são apresentados em outro documento.

da deformação cultural, pela qual se propala que se vive num país excelentemente bem dotado de recursos naturais e sem grandes problemas, portanto, neste campo. A legislação ambiental brasileira avançou muito, as instituições públicas voltadas para a política ambiental tendem a melhorar e a sociedade civil está, hoje, muito mais ativa na defesa do patrimônio ambiental do país.

Apesar desses progressos, no Rio Grande do Norte, sente-se falta de uma política ambiental estadual. Descreve-se que há limitações importantes no órgão ambiental, há falta de informações, de capacitação técnica e de eficiência na fiscalização, além de uma ainda reduzida consciência ambiental; mas, a tendência vem sendo de melhorar esse quadro.

A maior consciência ambiental tem impactado na economia mundial e nacional não só na adoção de tecnologias ambientalmente menos predadoras nas diversas atividades econômicas, como no crescimento da demanda por produtos orgânicos e a expansão do ecoturismo ou de turismo rural, por exemplo.

## **Política energética mundial e nacional valorizadora das fontes limpas e renováveis.**

A partir de 2008, o Banco Mundial não mais financiará projetos de produção de petróleo, gás e carvão. A medida foi recomendada em recente relatório do Banco e sinaliza uma tendência de financiamentos das agências multilaterais: eles vão estimular as fontes energéticas renováveis e não emissoras de gases poluentes. Em 2008, não por acaso, entra em vigor o Protocolo de Kyoto (o mais importante pacto ecológico firmado no planeta, embora ainda sem a assinatura dos Estados Unidos) que expressa idêntica diretriz. Neste contexto, a produção de combustíveis à base de biomassa aparece como principal alternativa.

O Brasil de há muito já percebeu suas potencialidades neste campo, não só pela importância que têm os recursos hídricos na matriz energética nacional como pela experiência já demonstrada para a produção do álcool carburante a partir da cana-de-açúcar. Mais recentemente, o Governo brasileiro, através do Ministério das Minas e Energia, avança na mesma direção recomendada pelo protocolo de Kyoto e lança o Programa de Incentivos a Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, para estimular as fontes alternativas.

No mapa do PROINFA, o Rio Grande do Norte aparece com potencial tanto para a energia eólica como para a energia originária na biomassa.

A Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS lançou, neste contexto, projeto de estímulo ao biodiesel para substituir o diesel fabricado a partir do petróleo (que o país importa), tendo, inclusive, como preocupação, incluir a agricultura familiar no processo de produção da matéria - prima. Uma delas pode ser a mamona, de antiga tradição no sertão do Nordeste e com potencial para seu desenvolvimento em terras do Agreste do Rio Grande do Norte. Já funciona, desde fevereiro de 2004, a Comissão Executiva Interministerial, encarregada da implantação de ações direcionadas à produção e ao uso do óleo vegetal - biodiesel - como fontes alternativas de energia e vários Estados (inclusive do Nordeste) já se candidataram ao Programa. Por sua vez, Projeto de Lei nº 3.368/04,

em exame na Câmara dos Deputados, pretende tornar obrigatória a adição mínima de 2% de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor brasileiro.

Finalmente, vale destacar que, segundo estudos divulgados pelo National Biodiesel Board, órgão responsável pela implementação do biodiesel nos Estados Unidos, o Brasil tem condições de liderar a produção mundial de biodiesel. A meta que esta instituição propõe seria substituir cerca de 60% da demanda mundial de óleo diesel mineral.

## **Valorização da agricultura familiar, com ampliação de políticas públicas, visando sua promoção e a da reforma agrária.**

A agricultura familiar responde, hoje, no Brasil, por quase 40% da produção vida, gerando algo em torno dos R\$ 57 bilhões. São cerca de 4 milhões de famílias de agricultores (84% dos estabelecimentos rurais brasileiros), que vivem em pequenas propriedades e produzem a maior parte da comida que chega à mesa dos brasileiros. Ela é responsável, também, por 77% da ocupação no meio rural. Além de garantir emprego e produção no campo, a agricultura familiar leva maior circulação de mercadorias e recursos financeiros aos municípios e aumenta o número de empregos indiretos (atividades comerciais, serviços, agro-indústria e transporte da produção). No Brasil atual, quase 70% do feijão vêm da agricultura familiar, assim como 84% da mandioca, 58% da produção de suínos, 54% do leite bovino, 49% do milho e 40% das aves e ovos.

No entanto, a tradição brasileira, expressa na visão hegemônica passada pelos grandes produtores, por grande parte dos integrantes do meio acadêmico e pela maioria dos dirigentes públicos, era de supervalorizar a agricultura patronal e desvalorizar a produção de base familiar. Só muito recentemente as entidades representativas dos produtores familiares têm conseguido alterar esta cultura e obtido êxito na construção de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar. A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e a instituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a ampliação das ações ligadas à Reforma Agrária fazem parte desta conquista.

Segundo estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), as operações de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 2003, mantiveram 3,3 milhões de agricultores em seus postos de trabalho e geraram 650 mil novos empregos no campo.

O Plano Safra, para a Agricultura Familiar 2004-2005, anunciado pelo Governo Federal, estará disponibilizando R\$7 bilhões para serem aplicados por meio de crédito, com juros mais baixos que os do mercado (entre, 1% e 7,25% ao ano) e prazos especiais de pagamento, tendo, como, meta, atingir um adicional de 450 mil famílias de produtores. Uma novidade é a inclusão de duas linhas especiais de crédito: uma para os jovens, outra para as mulheres agricultoras. Na safra 2003-2004, foram aplicados R\$ 4,5 bilhões (que já representava 100% mais que o valor anual aplicado nos quatro últimos anos - safra), atingindo 1,4 milhões de contratos no PRONAF. Os números são, portanto, crescentes. Além disso, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que deve aplicar R\$ 200 milhões/ano, a CONAB fará aquisição de arroz, feijão, mandioca, milho e trigo. Já o programa de assistência técnica e extensão rural aplicarão outros R\$ 200 milhões

(contra R\$ 127 milhões no ano - safra anterior). Outra iniciativa governamental que tende a se firmar é o Garantia Safra, que pode reduzir bastante os impactos negativos sobre produtores familiares em anos de seca.

Para a Região, onde predomina largamente a agricultura realizada em bases familiares, esta mudança cultural e os avanços das políticas públicas destinadas a promover este tipo de atividade revelam-se alvissareiras.

## **Ampliação dos programas governamentais de transferência de renda.**

A renda média prevalecente na Região é relativamente baixa e a renda oriunda do trabalho não chega a representar metade da renda total das famílias. Uma fonte importante de renda para os habitantes da Região tem sido as transferências governamentais, tanto que, nos anos 90, elas haviam multiplicado por 1,5 vezes seu valor global na Região, passando de cerca de R\$ 3 milhões/mês para R\$ 7,5 milhões/mês.

Estima-se que existem, atualmente, 26,2 mil famílias recebendo Bolsa-Família e 14,5 mil inscritas no Programa Bolsa-Escola,<sup>5</sup> valendo lembrar, para se ter uma referência, que existem cerca de 90 mil domicílios na Região.

Nos anos recentes, a tendência que se observa é a de ampliar, ainda mais, os programas governamentais, especialmente os do Governo Federal, que realizam estas transferências. Vários programas estão sendo unificados e a meta é passar das 3,6 milhões de famílias atendidas em 2004, para 11,4 milhões, em 2006 (um acréscimo de 7,8 milhões de famílias em apenas dois anos). Com isso, os recursos alocados passarão de R\$ 2,6 bilhões, em 2002, para R\$ 5,3 bilhões, em 2004 e vão continuar crescendo, devendo atingir algo em torno de R\$ 16 bilhões, se o crescimento for proporcional.

A oportunidade de ampliação deste fluxo financeiro para as mãos das famílias mais pobres deverá, assim, impactar positivamente em regiões como objeto de elaboração do Plano, criando ou aumentando o poder de compra das famílias e movimentando atividades locais (comércio, pequenas indústrias e produção agrícola).

## **Valorização de políticas públicas de corte territorial e de apoio ao desenvolvimento regional e local.**

Com o avanço da globalização, os grandes conglomerados econômicos atuam cada vez mais na escala mundial e descentralizam suas unidades operativas para um número cada vez maior de lugares mundo afora. As escalas global e local passam a ser dominantes e países e até blocos de países rediscutem suas políticas nacionais e regionais. O debate sobre o desenvolvimento regional voltou à agenda mundial e à Academia e, com isso, novas teorias vêm sendo concebidas e difundidas, como a do “desenvolvimento endógeno” (que defende a construção do desenvolvimento regional de dentro para fora).

No Brasil atual, diversos Estados vêm valorizando abordagens que visam tirar proveito da magnífica diversidade regional do país, adotando políticas explicitamente de base territorial e até inovando no seu modelo organizacional, como é o caso de Santa

---

<sup>5</sup> SETHAS do Governo do Rio Grande do Norte.

Catarina. No Governo Federal, a política de desenvolvimento regional tende a priorizar intervenções na escala sub-regional. O Ministério do Desenvolvimento Agrário criou uma Secretaria de Desenvolvimento Territorial, que faz o mapeamento das regiões onde predominam a agricultura familiar e os assentamentos da Reforma Agrária.

Esta tendência é portadora de oportunidades para esforço como o que está sendo feito pela sociedade da Região, com o apoio do Governo Estadual, no sentido de se organizar para atuar ativamente na construção de um futuro diferente, elevando seu patamar de desenvolvimento, construindo de forma incluyente e ambientalmente sustentável. As experiências do Seridó e do Litoral Norte, no Rio Grande do Norte, geraram um acúmulo no Estado que pode ajudar ao Agreste, Potengi e Trairi.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC 41), que trata da Reforma Tributária, criou um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (com 2% dos recursos do IPI e do Imposto de Renda, algo em torno de R\$ 2 bilhões/ano, em valores atuais) e estes recursos devem ser transferidos diretamente aos Governos Estaduais. Poderiam ser destinados a apoiar iniciativas de desenvolvimento sub-regional em regiões mais pobres ou menos dinâmicas dos Estados, como objeto do presente Plano.

## **Modernização e descentralização das estruturas públicas no Brasil Pós-Constituição de 1988.**

Após uma longa fase de centralização fiscal e administrativa, nos anos dos Governos Militares, o Brasil tendeu a vivenciar um modesto, mas firme, movimento de descentralização, apesar dos obstáculos interpostos pela crise fiscal do Governo Federal e dos Governos Estaduais. Descentralizar recursos e poder decisório é uma tendência que favorece experiências de desenvolvimento regional, como a que se descreve tenta construir no presente. Os avanços são mais claros nas políticas sociais e assistenciais, como revelam a montagem e funcionamento do sistema da Saúde Pública, a criação e implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) e a gestão descentralizada da Merenda Escolar, na área da Educação Fundamental, a gestão descentralizada dos Programas de Emergência (em anos de seca), entre outros.

## **Emergência de novas instituições voltadas para o planejamento participativo e para a promoção de iniciativas de desenvolvimento local.**

Em meio à crise do Estado e a processos de privatização, que desmontam estruturas públicas antigas, surge uma novas institucionalidades. Desenvolvem-se, por exemplo, no mundo e no Brasil, experiências de planejamento participativo (que substitui, no caso brasileiro, a experiência do planejamento tecnocrático, típico do período da ditadura), especialmente na escala dos municípios, mas, igualmente, na elaboração de propostas de desenvolvimento local sustentável. O planejamento é visto, cada vez mais, como um processo a um só tempo técnico e político. Governos e sociedades regionais vivenciam experiências de democracia participativa que podem servir de referência nesta Região. Ao mesmo tempo, novas instituições regionais emergem (conselhos, consórcios, agências),

voltadas para o patrocínio do desenvolvimento regional sustentável. O Governo Federal estuda um projeto de lei que permita a constituição de Consórcios Públicos (hoje os consórcios requerem a formação de um ente privado, mesmo que não lucrativo). Esses avanços são geradores de oportunidades para iniciativas como a que toma a Região.

## **Concentração do mercado consumidor do nordeste na parte oriental da Região.**

Na porção oriental do Nordeste brasileiro, num raio de 300 km traçado a partir de Recife, (de Natal a Maceió), vivem cerca de 12 milhões de pessoas e geram-se em torno de 35% do PIB regional. Num raio maior, de 800 km, entre Fortaleza e Salvador, vivem 20 milhões de pessoas e geram-se quase 90% do PIB nordestino. Neste território concentram-se as famílias de maior poder aquisitivo da região Nordeste. Para esta Região, com uma base produtiva essencialmente montada em cima de bens destinados ao consumo (onde se destacam mandioca, cajucultura, pecuária leiteira - tanto bovina como caprina, avicultura, apicultura, e indústrias de confecções) e com boa acessibilidade através de rodovias, a localização nesse espaço econômico do Nordeste Oriental se constitui numa oportunidade a ser aproveitada.

## **AMEAÇAS RELEVANTES**

Consideram-se as ameaças como as condições desfavoráveis existentes ou tendências visíveis no contexto externo à Região que podem dificultar ou ameaçar as possibilidades futuras de desenvolvimento sustentável regional, ou seja, que podem atrapalhar, comprometer ou restringir as perspectivas de desenvolvimento sustentável, dificultando ou inibindo as condições endógenas. Estas condições endógenas (potencialidades e problemas), definem as possibilidades efetivas de defesa da Região aos impactos negativos das ameaças identificadas ao seu contexto externo à mesma.

## **Novo padrão mundial de competitividade econômica: crescentemente exigente de conhecimento.**

Para uma Região como esta, habitada por uma população de reduzidos níveis de escolaridade formal e com modestíssima estrutura de produção de novos conhecimentos o novo padrão mundial de competitividade apresenta-se como uma dificuldade a ser enfrentada pelos produtores locais na sua luta por adentrar e permanecer no mercado. Outras regiões do Estado, do país e do mundo, mais bem dotadas de capacidade de inovação e abrigando população com elevados níveis educacionais, terão melhores condições competitivas. Isso transforma em desafio central o investimento na inovação e na formação de recursos humanos para um processo de desenvolvimento sustentável e incluyente e ameaça as regiões que têm pouca capacidade de realizá-los.

## **Ambiente Nacional de modesto crescimento econômico, altos juros, baixa poupança interna, reduzida taxa de investimento e elevados índices de desemprego.**

Desde os anos 80, do século passado, o Brasil tem apresentado dificuldades para ampliar sua produção em ritmo acelerado como ocorreu nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial. O impacto positivo dos meses iniciais do Plano Real cedeu lugar a um movimento de “stop and go” chamado, assim, pelos economistas, significando que se alternam modestos piques de crescimento com períodos nitidamente recessivos. O ano de 2003 foi particularmente difícil, com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrando queda na produção total (de cerca de 0,2% de redução do PIB, em primeira estimativa), apesar do excelente desempenho do agro-negócio exportador. No segundo semestre, com um ambiente de queda significativa da taxa básica de juros, a economia nacional inicia modesta retomada que deve continuar em 2004 e 2005 (quando se prevê uma taxa de crescimento situada entre os 3,5% e os 4%), numa trajetória de lenta recuperação.

Os níveis de desemprego se elevaram muito nos últimos anos, especialmente nas grandes áreas urbanas do país, e o poder de compra da população veio declinando, apesar das modestas taxas de inflação. Para o futuro próximo, os riscos de retomada da inflação são pequenos e a renda inicia modesta retomada, mas o consumo interno permanece com dificuldade para se expandir (pela reduzida capacidade de crescimento do gasto público e pelo ainda muito elevado desemprego com continuidade do processo de concentração da renda nacional). O setor exportador, a atividade agropecuária e os rentistas são exceção em meio a um ambiente econômico ainda muito instável e adverso, portador, portanto, de mais ameaças que oportunidades aos que vivem da atividade produtiva, especialmente nas áreas mais pobres do país, como é o caso da Região deste Plano. Também são ainda muito baixas as taxas de poupança interna e de investimento. O país depende bastante, atualmente, da poupança externa e a taxa de investimento continua insuficiente para patrocinar um maior crescimento futuro (encontra-se em cerca de 17% do PIB, quando, no passado, já chegou a 25%).

## **Ambiente nacional de crise fiscal, especialmente grave no governo federal, com destinação limitada de recursos para investimentos e gastos sociais.**

A crise fiscal, herdada dos anos 80 e 90 do século passado, ainda é intensa e atinge, especialmente, a esfera federal, que, no Brasil, continua a apropriar mais de metade da receita pública disponível, sendo, portanto, o principal potencial financiador de políticas governamentais. Um déficit fiscal total anual de cerca de 8% do PIB, mesmo com um esforço de geração de superávits primários elevados (4,25% do PIB atualmente) e uma enorme carga de despesas com juros (R\$ 143 bilhões, em 2003, e cerca de R\$ 120 bilhões previstos para 2004) restringe enormemente o espaço para financiar políticas sociais e de promoção do desenvolvimento econômico e tecnológico, além de programas de recuperação ambiental, todos muito importantes para regiões como esta. O Governo

Estadual tem, por seu lado, condições limitadas para atender às demandas de todas as regiões do estado e os municípios da Região apresentam fortes restrições orçamentárias. Este quadro adverso é de solução lenta, no atual ambiente brasileiro, o que aporta ameaça relevante a pretensões mais ousadas em escala regional.

### **Ocorrência de secas periódicas.**

Toda a zona semi-árida do Nordeste, na qual se inclui esta Região, está sujeita a vulnerabilidade que advém da combinação das condições climáticas típicas deste ecossistema e do arranjo sócio-econômico ali montado. A existência de períodos de seca (ou de chuvas muito irregulares) tem se constituído, historicamente, em uma ameaça para os produtores rurais que se vêem diante da impossibilidade de realizar seu plantio no período adequado. Como nos anos normais não acumulam, não têm reserva para atravessar as fases de estiagem ou a seca verde (anos em que chove nos momentos inadequados para a lavoura praticada pela maioria). A ocorrência de secas periódicas também é um dos fatores que contribui para a degradação ambiental, ao lado da crise econômica e social que provoca.

### **Condições das linhas oficiais de crédito inadequadas à realidade local.**

Apesar da razoável oferta de recursos para crédito na rede oficial do país, especialmente no Banco do Nordeste (que tem grande conhecimento da realidade regional e pretende, neste ano de 2004, aplicar R\$ 3 bilhões, após ter saltado suas aplicações de um patamar de R\$ 250 milhões, em 2002, para R\$ 1 bilhão em 2003) e dos esforços recentes para democratizar o acesso deste importante instrumento de desenvolvimento – o crédito - as condições colocadas pela rede de instituições oficiais ainda atuam como elemento dificultador. As taxas de juros para os produtores rurais do semi-árido são até bastante favoráveis, quando comparadas às condições do mercado, mas a vulnerabilidade do sistema produtivo agrícola regional ao lado das garantias exigidas e do peso das despesas com a documentação solicitada, entre outros, são fatores que bloqueiam o acesso ao crédito, onde predominam pequenos produtores rurais e urbanos descapitalizados e sem patrimônio acumulado.

### **Concentração da estrutura nacional e dos investimentos em ciência e tecnologia, com modesta participação do Nordeste e do Rio Grande do Norte.**

Historicamente e ainda com mais força no século XX, quando o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (C&T) se expandiu bastante, as estruturas produtoras de conhecimento novo e mesmo as instituições principais de difusão de conhecimento concentraram-se no Sudeste e Sul do país. Cinco estados do Sudeste e Sul (que respondem por 70% do PIB nacional) geram 84% da produção tecnológica, 80% da produção científica e têm 70% dos pesquisadores do país. Já a região Nordeste, tem 25% das Instituições Federais de Ensino e Pesquisa (principais produtoras de conhecimento novo no país),

15% dos programas de pós-graduação reconhecidos pela Capacitação para o Pessoal do Ensino Superior (CAPES), 16% dos pesquisadores do país, apenas 4,5% dos laboratórios de calibração credenciados; seus Institutos Tecnológicos (estaduais) estão, em geral, defasados e abriga, agora, os primeiros Institutos Nacionais Federais (em Campina Grande e Natal). Esta Região capta, apenas, 9% do gasto em Ciência e Tecnologia do país (embora gere 14% do PIB nacional) e teve um investimento *per capita* três vezes menor que o do Sudeste (1999-2001). Na captação dos recursos dos Fundos Setoriais, o Nordeste tem apresentado baixo desempenho (sempre menor do que seu peso na economia nacional), com exceção do Fundo do Petróleo (CT Petro), onde consegue disputar com o Sudeste e capta cerca de 20% dos recursos totais, merecendo destaque a captação feita pelo Rio Grande do Norte.

As empresas da Região têm, também, uma baixa participação no esforço de inovação feito pelo setor privado e reduzida utilização dos instrumentos atualmente disponíveis para a promoção da inovação (11% no Programa de Capacitação de Recursos Humanos para Atividades Estratégicas (RHAE), embora seja bem melhor o desempenho das empresas nordestinas no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico das Pequenas e Médias Empresas (PATME), cerca de 24%). Como a presença destas estruturas é crescentemente importante para o processo de construção do desenvolvimento sustentável, este é um obstáculo importante em todo o Nordeste, mas, especialmente nos seus espaços não metropolitanos, como é o caso do Agreste, Potengi e Trairi, do RN. Apesar dos avanços realizados no RN nas décadas finais do século passado, com a criação, por exemplo, da Universidade Federal de Rio Grande do Norte (UFRN), as estruturas estaduais ainda são muito reduzidas neste campo. Mesmo assim, ao lado da Universidade Federal, existe a Universidade Estadual (UERN), a Escola Superior de Agronomia de Mossoró, o Centro Federal de Ensino Tecnológico (CEFET) e duas empresas públicas de pesquisa: a Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN (EMPARN) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), além de instituições do “Sistema S”, que trabalham com formação de recursos humanos e assistência técnica, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Todas estas instituições podem ser mobilizadas para apoiar a Região no enfrentamento de seus desafios.



## **CAPÍTULO 3**

### **EIXOS ESTRATÉGICOS**





Este Capítulo contém um breve resumo das fases de identificação das estratégias e dos eixos estratégicos, os quais expressam ações prioritárias (escolhas centrais da estratégia) para a Região e representam os pilares básicos em torno dos quais se estruturam e se organizam as ações que viabilizam o desenvolvimento sustentável.

Os eixos estratégicos foram construídos a partir das oficinas sub-regionais, consolidando em um conjunto que expressava a visão dominante nas três sub-regiões, em uma reflexão estruturada em torno das grandes prioridades de desenvolvimento regional.

Os eixos estratégicos encontrados foram utilizados para elaboração dos Programas e Projetos do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Agreste, Potengi e Trairi, os quais são referenciados no capítulo seguinte.

## CONCEITOS BÁSICOS

O desenvolvimento sustentável é um processo de mudança social que parte de um compromisso com o futuro e com a solidariedade entre gerações; ou, em outras palavras, o “processo de mudança e elevação das oportunidades sociais que compatibilize, no tempo e no espaço, a eficiência e o crescimento econômicos, a conservação dos recursos naturais e a equidade social. Deste ponto de vista, deve demonstrar plena capacidade de permanência no tempo e continuidade do processo econômico, dos estoques e da qualidade dos recursos naturais e ambientais, das relações de solidariedade e identidade sociocultural e das estruturas democráticas...”. Assim, o planejamento do desenvolvimento sustentável será, conseqüentemente, um processo de construção coletiva que expressa os entendimentos, os acordos e os consensos entre diferentes atores sociais sobre as transformações que serão implementadas na realidade para alcançar o futuro desejado de desenvolvimento sustentável.

O planejamento é um processo técnico e político. É técnico porque desenvolve atividades de coleta, organização, análise e interpretação dos dados e informações que vão sendo gerados pelos atores sociais diretamente interessados na elaboração do Plano. É político, porque toda decisão e definição de estratégias, de objetivos, de programas e projetos e das formas de implementação passam por interesses e negociações entre atores sociais.

Cabe destacar que as oficinas (municipais, sub-regionais e regionais) têm, como objetivo principal, propiciar uma visão sobre o passado, o presente e o futuro dos municípios integrantes da Região, abordando-se questões que permitam captar a opinião dos participantes sobre o desenvolvimento da Região como um todo, de forma a contribuir

para o delineamento de estratégias e para a formulação dos programas e projetos que integrarão o Plano.

É de fundamental importância, na seqüência do processo de mobilização, participação e consulta à sociedade, que se tenham bem fixados alguns dos conceitos básicos que norteiam a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região, a seguir expostos.

Consistente com o conceito de desenvolvimento sustentável, a metodologia de planejamento deve organizar as formulações da sociedade e o tratamento técnico em torno das grandes dimensões da realidade: econômica, sócio-cultural, ambiental, político-institucional e tecnológica. Tanto o diagnóstico quanto a estratégia e os programas e projetos devem articular estas dimensões e suas interações e impactos, de modo a provocar a melhor síntese de resultados positivos; vale dizer, o crescimento da economia com eficiência, a melhoria da qualidade de vida e a valorização da cultura local, a conservação do meio ambiente, o aumento da democracia e da participação, assim como da eficiência da gestão pública e, finalmente, a ampliação do conhecimento e da inovação tecnológica.

Todo o processo de trabalho deve convergir para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região, entendido como um documento que registra os entendimentos, os acordos e os consensos a que chegaram os atores sociais. É, em geral, elaborado em diversas etapas, entre as quais se incluem o diagnóstico da realidade; as estratégias e objetivos; os programas e projetos prioritários; o modelo de gestão; o dimensionamento dos recursos financeiros requeridos para sua implementação num determinado período de tempo e o cronograma de execução.

O Plano contém os Programas que procuram objetivos comuns; ordena os objetivos gerais e os desagrega em objetivos específicos, que constituirão, por sua vez, os objetivos gerais dos programas; determina o modelo de alocação de recursos resultantes da decisão política; dispõe as ações programáticas em uma seqüência temporal de acordo com a racionalidade técnica das mesmas e as prioridades de atendimento.

Como partes do Plano, devem ser diferenciados três conceitos complementares e com nível diferenciado de agregação:

**Eixos estratégicos:** grandes blocos de ações prioritárias voltadas para o desenvolvimento, que explicitam as escolhas centrais da estratégia e representam os pilares básicos em torno dos quais se estruturam e organizam as ações que viabilizam o desenvolvimento futuro do município (programas e projetos), como uma sinalização clara da direção do futuro (IICA, 2000);

**Programas:** representação das intervenções em segmentos e setores prioritários da realidade, que desagregam e detalham os eixos estratégicos em ações concretas, articulando um conjunto de projetos que buscam os mesmos objetivos, estabelecendo as prioridades de intervenção, identificando e ordenando os projetos, definindo o âmbito institucional e alocando os recursos a serem utilizados (Cohen & Franco, 1998); e

**Projetos:** peça técnica e instrumento operacional que explicita a ação a ser implementada com foco preciso e bem delimitado, que tem um objetivo, um prazo de implementação, um espaço geográfico e beneficiários, voltado para problemas e potencialidades (os projetos detalham os programas e permitem sua operacionalização em vários componentes específicos e precisos da formulação programática).

No processo de elaboração do Plano, utilizaram-se alguns conceitos técnicos que facilitam a organização das informações e da percepção da sociedade, com destaque para os quatro que serão utilizados nas oficinas sub-regionais. No entanto, embora a estratégia deva explicitar ações voltadas para aproveitar os pontos positivos e enfrentar ou equacionar os pontos negativos, terá que ser orientada pelas condições externas à empresa; os processos de mudança que tendem a ocorrer no contexto externo à empresa podem abrir novas oportunidades – fatores externos positivos que podem facilitar o desenvolvimento empresarial – ou criar ameaças – fatores externos negativos que podem dificultar ou comprometer o seu desempenho.

**Problemas:** elementos internos à Região, que afligem as populações e que estrangulam ou atrapalham o desenvolvimento regional;

**Potencialidades:** características e fatores internos positivos, força ou energia representadas pela junção de todos os meios disponíveis que podem representar o seu diferencial competitivo e, portanto, a base para o seu desenvolvimento futuro;

**Ameaças:** fatores e processos externos ao objeto de planejamento que podem comprometer ou restringir as perspectivas de desenvolvimento sustentável, dificultando ou inibindo as condições endógenas; e

**Oportunidades:** condições favoráveis externas ao objeto de planejamento, que abrem espaços e perspectivas de desenvolvimento sustentável, facilitando ou estimulando processos e fatores positivos endógenos.

## • Oficinas Sub-Regionais

Foram realizadas 3 oficinas sub-regionais, nos municípios de Nova Cruz, São Paulo do Potengi e Santa Cruz, com os objetivos de consolidar o processo de participação da sociedade no planejamento regional; construir uma visão regional de estratégia de desenvolvimento; e contribuir para criação de uma visão integrada da sub-região (conjunto de municípios) e de participação numa Região mais ampla.

Estas oficinas contaram com a participação total de 311 pessoas, sendo, elas, os representantes municipais escolhidos nas oficinas dos municípios para trabalhar com as informações geradas no processo de planejamento (os quatro conjuntos de informações referidas acima: problemas, potencialidades, ameaças e oportunidades). As oficinas geraram, como produto, propostas de eixos estratégicos de desenvolvimento da Região.

A metodologia de trabalho consistiu numa reflexão estruturada dos participantes (representantes das oficinas municipais) em torno das grandes prioridades de desenvolvimento regional, com base na Matriz de Planejamento Qualitativa (Figura 3.1). Esta Matriz permitiu um cruzamento dos fatores internos – potencialidades e problemas – com as condições externas – oportunidades e ameaças.

As informações para a montagem de um painel com a matriz de planejamento foram preparadas pela equipe de coordenação, a partir de dois processos de produção diferenciados.

Os problemas e potencialidades centrais com densidade regional e alta relevância e poder de determinação resultaram do tratamento técnico de consolidação, sistematização

e hierarquização do amplo material gerado nas oficinas municipais.

As oportunidades e ameaças foram formuladas com base numa análise do contexto externo à Região (mundial, nacional e estadual), como se indica no Capítulo 1, procurando identificar os fatores que podem influenciar positiva ou negativamente o futuro da mesa.

**Figura 3.1: Matriz de Planejamento Qualitativa**

	Oportunidades	Ameaças
Potencialidades	quais as principais ações para explorar as potencialidades internas, de modo a permitir o aproveitamento das oportunidades externas	quais as principais ações para explorar as potencialidades internas, de modo a se defender das ameaças externas
Problemas	quais as principais ações para enfrentar os problemas internos, de modo a permitir o aproveitamento das oportunidades externas, superando as limitações e entraves regionais	quais as principais ações para enfrentar os problemas internos, de modo a reduzir a vulnerabilidade da Região às ameaças externas, fortalecendo sua capacidade de defesa

Foram formados quatro grupos de trabalho, cada um se concentrando em um quadrante da matriz de planejamento acima, procurando responder a uma pergunta central:

**Grupo 1:** concentrou-se no quadrante que cruzou **potencialidades com oportunidades**, procurando definir “quais as principais ações para explorar as potencialidades internas, de modo a permitir o aproveitamento das oportunidades externas”;

**Grupo 2:** concentrou-se no quadrante que cruzou **potencialidades com ameaças**, procurando definir “quais as principais ações para explorar as potencialidades internas, de modo a se defender das ameaças externas”;

**Grupo 3:** concentrou-se no quadrante que cruzou **problemas com oportunidades**, procurando definir “quais as principais ações para enfrentar os problemas internos, de modo a permitir o aproveitamento das oportunidades externas, superando as limitações e entraves regionais”; e

**Grupo 4:** concentrou-se no quadrante que cruzou **problemas com ameaças**, procurando definir “quais as principais ações para enfrentar os problemas internos, de modo a reduzir a vulnerabilidade da Região às ameaças externas, fortalecendo sua capacidade de defesa”.

Os quatro grupos geraram um certo número de ações que expressam as prioridades da Região, no cruzamento específico. Este conjunto de formulações (tarjetas com ações de cada grupo) foi levado para a plenária, através de um painel com a Matriz.

Como resultado deste processo de organização e consolidação das ações geradas nos grupos (em discussão com os participantes na plenária), foi definido um conjunto

pequeno de grandes formulações que articulam e agregam as múltiplas e diversificadas propostas, as quais constituem os eixos estratégicos. As idéias pontuais que se agruparam em torno destes eixos agregados serviram para a identificação de projetos que detalham a estratégia.

## **POTENCIALIDADES CENTRAIS<sup>6</sup>**

Considera-se potencialidade como as características positivas internas à Região que podem constituir a base do seu desenvolvimento futuro. As diversas potencialidades e pontos fortes da Região, apresentadas na realização das 41 (quarenta e uma) oficinas municipais (não foi realizada a oficina municipal em apenas um município do Plano). Totalizaram-se 12 (doze) potencialidades centrais comentadas a seguir:

- **existência de arranjos produtivos locais:** a Região apresenta algumas atividades produtivas com grande potencial de adensamento e crescimento, formando arranjos produtivos locais, entre as quais se destacam mandioca, cajucultura, pecuária leiteira (bovina e caprina), avicultura, apicultura e indústrias de confecções. Embora com limitada articulação dos segmentos da cadeia, especialmente na agregação de valor, existência desta base produtiva local constitui um fator importante para a dinamização da economia regional, pela vocação e cultura técnica e pela presença de produtores ainda com limitações de produtividade e qualidade e com dificuldades de acesso aos mercados;
- **presença de solo fértil propício à agricultura:** a Região apresenta a fertilidade do solo de forma bem diversificada no conjunto do território. Em algumas faixas, o solo tem uma fertilidade natural muito baixa. Já em outras áreas a fertilidade natural é considerada média e até alta. Em algumas faixas há condições favoráveis ao uso de máquinas agrícolas, mas não em toda a Região devido à pedregosidade e à rochosidade. As características de fertilidade tornam o solo da Região adequado para o cultivo da mandioca, caju, abacaxi, outras lavouras e pastagem para suporte à pecuária;
- **existência de feiras livres:** a feira livre é o principal espaço de comercialização da maior parte dos municípios e pode constituir um suporte importante para o crescimento da economia regional, embora ainda enfrente algumas dificuldades e restrições; a comercialização ainda é concentrada por feirantes que se deslocam entre os diferentes municípios durante a semana, e a maior parte dos produtos comercializados nas feiras da Região vem de outros municípios e, principalmente, da capital, que importa produtos de outros estados;
- **atividades e festas religiosas:** a Região tem forte cultura religiosa, que se manifestam nas Igrejas e nas festas de padroeiros e padroeiras, gerando um conjunto de atividades que podem constituir um potencial de turismo religioso; as festas recebem “os filhos ausentes” (pessoas que migraram para outras cidades), visitantes de cidades circunvizinhas e pessoas vinculadas à Região. Mesmo com uma programação e divulgação muito pequena, as atividades e festas religiosas dos municípios da Região já exercem uma atração que poderia ser estimulada e ampliada numa atividade turística;
- **recursos naturais, culturais e arqueológicos:** a Região reúne condições naturais,

---

<sup>6</sup> Texto entregue aos participantes nas Oficinas Sub-regionais realizadas nos dias 17, 18 e 19 de abril de 2004

como serras, cavernas, reservas florestais, flora e fauna, que podem representar um importante atrativo para o turismo rural, o ecoturismo, o turismo desportivo e de aventura; por outro lado, conta com alguns sítios arqueológicos (pinturas rupestres e cavernas), que criam condições favoráveis para um turismo arqueológico, ainda não devidamente aproveitado. Os turistas que já visitam os municípios com maior riqueza são da própria Região e de alguns de outros estados, com poucos provenientes do exterior;

manifestações artísticas, artesanais e folclóricas: uma significativa diversidade de manifestações artístico-culturais (poetas, músicos, escritores, grupos de teatro e dança, coral, bandas de música, cantores) e folclóricas (festas juninas, boi de reis, pastoril e vaquejadas)

- confere, à Região um grande potencial social e de identidade comunitários, além da possibilidade de desenvolvimento do turismo cultural. A estas manifestações agregam-se a tradição artesanal dos municípios da Região, cujo fenômeno pode contribuir fortemente para a organização comunitária, notadamente em ações educativas destinadas à qualificação do capital humano ou, mais objetivamente, à elevação do nível de auto-estima e capacidade de gerenciamento de alguns segmentos importantes da população;
- habilidades profissionais básicas: embora a Região apresente nível relativamente baixo de qualificação profissional, conta com uma tradição econômica em algumas áreas, formando habilidades técnicas e profissionais em segmentos produtivos importantes, como a bovina, ovina, caprina, suína, avicultura, apicultura, confecções, artesanato, e beneficiamento da mandioca; estas habilidades, consolidadas na população, constituem uma base importante para o desenvolvimento das atividades econômicas dos arranjos produtivos locais;
- presença de técnicos qualificados em áreas específicas: de um modo geral carente em recursos humanos, a Região registra, em algumas áreas específicas, um número razoável de técnicos com alta qualificação, ainda não devidamente aproveitada; este pequeno grupo de técnicos pode prestar uma contribuição importante ao desenvolvimento regional futuro;
- disponibilidade de recursos hídricos: a existência de açudes, lagoas perenes e rios, que formam quatro grandes bacias hidrográficas, é um componente altamente favorável ao desenvolvimento regional, particularmente para a agropecuária. Os recursos hídricos superficiais estão distribuídos principalmente nas bacias hidrográficas dos rios Ceará Mirim, Potengi e Trairi; algumas importantes obras de barramento estão permitindo a perenização total ou parcial de vários de seus cursos, facilitando e ampliando o abastecimento de água na Região; em todo caso, este potencial hídrico é altamente suscetível de contaminação tendo em vista a alta permeabilidade dos solos e a poluição, deixando a água de alguns rios inadequados para uso humano em alguns trechos;
- surgimento de empresas inovadoras: embora, de um modo geral, as atividades produtivas da Região apresentem baixo nível tecnológico, dificultando sua competitividade e comprometendo a qualidade dos produtos, começam a surgir, alguns empreendimentos inovadores que utilizam processos modernos e tecnologias de ponta, como na indústria têxtil, de laticínios e na avicultura, constituindo potencial embrião de inovação pelo efeito irradiador;
- localização geográfica: a Região apresenta uma localização geográfica estratégica pela proximidade do litoral e de Natal, assim como sua ligação com cidades do estado da

Paraíba, o que confere, à Região, uma boa malha viária de rodovias estaduais e federais (BR 304 e da BR 226), embora algumas vias estaduais estejam em péssimo estado de conservação;

- organizações da sociedade e instâncias de participação: as comunidades rurais e urbanas dos municípios da Região estão relativamente organizadas em associações civis que representam os interesses da sociedade local; por outro lado, os municípios contam com Conselhos Municipais como instâncias de participação, de negociação de projetos e de ações locais, facilitando a relação com os governos locais e ajudando na formação da cidadania.

## **PROBLEMAS CENTRAIS**

Do conjunto da problemática regional que impede e estrangula o desenvolvimento, foram destacados 17 (dezesete) problemas, como os mais relevantes e determinantes, cujo enfrentamento é indispensável para promover a melhoria da qualidade de vida, a dinamização da economia e a conservação ambiental regional.

- assistência técnica deficiente: de um modo geral, as atividades econômicas da Região, principalmente a agropecuária e a agricultura familiar, carecem de uma assistência técnica contínua e sistemática, que facilite a difusão de tecnologias e o apoio na melhoria dos processos e no acesso à informação e ao crédito; deficiente na maioria dos municípios, a assistência técnica praticamente não existe em alguns municípios da Região, o que compromete fortemente o desenvolvimento da economia local;

- baixo grau de associativismo municipal: as experiências de associação entre as prefeituras municipais da Região reduzem-se à participação como sócias da AMLAP ou como participantes da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (FEMURN). Não é comum a prática de associação entre as prefeituras municipais para a realização de ações comuns à base de consórcios e associações específicas para modernização da máquina administrativa, realização de obras e prestação de serviços, a exemplo de informatização, patrulhas mecanizadas, assistência técnica, infra-estrutura ou serviços de saúde, estradas, etc., o que, por certo, aumentaria a eficiência da ação pública e, conseqüentemente, melhoraria a qualidade dos serviços prestados pelas administrações municipais;

- baixo padrão tecnológico na agropecuária: predominam, como padrão tecnológico da agropecuária regional, as práticas agrícolas e pecuárias com técnicas tradicionais e rudimentares, como o uso de queimadas, o trabalho braçal e a tração animal; há algumas exceções em poucas iniciativas que utilizam um alto padrão tecnológico através do acesso a inovações tecnológicas;

- degradação do solo: os recursos florestais na Região vêm sofrendo processos de desmatamento desordenados e queimadas, práticas comuns no preparo da terra para a agropecuária, causando assoreamento dos rios e açudes, aumento da salinidade das águas e do solo, aumento das pragas nocivas à agricultura, aumento de processos erosivos, e empobrecimento dos solos; tudo isso leva à redução dos recursos naturais e gera, como conseqüência, uma baixa produtividade econômica. Ao longo do tempo, os sérios impactos ambientais que esse importante bioma vem sofrendo podem conduzir à desertificação, resultando na intensificação da semi-aridez, que já se manifesta em outros pontos do

nordeste brasileiro e do Estado do Rio Grande do Norte;

- **desemprego e desocupação:** a Região registra taxas elevadas de desemprego e desocupação da população em idade ativa, resultado direto da vulnerabilidade da economia agrícola diante das condições climáticas e do baixo crescimento econômico, incluindo a limitada base econômica urbana, insuficiente para absorver a força de trabalho regional; desta forma, são escassas as oportunidades de ocupação local, levando a um processo migratório, sobretudo, do meio rural da Região;
- **ausência de centros de capacitação e de formação tecnológica:** a ausência de centros de referência para a capacitação e a formação tecnológica voltados para as potencialidades regionais provoca uma grande dificuldade de acesso e de aplicação de novas tecnologias que possam ser dirigidas para o melhor desenvolvimento das potencialidades da Região. Essa ausência compromete o desenvolvimento de habilidades qualificadas e também específicas, dando lugar para os improvisos, e impedindo a melhoria da tecnologia, da produtividade e dos produtos regionais; a ausência destes centros constitui-se, também, na persistência da emigração, daqueles que terminam o segundo grau, para outras cidades fora da Região;
- **dificuldades de acesso ao crédito:** os produtores da Região enfrentam, normalmente, grandes restrições às fontes de financiamento, em grande parte decorrentes das exigências que os bancos e o sistema financeiro fazem para conceder empréstimos, quase sempre difíceis de serem atendidos pelos pequenos e médios produtores. Em alguns municípios, esta dificuldade de acesso se amplia, pela ausência de agências bancárias nos centros urbanos de menor escala. Este problema provoca um círculo vicioso, comprometendo o crescimento da atividade produtiva e, portanto, a própria capacidade de financiamento e de acesso ao crédito; também não se pode deixar de considerar, na dificuldade de acesso ao crédito, a ausência de um sistema de assistência técnica capaz de orientar os pequenos produtores (rurais e urbanos) na obtenção de crédito;
- **fragilidade da infra-estrutura:** apesar da Região contar com boa logística na integração externa (Natal e Paraíba, principalmente), a mesma ainda padece de estrangulamentos nas estradas vicinais, que dificultam o escoamento dos produtos e o movimento do cidadão do meio rural; por outro lado, existem, ainda, dificuldades de acesso à energia elétrica, sobretudo no meio rural, seja pela falta de infra-estrutura, seja pelos altos custos das tarifas, o que também pode ser identificado nas telecomunicações;
- **insuficiência de legitimidade e formação política dos representantes da sociedade:** apesar de um nível razoável de organização e de participação da sociedade, incluindo as instâncias de representação (Conselhos Municipais), a legitimidade e a qualidade desta representação ainda é limitada. Muitos conselhos são formados por representantes que nem sempre são originados das próprias comunidades ou dos locais onde residem os beneficiários das políticas públicas, e os representantes, em muitos casos, não foram eleitos ou não têm legitimidade nas comunidades ou nos locais que deveriam representar. A insuficiente formação política e de cidadania dos beneficiários diretos das políticas torna a população sujeita a esta distância entre os representantes e os representados;
- **insuficiência qualitativa e quantitativa do sistema de saúde:** o sistema de saúde da Região não tem condições de atender à demanda local, agravando-se mais nos municípios menores e, particularmente, no meio rural. As instalações físicas – rede hospitalar e

ambulatorial - são insuficientes e espacialmente concentradas, o que é agravado pela insuficiência e irregularidade no transporte de doentes para centros especializados. Por outro lado, há uma deficiência de equipamentos e de profissionais especializados, bem como ausência, na maioria dos municípios, de médicos residentes. O Programa Saúde da Família não tem conseguido atender às necessidades dessa população, mostrando-se insuficiente em termos de quantidade. Quando da obtenção do diagnóstico, há uma dificuldade no acesso aos remédios tanto pelo nível de renda quanto pela precariedade das farmácias básicas;

- **insuficiência qualitativa e quantitativa do sistema educacional:** o sistema educacional da Região apresenta muitos problemas e dificuldades, tanto em termos quantitativos, quanto, principalmente qualitativos, que comprometem a escolaridade e a qualidade do ensino. Em termos quantitativos faltam creches e escolas de ensino médio e, em termos qualitativos, observa-se elevado número de professores com formação insuficiente no ensino médio e no ensino fundamental; sintoma desta deficiência são os elevados níveis de reprovação e de abandono e, conseqüentemente, alta repetência e, distorção idade/série-alunos, com faixa etária muito elevada em face da série em que estão matriculados;
- **limitada capacidade de gestão pública:** a gestão pública dos municípios padece de grandes limitações que decorrem da deficiência de recursos humanos qualificados, da insuficiência da logística e da predominância de métodos tradicionais de administração. Os municípios têm um grande número de funcionários públicos (média de um funcionário para cada 36 habitantes), mas com baixo nível de escolaridade e de formação profissional, o que limita a sua capacidade de trabalho, de prestação de serviços e de contribuição para o funcionamento da administração municipal. Além disto, a insuficiência de apoio logístico e a precária estrutura burocrática impedem que ações inovadoras como o turismo e a criação de oportunidades para a geração de ocupação e renda sejam dinamizadas no âmbito dos municípios;
- **mão-de-obra desqualificada e com baixo nível de escolaridade:** os municípios da Região têm um elevado grau de analfabetismo (mais de um terço da população), e contam com uma mão-de-obra pouco qualificada, o que compromete a formação da cidadania e dificulta a consolidação e o desenvolvimento da economia regional, principalmente dos segmentos que atuam no mercado competitivo;
- **pouca diversificação e baixo nível de consolidação das cadeias produtivas:** a economia da Região apresenta uma limitada diversificação produtiva, com grande concentração na agropecuária, apesar de várias potencialidades, com destaque para o turismo. Por outro lado, as atividades econômicas existentes na Região - fruticultura, laticínios, avicultura e apicultura, mandioca, e artesanato – não formam cadeias produtivas com articulação dos diferentes elos do processo produtivo (para trás, na produção dos insumos, e para frente, no beneficiamento e agregação de valor); dessa forma, torna a economia regional vulnerável e limita as possibilidades de crescimento e de geração de renda e emprego;
- **sistema inadequado de coleta, tratamento, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos:** nos municípios da Região, apenas 54,18% do lixo produzido é coletado, através da coleta sistemática; 24,42% é queimado; 17,39% é jogado

em terreno baldio, e o restante é enterrado ou toma outros destinos. Embora a produção de lixo na maioria dos municípios da Região, não seja de grande volume, as prefeituras nem sempre dispõem de condições financeiras para investir em projetos de instalação de sistemas tecnologicamente apropriados, como coleta seletiva, compostagem e usinas de reciclagem de lixo. Além de seu alto poder de poluição ambiental, principalmente dos recursos hídricos e do solo, o problema do lixo está diretamente ligado à saúde pública, pois é fonte de vetores de várias doenças, com implicações diretas nas fontes de fornecimento d'água à população;

- **violência, drogas e deficiente sistema de segurança pública:** em vários municípios da Região vêm crescendo a violência e o consumo de drogas, envolvendo, principalmente, os jovens sem ocupação e oportunidades de trabalho. Esta ampliação da violência é facilitada pela incapacidade de resposta do poder público, sem policiamento e com precária presença do judiciário; e
- **vulnerabilidade social da população:** parte significativa da população regional apresenta uma grande vulnerabilidade social, síntese dos diversos problemas sociais, como a pobreza e a fome, a ausência de renda, a desnutrição, o trabalho infantil (no sisal, em casas de farinha, em pedreiras, em fogos de artifício, entre outras) e os meninos de rua, refletindo-se no alcoolismo e nas drogas, na gravidez e na iniciação sexual precoces, e na prostituição infanto-juvenil. Esta vulnerabilidade social é decorrente, em grande parte, das condições econômicas vigentes na Região, como a fragilidade da base econômica, a ausência de oportunidades de emprego, a vulnerabilidade da atividade rural, das condições climáticas, a ausência do poder público no desempenho das atividades sociais tradicionais, entre outros. Na verdade, são muito baixos os rendimentos da população regional, registrando-se uma renda per capita inferior à metade da renda per capita do Rio Grande do Norte (já bastante baixa), ou seja, R\$ 83,25, em 2000.

## **EIXOS ESTRATÉGICOS**

Os eixos estratégicos expressam ações prioritárias (escolhas centrais da estratégia) para a Região e representam os pilares básicos em torno dos quais se estruturam e se organizam as ações que viabilizam o desenvolvimento sustentável. Desta forma, os eixos estratégicos foram desagregados em Programas e Projetos, como apresentado no Capítulo 4, explicitando as ações concretas que constituem instrumentos operacionais da estratégia de desenvolvimento. Entre os eixos definidos pelos participantes nas oficinas sub-regionais podem, ser enunciados os seguintes:

### **Eixo 1: Formação, Diversificação, Ampliação e Consolidação de Cadeias Produtivas.**

A economia regional se estrutura em algumas cadeias produtivas ainda incipientes e apresenta algumas atividades econômicas com grande potencial, embora ainda esteja altamente concentrada na agropecuária. Diante disso, destaca-se, como um eixo estratégico de desenvolvimento regional, a ampliação e a consolidação das cadeias produtivas já existentes, ao mesmo tempo em que promove a diversificação da estrutura produtiva

regional com a formação e crescimento de novas atividades econômicas, incluindo pequenos negócios (agrícolas e não agrícolas) e segmentos produtivos não agropecuários, como o turismo. Desta forma, ampliam-se as possibilidades de geração de renda e emprego e diminui a vulnerabilidade da economia decorrente da concentração da estrutura produtiva, favorecendo o dinamismo e o crescimento da economia regional. Os eixos estratégicos orientados para as cadeias produtivas agrupam o conjunto de programas e projetos de cunho econômico e produtivo, voltados para as diversas atividades econômicas priorizadas para a Região.

## **Eixo 2: Ampliação, Recuperação e Manutenção da Infra-Estrutura Básica.**

A oferta adequada e com qualidade de transporte, energia e comunicação é um fator decisivo para a atuação competitiva da economia regional, além de constituir serviços importantes para a qualidade de vida da população. A fragilidade de infra-estrutura, especialmente do sistema viário, é um dos problemas centrais da Região, entravando o desenvolvimento regional.

Desta forma, a ampliação, recuperação e manutenção da infra-estrutura básica é um eixo fundamental da estratégia de desenvolvimento regional, contribuindo, ao mesmo tempo, para a competitividade regional, para a própria consolidação das atividades produtivas, e para as condições de vida da população da Região. Reúne, portanto, os programas e projetos voltados para o transporte (melhoria e conservação das rodovias e implantação de vicinais), a energia (centrada na eletrificação rural) e a comunicação (destacando o acesso aos serviços de telecomunicações) que, juntos, constituem a base para o adequado e competitivo funcionamento da economia.

## **Eixo 3: Elevação da Educação e Qualificação da População Regional.**

A elevação do nível de escolaridade da população, enfrentando o analfabetismo e melhorando a qualidade do ensino, constitui um eixo central da estratégia de desenvolvimento da Região, gerando condições para a igualdade de oportunidades sociais e, ao mesmo tempo, para a competitividade da economia regional. Por outro lado, e associado à melhoria da educação, a estratégia deve, também, concentrar um esforço significativo na qualificação profissional e técnica da população, ampliando as suas condições de empregabilidade, além de contribuir para o aumento da produtividade do trabalho nos setores produtivos de maior potencialidade. Este eixo estratégico articula e organiza o conjunto dos programas e projetos voltados para a educação, nos diversos níveis e para a formação da mão-de-obra regional.

## **Eixo 4: Melhoria das Condições Sociais da População Regional.**

A melhoria das condições de vida da população é o grande objetivo da estratégia de desenvolvimento regional, que deve resultar do efeito combinado dos eixos estratégicos, gerando emprego, ampliando a escolaridade e a qualificação, e aumentando o capital social. Mas a melhoria da qualidade de vida da população constitui, também, um eixo

estratégico fundamental articulando e integrando um conjunto de programas e projetos voltados diretamente para a dimensão social, particularmente nas áreas de saúde, educação, habitação, combate à pobreza e assistência social. Desta forma, assegura que os resultados alcançados nas áreas econômica, tecnológica, institucional e ambiental se traduzam, efetivamente, no bem-estar da sociedade da Região.

### **Eixo 5: Desenvolvimento Tecnológico, com Ênfase na Difusão de Tecnologias Apropriadas e na Assistência Técnica.**

O baixo nível de produtividade da economia regional decorre, principalmente, do atraso tecnológico e das dificuldades de acesso a novas tecnologias pelos produtores locais, comprometendo a eficiência e a competitividade econômica.

Nas economias modernas, a difusão de novas tecnologias é uma condição fundamental para a consolidação das atividades econômicas e para a elevação da renda, sob pena de ficar defasado em relação às outras economias regionais e nacionais, desorganizando a base produtiva local. Uma condição importante para este desenvolvimento será, sempre, a adequação das tecnologias à realidade regional, especialmente às atividades produtivas e às condições sócio-ambientais e culturais. Por conta disso, o desenvolvimento tecnológico e a difusão de tecnologias apropriadas, apoiada num grande esforço de assistência técnica e gerencial, constitui uma base fundamental da estratégia de desenvolvimento regional, articulando e organizando programas e projetos na área científica e tecnológica.

### **Eixo 6: Ampliação da Oferta e Gestão Integrada dos Recursos Hídricos.**

A disponibilidade e oferta de recursos hídricos de qualidade é um dos fatores centrais de desenvolvimento da Região, tanto pelo suporte às atividades econômicas (especialmente a agropecuária) quanto pela melhoria das condições de vida da população. Desta forma, um componente central da estratégia reside na ampliação da oferta de recursos hídricos para atender às necessidades da economia e para o consumo humano; por outro lado, a desorganização na utilização dos recursos hídricos pode acentuar o desperdício e a degradação destes recursos, o que torna fundamental a implementação de um sistema de gestão integrado para assegurar a conservação e a qualidade da água.

Este eixo estratégico articula e organiza um conjunto de programas e projetos que prevêm investimentos na oferta hídrica, na conservação (incluindo esgotamento sanitário) e iniciativas para a montagem de um sistema que assegura a gestão integrada e sustentada dos recursos hídricos.

### **Eixo 7: Conservação, Preservação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais.**

Os recursos naturais são a grande riqueza da Região e o que permite uma vida saudável da população, desde que sejam aproveitados de forma sustentável, conservando e preservando os solos, as bacias e os ecossistemas. Os processos atuais de degradação do solo, incluindo desertificação, deterioração das bacias e recursos hídricos, podem se acentuar com o dinamismo da economia e os investimentos previstos na estratégia,

orientados pelos outros eixos estratégicos. Desta forma, a conservação dos recursos naturais constitui um importante eixo estratégico de desenvolvimento, definindo as condições e os limites do impacto dos outros eixos – seus Programas e Projetos - sobre a natureza e os ecossistemas regionais, assegurando, desta forma, a sustentabilidade futura da Região. O eixo estratégico agrupa e organiza, assim, o conjunto das iniciativas, Programas e Projetos da Dimensão Ambiental que contribuem para a conservação, a preservação e o uso sustentável dos recursos naturais.

## **Eixo 8: Modernização, Descentralização, Humanização e Aumento da Eficiência da Gestão Pública.**

A qualidade da gestão pública nos diversos níveis de governo, especialmente o municipal, é uma condição fundamental para implementação eficiente de projetos, assegurando a realização dos resultados esperados com o menor custo e a melhor utilização dos recursos escassos. Para aumentar a eficiência da gestão pública é necessário modernizar as instituições, descentralizar as decisões e a execução das ações, democratizar os processos decisórios, e humanizar as relações do setor público com a sociedade, beneficiária final das iniciativas governamentais. O eixo estratégico deve articular os diversos programas e projetos que promovam uma melhoria da gestão pública – nos diversos níveis de governo – que atuam na Região, assegurando a eficiência (economia de recursos), a eficácia (implementação às ações propostas) e a efetividade (realização dos resultados esperados). Este processo de modernização e reformulação da gestão pública contribui, também, para a consolidação do modelo de gestão do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável.

## **Eixo 9: Fortalecimento e Organização da Sociedade Civil e das Instâncias de Participação e Controle Social.**

A organização da sociedade e a ampliação dos espaços de participação constituem elementos importantes da democratização da sociedade e da formação de capital social, ampliando a capacidade de respostas da sociedade regional aos desafios contemporâneos. Por isso, o fortalecimento e organização da sociedade civil é um dos pilares centrais da estratégia de desenvolvimento da Região, contribuindo, também, para a democratização das instituições públicas e para o controle social da gestão governamental. Assim, o eixo estratégico deve reunir os programas e projetos da dimensão institucional orientados para a organização e participação da sociedade.

## **EIXOS ESTRATÉGICOS & PROGRAMAS E PROJETOS DAS DIMENSÕES**

Seguidamente, apresentam-se os resultados, enfatizando-se os Programas e Projetos gerados e a relação com os eixos estratégicos definidos, segundo diferentes tabelas:

Na Tabela 3.1, apresenta-se a relação existente entre os eixos estratégicos e os programas e projetos da dimensão econômica;

A Tabela 3.2, mostra a relação entre os eixos estratégicos e os programas e projetos

da dimensão sócio-cultural;

Na Tabela 3.3, observa-se a relação entre os eixos estratégicos e os programas e projetos da dimensão científico-tecnológica.

Na Tabela 3.4, relacionam-se os eixos estratégicos e os programas e projetos da dimensão ambiental e finalizando com a última tabela (Tabela 3.5) que mostra a relação entre os Eixos Estratégicos e os Programas e Projetos da Dimensão Político-Institucional.

**Tabela 3.1**

Relação entre os eixos estratégicos e os programas e projetos da dimensão econômica, 2004.

<b>EIXO 1</b> Formação, diversificação, ampliação e consolidação das cadeias produtivas.	<b>PROGRAMA 1</b> Ampliação e Consolidação das Cadeias ou Arranjos Produtivos.	<b>Projeto 1:</b> Ampliação das cadeias produtivas da indústria têxtil e de confecções.
		<b>Projeto 2:</b> Ampliação e consolidação de cadeias produtivas da caprino-ovicultura.
		<b>Projeto 3:</b> Ampliação e consolidação de cadeias produtivas da bovinicultura.
		<b>Projeto 4:</b> Ampliação e consolidação de cadeias produtivas da fruticultura.
		<b>Projeto 5:</b> Ampliação e consolidação de cadeias produtivas da mandioca.
	<b>PROGRAMA 2</b> Desenvolvimento do Turismo Rural, Religioso e Cultural.	<b>Projeto 1:</b> Melhoria da qualidade dos equipamentos e serviços turísticos.
		<b>Projeto 2:</b> Marketing estratégico para transformação da Região em destino turístico.
	<b>PROGRAMA 3</b> Promoção de Novas Atividades Econômicas.	<b>Projeto 1:</b> Apoio à Apicultura.
		<b>Projeto 2:</b> Promoção da Aqüicultura.
		<b>Projeto 3:</b> Promoção da Avicultura.
	<b>PROGRAMA 4</b> Apoio à Agricultura Familiar.	<b>Projeto 1:</b> Democratização do acesso à terra e regularização fundiária.
		<b>Projeto 2:</b> Apoio ao desenvolvimento e consolidação dos projetos de assentamento.
	<b>PROGRAMA 5</b> Incentivos aos Pequenos Negócios.	<b>Projeto 1:</b> Apoio e incentivo ao artesanato.
		<b>Projeto 2:</b> Consolidação das feiras livres.
	<b>EIXO 2</b> Ampliação, recuperação e manutenção da infraestrutura básica.	<b>PROGRAMA 1</b> Complementação e Consolidação da Infra-estrutura Econômica.
<b>Projeto 2:</b> Ampliação da cobertura da eletrificação rural.		
<b>Projeto 3:</b> Ampliação do acesso aos serviços de telecomunicação e de internet		

**Tabela 3.2**

Relação entre os eixos estratégicos e os programas e projetos da dimensão sócio-cultural, 2004.

<b>EIXO 3</b> Elevação da educação e qualificação da população da Região.	<b>PROGRAMA 1</b> Melhoria da Qualidade da Educação	<b>Projeto 1:</b> Erradicação do analfabetismo.
	<b>PROGRAMA 2</b> Formação, Qualificação e Capacitação da Mão-de-obra.	<b>Projeto 2:</b> Melhoria da infra-estrutura escolar e do acesso à informação e ao conhecimento.
		<b>Projeto 1:</b> Qualificação de gestores públicos.
		<b>Projeto 2:</b> Qualificação profissional e técnica para o turismo.
		<b>Projeto 3:</b> Formação de professores e ampliação do ensino de terceiro grau na Região
<b>Projeto 4:</b> Formação e capacitação para o trabalho e para a criação de pequenos negócios.		
<b>EIXO 4</b> Melhoria das condições sociais da população regional.	<b>PROGRAMA 1</b> Incentivo à Ocupação e Renda	<b>Projeto 1:</b> Incentivo à ocupação profissional de jovens.
		<b>Projeto 2:</b> Erradicação do trabalho infantil.
		<b>Projeto 3:</b> Ampliação e facilitação do acesso ao micro-crédito
	<b>PROGRAMA 2</b> Redução da Pobreza	<b>Projeto 1:</b> Transferências governamentais.
		<b>Projeto 2:</b> Assistência social e ações compensatórias.
	<b>PROGRAMA 3:</b> Melhoria das Condições Habitacionais	<b>Projeto 1:</b> Construção e ampliação de moradias.
		<b>Projeto 2:</b> Ampliação do acesso aos serviços básicos.
	<b>PROGRAMA 4:</b> Melhoria das Condições de Saúde	<b>Projeto 1:</b> Reestruturação e ampliação dos serviços de assistência preventiva, médico e odontológica.
		<b>Projeto 2:</b> Reestruturação e ampliação da rede física dos serviços de saúde.
	<b>PROGRAMA 5:</b> Valorização da Cultura Regional	<b>Projeto 1:</b> Fortalecimento da infra-estrutura cultural.
<b>Projeto 2:</b> Mapeamento do patrimônio imaterial.		

**Tabela 3.3**

Relação entre os eixos estratégicos e os programas e projetos da dimensão científico - tecnológica, 2004.

<b>EIXO 5</b> Desenvolvimento tecnológico, com ênfase na difusão de tecnologias apropriadas e na assistência técnica.	<b>PROGRAMA 1</b> Modernização Tecnológica das Cadeias Produtivas Relacionadas com o Agronegócio.	<b>Projeto 1:</b> Geração e adaptação de novas tecnologias apropriadas à agropecuária.
		<b>Projeto 2:</b> Assistência técnica às atividades agropecuárias e agroindustriais.
	<b>PROGRAMA 2</b> Modernização das Cadeias Produtivas Relacionadas com a Indústria, o Comércio e a Mineração.	<b>Projeto 1:</b> Difusão e absorção de novas tecnologias apropriadas à indústria têxtil.
		<b>Projeto 2:</b> Difusão e absorção de novas tecnologias aplicadas ao comércio.
<b>Projeto 3:</b> Desenvolvimento tecnológico da mineração.		

**Tabela 3.4**

Relação entre os eixos estratégicos e os programas e projetos da dimensão ambiental, 2004.

<b>EIXO 6</b> Ampliação da oferta e gestão integrada dos recursos hídricos.	<b>PROGRAMA 1</b> Ampliação da Oferta e Gestão Integrada dos Recursos Hídricos	<b>Projeto 1:</b> Construção, ampliação, recuperação e operação de infra-estrutura hídrica.
		<b>Projeto 2:</b> Construção, ampliação e recuperação de sistemas simplificados de água.
<b>EIXO 7</b> Conservação, preservação e uso sustentável dos recursos naturais.	<b>PROGRAMA 2</b> Conservação Ambiental	<b>Projeto 1</b> Criação de unidades de conservação.
		<b>Projeto 2:</b> Apoio à recuperação de ecossistemas.
		<b>Projeto 3:</b> Recuperação de bacias hidrográficas.
	<b>PROGRAMA 3</b> Melhoria dos Serviços de Saneamento Ambiental	<b>Projeto 1:</b> Implantação e ampliação do sistema de esgotamento sanitário.
		<b>Projeto 2:</b> Implantação e ampliação do sistema de gestão integrada de resíduos sólidos.
	<b>PROGRAMA 4</b> Fortalecimento Da Gestão Ambiental	<b>Projeto 1:</b> Divulgação e educação sanitária e ambiental.
		<b>Projeto 2:</b> Desenvolvimento de um sistema de informação ambiental.
		<b>Projeto 3:</b> Incentivo à participação e à descentralização na gestão ambiental.

**Tabela 3.5**

Relação entre os eixos estratégicos e os programas e projetos da dimensão político-institucional, 2004.

<b>EIXO 8</b> Modernização, descentralização, humanização e aumento da eficiência da gestão pública.	<b>PROGRAMA 1</b> Reestruturação e Modernização e das Prefeituras e Câmaras Municipais.	<b>Projeto 1:</b> Reestruturação administrativa e modernização das prefeituras municipais.
		<b>Projeto 2:</b> Melhoria do desempenho das câmaras municipais.
<b>EIXO 9</b> Fortalecimento e organização da sociedade civil e das instâncias de participação e de controle social.	<b>PROGRAMA 2</b> Ampliação e Fortalecimento das Formas Colegiadas e Associativas de Gestão Pública.	<b>Projeto 1:</b> Consolidação dos conselhos e associações civis para a implementação de políticas públicas.
		<b>Projeto 2:</b> Ampliação e fortalecimento dos consórcios territoriais, municipais e setoriais.



# **CAPÍTULO 4**

## **PROGRAMAS E PROJETOS DO PLANO**



Neste capítulo são descritos os Programas e Projetos que integram o Plano, assim entendidos os instrumentos intermediários entre os eixos estratégicos e o Modelo de Gestão, compostos pelo conjunto de ações programáticas que serão implementadas nas diversas dimensões do desenvolvimento sustentável, isto é, a dimensão ambiental, a econômica, a científico-tecnológica, a sócio-cultural e a político-institucional.

Os Programas correspondem à desagregação dos eixos estratégicos apresentados no capítulo anterior (Capítulo 3), sendo constituídos por conjuntos de projetos que podem ser sintetizados em um mesmo objetivo geral.

Os Projetos, por sua vez, são os mecanismos operacionais de ação concreta em que se desagregam os programas. Referem-se às menores unidades programáticas que podem ser executadas em um determinado espaço e num certo período de tempo e materializam as propostas concretas de intervenção em termos dos seus objetivos e linhas de ação.

A partir desta concepção, o Plano ficou composto por 21 (vinte e um) programas e 53 (cinquenta e três) Projetos, distribuídos segundo as dimensões do desenvolvimento sustentável, e articulados nos nove eixos estratégicos (Tabela 4.1).

**Tabela 4.1**  
Distribuição dos programas e projetos das dimensões, 2004

	<b>Programas</b>	<b>Projetos</b>
Dimensão Econômica	6	17
Dimensão Sócio - Cultural	7	17
Dimensão Ambiental	4	10
Dimensão Científico - Tecnológica	2	5
Dimensão Político - Institucional	2	4
	<b>21</b>	

Finalizando o capítulo, apresentam-se os custos financeiros, tanto em moeda nacional, como sua relação com a internacional, o dólar americano, necessários para a implementação do Plano e os gráficos demonstrando o percentual dos mesmos.

## DIMENSÃO ECONÔMICA

Esta Dimensão está composta por 6 (seis) Programas e 17 (dezesete) Projetos, focalizados, na complementação da infra-estrutura de transportes, na ampliação das redes de eletrificação rural, no estímulo ao uso de fontes alternativas de energia e na ampliação e consolidação das cadeias ou arranjos produtivos relativos à indústria têxtil e de confecções, à caprino-ovinocultura, à bovinocultura, à fruticultura e à mandioca, todos de importância estratégica para o fortalecimento da economia regional.

Os Programas e Projetos também incluem novas oportunidades de desenvolvimento, como o turismo religioso e cultural, com ênfase na qualidade dos equipamentos e serviços e no *marketing* como estratégia para transformar a Região em destino turístico. É contemplada, ainda, as promoções de novas atividades econômicas como a piscicultura, a carcinicultura e a avicultura, todos já existentes na Região, porém em pequena escala.

Finalmente, as ações programáticas desta dimensão focalizam a questão agrária, em especial no que se refere à consolidação da agricultura familiar no interior e fora dos assentamentos de reforma agrária, à regularização fundiária, e às ações destinadas à consolidação dos pequenos negócios, do artesanato e das feiras livres, já incorporados à dinâmica econômica e à cultura regionais.

### PROGRAMA 1: COMPLEMENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA

#### a. Situação Atual

O investimento em infra-estrutura econômica são fundamentais para o desenvolvimento da Região, particularmente que se refere às estradas vicinais e às telecomunicações. Ainda que tenha apresentado avanços, nos últimos anos, através da realização de um vasto programa de ampliação da cobertura de energia elétrica, além de um projeto de melhoria das estradas e das comunicações, a infra-estrutura permanece com deficiências e alguns municípios carecem de medidas emergenciais.

A malha rodoviária estadual, na atualidade, é deficiente em dois principais aspectos: o primeiro referente à manutenção e conservação das estradas existentes, pois, cerca de 15% das estradas pavimentadas na Região, estão em situação precária, aumentando, em decorrência, os custos do transporte. Tendo em vista que 70% das cargas passam pelas estradas, este fato constitui um importante obstáculo ao desenvolvimento das atividades humanas; o segundo é o da construção de novas estradas interligando municípios, regiões e o Rio Grande do Norte a outros estados, e, conseqüentemente, melhorando a trafegabilidade dos usuários (IDEMA, 2003).

Em relação às comunicações, a execução do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), permitirá a inclusão, até 31 de dezembro de 2005, de telefones de uso público (TP), os populares orelhões, nas localidades com mais de 100 habitantes e a oferta de acessos individuais naquelas localidades com mais de 300 habitantes. A inexistência de terminais telefônicos em determinadas áreas da Região, principalmente

na zona rural, justifica a importância do serviço de telefonia pública para a maioria dos moradores dos municípios. As comunidades solicitaram que se reivindicasse, junto às operadoras de celulares e aos órgãos competentes, a instalação de torres e o acesso à Internet, através da criação de escolas de informática, para melhorar as comunicações; e, fazer gestões ante a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) para a diminuição dos custos das ligações telefônicas.

Quanto à infra-estrutura de energia elétrica, verificou-se a necessidade de ampliar a rede de eletrificação rural, como forma de garantir a qualidade de vida e as condições de produção para o grande número de famílias que desenvolve atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural. Também foi considerada a possibilidade de introdução de novas alternativas energéticas, como a eólica e a solar, em caráter complementar aos sistemas de eletrificação rural.

## **b. Objetivos do Programa**

Este Programa tem como objetivo:

- melhorar as condições de acessibilidade da população à infra-estrutura de energia, estradas e comunicações.

## **c. Metas**

As metas do Programa, até 2010, encontram-se especificadas como:

- ampliar, em 40%, a malha viária dos municípios da Região;
- garantir cobertura de eletrificação rural nos 42 municípios da Região e em suas respectivas comunidades rurais;
- implantar 200 sistemas de energia alternativa (eólica ou solar), em comunidades rurais; e
- implantar projetos de inclusão digital nos 42 municípios da Região; e
- Attingir em 100%, os serviços de telefonia fixa, e ampliar, em no mínimo 50%, os serviços de telefonia móvel da Região.

## **d. Diretrizes**

O Programa será executado tomando por base as seguintes diretrizes:

- estabelecer cronograma de implantação de metas que priorize os municípios com maior grau de deficiência e com maior potencial de contribuição para o desenvolvimento local sustentável;
- priorizar a construção, recuperação ou ampliação das estradas intermunicipais e as que dão acesso aos principais eixos de ligação da Região com outros municípios do Rio Grande do Norte e outros estados brasileiros;
- constituir consórcios intermunicipais para provisão de bens e serviços públicos de interesse comum dos municípios da Região;

- desenvolver estudos e projetos com vistas à orientação das decisões dos gestores públicos e à negociação de recursos para ampliação da infra-estrutura econômica regional.

## **e. Recursos e Fontes de Financiamento**

Para a execução deste Programa serão utilizadas diversas fontes de recursos como instrumentos para sua implementação. Entre eles, contar-se-á com os programas de investimentos públicos dos governos federal, estadual e municipal e os programas de investimentos de empresas privadas, como a Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN), convênios do governo federal junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), destinados a prover os insumos técnicos, humanos, físicos e financeiros para assegurar o alcance das metas programadas, a Telemar Norte Leste S/A (TELEMAR), o DER, o DETRAN, entre outros.

No período de execução do Plano, serão investidos no Programa Complementação e Consolidação da Infra-Estrutura Econômica, composto pelos três projetos descritos a seguir, um total de R\$ 70 milhões, equivalentes a US\$ 23,810 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004. Os recursos financeiros totais terão as fontes resumidas assim: Governo Federal (27,57%), Estado (27,86%), Município (19,93%), Fontes Externas (3,57%) e Setor Privado (11,07%).

O Projeto Melhoria, Conservação das Rodovias Existentes e Implantação de Rodovias Vicinais demandará recursos da ordem de R\$ 40,000 milhões, equivalentes a US\$ 13,605 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (30%), Estado (35%), Municípios (25%) e Fontes Externas (10%).

O Projeto Ampliação da Cobertura da Eletrificação Rural demandará recursos da ordem de R\$ 25,000 milhões, equivalentes a US\$ 8,503 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94 cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (25%), Estado (15%), Municípios (13%), Fontes Externas (10%), Banco Oficial (10%) e Setor Privado (27%).

O Projeto Ampliação do Acesso aos Serviços de Telecomunicação e de Internet demandará recursos da ordem de R\$ 5,000 milhões, equivalentes a US\$ 1,701 milhão, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (21%), Estado (35%), Municípios (14%), Fontes Externas (10%) e Setor Privado (20%).

## **f. Sistema de Gestão**

A base fundamental do sistema de gestão deste programa será formada pelos consórcios municipais, sob a coordenação da Agência Regional de Desenvolvimento. As prefeituras municipais da Região enviarão projetos de leis às Câmaras Municipais, solicitando autorização para destinação de recursos específicos para manutenção dos consórcios. Caberá, também, à Agência Regional de Desenvolvimento, o assessoramento e articulação institucional requeridos para a busca de convênios e a garantia de recursos para implantação das metas programadas. O Presidente do Conselho Regional, deverá

apoiar o trabalho da Agência, mediante articulações com as várias entidades responsáveis pelo financiamento e execução dos investimentos nas esferas federal, estadual e municipal.

## **Projeto 1: Melhoria, Conservação das Rodovias Existentes e Implantação de Rodovias Vicinais**

### **a. Situação Atual**

A estrutura rodoviária na Região foi considerada, pela maioria das lideranças dos 42 municípios, como um problema relevante, devido às condições de manutenção, tanto nas estradas principais, como nas vicinais, existindo, ainda, alguma delas, intransitáveis na travessia dos rios.

O governo federal pretende recuperar, até abril de 2005, 25% ou cerca de 7 mil quilômetros de rodovias federais, consideradas de péssima qualidade, considerando-se que, cerca de 55% dos 58 mil km de rodovias brasileiras, estão sem condições de tráfego. Para isso, foi elaborado um Plano de Recuperação, que se estenderá por quatro anos e serão necessários R\$ 7 bilhões, para sua implantação (Jornal Tribuna do Norte, 2004).

O governo do Estado também está executando um programa de recuperação de estradas por intermédio da Secretaria Estadual de Infra-Estrutura, que está investindo mais de R\$ 1,8 milhão em obras de pavimentação e drenagem de ruas, em diversos municípios.

O Sindicato das Empresas de Transportes Urbanos, SETURN, aponta que a falta de investimentos públicos no sistema de transporte é o principal problema do setor, pois são esses investimentos que podem reduzir o custo do transporte. No município de Tangará, os investimentos na pavimentação das ruas contam com contrapartidas do Governo do Estado e da prefeitura local. Em Tangará, Coronel Ezequiel e São Bento do Trairi está em restauração a RN 023, com 38 km, no trecho entre Santa Cruz, Coronel Ezequiel e Jaçanã, garantindo-se, com segurança, a movimentação das mercadorias e o acesso a esses municípios. Além destas obras em fase de execução, recuperou-se a ponte sobre o rio Trairi, na RN-093, trecho entre Tangará e São José do Campestre, na entrada da RN 003; a pavimentação asfáltica de ruas em Santa Cruz; obras de drenagem e pavimentação em Jaçanã e Serra Caiada; recuperação de aterros na RN-092, trecho entre Santa Cruz e Japi e a operação tapa-buraco na RN-093, no trecho entre Tangará e São José do Campestre.

A rodovia que liga Canguaretama, Pedro Velho e Montanhas, numa extensão de 20 quilômetros e a implantação e pavimentação da rodovia RN-120, que liga Nova Cruz ao município de Jacaraú, na Paraíba, num trecho de 5,7 quilômetros, foram obras já assinadas pelo Governo do Estado, prevendo-se a construção de 400 km de estradas nos próximos três anos.

### **b. Objetivos do Projeto**

O Projeto tem como objetivo:

- ampliar e melhorar a malha viária da Região, garantindo o acesso e a redução dos custos no transporte de pessoas e mercadorias.

## **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- melhorar a oferta e a manutenção das rodovias existentes;
- urbanizar os acessos rodoviários aos municípios e restaurar trechos rodoviários;
- realizar estudos para levantamento das condições (pavimentação e conservação da malha viária) e das carências por outras estradas, em particular, das estradas vicinais;
- efetivar as licitações para construção dos novos trechos das rodovias enunciadas;
- e
- melhorar o sistema viário e sinalização das vias urbanas.

## **Projeto 2: Ampliação da Cobertura da Eletrificação Rural**

### **a. Situação Atual**

A matriz energética do Rio Grande do Norte pode ser caracterizada como diversificada (energia elétrica, petróleo, gás natural e biomassa, dentre outras), embora continue existindo um forte predomínio de fontes de energia de origem hidráulica e do petróleo. É fundamental lembrar a importância vital e estratégica da energia para o desenvolvimento de qualquer estado ou região e, o fato de que na Região estudada, a energia não é, ainda, um serviço de acesso universal à população.

Com a perspectiva voltada para a promoção do crescimento econômico e do bem-estar social, o Governo do Estado pretende criar as condições necessárias para promover a ampliação da infra-estrutura de distribuição de energia, assegurando, dessa forma, a expansão dessa atividade. Neste sentido, foi anunciado o investimento de R\$ 80 milhões em eletrificação no Estado, até 2008, pelo Ministério de Minas e Energia, dentro do Programa “Luz Para Todos” (O Poti, maio 2004).

O objetivo é garantir o acesso à energia elétrica para cerca de 30 mil domicílios rurais potiguares (75% dos potiguares sem acesso ao fornecimento elétrico), beneficiando em torno de 120 mil pessoas, até 2008 e tendo, como prioridade, as comunidades que deram lugar a barragens, os assentamentos rurais, as comunidades com baixo atendimento de energia elétrica, com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), escolas, postos de saúde e poços. O objetivo final, contudo, é garantir o acesso à eletrificação para todos os 12 milhões de brasileiros atualmente sem esse serviço. Do investimento total, 65% são de recursos da União, 20% do Estado e 15% da COSERN. Esse investimento deverá garantir o desenvolvimento de vários setores da economia nas comunidades beneficiadas, promovendo a inclusão social. Um comitê gestor foi instituído para definir as obras e acompanhar a execução do programa no Estado.

É fundamental considerar que a perspectiva de crescimento econômico implicará num aumento significativo da demanda energética. Nesse sentido, o Governo do Estado deve, no médio prazo, criar as condições necessárias para promover a ampliação da infra-estrutura de distribuição de energia, assegurando, dessa forma, a expansão das atividades, em razão do crescimento.

Entretanto, as ações na área energética não podem ser conduzidas de maneira isolada, sem a devida articulação com os demais setores - produtivo, social e tecnológico - e a coordenação das ações dos três níveis: União, Estados e Municípios, sendo, portanto, fundamental, a constituição de um sistema de planejamento energético integrado e participativo.

## **b. Objetivos do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- ampliar os investimentos em eletrificação rural e outras fontes energéticas, de forma a contribuir para a ampliação do consumo e intensificação do ritmo da atividade econômica na Região.

## **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- garantir 100% de cobertura de eletrificação rural na Região;
- garantir a implantação de Projetos convencionais e alternativos de energia, de forma a garantir o acesso a todos os habitantes dos municípios e das comunidades rurais da Região;
- expandir a oferta de insumos e fontes energéticas, de forma a contribuir para a ampliação do mercado consumidor de energia e para a intensificação do ritmo de atividade econômica do país.

## **Projeto 3: Ampliação do Acesso aos Serviços de Telecomunicação e de Internet**

### **a. Situação Atual**

Nos últimos anos, têm-se observado um crescente interesse da população da Região por acesso aos serviços de telecomunicações e de Internet, o que demanda a necessidade de provedores e de capacitação dos usuários para o adequado acesso aos serviços relacionados com a inclusão digital.

Com o processo de privatização da empresa de Telecomunicações do Rio Grande do Norte (TELERN), a consolidação da telefonia móvel e a reestruturação produtiva, ocorridos no setor das telecomunicações, mudaram o cenário tradicional dos serviços desse segmento, não apenas no Estado, mas, também, na Região.

A Inclusão Digital é a denominação dada, genericamente, aos esforços para fazer com que as populações das sociedades contemporâneas possam obter os conhecimentos necessários para utilizar a Internet e dispor de acesso físico regular aos recursos relacionados com a tecnologia de informação.

Apenas 6% da população brasileira utiliza um computador (PC) e dois terços do

total de PC no país estão instalados em empresas. Além disso, o percentual da população brasileira com acesso à Internet, cerca de 6%, está concentrado, em sua grande maioria, nos cidadãos das classes mais favorecidas. O acesso à Internet na classe A chega a 90%. Nas classes de renda mais baixa, não passa de 4%. O Brasil está no início de um processo mais amplo de inclusão digital e, os avanços alcançados nos últimos anos, comprovam que as políticas públicas e os investimentos para o setor estão no caminho certo.

## **b. Objetivos do Projeto**

O objetivo deste Projeto é:

- apoiar e incentivar a ampliação dos serviços de telecomunicações e acesso à Internet, estimulando iniciativas de instalação de provedores de Internet e TV a cabo e promovendo a inclusão digital nos municípios da Região.

## **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- garantir a inclusão digital para as instituições públicas e privadas, bem como para a população em geral, existentes na Região;
- estimular a criação de escolas de informática e laboratórios digitais nos 42 municípios da Região; e
- instalação de torres celulares na Região, de forma a garantir o acesso à telefonia móvel em todos os municípios.

## **PROGRAMA 2: AMPLIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS CADEIAS OU ARRANJOS PRODUTIVOS**

### **a. Situação Atual**

O desenvolvimento da agropecuária regional seguiu a mesma trajetória da economia agrário-exportadora do semi-árido do Rio Grande do Norte e dos demais estados produtores do nordeste brasileiro. Como é amplamente conhecido esta trajetória se caracterizou pela inserção da agroindústria algodoeira no mercado internacional, pelo crescimento exponencial da área cultivada e do número de usinas de beneficiamento, e, finalmente, pelo declínio da atividade, até chegar, praticamente, ao desaparecimento, nos dias atuais.

Atualmente, as atividades econômicas mais importantes da Região incluem, os arranjos produtivos da indústria têxtil e de confecções; da caprinocultura e ovinocultura; da bovinocultura com tendência leiteira; da fruticultura; e, do cultivo e processamento da raiz de mandioca. Apesar dessa diversidade, essas atividades necessitam de investimentos para se consolidarem como cadeias produtivas regionais, organizadas através da produção de produtos semi-elaborados e elaborados.

Incentivar segmentos que funcionam em cadeias produtivas tem uma importância

fundamental para a vitalidade econômica de uma região. É preciso desenvolvê-los a partir dos canais de inserção e de agregação de valor, para os produtos mais elaborados. O processo de integração, tão defendido pelos grandes grupos que subcontratam unidades de produção distantes da matriz, condena os segmentos a se inserirem na cadeia produtiva como meros fabricantes de parte da cadeia. A ampliação e organização da produção em cadeias produtivas permitirão que seja agregado valor à produção e que haja, também, ampliação e incorporação de mais produtores no segmento.

Nesse sentido, foram propostos projetos que procuram ressaltar a demanda como ponto inicial de análise para um melhor dimensionamento das cadeias produtivas da Região, ampliando a produção para os mercados local e regional, prioritariamente, mas, também, para os mercados nacional e de exportação, conforme o potencial mercadológico identificado nos diferentes setores produtivos.

## **b. Objetivo do Programa**

Os objetivos deste Programa são:

- contribuir para a consolidação das cadeias produtivas, por intermédio de uma maior integração e ampliação das várias etapas dos diferentes segmentos, colocando seus principais instrumentos de atuação (fundo de aval, programas de capacitação, entre outros) para a promoção das atividades das cadeias produtivas.

## **c. Metas**

Para o cumprimento dos objetivos acima estabelecidos, este Programa tem como metas:

- implementar 3 unidades piloto para produção de ração a partir do bagaço de caju e do aproveitamento integral da mandioca;
- implantar 100 módulos demonstrativos de criação de caprinos e ovinos, para difusão de tecnologia e capacitação;
- instalar 1.000 unidades familiares de beneficiamento da castanha-de-caju;
- realizar a Certificação Participativa de Produtos Orgânicos de 100 Unidades Familiares;
- modernizar e diversificar 50% das casas de farinha da Região; e
- implantar 2 unidades de beneficiamento da mandioca, para obtenção de fécula.

## **d. Diretrizes**

O Programa será executado tomando por base as seguintes diretrizes:

- organizar redes solidárias através da formação de incubadoras de cooperativas de produção e de trabalho, que possam promover o desenvolvimento e a disseminação de conhecimentos nas cadeias produtivas da Região;
- estimular a oferta e estabelecer mecanismos de certificação participativa e de

comercialização de produtos orgânicos;

- contribuir para a consolidação das cadeias produtivas prioritárias para o desenvolvimento regional; e
- elaborar planos de negócios e de financiamento, em apoio aos pequenos empreendimentos, no sentido de melhorar as condições de acesso ao crédito.

## **e. Recursos e Fontes de Financiamentos**

Os valores totais estimados para o Programa Ampliação e Consolidação das Cadeias ou Arranjos Produtivos, composto pelos cinco projetos abaixo orçados, são de R\$ 5,400 milhões, equivalentes a US\$ 1,837 milhão, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94 cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (40%), Estado (27,61%), Municípios (2,39%) e Banco Oficial (30%).

Parte desses recursos serão destinados para estudos de viabilidade econômica e de prospecção de mercado dos diferentes segmentos da cadeia de confecções; para os cursos de capacitação para trabalhadores no segmento na produção; gerência e comercialização, além da instalação de cooperativas de confecções na Região.

Este Programa tem como instrumentos: Programas de apoio a cooperativas e incubadoras de trabalho; programas de capacitação; assistência técnica; orientação mercadológica e estudos de prospecção de mercado, ministrados pelo SEBRAE, SENAI e Incubadoras de Economia Solidária e linhas específicas de crédito para micro e pequenas empresas junto ao Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Programas de Micro Crédito do Governo do Estado.

O Projeto Ampliação das Cadeias Produtivas da Indústria Têxtil e de Confecções demandará recursos da ordem de R\$ 1,100 milhão, equivalentes a US\$ 374 mil, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (40,00 %), Estado (30%) e Banco Oficial (30%).

O Projeto Ampliação e Consolidação de Cadeias Produtivas da Caprino-ovinocultura demandará recursos da ordem de R\$ 400 mil, equivalentes a US\$ 136 mil, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (40%), Estado (25%), Municípios (5%) e Banco Oficial (30%).

O Projeto Ampliação e Consolidação de Cadeias Produtivas da Bovinocultura, demandará recursos da ordem de R\$ 500 mil, equivalentes a US\$ 170 mil, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (40%), Estado (25%), Municípios (5%) e Banco Oficial (30%).

O Projeto Ampliação e Consolidação de Cadeias Produtivas da Fruticultura demandará recursos da ordem de R\$ 1,000 milhão, equivalentes a US\$ 340 mil, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (40%), Estado (30,00 %) e Banco Oficial (30%).

O Projeto Ampliação e Consolidação de Cadeias Produtivas da Mandioca demandará recursos da ordem de R\$ 2,400 milhões, equivalentes a US\$ 816 mil, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (40%), Estado (30%) e Banco Oficial (30%).

## **f. Sistema de Gestão**

A gestão do Programa ficará sob a responsabilidade de um setor integrante da Agência de Desenvolvimento, que vai se encarregar de implementar, acompanhar e avaliar os projetos das cadeias produtivas em geral. Assim, articulado com os diferentes órgãos da iniciativa pública e privada, envolvido em qualquer um dos segmentos atuando em cadeias na Região, esse setor da Agência terá, como objetivo, definir ações que envolvam objetivos de interesse no desenvolvimento da Região.

### **Projeto 1: Ampliação das Cadeias Produtivas da Indústria Têxtil e de Confeções**

#### **a. Situação Atual**

O diagnóstico mostrou a importância do segmento das confeções para a economia regional, justificando ações que devem ser encaminhadas no sentido de incentivar empreendimentos no setor. A indústria de confeções está presente em vários municípios da Região, como Monte Alegre, Passa e Fica, Serra de São Bento e Nova Cruz. A sua consolidação pode representar, para vários municípios envolvidos, uma alternativa de trabalho e a ampliação da produção para outras localidades dentro e fora da Região.

Um projeto do SEBRAE nacional vem selecionando experiências exitosas no sentido de melhorar a qualidade e a logística comercial, ampliando a produção para outros municípios e conquistando outros mercados. Recentemente, em visita a alguns desses empreendimentos, técnicos do SEBRAE local e nacional detectaram pequenos produtores com reconhecida competência e com condições de expansão da atividade, abrindo possibilidades para muitos outros pequenos empreendedores.

A consolidação desse segmento como pólo de confeções da Região, já revela que, grande parte da produção das peças, está inserida numa cadeia mais ampla pertencente a outros grupos de maior porte. Essa tendência observada em outras regiões do estado, mais particularmente na Região Metropolitana de Natal, mostra a natureza do processo de inserção da economia norte-rio-grandense. Nos últimos anos, muitas empresas do Estado foram subcontratadas por grandes grupos das indústrias têxteis e de confeções, passando a produzir sob encomenda para marcas de grife. Por conta disso, muitas empresas de *fundo de quintal* conseguiram se desenvolver, produzindo para grupos maiores locais em sistemas de integração que vêm se difundindo na Região, tanto nas atividades agrícolas, quanto não agrícolas. É nesse espaço que as pequenas empresas vêm se inserindo e conseguindo expandir os seus mercados. Uma política intensiva de apoio a esses empreendimentos, nascentes, poderia agregar outros empreendimentos e consolidar o segmento através da melhoria das condições de produção, qualidade da mão-de-obra, dos produtos e de uma melhor infra-estrutura que facilitasse escoamento e transporte das mercadorias.

Nos últimos anos, com a intensificação do fluxo turístico de europeus, provenientes principalmente, de Portugal, Itália, Noruega e Suécia, observou-se um aumento nos investimentos do setor de construção civil, hotelaria e, particularmente, no ramo de

confeções, que tem como atrativo o mercado importador da União Européia. Com o processo de deslocalização nas décadas de 1980 e 1990, a Europa perdeu a maior parte do seu parque têxtil para os países do Magrebe e Sudeste Asiático. A redescoberta do Nordeste Brasileiro, como espaço rentável para novos investimentos, com o euro valorizado e baixos custos de produção, despertou interesse por parte de um novo perfil de empresário estrangeiro. Assim, muitos desses estrangeiros têm buscado nas cidades do interior opções de investimento as mais diversas. A reestruturação do segmento pode tirar proveito da onda favorável e reorganizar um setor que, historicamente, definiu a economia do Estado.

## **b. Objetivo do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- consolidar o segmento da indústria têxtil e de confeções, mediante a melhoria da qualidade da produção, da elevação dos níveis de competitividade, do acesso ao mercado e da ampliação da oferta de trabalho na Região.

## **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- melhorar as condições de produção e comercialização e garantir a qualidade dos produtos regionais, de forma a diferenciá-los nos mercados estadual, nacional e internacional;
- apoiar a criação de novos empreendimentos e difundir estratégias empreendedoras, com vistas à diversificação da produção e dos mercados; e
- assessorar e capacitar os empreendedores das indústrias de confeções na elaboração de planos de negócios para obtenção de financiamento e implantação de melhoria nas condições de produção, qualidade dos produtos e acesso aos mercados.

## **Projeto 2: Ampliação e Consolidação da Cadeia Produtiva da Caprino-ovinocultura**

### **a. Situação Atual**

A caprino-ovinocultura, em pouco mais de 15 anos, deixou de ser uma atividade subsidiária e complementar à bovinocultura, para se tornar uma atividade emergente na Região. Dados do IBGE mostraram que, em 1985, os ovinos somavam 32.911 cabeças e os caprinos tinham um rebanho de 14.675 cabeças. No ano de 2002, dados da Pesquisa Pecuária Municipal registraram efetivos respectivos de 88.677 e 46.257, representando taxas de crescimento de 269% para os ovinos e de 315% para o rebanho caprino.

Ainda, é, predominante, na Região, a criação de forma extensiva, com animais sem raça definida, manejo inadequado, baixo suporte forrageiro, instalações precárias e assistência técnica insuficiente; enfim, criações com pouca ou quase nenhuma adoção de práticas que possam melhorar a oferta de carne, leite e pele.

Esses fatores interferem diretamente na fragilidade da cadeia produtiva da caprino-ovinocultura. Na visão do presidente da ANCOG, *“há muitos outros gargalos na cadeia da caprino-ovinocultura que vai para além da tecnologia baixa de manejo. Mesmo tendo, no Estado, quatro frigoríficos, somente um funciona. Calcula em 90% a quantidade de abate clandestino. Investir no manejo, no beneficiamento, na distribuição são fatores essenciais para acessar o mercado promissor da caprino-ovinocultura”*.

Por outro lado, observa-se a emergência de sistemas modernos de criação, caracterizados pela utilização de modernas tecnologias de manejo, com rebanhos de alto padrão genético, o que tem possibilitado a obtenção de elevados níveis de precocidade, carne de excelente qualidade e acesso diferenciado aos mercados estadual e nacional.

As perspectivas para o desenvolvimento dessa cadeia produtiva são, portanto, extremamente favoráveis, pois, além da existência de um amplo mercado, a Região é ecologicamente adequada para a criação de caprinos e ovinos em bases sustentáveis. Entretanto, o consumo do leite de cabra ainda é restrito, o que requer a realização de campanhas para desenvolver uma cultura voltada para a produção, o consumo, a diversificação e a verticalização da produção e de seus derivados. Outro caminho, é aproveitar o mercado consumidor de carne que, em função de campanhas e propagandas relacionadas ao consumo de alimentos saudáveis, tem procurado a carne ovina e caprina, comprovadamente com baixos teores de gordura.

Investir cada vez mais em exposições agropecuárias, capacitações direcionadas aos criadores e avançar na geração e difusão de tecnologias de produção, beneficiamento, comercialização e manejo permite vislumbrar possibilidades concretas para a caprino-ovinocultura numa perspectiva de dinamização da economia regional.

## **b. Objetivos do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- introduzir novas espécies forrageiras e melhorar o manejo dos rebanhos caprinos e ovinos, de modo a proporcionar a elevação da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos da caprino-ovinocultura;
- introduzir métodos modernos de aproveitamento e industrialização da carne, do leite e da pele de caprinos e ovinos; e
- contribuir para o aumento da renda e da segurança alimentar da população, através da introdução de bancos de proteínas.

## **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- assegurar assistência técnica e gerencial aos produtores, de forma suficiente e com qualidade, visando o aumento do suporte forrageiro e os cuidados com a sanidade dos rebanhos;
- promover a organização dos criadores, com vistas a uma maior participação na cadeia produtiva;

- melhorar o padrão racial dos rebanhos, objetivando aumentar a produção de leite, elevar o peso das carcaças e reduzir o tempo de abate;
- promover campanhas de divulgação sobre o valor nutritivo e comercial do leite de cabra; e
- ampliar o mercado institucional através da inclusão dos produtos da caprino-ovinocultura na merenda escolar e nos hospitais.

## **Projeto 3: Ampliação e Consolidação da Cadeia Produtiva da Bovinocultura**

### **a. Situação Atual**

O desenvolvimento da economia da Região seguiu a mesma lógica do desenvolvimento da economia do Estado: agricultura extensiva de sequeiro, durante décadas, comandadas pelo complexo algodão, pecuária e produção de alimentos com destaque para o feijão, a mandioca e o milho.

Nas décadas de 1980 e 1990, ocorreu o declínio da atividade algodoeira, que se constitui na principal base de apoio da economia agrícola estadual. A pecuária bovina, que hoje se apresenta como o principal tipo de rebanho no Estado e na Região, está mudando o padrão tecnológico de exploração, tanto no que diz respeito aos aspectos produtivos internos ao estabelecimento rural, quanto à pasteurização e à produção de derivados de leite.

Uma visão mais recente da pecuária regional, principalmente a partir do Programa do Leite, implantado pelo governo do Estado, a partir de 1995, das exposições agropecuárias, das capacitações direcionadas aos criadores e do avanço na geração de tecnologias de produção e manejo, permite vislumbrar novas perspectivas para a pecuária regional. Alguns criadores já utilizam manejo adequado, investem na melhoria genética do rebanho, no fortalecimento do suporte forrageiro e na produção, beneficiamento e comercialização do leite.

Os dados relativos ao efetivo bovino e à produção de leite na Região, comprovam que, enquanto o efetivo bovino, o número de vacas ordenhadas e a produção de leite no Estado se mantinham constantes ou declinavam no decorrer da década de 1990 e em 2001 e 2002, a produção de leite mais que dobrou, evidenciando um aumento de produtividade e um claro indicativo de mudança no padrão genético no manejo do rebanho, já que o efetivo bovino e o número de vacas ordenhadas declinaram, pois, de acordo com o IBGE, o efetivo bovino no Estado, em 1990 e 2000 era, respectivamente, de 956.500 e 803.900 cabeças.

Reafirma-se a importância econômica e social, que a bovinocultura representa, para a população da Região. No entanto, essas oportunidades só serão efetivamente aproveitadas, se houver uma ação integrada que permita superar os atuais entraves dessa cadeia produtiva.

## **b. Objetivo do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- consolidar a cadeia produtiva da bovinocultura na Região e contribuir para o aumento da renda e da segurança alimentar da população, através de um manejo adequado do rebanho bovino, do processamento industrial e da diversificação da cadeia produtiva, de modo a proporcionar a elevação da produção, da produtividade, da qualidade dos produtos e do acesso aos mercados.

## **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- assegurar assessoramento técnico e gerencial aos criadores, com vistas a uma maior participação na cadeia produtiva;
- diversificar a cadeia produtiva, mediante a introdução de estratégias de verticalização e diferenciação produtiva e a criação de novos elos na cadeia, em especial no que se refere à produção de rações formuladas com base em ingredientes locais; e
- ampliação do mercado institucional mediante inclusão do leite e subprodutos na merenda escolar, nos hospitais e quartéis.

## **Projeto 4: Ampliação e Consolidação das Cadeias Produtivas da Fruticultura**

### **a. Situação Atual**

O desenvolvimento da fruticultura na Região, apesar de incipiente, é altamente promissor. Destaca-se, potencialmente, a cultura do cajueiro, uma atividade, ainda, com predominância de práticas extrativistas, com baixa produtividade e baixo aproveitamento de seus frutos, mas que pode vir a se consolidar como cadeia produtiva, principalmente, considerando que a área colhida dessa cultura, mesmo sem maiores incentivos e submetida às intempéries climáticas, manteve-se quase constante no período de 1997 a 2002, segundo dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM, IBGE, 1997 - 2002).

Quase todos os municípios da Região em estudo apresentam plantios dessa cultura, porém a concentração significativa, encontra-se nos municípios de Jaçanã (1.200 ha. de área colhida); Boa Saúde (800 ha.); Vera Cruz (720 ha.); Lagoa Salgada (500 ha.) e nos municípios de São Paulo do Potengi, Santo Antônio e Coronel Ezequiel, com uma área colhida de aproximadamente, 300 hectares (PAM, 2002).

A baixa tecnologia no plantio, nos tratamentos culturais, no beneficiamento e no acesso ao mercado consumidor são entraves que precisam de uma ação conjunta para sua resolução. No Estado, já existem experiências de plantios orgânicos, com beneficiamento da castanha em unidades familiares e produtores/as organizados/as em associações e cooperativas que conseguem uma inserção no exigente mercado externo. Essas

experiências estão prontas para serem difundidas na Região. Além disto, há, ainda, outras práticas de beneficiamento e comercialização da castanha na própria Região, a exemplo da fábrica de castanha instalada em São Paulo do Potengi, recém-aberta e que gera emprego no município.

O pseudofruto, praticamente, não é utilizado, mas representa um potencial quando se pensa no fornecimento de ração, suco concentrado, doces, compotas e caju frutos cristalizados para os mercados nacional e internacional.

Outra cultura importante na Região é o abacaxi, que teve uma área média colhida, no período de 1997 a 2002, de 800 hectares, mesmo sendo plantada, ainda, com o pacote tecnológico clássico com alto uso de agroquímico. Outros municípios, a exemplo de Montanhas, Pedro Velho e Vera Cruz, em patamares menores, também produzem abacaxi. Vale registrar, dada a demanda por produtos orgânicos, que é uma possibilidade para redefinição do padrão tecnológico para essa Região.

A área cultivada com mamão, no período de 1998 a 2002, passou de 40 para 228 hectares de área colhida, representando um aumento de 570%. O principal fator que explica este crescimento é a nova forma de relação entre produtores e grandes empresas integradoras que garantem acesso ao mercado. A área cultivada com esse produto concentra-se nos seguintes municípios: Várzea, Lagoa Salgada, Vera Cruz, Monte Alegre e Boa Saúde (PAM 1998 – 2002). O coco-da-baía manteve a mesma área colhida no período de 1998 a 2002, situando-se em 990 hectares, concentrados nos municípios de Monte Alegre, Pedro Velho e Vera Cruz.

## **b. Objetivo do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- consolidar a cadeia produtiva da fruticultura e contribuir para o aumento da renda e do emprego na Região, através da elevação dos níveis de produção e produtividade, da melhoria da qualidade dos produtos, da diversificação industrial e do acesso aos mercados por intermédio da integração agroindustrial e da consolidação de unidades autônomas de processamento agroindustrial.

## **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- assegurar assistência técnica e gerencial aos produtores e suas organizações, com ênfase na integração dos serviços já existentes e na expansão e verticalização da produção, do processamento da comercialização e do acesso aos mercados;
- substituir os cajueiros improdutivos por variedades melhoradas e precoces, promover a substituição de copas e estimular a consorciação com culturas temporárias e com a criação de ovinos;
- revitalizar a cultura do abacaxi e introduzir o manejo agroecológico na fruticultura regional;
- estimular a implantação de experimentos demonstrativos de mamão orgânico;

- promover a organização dos produtores nas diversas formas de associação para a produção e inserção no mercado; e
- ampliar a participação no mercado institucional, através da inclusão de frutas na merenda escolar, nos hospitais e demais instituições públicas, onde este procedimento for viável.

## **Projeto 5: Ampliação e Consolidação da Cadeia Produtiva da Mandioca**

### **a. Situação Atual**

A produção de mandioca está presente na maioria dos municípios da Região e se constitui na principal atividade da agricultura e de sua industrialização para muitos dos habitantes dos municípios, dada a presença do plantio na maior parte das pequenas e médias propriedades, a ocupação de um grande número de trabalhadores sem terra e agricultores familiares, a garantia de segurança alimentar, tanto para o consumo humano quanto para o suprimento de ração animal, a alta adaptabilidade ao clima semi-árido predominante na Região e, à possibilidade de venda como fécula para inclusão na massa destinada à fabricação de pão.

Apesar disto, o cultivo da mandioca ainda apresenta uma baixa produtividade, um processo de beneficiamento restrito à fabricação de farinha, em detrimento de outros produtos de maior valor agregado, como fécula, amido e ração animal, ausência de certificação, empacotamento, embalagem, padronização e marca, e um baixo nível de organização dos produtores, em especial no que se refere à logística e ao acesso aos mercados.

A utilização de novas tecnologias, desde a escolha de variedades selecionadas até a colheita e armazenamento, pode se constituir como fator de estímulo à cultura. Índices de produtividade, que hoje variam de uma a cinco toneladas por hectare, podem ser incrementados até três vezes mais, quando da utilização dos conhecimentos tecnológicos já existentes e das condições edafoclimáticas durante a condução da cultura.

Por outro lado, o elevado teor de proteínas nas folhas torna-a uma boa alternativa para alimentação de ruminantes e aves, mediante o arrazoamento controlado, devido ao elevado teor de ácido cianídrico em sua composição bromatológica e, por suas raízes constituírem fonte energética de ração, especialmente em períodos de seca, quando a procura pela utilização dessa fonte de amido torna-se bem mais intensa, o que concorre para o fornecimento dessa matéria-prima para produção industrial de farinha e demais produtos originários da mandioca.

A tipificação dos produtos, o fortalecimento de sistemas associativos de produtores rurais, o incremento de produção de fontes alternativas de arrazoamento do rebanho bovino, caprino e suíno, principalmente e, a inclusão de tecnologia de produção intensiva da mandioca, sejam na simples utilização de métodos de plantio (como fileiras duplas consorciadas com feijão e ou fava) até sistemas mais rigorosos de produção agropecuária, podem direcionar modelos de manejo da produção com vistas à obtenção de melhores índices de produtividade e de mudanças estruturais de enfoque do modelo de subsistência atualmente utilizado para arranjos produtivos do agronegócio.

## **b. Objetivos do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- consolidar a cadeia produtiva da mandioca e contribuir para o aumento da renda e do emprego na Região, através da elevação dos níveis de produção e produtividade, da melhoria da qualidade dos produtos, da diversificação industrial e do acesso aos mercados.

## **c. Linha de Ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- assegurar assistência técnica e gerencial aos produtores e suas organizações, com ênfase no aumento de produtividade e na diversificação industrial;
- promover a organização dos produtores nas diversas formas de associação para a produção e inserção no mercado;
- ampliar o mercado institucional, através da inclusão dos subprodutos na merenda escolar, hospitais e outros tipos de organizações governamentais;
- modernizar e reestruturar as casas de farinhas, com vistas ao aumento de produtividade e de qualidade para atenderem todas as demandas do mercado consumidor;
- introduzir a fécula de mandioca na indústria alimentícia; e
- introdução de unidades produtoras da fécula de mandioca.

## **PROGRAMA 3: DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL, RELIGIOSO E CULTURAL**

### **a. Situação Atual**

O turismo é fator de desenvolvimento, é economia, e, portanto, deve integrar-se na estratégia global, sendo necessário aproveitar os recursos e os atrativos, os quais podem estar geridos por outras áreas, pois o turismo cria-se e constrói-se por meio de sinergias e mediante a colaboração de outros sectores.

O turismo pode ser um importante motor do desenvolvimento local se ocupar um espaço relevante e estratégico no desenho das políticas locais e se for impulsionada a coordenação entre as administrações públicas e fosse fomentadas a cooperação público-privada.

O turismo rural é, hoje, considerado, no Brasil, uma das prioridades do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para o ano 2004, e, passa a ser apresentado como uma alternativa para a diversificação do trabalho rural e de geração de renda para os pequenos produtores. A atividade passou a contar, recentemente, com uma linha especial de crédito do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que disponibilizou R\$ 200 milhões para a implementação de projetos nas propriedades. O PRONAF Turismo Rural permite financiamentos de até R\$ 27 mil, com taxas de juros de

3 a 7,25% ao ano, para investimentos em pousadas, restaurantes, cafés coloniais e estabelecimentos de pesque-pague.

O Plano Plurianual (PPA) do Rio Grande do Norte para o período 2004 – 2007 tem, como uma de suas prioridades, a interiorização do turismo. Neste contexto, a Região reúne condições naturais, como serras, sítios arqueológicos (pinturas rupestres e cavernas), reservas florestais, flora e fauna, que podem representar um importante atrativo para o turismo rural, o ecoturismo, o turismo desportivo, de aventura e o turismo arqueológico, ainda, não devidamente explorados.

Além disto, a Região também conta com uma forte cultura religiosa, por intermédio da qual, pode ser mobilizada uma grande quantidade de pessoas que professam a fé, existindo muita gente atraída pela curiosidade por conhecer monumentos, templos ou lugares que simbolizam um credo, um personagem religioso, um templo de grande importância, ou um lugar onde, se tenha realizado um importante acontecimento religioso ou produzido um milagre.

Mesmo com uma programação e divulgação muito pequena, que se manifesta nas igrejas e festas de padroeiros e padroeiras da Região, gera-se um conjunto de atividades que podem constituir um potencial de turismo religioso.

Também, existe uma significativa diversidade de manifestações artístico-culturais (poetas, músicos, escritores, grupos de teatro e dança, corais, bandas de música e cantores) e folclóricas (festas juninas, boi-de-reis, pastoril e vaquejadas), que conferem, à Região, um grande potencial social e de identidade comunitário, além da possibilidade de desenvolvimento do turismo cultural.

## **b . Objetivo do Programa**

Os objetivos deste Programa são:

- estimular o desenvolvimento do turismo rural, religioso e cultural na Região, através da capacitação de pessoal, introdução de ferramentas de marketing, melhoria dos equipamentos e serviços turísticos e preservação do patrimônio histórico regional, com base nos princípios da descentralização, participação, integração, das parcerias e da formação de consórcios regionais.

## **c. Metas**

Para o cumprimento dos objetivos acima estabelecidos, este Programa tem como metas:

- realizar oficinas de conscientização e informações turísticas nos 42 municípios da Região, com vistas à sensibilização das comunidades quanto ao potencial turístico existente;
- instalar e equipar 3 (três) Postos de Informações Turísticas na Região, dotando-os de material de divulgação (folhetos, mapas, roteiros, calendários de eventos) dos atrativos turísticos dos municípios;

- realizar 10 (dez) pesquisas sobre os roteiros ecoturísticos existentes nos 42 municípios do interior;
- realizar a formulação e implantação de 3 (três) roteiros inovadores de turismo rural, focando a integração de todos os municípios da Região;
- aumentar, em 30%, a construção de equipamentos turísticos, em relação aos existentes, para desenvolver o turismo;
- implantar 1 (um) Sistema de Qualidade Total, até o final do ano 2010, em todos os municípios turísticos;
- realizar 2 (dois) cursos de Processos de Qualidade, ISO 9000 e ISO 14000, nos empreendimentos turísticos, sejam nos já existentes, como, também, nos que estão previstos para serem implantados; e
- elaborar 1 (um) selo de qualidade para os serviços turísticos prestados na Região.

#### **d. Diretrizes**

O Programa será executado tomando-se por base, as seguintes diretrizes:

- garantir o apoio dos governos federal, estadual e municipal para o desenvolvimento do turismo no âmbito regional;
- estruturar e consolidar os conselhos municipais de turismo;
- garantir a inclusão do turismo nos planos municipais de desenvolvimento local e prover apoio técnico para sua implementação;
- incentivar a realização de pesquisas por instituições de ensino superior, com vistas à identificação de áreas ou zonas viáveis para implantação de novas atividades turísticas na Região;
- incentivar a construção de hotéis, hotéis-fazenda e/ou realizar melhorias nas fazendas com potencial comprovado, para a realização de atividades turísticas;
- introduzir a temática do turismo rural no ensino médio e fundamental, no âmbito regional;
- criar um centro turístico que abrigue uma sala de estudo, laboratório, auditório, posto de vendas para degustação de doces regionais e vendas de outros souvenirs, como, camisetas, postais, ervas medicinais e publicações;
- viabilizar apoio técnico de profissionais qualificados em turismo, especificamente turismólogos graduados em instituições existentes no Estado, para reafirmar a participação e integração da comunidade local; e,
- implantar equipamentos para o estabelecimento de um Posto de Informações Turísticas, em 3 (três) municípios da Região, contendo material de divulgação (folhetos, mapas, roteiros e calendários de eventos) dos atrativos turísticos desses municípios.

#### **e. Recursos e Fontes de Financiamento**

Para a execução deste Programa, composto pelos dois Projetos, orçados a seguir, serão demandados recursos financeiros estimados em R\$ 19,000 milhões, equivalentes a

considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em  
dos das seguintes fontes: Governo Federal (22,89%), Estado (22,12%),  
1,58%), Fontes Externas (15%), Banco Oficial (15,54) e Setor Privado

O Projeto Melhoria da Qualidade dos Equipamentos e Serviços Turísticos demandará recursos da ordem de R\$ 10,000 milhões, equivalentes a US\$ 3.401 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (30%), Estado (15%), Municípios (13%), Fontes Externas (15%), Banco Oficial (16%) e Setor Privado (11%).

O Projeto Marketing Estratégico para Transformação da Região em Destino Turístico demandará recursos da ordem de R\$ 9,000 milhões, equivalentes a US\$ 3,061 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (15%), Estado (30%), Municípios (10%), Fontes Externas (15%), Banco Oficial (15%) e Setor Privado (15%).

Cada vez mais, os empreendimentos turísticos têm sido vistos como oportunidades atraentes de investimentos, seja pelos indivíduos e organizações em geral, ou pelos governos.

O Programa de Desenvolvimento do Turismo Rural, Religioso e Cultural mobilizará instrumentos mediante as parcerias e os convênios realizados no âmbito nacional, estadual e municipal, para o apoio financeiro e técnico, envolvendo as seguintes entidades:

- Governo Federal, através do MIT, Ministério de Turismo, através do Programa de Regionalização do Turismo;
- Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com o Ministério do Turismo e apoio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), através da Rede Raf, PRONAF Turismo Rural, um projeto dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;
- BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, mais conhecido como Banco Mundial;
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico;
- FAT-SINE - Convênios do Fundo do Amparo ao Trabalhador e o Sistema Nacional de Emprego;
- Governo Estadual, através de sua Secretaria de Turismo;
- Governos Municipais, através de suas Secretarias de Agricultura e Turismo;
- PAB - Programa de Artesanato Brasileiro;
- AMPTUR - Associação dos Municípios com Potencial Turístico do Brasil;
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;
- SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;
- Universidade Federal de Rio Grande do Norte – UFRN, Universidade Regional de Rio Grande do Norte – UERN e universidades privadas;
- ABBTUR - Associação Brasileira de Bacharéis de Turismo;
- Centros de estudos e pesquisas sócio-econômicas de âmbito regional e estadual; e

- ONG's - Organizações Não-Governamentais e culturais presentes na Região e no município, que apóie a obtenção de patrocínios e lideranças empresariais e políticas.

## **f. Sistema de Gestão**

A gestão deste Programa deverá ser realizada através da Agência Regional de Desenvolvimento Sustentável (ADESUS) e dos 3 (três) Fóruns Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (FORTES) da Região, em articulação com os órgãos responsáveis pela implementação da política de turismo no âmbito estadual e regional.

## **Projeto 1: Melhoria da Qualidade dos Equipamentos e Serviços Turísticos**

### **a. Situação Atual**

Cada destino aspira e deseja ter um turismo qualitativo, não obstante, quase todos os destinos turísticos vive do turismo quantitativo. O objetivo deve ser que, o turismo qualitativo, deve alcançar um nível ótimo, pois ele proporciona mais entradas por visitante, melhora a imagem do destino e, em geral, deteriora menos a infra-estrutura do destino.

O turismo, como atividade econômica, compreende uma série de serviços que são oferecidos ao viajante que se desloca de sua cidade de origem, os quais, efetivamente colocados no mercado, constituem uma cadeia de produção, de distribuição, de consumo e de valor.

Num mercado altamente competitivo, o fator *qualidade* é o único critério que se impõe de maneira natural para determinar o êxito ou o malogro dos produtos e serviços turísticos oferecidos e a estratégia que se deva aplicar para garantir a permanência no mercado, embora seja intangível, é mensurável, especialmente nos setores da hotelaria e alimentação.

Quanto aos equipamentos turísticos na Região, é preciso atentar para uma maior oferta de leitos, para que o turismo regional possa se desenvolver. Os recursos humanos mobilizados na área da hotelaria e do turismo são, em sua maioria, sem uma formação adequada e em várias situações, simplesmente lotados para suprir o problema da falta de emprego, muito comum na realidade brasileira.

A qualidade do produto turístico, tem três aspectos relevantes (Barreto, 1995), que são eles: qualidade dos equipamentos, qualidade dos prestadores de serviços e qualidade da interação. A primeira, se refere àquilo que está sendo vendido através de um catálogo; o fato de o consumidor pagar pelo seu lazer, pressupõe um produto de qualidade, ou seja, tudo o que foi previamente imaginado. A segunda, está intimamente ligada à satisfação do cliente em sentir-se bem no contato com os funcionários prestadores de serviços e, a terceira, refere-se à interação do turista com o núcleo receptor, importante fato de análise. A interação leva o turista a conviver com o ambiente que visita em todos os aspectos, seja, desde a busca pela comida tradicional, pela qualidade de vida do cidadão e, principalmente, pela preservação do patrimônio (cultural e natural), do local de destino turístico (Beni, 1998).

## **b. Objetivos do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- promover a melhoria da qualidade dos equipamentos, produtos e serviços turísticos oferecidos, mediante aplicação de um sistema de classificação e da elaboração de selos de qualidade;
- incentivar na hotelaria existente e nas futuras empresas, a elaboração e implantação de um sistema de qualidade total, visando atrair novos nichos do mercado turístico;
- elaborar estudos de mercado, abordando sua estrutura, a análise da oferta e da demanda, suas tendências e os custos operacionais do setor; e
- elaborar marcas do Agreste, Potengi e Trairi, que sejam imagens símbolos e que sirvam para identificar e avaliar a qualidade dos equipamentos e serviços turísticos oferecidos.

## **c. Linhas de ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- capacitar, de forma intensiva e continuada, os profissionais de turismo, mediante cursos para implantação dos Processos de Qualidade, ISO 9000 e ISO 14000;
- criar uma conscientização social, motivação, participação e envolvimento dos empresários turísticos, dos empregados no setor e setores correlacionados, da necessidade de implantação de um Sistema de Qualidade Total, em suas organizações; e
- garantir a qualidade ambiental natural e social, através da implementação da ISO 14000, nas ações que forem implementadas nos processos dinâmicos e interativos e incentivar a instalação de novos equipamentos turísticos.

## **Projeto 2: Marketing Estratégico para Transformação da Região em Destino Turístico**

### **a. Situação Atual**

O nascimento de um destino turístico é um processo complexo, pois, as dificuldades que um destino turístico emergente tem de enfrentar, fazem com que, muitas vezes, nem sequer chegue à sua etapa de maturidade.

O bom funcionamento de um destino emergente, não é diretamente proporcional apenas ao número de turistas que recebe. Isso só é um mero indicador, uma consequência e nunca deve ser tomado como o ponto de referência e de partida para interpretar o complexo ciclo de vida de um destino turístico<sup>7</sup>.

As estratégias parciais, utilizadas pelos gestores municipais das administrações

---

<sup>7</sup> Um exemplo significativo é aquele representado pelo modelo desenvolvimentista de turismo implantado na Europa nos anos 70 e que, atualmente, está sendo submetido a profundos processos de revisão.

locais, também contribuem para esta situação um pouco caótica, já que eles, insistentemente, esgotam seus esforços e recursos nas atividades de promoção, deixando de lado a comercialização, que não é menos importante. Além disso, há um erro bastante comum que está em acreditar que um “produto turístico” pode ser criado em qualquer lugar, sem levar em conta as condições prévias<sup>8</sup>, necessárias, como a ordenação do território, a preservação da oferta local e, por último, o planejamento de atividades que sejam viáveis e não agressivas para com o meio.

Neste campo econômico, como em tantos outros, o papel das administrações públicas é vital, pois terão que realizar um trabalho prévio, com visão de futuro, para ajudar o município, os empresários locais e sua população a estarem preparados para iniciar o caminho da atividade turística, desde a perspectiva de uma atividade profissionalizada e economicamente rentável. Portanto, as administrações locais terão que dinamizar o tecido sócio-econômico da localidade, incentivando e estimulando os empresários da Região, para que invistam, por exemplo, na criação de infra-estruturas de serviços turísticos, através da construção de alojamentos, pousadas, restaurantes, etc.

Por outro lado, esta iniciativa vai impulsionar uma *co-liderança* nos processos de *promo-comercialização*<sup>9</sup> com as operadoras, utilizando diversas estratégias econômicas e de comunicação (ações diretas e indiretas), para que trabalhem com o destino que se pretende introduzir no mercado. Tratar-se-ia, então, de promover a *criação de alianças estratégicas resolutivas* que, por um lado, facilitarão a introdução do destino nos circuitos turísticos e, por outro, conservarão a capacidade por parte do município para decidir sobre o seu próprio desenvolvimento turístico.

A Região é marcada por diferentes tipos de estadia e permanência dos turistas, de acordo

com a área de interesse do visitante, que passam o final de semana com a família, utilizando os equipamentos turísticos existentes nos municípios.

Na visão estratégica do marketing moderno, as técnicas utilizadas, são forças muito poderosas com influências em todos os aspectos do turismo sustentável. Deve-se adotar uma visão direcionada para fora, visando interpretar as tendências dos segmentos dos clientes, para satisfazer as necessidades impostas pela concorrência e o meio ambiente. Deve-se ter essa *visão de futuro* sendo inovador, em termos de desenvolvimento de produtos, com determinado valor agregado. É necessário desenvolver ferramentas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do turismo regional, colocando preços mais acessíveis que a concorrência, baseados no custo da liderança, através de produtos diferenciados (entende-se turismo rural, religioso e cultural), da *exploração da singularidade local*, ao invés de ter como meta sua padronização, enfocando um determinado segmento de mercado.

Focando isso, o Projeto inclui a elaboração de um *cluster de turismo regional*, definido como o conjunto de atrativos com destacado diferencial turístico, adotando equipamentos e serviços de qualidade, com excelência gerencial, concentrados num espaço geográfico delimitado. Isso será importante para poder definir as oportunidades e os perfis

<sup>8</sup> Principalmente nos países em desenvolvimento e nas zonas rurais.

<sup>9</sup> A promo-comercialização supõe completar um ciclo que culmina, com a introdução efetiva do destino turístico no mercado. Promover é a atividade de “dar a conhecer” e comercializar é “vender”.

de negócios, as estratégias de mercado a ser elaborada, a própria estratégia desenvolvida e que as *cadeias produtivas*, como o artesanato e outras em formação, encontrem a articulação interna e o apoio para que possam obter elevados níveis de competitividade.

## **b. Objetivos do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- desenvolver as bases estratégicas para colocar a Região como novo destino turístico no Estado;
- implementar o Cluster do Turismo Regional, com a realização de reuniões mensais na Região; e
- incentivar os receptivos para visitas VIPS, considerando a chegada do turismo internacional e nacional e de famtours<sup>10</sup> para conhecer o novo produto turístico, mantendo-os atualizados e efetivos e elaborar campanhas de conscientização turística e ambiental.

## **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- elaborar e introduzir o cluster de turismo regional, visando interligar a Região através da utilização de todas as potencialidades turísticas existentes e implantando vantagens competitivas para uma posição de destaque da Região;
- elaborar e implantar um banco de dados do turismo regional, com todas as informações turísticas necessárias, sempre atualizadas, hoje inexistente;
- elaborar uma Homepage e uma cartilha informativa regional, contendo informações de linhas de créditos, projetos realizados, experiências de sucesso, dados referentes aos serviços prestados, empresas parceiras, roteiros turísticos regionais, profissionais do setor, etc.; e
- promoção turística da Região, através da participação em feiras nacionais e regionais, para ser uma vitrine turística deste novo destino.

## **PROGRAMA 4: PROMOÇÃO DE NOVAS ATIVIDADES ECONÔMICAS**

### **a. Situação Atual**

Algumas atividades econômicas da Região vêm apresentando dinamismo e despontando como segmentos que geram ocupação e renda para uma parte da população, entre as quais se incluem a avicultura, a apicultura e a aqüicultura. Através da produção de produtos semi-elaborados ou elaborados, alguns dos referidos setores estão se consolidando e mudando o perfil produtivo dos municípios onde estão instalados. A exemplo de muitos outros municípios do estado do Rio Grande do Norte, o segmento da

<sup>10</sup> *Famtours* são viagens de familiarização com o produto que será vendido.

apicultura vem recebendo incentivos - financeiros e de capacitação – orientados no sentido de dinamizar e dar maior visibilidade à produção do Estado.

A avicultura é uma outra atividade que apresentou crescimento e está inserida numa cadeia produtiva no âmbito regional. Ainda que essa inserção seja realizada numa etapa definida da produção em cadeia, espera-se que o crescimento do setor sirva de referência para outras experiências. Nesse sentido, foram reivindicadas ações que desencadeassem investimentos setoriais nesses segmentos específicos e que estão contempladas no Programa de Promoção de Novas Atividades. Como marco de partida, algumas experiências isoladas têm apresentado certa vitalidade e podem servir de pólo multiplicador para que se trabalhem políticas regionais envolvendo mais municípios.

Sabe-se, entretanto, que a maioria dos produtores, precisaria de apoio institucional e financeiro para desenvolver suas atividades e inserir trabalhadores no mercado de trabalho. Os eixos estruturantes do Plano apontaram para o desenvolvimento e a consolidação de cadeias produtivas no sentido de valorizar os produtos da Região.

## **b. Objetivos do Programa**

Os objetivos deste Programa são:

- ampliar e consolidar as novas atividades econômicas – apicultura, avicultura e aqüicultura -, melhorando as condições de produção e a prestação de serviços, contemplando tanto os pequenos como os médios empreendimentos da Região;
- fortalecer a atividade produtiva e a economia local, mediante o apoio institucional e financeiro ao desenvolvimento da produção e comercialização dos produtos; e
- incrementar os investimentos nos segmentos produtivos - apicultura, avicultura e aqüicultura -com destaque para a comercialização e expansão de novos mercados, tanto local como regional e de exportação.

## **c. Metas**

Para o cumprimento dos objetivos acima estabelecidos, este Programa tem como metas:

- ampliar, em 30%, os empreendimentos relacionados com a avicultura, a apicultura e a aqüicultura na Região; e
- instalar 3 (três) incubadoras de Empresas e 3 (três) de Cooperativas de Trabalho voltadas para as atividades de avicultura, apicultura e aqüicultura na Região.

## **d. Diretrizes**

O Programa será executado tomando por base as seguintes diretrizes:

- promover a articulação entre os diversos empreendedores, objetivando a criação de novas atividades econômicas em cada um dos segmentos selecionados;
- implantar incubadoras de empresas e cooperativas de trabalho para que sejam

difundidas práticas de empreendedorismo, conhecimentos técnicos e gerenciais, além de formação de associações e outras formas de associativismo (condomínios, clusters, etc.);

- organizar o processo de comercialização da produção oriunda dos novos arranjos produtivos, a partir das redes de economia solidária, como forma de definir preços, escoar os produtos e contribuir para uma cooperação técnica e obtenção de micro-crédito; e,
- estabelecer parcerias com as instituições envolvidas em diferentes etapas do processo produtivo, desde a capacitação dos trabalhadores até a definição da logística de produção, distribuição e comercialização.

## **e. Recursos e Fontes de Financiamento**

Os valores totais estimados para este Programa, composto por três Projetos orçados a seguir, são de R\$ 2,300 milhões, equivalentes a US\$ 782 mil, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2000, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (30%), Estado (21,21%), Municípios (4,24%), Fontes Externas (6,06%), Banco Oficial (20,91%), Setor Privado (16,06%) e Beneficiário (1,52%).

O Projeto Promoção da Apicultura, demandará recursos da ordem de R\$ 400 mil equivalentes a US\$ 136 mil, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, para financiar equipamentos e estrutura de comercialização para um total de 150 novos apicultores, os quais serão oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (30%), Estado (30%), Municípios (10%) e Banco Oficial (30%).

O Projeto Promoção da Aqüicultura demandará recursos da ordem de R\$ 1,000 milhão equivalentes a US\$ 340 mil, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (30%), Estado (20%), Banco Oficial (20%) e Setor Privado (30%).

O Projeto Promoção da Avicultura, demandará recursos da ordem de R\$ 900 mil equivalentes a US\$ 306 mil considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (30%), Estado (20%), Banco Oficial (30%) e Setor Privado (20%).

Como instrumentos principais estão diversos órgãos e programas: Programa de Apoio às Cooperativas de Produção e do Trabalho (incubadoras), SEBRAE, Agência de Fomento do Rio Grande do Norte, linhas específicas de crédito para micro e pequenas empresas do Banco do Nordeste, Prefeituras Municipais e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

## **f. Sistema de Gestão**

A implementação e execução desse Programa será articulada pela Agência Regional de Desenvolvimento que, juntamente com órgãos representativos dos vários segmentos, a Federação das Indústrias do Estado do RN (FIERN), a Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) e SEBRAE, terão o papel de identificar nichos potenciais de investimentos.

# **Projeto 1: Apoio à Apicultura**

## **a. Situação Atual**

A atividade de apicultura vem criando visibilidade no país e se transformando numa alternativa extremamente rentável, por abrir espaços no comércio dentro e fora do Brasil. Do ponto de vista das perspectivas econômicas, o agro-negócio do mel é considerado um segmento acessível ao micro e pequeno agricultor, ampliando as oportunidades de negócios que já se constituem numa alternativa extremamente rentável.

Uma das principais vantagens para a produção do mel é que a Região Nordeste é uma das poucas regiões do mundo com possibilidade de produzir o “mel orgânico” em grande quantidade devido à existência de extensas áreas onde não se utilizam agrotóxicos nas lavouras. O mel, por ser um produto de elevado valor agregado, pode compor, na cadeia, a produção diversos produtos, como geléia real, própolis, pólen, cera e apitoxina, aumentando, significativamente, a renda dos produtores locais, uma vez que o seu preço atinge 80% de elevação em relação ao produto comum.

Apesar do reconhecido potencial, a produção de mel, no Nordeste, ainda é muito tímida e corresponde a cerca de 20% da produção nacional. As principais dificuldades para o desenvolvimento da cadeia produtiva, estão na utilização de tecnologias inadequadas para a produção, no baixo nível de organização dos produtores, na falta de padronização e de boas condições higiênicas do produto, na comercialização fragmentada e no marketing desestruturado.

A apicultura ainda não é uma atividade muito difundida na Região. Entretanto, o seu potencial econômico e social foi reconhecido nas oficinas municipais e ficam comprovados nos números oficiais disponíveis. De acordo com as estatísticas de produção municipais publicadas pelo IBGE, a produção de mel de abelha aumentou em 25% no período analisado, passando de 7.060 Kg, em 1997, para 9.485 Kg, em 2002.

## **b. Objetivos do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- consolidar a atividade apícola na Região, mediante a difusão de tecnologias apropriadas, a introdução de mecanismos e instrumentos de padronização e higienização, a adoção de estratégias de comercialização e de acesso a mercados e a organização dos produtores em associações, cooperativas e outras formas de ação coletiva.

## **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- assegurar assistência técnica, gerencial e mercadológica aos produtores, com vistas ao aumento de produtividade e à melhoria da qualidade e da acessibilidade aos mercados;
- organizar e capacitar os agentes econômicos que participam dos diversos elos da

cadeia produtiva da apicultura;

- garantir a ampla difusão e apoiar o acesso aos Programas, Projetos e linhas de crédito destinadas ao desenvolvimento da cadeia produtiva da apicultura; e
- apoiar as organizações dos apicultores com vistas à consolidação da cadeia produtiva da apicultura.

## **Projeto 2: Promoção da Aqüicultura**

### **a. Situação Atual**

A importância da aqüicultura para o desenvolvimento de populações rurais ganhou destaque na primeira reunião do Sub-Comitê de Aqüicultura da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), que ocorreu em Pequim (China), em abril de 2000, onde o papel da aqüicultura no desenvolvimento rural foi discutido por mais de 50 países. A reunião da FAO foi seguida pela realização do Congresso da Sociedade Mundial de Aqüicultura, onde também foram apresentados vários estudos de caso sobre a aqüicultura realizada por pequenos produtores.

O segmento da Aqüicultura no Brasil ainda não despontou, segundo as suas potencialidades. A atividade pesqueira de subsistência se dá de forma rudimentar e os pescadores envolvidos são, muitas vezes, obrigados a improvisar equipamentos que possam melhorar as condições de pesca. Ainda que seja um país com grande capacidade de aqüicultura e reservatórios de água doce, as atividades aqüícolas, ainda carecem de ações específicas. É preciso que sejam aproveitadas as oportunidades de negócios no sentido de expandir parte do excedente da produção, inserindo-a no circuito comercial.

A atividade de aqüicultura corresponde à criação de organismos aquáticos com maior destaque comercial para peixes, mariscos e camarões. No Brasil, território de importantes reservas aquáticas, a atividade pesqueira não corresponde à realidade da natureza do seu território. Como atividade econômica recente, são poucas as regiões que desenvolvem grandes projetos de amplo alcance e que se insiram dentro de estratégias de segurança alimentar. Verifica-se que a pesca artesanal tem o seu papel de sobrevivência, mas, em geral, sem grandes ousadias comerciais. No contexto nordestino de seca e crise econômica, a aqüicultura é cada vez mais importante para populações de baixa renda, que enfrentam a escassez da pesca extrativista, causada pela sobrepesca dos principais estoques pesqueiros comerciais. Além de beneficiar as populações tradicionalmente envolvidas com o setor pesqueiro, a aqüicultura deve ser incentivada para o desenvolvimento de populações rurais.

Dentre as atividades aqüícolas, o segmento da carcinicultura vem despontando no estado como rentável, e se inserindo no mercado externo, com grandes possibilidades de conquistar outros mercados importadores. Nos últimos anos, a atividade atingiu o primeiro lugar na pauta de exportações do Estado deixando, para trás, a exportação de melão e camisetas.

Ainda que alguns países como os Estados Unidos tenham imposto leis restritivas às importações do camarão brasileiro, o crescimento da atividade no Estado, sem um

controle e fiscalização adequados, pode provocar danos aos ecossistemas. É preciso que sejam regulamentados os empreendimentos dessa natureza, para evitar que, ao se multiplicarem, impactem na atividade, prejudicando o comércio como um todo. A consciência ambiental já se tornou um item importante no processo seletivo de escolhas no mercado consumidor internacional. Dessa forma, oferecer mercadorias produzidas com elevado custo ambiental é colocar em risco o futuro da atividade no mercado internacional.

Nesse sentido, é de fundamental importância que as autoridades, os órgãos ambientais e os órgãos financiadores e de fomento estejam atentos para as iniciativas econômicas desse segmento e que monitorem a atividade da carcinicultura, segundo as leis de preservação da biodiversidade do meio ambiente.

## **b. Objetivo do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- garantir a consolidação da cadeia produtiva da aqüicultura na Região, mediante a ampliação da infra-estrutura, a introdução de novas tecnologias de produção, beneficiamento e comercialização e a implementação das medidas e instrumentos requeridos para a conservação ambiental e o aproveitamento racional dos reservatórios.

## **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- adequar as tecnologias já existentes para o cultivo das espécies selecionadas e verificar as potencialidades de cada uma delas, levando em conta a adaptação ao confinamento, a resistência ao manuseio, o ganho de peso e a sobrevivência das espécies;
- aproveitar racionalmente os reservatórios disponíveis para a atividade na Região;
- implantar unidades de produção de peixes em gaiola, e realizar o peixamento dos açudes com a(s) espécie(s) que apresentarem os melhores desempenhos produtivos e econômicos;
- verticalizar a produção com o aproveitamento de subprodutos do processamento dos pescados, como farinha de vísceras e de ossos, couro de peixe e farinha de cabeças de camarão; e
- articular, junto aos órgãos financiadores de fomento, às agências locais e às autoridades de meio ambiente, o estabelecimento de projetos de desenvolvimento sustentável, conforme o zoneamento ecológico-econômico estabelecido para a ampliação e dinamização de atividades aqüícolas, especialmente os projetos de carcinicultura, a criação de ostras (maricultura), de alevinos para engorda e de peixes ornamentais.

## **Projeto 3: Promoção da Avicultura**

### **a. Situação Atual**

A avicultura integrada está sendo difundida, na Região, mediante a introdução de arranjos produtivos baseados, como foi visto, na integração entre grandes empresas e unidades familiares. Uma das principais iniciativas reúne a empresa alimentícia Guaraves, responsável pelo empreendimento, o SEBRAE, o Banco do Nordeste, a Prefeitura Municipal e a EMATER, como parceiros que garantem a assistência técnica, o financiamento, a comercialização e subsídios às unidades familiares para implantação dos aviários.

Neste sistema de integração, as unidades familiares recebem o pinto de um dia, a assistência técnica e a garantia de compra, contra a entrega da produção após um ciclo de 45 dias. Estas atividades estão concentradas no município de Santa Cruz, porém, possuem possibilidades de expansão para outros municípios, face à demanda reprimida ainda existente.

Entre os problemas relacionados com a avicultura industrial na Região, podem ser destacadas as dependências dos produtores em relação à importação de ração formulada ou de ingredientes para ração de outros estados, em detrimento de substitutos passíveis de produção local, e a existência de uma única empresa como alternativa para comercialização da produção.

De acordo com as manifestações da população, por ocasião das reuniões municipais, foram ressaltadas dificuldades referentes ao acesso a tecnologias agrícolas e à comercialização de determinados produtos da indústria de transformação, dentre elas, a questão do transporte e do escoamento das mercadorias.

Tecnologias disponíveis para sistemas de produção semi-intensiva onde as aves pastam e são arraçadas podem ser aplicadas a espécies denominadas “galinhas caipiras”, ou, ainda, de espécies “caipiras” oriundas de melhoramento genético, as quais são mais resistentes e se adequam muito bem a esse tipo de manejo produtivo como alternativa tecnológica à produção. Entretanto, alguns elos da cadeia produtiva têm impedido o desenvolvimento e a consolidação da produção, como é o caso dos monopsonios que se estabelecem como “única alternativa” para produção de ração, abate e embalagem de cortes especiais de acordo com as exigências legais, particularmente as de segurança alimentar.

### **b. Objetivos do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- consolidar a cadeia da avicultura mediante a organização da produção e comercialização, com especial destaque para a introdução de novas fórmulas no fabrico de ração com progressiva inclusão de insumos produzidos na própria Região.

## **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- melhorar as condições de produção, comercialização e a qualidade dos produtos;
- promover a capacitação técnica de pessoal envolvido na produção avícola; e
- organizar os produtores envolvidos na cadeia da avicultura mediante a introdução de formas alternativas de produção e comercialização dos produtos e subprodutos derivados da avicultura.

## **PROGRAMA 5: APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR**

### **a. Situação Atual**

Após 20 anos do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o Estado do Rio Grande do Norte, a exemplo do Brasil, continua apresentando uma estrutura fundiária concentrada. O Censo Agropecuário (1995/96) registrou 90.376 estabelecimentos agropecuários, dos quais mais da metade (63,7%) tinham menos de 10 hectares e ocupavam 4,2% da área total.

No outro extremo, os estabelecimentos com 1.000 hectares e mais representam, apenas, 0,6% do total e controlam 28,3% da área total. Observa-se que 57% da área total está sendo dividida por 99% dos estabelecimentos que têm até 500 hectares, enquanto 1,5% dos estabelecimentos controlam 43% da área.

Evidencia-se mais ainda a concentração quando se observa os valores assumidos pelo Índice de Gini, que varia de 0 a 1. No caso da estrutura fundiária, ele seria igual a 1 se a totalidade da terra pertencesse a um único proprietário; seria igual a zero se a terra fosse distribuída em partes absolutamente idênticas entre todos os proprietários.

No caso do Rio Grande do Norte, desde os anos 1970, esse indicador praticamente não foi alterado, ou seja, no período de 1970 a 1995/96, não aconteceram mudanças significativas na estrutura fundiária do Estado. Focando 1995, o índice de concentração de Gini foi de 0,8488.

No caso da Região, a estrutura fundiária reflete a problemática estadual. O último Censo Agropecuário registrou um total de 30.346 estabelecimentos, dos quais 96,5%, com até 100 ha. Ao lado da grande predominância de estabelecimentos com até 100 ha., agregam-se duas características: i) uma tendência de fragmentação, uma vez que 79,8% dos estabelecimentos detêm menos de 10 hectares; e, ii) uma precária regularização fundiária, que dificulta o acesso às políticas públicas dos que neles produzem. Enfim, são estabelecimentos que necessitam de uma ação efetiva de regularização fundiária, estímulos tecnológicos, assistência técnica continuada e créditos para que se viabilizem como agricultura familiar.

A Região concentra 25 dos 300 assentamentos existentes no Estado, com um total de 2018 famílias assentadas, trabalhando em pouco mais de 56.000 hectares. Todos esses assentamentos já receberam os créditos iniciais (alimentação, fomento e habitação e tiveram

acesso a crédito para investimento e custeio da produção). No entanto, ainda não conseguiram se consolidar como agricultura familiar, por vários motivos.

Considerando os estabelecimentos agropecuários de uma maneira geral, prevalece, no Estado, a condição de proprietário da terra (65%) sobre as demais condições de acesso à terra. A condição de proprietário concentra, também, a maior quantidade de área recenseada (91% da área total ocupada pelos estabelecimentos). No outro extremo, encontram-se 20% dos responsáveis pela exploração do estabelecimento na condição de ocupante e que são detentores de apenas 5,5% da área.

A Região em análise, por sua vez, mostra tendência assemelhada com a do Estado, prevalecendo à condição de proprietário da terra (55,5%) sobre as demais condições de acesso à terra, concentrando 91,5% da área total dos estabelecimentos.

No outro extremo, encontram-se os responsáveis pela exploração do estabelecimento na condição de ocupante, totalizando 26,7% da condição do responsável pela exploração da área e detentores de 5,55% da área total, pouco mais de 35.000 hectares.

Na verdade são famílias que tem acesso à terra, mas não a outros fatores necessários ao pleno desenvolvimento de seu potencial. Há uma carência, também, de acesso a outras políticas públicas, a exemplo da saúde e da educação. Porém, fundamental se faz prover, essas áreas, de assistência técnica, crédito e de um padrão tecnológico que permita a sua inserção competitiva no mercado consumidor existente e cada vez mais exigente.

## **b. Objetivos do Programa**

O Programa tem como objetivo:

- promover a consolidação da agricultura em regime de economia familiar, a democratização do acesso à terra e a regularização fundiária na Região.

## **c. Metas**

Para o cumprimento dos objetivos acima estabelecidos, este Programa tem como metas:

- assentar 200 famílias por intermédio da aquisição de terras;
- assentar 300 famílias por intermédio da desapropriação de terras;
- regularizar a posse de 40% dos estabelecimentos rurais através do re-ordenamento fundiário;
- atender a 21.000 famílias com crédito de investimento e custeio;
- inserir 10.000 famílias nos projetos de apoio aos pequenos negócios;
- garantir a compra antecipada de produtos alimentares da agricultura familiar de 10.000 famílias;
- garantir assistência técnica para 21.000 famílias.

## **d. Diretrizes**

O Programa será executado tomando por base as seguintes diretrizes:

- consolidar uma categoria de agricultores familiares modernizados e integrados ao mercado;
- difundir estratégias de integração ao mercado, sob a forma de parcerias e formas associativas e autônomas de comercialização;
- garantir o assessoramento técnico;
- instituir formas alternativas de comercialização da produção familiar (compra antecipada, compra de excedentes e mercado institucional);
- elaborar planos de desenvolvimento que orientem investimentos para estruturação e consolidação dos assentamentos, com foco na organização comunitária; e
- implantação de experiências agro-ecológicas em consonância com o comércio solidário.

## **e. Recursos e Fontes de Financiamento**

Os valores totais estimados para o Programa de Apoio à Agricultura Familiar, composto pelos dois Projetos, orçados a seguir, são de R\$ 4,500 milhões, equivalentes a US\$ 1.531 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (31,11%), Estado (66,67%) e Beneficiários (2,22%).

O Projeto Democratização do Acesso à Terra e Regularização Fundiária, demandará recursos da ordem de R\$ 3,500 milhões, equivalentes a US\$ 1,190 milhão, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (20%) e Estado (80%).

O Projeto Apoio ao Desenvolvimento e Consolidação dos Projetos de Assentamentos, demandará recursos da ordem de R\$ 1,000 milhão, equivalentes a US\$ 340 mil, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (70%), Estado (20%) e Beneficiário (20%).

## **f. Sistema de Gestão**

Para um bom desempenho do Projeto, deverá ser estruturado um sistema de gestão que garanta uma ação integrada de atores governamentais nos diversos níveis, em articulação com a iniciativa privada e entidades da sociedade civil organizada. Para assegurar legitimidade e controle social, a população beneficiária desse processo, através do Sindicato de Trabalhadores Rurais e de suas associações e cooperativas, deverá fazer parte de todo o processo decisório.

Para tanto, o Programa contará com instrumentos e políticas diferenciadas de fomento à agropecuária, à agroindústria e acesso à terra, como o Programa

Desenvolvimento Solidário, PRONAF e Crédito Fundiário. Conta-se, ainda, com a atuação do INCRA e seus programas voltados para consolidação dos assentamentos e com a Secretaria Estadual de Assistência Fundiária e apoio à Reforma Agrária (SEARA) e instituições da sociedade civil, que poderão fazer parte da assistência técnica, instrumento fundamental para consolidar os assentamentos.

## **Projeto 1: Democratização do Acesso à Terra e Regularização Fundiária**

### **a. Situação Atual**

Como foi observado acima, a estrutura fundiária reflete a problemática estadual. O último Censo Agropecuário (1995) registrou um total de 30.346 estabelecimentos rurais, dos quais 96,5% possuíam áreas de até 100 hectares. Ao lado da grande predominância de estabelecimentos com até 100 ha. de área, agregam-se duas grandes preocupações: uma tendência de fragmentação, uma vez que (79,79%) dos estabelecimentos detêm menos de 10 hectares; e, uma precária regularização fundiária, que dificulta o acesso às políticas públicas dos que neles produzem.

Enfim, são estabelecimentos que necessitam de uma ação efetiva de regularização fundiária, estímulos tecnológicos, assistência técnica continuada e créditos para se viabilizarem enquanto agricultura familiar.

### **b. Objetivos do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- assegurar a posse e o uso da terra mediante instrumentos de desapropriação, aquisição e regularização fundiária para o segmento da agricultura familiar.

### **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- identificar as propriedades passíveis de desapropriação e aquisição;
- assessorar o processo de formalização e implantação dos Projetos;
- implementar os mecanismos institucionais requeridos para a regularização fundiária;
- garantir a formalização da titulação, como meio para o ordenamento fundiário; e
- garantir os instrumentos, os mecanismos e os equipamentos requeridos para o processo de regularização fundiária.

## **Projeto 2: Apoio ao Desenvolvimento e Consolidação dos Projetos de Assentamento**

### **a. Situação Atual**

Com aproximadamente 300 assentamentos existentes no Estado, a Região concentra 25, com um total de 2.018 famílias assentadas, trabalhando em pouco mais de 56.000 hectares. Os assentamentos estão localizados, em sua grande maioria, na sub-região do Potengi. São exceções os assentamentos Casinhas, Barbaço, Alto da Colina, Três Corações, Pedra de São Pedro, Ronda, Três Voltas, Uirapuru e Santa Rita, que ficam na Região do Trairi. O Agreste conta somente com um assentamento. O maior deles fica localizado em São Paulo do Potengi, onde vivem 260 famílias.

Como visto, são assentamentos, relativamente novos. Todos já receberam os créditos iniciais (alimentação, fomento e habitação) e tiveram acesso a crédito para investimento e custeio da produção. A maioria das famílias assentadas tem, como ocupação principal, a agricultura de sequeiro e pequeno criatório. São assentamentos que, apesar de deterem todo um potencial para o desenvolvimento sustentável, ainda não conseguiram avançar em termos de produção, comercialização e acesso às políticas públicas. Não conseguiram, enfim, se viabilizarem, enquanto agricultura familiar, por vários motivos.

### **b. Objetivos do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- garantir a consolidação dos assentamentos da Região, em termos econômicos, sociais, ambientais e político - institucionais, mediante a complementação da infra-estrutura hídrica e agroindustrial e a inserção competitiva nos mercados.

### **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- manter articulação com os órgãos financiadores, visando assegurar créditos adequados à demanda da agricultura familiar;
- implantar novas formas de organização nos assentamentos, que permitam sua completa inserção no mercado;
- viabilizar assistência técnica integral pública e voltada para atender à demanda dos assentamentos;
- melhorar a infra-estrutura produtiva e social dos assentamentos;
- inserir as famílias assentadas nas principais cadeias produtivas da economia regional; e
- garantir acesso às políticas sociais (saúde, educação, habitação e transferência de renda).

## PROGRAMA 6: INCENTIVOS AOS PEQUENOS NEGÓCIOS

### a. Situação Atual

O Programa de Incentivos aos Pequenos Negócios engloba 2 Projetos: a) Projeto do artesanato; e, b) Projeto das feiras livres, visando, principalmente, à reestruturação do segmento do comércio das feiras e a dinamização e organização do artesanato. A importância de investimentos nesse Programa, para a economia da Região, se traduzirá no incremento de novas ocupações e geração de renda para uma parte dos habitantes que vive, hoje, em situação de pobreza.

A importância das feiras livres para a economia da Região, foi defendida pelos participantes das reuniões municipais, por se tratar de um espaço de comercialização fundamental para a sobrevivência de produtores e consumidores. Além disso, o espaço ambulante desse tipo de comércio, poderá se constituir em atrativo cultural, por reunir a gastronomia e o artesanato local.

Nos últimos anos, com o crescimento dos pequenos comércios de alimentação, os produtores foram obrigados a concorrer com o grande circuito comercial dos produtos industrializados, que vem substituindo a produção local de alimentos. Torna-se importante, então, revitalizar as feiras livres e valorizar a produção local mediante a padronização das barracas e a melhoria das condições de funcionamento e de limpeza das mesmas. Pretende-se, ainda, apoiar as iniciativas de empreendimentos solidários que têm, nas feiras, o seu maior canal de divulgação e escoamento da produção.

O segmento do artesanato tem se constituído numa alternativa para a geração de renda para muitos trabalhadores da maioria dos municípios da Região. A consolidação do Estado como destino turístico e as possibilidades abertas para a realização de novos roteiros turísticos, através das rotas interioranas, abrem perspectivas para a divulgação e a comercialização dos produtos que retratam os aspectos culturais da Região.

As ações propostas têm o objetivo de ampliar as formas de inserção para os artesãos através de projetos que capacitem a mão-de-obra e melhorem a qualidade dos produtos artesanais comercializados. Para isso, é importante trabalhar os setores de maior interesse, identificando o artesanato tradicional e investindo na capacitação de novos artesãos e na fabricação de outros produtos.

Nos últimos tempos, a exemplo do que ocorreu no país inteiro, o processo de urbanização transformou o cenário dos municípios do Estado do Rio Grande do Norte e definiu um novo perfil para a economia urbana. Muitos pequenos negócios foram abertos e o setor de comércio, juntamente com o setor de serviços, tornaram-se responsáveis pelo maior número dos novos empregos gerados.

A Região também viu as suas paisagens urbanas se modificarem e suas cidades receberem novas lojas, novos produtos. Na Região analisada, o município cujo número de estabelecimentos mais cresceu foi Nova Cruz, seguido por Santa Cruz. Ainda assim, o crescimento relativo de Nova Cruz foi menor que o de Santa Cruz, que apresentou uma elevação nos registros dos estabelecimentos em torno de 35%. Os principais estabelecimentos que surgiram foram pequenos empreendimentos voltados, especialmente, para a alimentação, restauração, vestuário e serviços em geral.

Com o advento do turismo, houve, também, uma valorização da cultura local, dos símbolos, da música, arte, artesanato e a busca por roteiros e sítios históricos, ecológicos e particulares, que num cenário de globalização fazem o grande diferencial.

Se, por um lado, a urbanização padronizou novos hábitos, por outro, permitiu o recrudescimento das velhas práticas de comércio. Elas não só resistiram, mas, deram novo foco aos espaços ambulantes, ou espaços bolhas como são chamados os locais onde se realizam atividades sazonais, esporádicas, do tipo festa do boi, vaquejada e exposições.

Um outro tipo de feira que vem tomando forma no país é a feira de essência solidária, cuja metodologia e prática observa alguns princípios que regem os empreendimentos desse tipo: produção e consumo ético, comercialização, crédito e finanças, desenvolvimento sustentável, gênero, poder, educação e formação. No advento da globalização, o desafio de apostar no local passa pela lógica das potencialidades de cada lugar e os valores culturais que se sustentam pela força da identidade. Dada a complexidade dos processos globais das diferenças de contextos, o que aparece como fortaleza em uma Região poderá não o ser em outra. Assim, inspirados pelos princípios de solidariedade e pela capacidade de resistência das organizações populares, muitas experiências vêm sendo desenvolvidas no país e permitindo que milhares de pessoas estejam hoje vivendo a partir de atividades ligadas às experiências de economia solidária. O ciclo integrado de produção e comercialização utiliza as feiras para que a parte do excedente seja comercializada nos circuitos específicos.

## **b. Objetivo do Programa**

Os objetivos deste Programa são:

- dinamizar a economia da Região a partir de incentivos para a abertura de novos empreendimentos e o fortalecimento dos já existentes, no sentido de gerar ocupação e renda e fazer com que o segmento dos pequenos negócios seja uma alternativa para o mercado de trabalho.

## **c. Metas**

Para o cumprimento dos objetivos acima estabelecidos, este Programa tem como metas:

- implementar feiras livres nos municípios onde as mesmas não existem e revitalizar as antigas feiras;
- ampliar o número de feirantes em 50%;
- facilitar a auto-sustentabilidade de 50% dos empreendimentos financiados, mediante promoção de programas integrados com qualificação profissional e assistência técnica aos beneficiários;
- realizar, anualmente, feiras temáticas, exposições e vaquejadas nos principais municípios, abrindo espaço para que a cultura e os produtos do lugar sejam difundidos e comercializados; e

- inserir 1.400 vendedores nos segmentos do comércio ambulante e 2000 artesões em todos os municípios da Região, através do incentivo à criação de atividades que gerem renda para as famílias.

#### **d. Diretrizes**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- organizar espaços definitivos e “espaços bolhas” para a realização de feiras livres semanais e temáticas com produtos e produções artísticas e culturais;
- realizar o mapeamento das atividades artesanais em todos os municípios da Região, como forma de identificar potenciais artísticos passíveis de comercialização;
- incentivar permanentemente a consolidação, a maior integração e a ampliação do segmento dos pequenos negócios (artesanato, comércio e serviços), colocando seus principais instrumentos de atuação (fundo de aval, programas de capacitação, entre outros) a serviço da promoção dessas atividades;
- desenvolver parcerias junto aos órgãos intermediadores de capacitação e treinamento para realização de feiras com as instituições integrantes do “Sistema S”, promotores de cursos e treinamentos na área do “empreendedorismo”, para uma melhor cooperação técnica e mais efetivo aporte de recursos.
- assegurar parte importante da produção dos pequenos produtores no consumo das escolas e estabelecimentos públicos.

#### **d. Recursos e Fontes de Financiamento**

Os valores totais estimados para este Programa, composto pelos dois Projetos orçados a seguir, são de R\$ 13,000 milhões, equivalentes a US\$ 4,422 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (34,62%), Estado (25,38%), Banco Oficial (20%) e Setor Privado (20%).

O Projeto Apoio e Incentivo ao Artesanato demandará recursos da ordem de R\$ 6,000 milhões, equivalentes a US\$ 2,041 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (40%), Estado (20%), Banco Oficial (20%) e Setor Privado (20%).

Os recursos necessários a esse Projeto poderão ser obtidos por meio de convênios firmados entre municípios e entidades envolvidas com os Programas de Apoio ao Artesanato e serão destinados à capacitação e de melhoria do artesanato, à aquisição de materiais e estrutura física de ateliês e a orientações mercadológicas como o desenvolvimento de rótulos e embalagens destinadas à comercialização para mercados externos

O Projeto Consolidação das Feiras Livres demandará recursos da ordem de R\$ 7,000 milhões, equivalentes a US\$ 2,381 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal

(30%), Estado (30%), Banco Oficial (20%) e Setor Privado (20%).

Os recursos necessários para a instalação, ampliação e consolidação das feiras livres poderão ser obtidos junto aos bancos oficiais e/ou por meio de convênios firmados entre municípios e entidades envolvidas com os Programas de Capacitação e Formação, que são, em parte, financiados com recursos do FAT, via SINE Estadual, como o CDL, Sindicatos e Associações Comerciais. Esses recursos financeiros serão distribuídos da seguinte forma: revitalização das antigas feiras, instalação de novas, com padronização de barracas, treinamento e cursos sobre abastecimento, condições de condicionamento e conservação de alimentos, formação de preços, segundo as suas necessidades, principais mercados consumidores e tipificação de produtos segundo exigências desses mercados.

Os principais instrumentos a serem mobilizados são:

- incentivos financeiros do governo estadual e de instituições comerciais para a instalação de feiras;
- programas de capacitação, assistência técnica comercial e orientação mercadológica, ministrados pelo SEBRAE, SENAI e Clube dos Diretores Lojistas do Rio Grande do Norte;
- programa de Capacitação da EMATER para pequenas empresas de produtos alimentares;
- programa de apoio às cooperativas de produção e do trabalho e às incubadoras de empreendimentos solidários;
- linhas específicas de crédito para micro e pequenas empresas do Banco do Nordeste (micro-crédito), BB (Crédito Amigo), Fundos de Aval Municipal e Estadual, para viabilizar crédito;
- realização de Rodas de Negócios para a divulgação dos produtos locais, por intermédio de exposições e comercialização nas feiras municipais e estaduais;
- SEBRAE e o Programa de Artesanato Potiguar;
- SENAC e os cursos de qualificação profissional;
- Programa do Artesanato Brasileiro, CDL e Associações ABBTUR e ONGs; e
- Sindicatos, associações de trabalhadores e assentamentos.

## **e. Sistema de Gestão**

A gestão deverá ser articulada pela Agência de Desenvolvimento da Região e implementada por organismos diretamente ligados às atividades comerciais, associativas e sindicais, entre as quais, se incluem o CDL, a Federação do Comércio, FIERN, SEBRAE, SENAI e SESC. Essa articulação é de fundamental importância, porque permitirá que os diversos órgãos promovam iniciativas para conscientizar a classe de pequenos empreendedores a participarem da elaboração de ações conjuntas, que venham a melhorar as condições econômicas da Região, particularmente por meio de transformações na estrutura produtiva e comercial dos pequenos negócios.

# Projeto 1: Apoio e Incentivo ao Artesanato

## a. Situação Atual

A importância do artesanato no Brasil se traduz pelo contingente de 8 milhões de brasileiros artesãos que, juntos, geram 28 bilhões de reais, que representam 2,8% do PIB nacional. Assim, transformando materiais e produzindo mercadorias, o artesanato está mostrando que o brasileiro tem criatividade e um imenso patrimônio étnico e cultural. Como forma de organizar melhor a divulgação da produção artesanal no Brasil, existem duas feiras, Hobbyart – Feira Internacional das Indústrias e Fornecedores de Produtos para Hobby Criativo, Artes e Artesanato e a Artesanal – Feira de Produtos, Técnicas e Serviços para a Arte e o Artesanato. Nos últimos anos, o segmento do artesanato tem crescido e já consegue penetração no mercado exterior. Artesanatos provenientes do Ceará ostentam as vitrines de um importante centro da moda mundial, na Quinta Avenida, em Nova Iorque, nos Estados Unidos e grande tem sido a participação da nossa produção artesanal em feiras internacionais, como a Feira de Hanover na Alemanha. Com a expansão do turismo rural, abrem-se oportunidades de negócios para os pequenos artesões que poderão mostrar os seus produtos através de espaços comerciais que poderiam ser as feiras, centros culturais e a própria municipalidade.

O artesanato, pela sua importância na economia, desencadeia um elevado potencial de ocupação e geração de renda em todos os municípios. Observa-se que, ao longo dos anos, o desenvolvimento das atividades artesanais permite a valorização dos territórios através das manifestações culturais difundindo-as para aqueles que vivem fora da Região. Vale, ainda, destacar, que os benefícios gerados pela relação entre turismo e artesanato, através da inserção do artesão e seu local de trabalho nos roteiros turísticos, além da comercialização dos produtos regionais em pontos turísticos e a ambientação cada vez mais utilizada de hotéis e restaurantes com produtos artesanais, fortalecem aspectos da tradição e da cultura local.

O artesanato, propriamente dito, está aqui entendido como toda atividade produtiva que resulte em objetos e artefatos acabados, feitos manualmente ou com a utilização de meios tradicionais ou rudimentares, com habilidade, destreza, qualidade e criatividade, entre os quais se destacam, na Região, a arte popular e os trabalhos manuais.

Um outro setor que vem apresentando dinamismo é a cerâmica, com crescimento também significativo em vários municípios. A cerâmica concentra atividades relativas ao artesanato de barro e tem merecido destaque por parte de órgãos que vêm trabalhando na Região, como forma de melhorar o padrão e as condições de comercialização e difusão do produto no mercado externo ao Estado e ao país. Nesse sentido, as feiras de exposição - nacional e internacional - têm servido de vitrine para muitos dos nossos produtos que, trabalhados pelos programas oficiais de melhoria do padrão e da qualidade, são responsáveis pela consolidação do segmento no Estado.

O artesanato, no Estado, tem sido apoiado por iniciativas diversas que tentam valorizar a produção artística local, dando visibilidade para a produção artesanal existente, além de incentivar novos talentos. Dentre esses programas estão o Programa Artesanato, que vem atuando em alguns municípios como Coronel Ezequiel, Jaçanã, Lajes Pintada e

Santo Antônio. Existem, ainda, os Programas Federais que atuam, também, em alguns municípios, desempenhando função de incentivador e organizador da produção local. As iniciativas do Programa têm, como uma das estratégias o fortalecimento de parcerias com instituições públicas e privadas que atuam no setor artesanal. Pretende-se, através desse programa, possibilitar, aos grupos de artesãos, o acesso direto ao cliente consumidor, criando condições para o ajuste da sua produção às tendências e necessidades do mercado.

## **b. Objetivo do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- realizar o mapeamento e o cadastramento das manifestações artísticas e do patrimônio histórico e cultural e incentivar a produção local e a produção artística, transformando-os em produtos que possam veicular atrativos que justifiquem a Região como pólo turístico, por intermédio da riqueza do seu artesanato.

## **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- identificação e cadastramento de manifestações artísticas que traduzam aspectos do patrimônio histórico e cultural da Região;
- incentivo à criação de associações e cooperativas que organizem a produção e comercialização da produção artesanal local; e
- melhoria das condições de produção, comercialização e qualidade dos produtos.

## **Projeto 2: Consolidação das Feiras Livres**

### **a. Situação Atual**

A feira livre tem uma importância fundamental para a economia dos municípios por se constituir num espaço de comercialização para a produção local. Além dos pequenos empreendimentos de perfil urbano, existem centenas de pequenos negócios que comercializam o excedente da produção, oriundos, principalmente, da agricultura familiar e das pequenas propriedades. Esse segmento, ainda que represente uma parte importante no total da produção, participa pouco do comércio por encontrar dificuldades de inserção no circuito comercial maior. Para esses produtores é necessário que se organize formas de articulação e compromisso por parte das municipalidades para que sejam criadas possibilidades para um número maior de produtores, garantir um mercado consumidor.

Alguns programas governamentais, do tipo merenda escolar, poderiam adquirir a maior parte dos seus produtos a partir da produção da agricultura familiar. Dessa forma, estariam assumindo um compromisso solidário, com preços definidos, estimulando a produção, venda e compra de produtos por órgãos públicos. Para isso, é importante que

haja descentralização da aquisição de gêneros alimentícios, através de núcleos regionais, aliada aos programas de incentivo à produção local. A existência de feiras livres sem o apoio das municipalidades concentra, num mesmo grupo de feirantes, a distribuição e a realização delas em diferentes dias da semana e em diferentes municípios.

Investir nesse segmento significa abrir possibilidades de gerar uma demanda por produtos locais, dando, ao espaço das feiras, alternativas para se tornarem o grande canal de comercialização da produção regional. Atualmente, o processo de concorrência entre essas feiras exclui os pequenos produtores do circuito, não dando, a eles, oportunidade para que vendam os seus produtos nas feiras do próprio município. O sistema atual facilita a existência das práticas dos atravessadores, que praticam preços com margem de benefício que desestimulam a compra das mercadorias. Apenas iniciativas da municipalidade, juntamente com Associações Comerciais, poderiam reorganizar novas estruturas comerciais capazes de dinamizar e ampliar a participação de mais comerciantes.

O diagnóstico revelou que muitos produtores e comerciantes da Região têm demonstrado preocupação quanto à estagnação das atividades, apontando, como obstáculos, além de uma demanda incipiente, problemas em nível da comercialização – no nível de preços dos distribuidores e atraso das transportadoras. A inexistência de uma política de incentivos e formação de grupos de pequenos comerciantes, bem como a falta de uma melhor capacitação dos trabalhadores dos segmentos urbanos, também contribui para não se dispor de um melhor padrão de desenvolvimento dessas atividades.

## **b. Objetivos do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- organizar e reestruturar espaços para a realização de feiras livres semanais em todos os municípios e implementar feiras solidárias regionais como forma de ampliar o número de feirantes locais, permitindo, assim, que parte da produção oriunda dos pequenos produtores locais seja escoada no próprio município e Região, gerando ocupação e renda para mais feirantes.

## **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- melhorar as condições de comercialização e a qualidade dos produtos vendidos nas feiras livres do municípios;
- organizar incubadoras de cooperativas de economia solidária;
- elaborar planos de financiamento adequados e de apoio aos feirantes, para viabilizar o acesso ao crédito e à modernização técnica e operacional; e
- capacitar os feirantes em técnicas e exigências legais para comercialização de produtos, fornecendo-lhes, também, orientação mercadológica.

## **DIMENSÃO SÓCIO-CULTURAL**

A Dimensão Sócio-Cultural está composta por 7 (sete) Programas e 17 (dezesete) projetos, voltados para o enfrentamento dos graves problemas relacionados com a qualidade da educação, buscando erradicar o analfabetismo e melhorar a infra-estrutura escolar e o acesso à informação e ao conhecimento.

Um segundo conjunto de Programas e Projetos está voltado para o enfrentamento dos problemas contemporâneos no mundo do emprego, mediante a qualificação e capacitação de mão-de-obra para os empreendimentos privados, a administração pública, o turismo, os pequenos negócios, a ocupação profissional de jovens, a erradicação do trabalho infantil e a ampliação do acesso ao micro-crédito.

O terceiro conjunto diz respeito à redução da pobreza, incluindo ações destinadas a promover a articulação entre os distintos programas de transferência de renda voltados para a população caracterizada pela insuficiência de renda e com situação de risco e vulnerabilidade.

O quarto conjunto está voltado para a assistência social e ações compensatórias, a melhoria das condições habitacionais e a ampliação do acesso aos serviços básicos relativos à melhoria das condições de saúde, particularmente no que se refere à reestruturação e ampliação dos serviços de assistência preventiva médico-odontológica e à reestruturação e ampliação da rede física dos serviços de saúde.

Por último, mas não menos importante, encontram-se os Programas e Projetos destinados à valorização da cultura regional, ao fortalecimento da infra-estrutura cultural e ao mapeamento do patrimônio imaterial, conforme descritos a seguir.

### **PROGRAMA 1: MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO**

#### **a. Situação Atual**

O Programa de melhoria da qualidade da educação foi concebido para enfrentar os problemas mais graves observados por ocasião do diagnóstico da situação educacional dos quarenta e dois municípios integrantes da Região. Esses problemas atingiram os mais diferentes aspectos, tais como: baixa taxa de alfabetização, deficitária rede de ensino, má qualidade da educação advinda do insuficiente desempenho escolar de parte do alunado, entre outros.

A taxa de alfabetização dessa Região, em 2000, foi, em média, de 63,5%, 12 pontos percentuais abaixo da média estadual, que alcançou, nesse mesmo ano, 76,3%, ou seja, um terço da população da Região encontra-se, ainda, classificada como analfabeta.

A rede de ensino da Região estava formada, em 1996, por 920 estabelecimentos educacionais e 2.461 salas de aula. Isso representava 18,8% do total dos estabelecimentos escolares do Estado, naquele ano. Em 2002, os estabelecimentos escolares da Região somavam 892, uma redução de 28 estabelecimentos, representando, ainda, cerca de 18,4% do total dos estabelecimentos escolares do Estado, o qual, em seu conjunto teve sua rede de ensino reduzida em 39 estabelecimentos no decorrer do mesmo período (1996-2002).

A distribuição da rede de ensino por esfera administrativa mostra que os estabelecimentos escolares da Região concentram-se na rede municipal de ensino, 76,9%. A esfera estadual representa 17,4% e a rede particular reúne 5,8% do total de estabelecimentos.

As salas de aula na Região cresceram numericamente, passarão de 2.461 salas de aula, em 1996, para 3.074 salas de aula em 2002, isto é, 613 salas de aula a mais em seis anos. Supõe-se que a redução do número de estabelecimentos com ampliação do número de salas de aula deva-se a substituição gradativa de salas de aula provisórias por salas de aula construídas com finalidade de ensino.

Constatou-se, nas reuniões municipais que a infra-estrutura física escolar é deficiente, aspecto esse citado em trinta e dois municípios, bem como a estrutura de serviços escolares, é igualmente inadequada, aspecto mencionado por vinte e três municípios, destacando-se a ausência de informática nas escolas, problema citado por trinta e nove municípios. A Comissão de Acompanhamento do Plano destacou a necessidade de infra-estrutura escolar em todos os níveis de ensino no meio rural e nas áreas de assentamentos.

A baixa qualidade do ensino é outro problema grave. Isso pode ser percebido mediante a formação docente insatisfatória, bem como o deficiente desempenho escolar do alunado, reprovações, abandono e elevada distorção idade/série.

Tendo em vista a problemática exposta, o Programa de Melhoria da Qualidade da Educação está subdividido em dois Projetos: O Projeto de Erradicação do Analfabetismo e o Projeto de Melhoria da Infra-estrutura Escolar e do Acesso à Informação e ao Conhecimento. Vale ressaltar que a questão da formação dos professores será contemplada no Programa de Formação, Qualificação e Capacitação de Mão-de-obra, bem como, a Qualificação Profissional.

## **b. Objetivos do Programa**

Os objetivos deste Programa são:

- fortalecer a educação básica, promovendo a melhoria da qualidade do ensino na Região para todos os níveis de ensino (educação infantil, ensino fundamental e médio), bem como educação de jovens e adultos, educação especial e ensino superior;
- diminuir os níveis de analfabetismo de forma contínua e gradativa com vistas à sua erradicação no futuro;
- construir, ampliar e melhorar a rede física das escolas do ensino infantil, fundamental e médio dotando-as de espaços adequados às necessidades do alunado, dando prioridade às necessidades presentes no meio rural e nas áreas de assentamentos onde faltam creches, pré-escola e escolas de ensino médio;
- dotar as escolas de condições adequadas para o desenvolvimento de atividades curriculares e esportivas como: salas de aula adequadas ao público alvo em termos de tamanho e condições de aeração, ginásios poli esportivos, bibliotecas e laboratórios de informática e multimídia;
- adequar a metodologia utilizada em sala de aula às vivências e contexto sócio-

cultural do alunado, de forma a valorizar as origens e raízes culturais do ambiente rural;

- adotar métodos de ensino adequados à realidade do alunado, mediante a utilização de aulas práticas no campo para facilitar a aprendizagem e suscitar maior interesse;
- promover melhoria na prestação de serviços de transporte, merenda escolar, atividades esportivas e recreativas capazes de contribuir para o melhor desempenho escolar do alunado;
- e
- incentivar a formação de terceiro grau na Região de forma a ampliar os níveis de escolaridade da população.

### **c. Metas**

Para o cumprimento dos objetivos acima estabelecidos, este Programa tem como metas:

- reduzir a taxa de analfabetismo na Região que deverá passar dos 36% registrados em 2000, para 18% em dez anos, devendo, a mesma, ser reduzida gradativamente, até sua completa erradicação, ou melhor, até que a mesma alcance taxas diminutas, considerando que parte da população idosa pode se recusar a passar por cursos de alfabetização;
- reduzir os atuais índices de analfabetismo, alfabetizando pelo menos 7.700 pessoas por ano, o que fará com que, nos próximos seis anos, se tenha alfabetizado cerca de 46.200 pessoas. Busca-se nos próximos anos, aproximar-se da média do analfabetismo no Estado do Rio Grande do Norte que é de 24%;
- reduzir as taxas de distorção idade série, no ensino fundamental de 64%, em 2002, para 40 % em 2010 e, no ensino médio, de 88% em 2002 para 58%, em 2010;
- diminuir as taxas de não conclusão do ensino fundamental, seja em razão do abandono, seja em função das reprovações. O conjunto dessas taxas somou 35% em 2002, mas a meta é reduzi-la para 15% em 2010. O abandono no ensino fundamental era de 12,5% e a reprovação era de 18,7% em 2002. Almeja-se um taxa de abandono igual ou inferior a 6% e a taxa de reprovação de, no máximo, 9% em 2010;
- construir, ampliar e reformar creches, escolas de ensino fundamental e médio, de forma que a rede de ensino da Região propicie condições favoráveis ao bom desempenho escolar do alunado. Devem ser construídas cerca de 13 escolas do ensino médio e 37 escolas do ensino fundamental. Esse último cálculo baseou-se nas informações sobre a média de salas de aula provisórias para o Estado do Rio Grande do Norte em 2001 que era de 9%. As escolas de ensino médio, embora necessárias, precisam ser caracterizadas pois os dados disponíveis eram os do Projeto Alvorada para o Litoral Norte, que considerava 16,9% das salas de aula desse nível de ensino como provisórias. Estimou-se, para a Região, a metade dessa taxa para fazer uma primeira estimativa, recomendando-se, todavia, uma avaliação in loco para identificar e mapear as escolas de ensino médio existentes, suas capacidades de atendimento e necessidades de ampliação, reformas e novas construções.

### **d. Diretrizes**

O Programa será executado tomando por base as seguintes diretrizes:

- realizar um levantamento da rede física das escolas existentes para identificar os municípios onde a rede escolar é mais carente, seja quanto à quantidade de estabelecimentos escolares, seja em relação à qualidade das escolas, com vistas a identificar as que precisam de intervenção no sentido de ampliação, restauração e adequação às necessidades do alunado;
- construir escolas onde for identificada carência desses estabelecimentos, dotadas de condições adequadas para a prática do ensino de qualidade e o desenvolvimento de atividades complementares ao ensino tais como, práticas esportivas e recreativas;
- reformar os estabelecimentos escolares de modo a solucionar problemas específicos como má condição de funcionamento, com vistas a dotá-los de condições mais propícias ao ensino de qualidade, mediante salas adequadas à demanda do alunado, espaços previstos para a instalação de bibliotecas, construção de ginásios de esportes, entre outros;
- instalar equipamentos e dotar as escolas de material didático-pedagógico de modo a permitir a adoção de práticas pedagógicas inovadoras e atualizadas com as necessidades educacionais contemporâneas, tais como computadores, bibliotecas, televisores e vídeos;
- adotar práticas pedagógicas inovadoras em todos os níveis de formação, de forma a tornar o ensino mais atrativo, interativo e motivador para o alunado, tendo em vista melhorar os indicadores de desempenho escolar e reduzir o desinteresse, o abandono escolar e as taxas de distorção idade/série;
- incentivar a melhoria de prestação de serviços à população escolar, de modo a favorecer o desenvolvimento do ensino, tais como: transporte escolar, merenda escolar, material didático- pedagógico adequado em quantidade e qualidade às necessidades do alunado; e
- promover intensa articulação entre as diversas esferas de governo para combater o analfabetismo, promovendo a alfabetização extensiva de jovens e adultos, mediante ação conjunta de universidades, organizações não governamentais, empresas privadas - tendo em vista a responsabilidade social das mesmas - e entes administrativos municipais e estadual.

## **e. Recursos e Fontes de Financiamentos**

Os valores totais estimados para o Programa Melhoria da Qualidade da Educação, composto pelos dois Projetos abaixo orçados, são de R\$ 11,620 milhões, equivalentes a US\$ 3,952 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (70%), Estado (20%) e Municípios (10%).

O Projeto Erradicação do Analfabetismo demandará recursos da ordem de R\$ 4,620 milhões equivalentes a US\$ 1,571 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94 cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (70%), Estado (20%) e Municípios (10%). O Projeto alfabetizará 7.700 pessoas a cada ano, até 2010.

Para o Projeto Melhoria da Infra-Estrutura Escolar e do Acesso à Informação e ao Conhecimento deverão ser mobilizados recursos da ordem de R\$ 7,000 milhões,

equivalentes a US\$ 2,381 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada, em 31/08/2004 e oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (70%), Estado (20%) e Municípios (10%).

## **f. Sistema de Gestão**

A gestão do Programa deverá ficar a cargo de um setor, departamento ou outra instância pertencente à Agência de Desenvolvimento da Região, que deverá articular-se permanentemente com a Secretaria de Estado da Educação e dos Desportos e criar Comissões ou subcomissões para se encarregar dos Projetos.

Para operacionalizar o Programa deverão ser desenvolvidos dois projetos: Projeto de erradicação do analfabetismo e o Projeto de Melhoria da infra-estrutura escolar e do acesso à informação e ao conhecimento.

Os instrumentos institucionais foram estipulados por Projeto. Aqueles que darão suporte ao Projeto de Erradicação do Analfabetismo são:

- O Governo Federal, através do Ministério da Educação, por intermédio do Programa Brasil Alfabetizado, a partir do Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos e do Projeto Formação de Alfabetizadores, ambos do Programa Brasil Alfabetizado, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Esse último permitirá montar um contingente de recursos humanos treinados para por em prática um projeto de alfabetização permanente;
- o Governo Estadual, através da Secretaria de Estado de Educação e dos Desportos, que pode prestar assistência técnica e operacional ao processo de alfabetização, inclusive disponibilizando salas de aula das suas escolas para a realização dos cursos;
- os Governos municipais, através da organização de um cadastro dos analfabetos com suas principais características, para subsidiar o planejamento do processo de alfabetização, bem como pondo, à disposição, salas de aula das escolas municipais, de forma a que os cursos sejam oferecidos em horários em que não ocorram atividades escolares regulares.

Os instrumentos do Projeto de Melhoria da Infra-Estrutura Escolar e do Acesso à Informação e ao Conhecimento são os seguintes:

- o Governo Federal, que pode prestar assistência financeira através do FUNDEF no que se refere à construção, ampliação e reforma de escolas do ensino fundamental, bem como à aquisição de mobiliário e equipamentos para esse nível de ensino. e que pode promover o acesso a material didático-pedagógico para o ensino fundamental; e
- para a educação de jovens e adultos e para a aceleração da aprendizagem, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) pode financiar material didático.

# Projeto 1: Erradicação do Analfabetismo

## a. Situação Atual

O combate ao analfabetismo com vistas à sua abolição tem sido uma bandeira de luta necessária e premente em todos os países subdesenvolvidos. Isto se deve à extensa rede de exclusão que o analfabetismo acarreta: exclusão do mundo do trabalho, onde cada vez mais exige-se do trabalhador maior grau de escolaridade, mesmo para o desempenho de atividades de baixo nível de complexidade; exclusão das condições mínimas necessárias ao desempenho da cidadania, a impossibilidade da leitura e da compreensão da língua escrita alija os analfabetos das condições de reflexão do mundo que os cerca, bem como do pleno exercício dos seus direitos e deveres enquanto cidadãos.

Nas reuniões municipais, o problema do analfabetismo foi destacado como um problema central que precisa ser erradicado para que se possa alcançar maiores patamares de desenvolvimento e melhores condições de qualidade de vida para a população.

O analfabetismo na Região alcançou mais de um terço da população residente de dez anos e mais de idade, segundo o Censo do IBGE em 2000, ou seja, em média 36,5% da população regional encontra-se, ainda, em pleno século XXI nas fileiras do analfabetismo. A situação dos municípios no âmbito da Região é diferenciada. Alguns municípios apresentam melhor situação, uma taxa de analfabetismo mais próxima da média estadual, como é o caso dos municípios de Lajes Pintadas (27,1%), Tangará (27,9%), Santa Cruz (29%) e Lagoa de Velhos (29,5%); outros apresentam situação ainda mais grave que a média regional, como é o caso de Monte das Gameleiras (45,1%) e Japi (44,7%), Serra Caiada (43,9%), Lagoa Salgada (42%), Espírito Santo (41,6%), Serrinha (41,4%), Ielmo Marinho (41,3%). O maior município da Região, Nova Cruz, situa-se na média regional (36,3%).

No Estado do Rio Grande do Norte, o problema do analfabetismo ainda é grave, porém menos acentuado em 12 pontos percentuais que o observado na Região. Em 2000, o analfabetismo no Estado do Rio Grande do Norte era de 23,7%.

No cerne do analfabetismo encontra-se um amplo conjunto de problemas que contribui para sua grande extensão e persistência. O elevado grau de pobreza que canaliza os integrantes das famílias para atividades laborais, na busca diária e incessante pela sobrevivência, mesmo os de mais tenra idade, como é o caso do trabalho infantil e a falta de conscientização das famílias sobre a importância da educação dos filhos para o acesso a melhores condições de trabalho e renda na vida adulta, tanto dificultou o acesso das crianças à escola quanto os levou ao abandono dos estudos, mesmo antes de concluída a fase de alfabetização.

Por ocasião das reuniões municipais, a sociedade demonstrou preocupação com o analfabetismo e a sua erradicação foi almejada como condição imprescindível para o alcance do desenvolvimento sustentável. Portanto, busca-se diminuir gradativamente o problema, de forma a combatê-lo e reduzi-lo até alcançar os patamares menores possíveis.

## **b. Objetivos do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- diminuir o analfabetismo nas áreas urbanas e rurais visando sua erradicação no futuro, priorizando, inicialmente, a população jovem analfabeta;
- viabilizar o acesso a conteúdos programáticos que permitam, além da alfabetização, o desenvolvimento da capacidade reflexiva e o pleno exercício da cidadania por parte dos alfabetizados;
- promover a formação contínua e permanente de alfabetizadores, de forma a dotar os municípios de pessoal treinado para que a atividade de alfabetização tenha continuidade e permanência com vistas a atacar o problema;
- melhorar a qualidade do ensino e as formas de acompanhamento e monitoramento do corpo discente, visando promover a recuperação dos alunos em dificuldade para evitar o abandono escolar; e
- motivar os jovens que passaram pelo processo de alfabetização a uma educação continuada, de forma a que esses possam galgar níveis mais elevados de escolaridade.

## **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- localizar, identificar e caracterizar o público-alvo a ser atingido com a alfabetização, com vistas a possibilitar o planejamento eficaz dessa atividade em termos de conteúdos programáticos, materiais didático-pedagógicos, carga horária e calendário compatível com a disponibilidade dos educandos;
- identificar, articular e mobilizar as instituições envolvidas com a alfabetização, de forma a maximizar a atuação dessas instituições em âmbito municipal;
- articular as três esferas de governo em iniciativas coordenadas para que o propósito de alfabetização seja mais efetivo, eficiente e eficaz, mediante a soma de esforços e não a superposição de ações isoladas;
- envolver as instituições de ensino superior, organizações não governamentais e organizações sem fins lucrativos na formação de alfabetizadores e na disseminação permanente de programas de alfabetização;
- identificar locais adequados para o desenvolvimento do processo de alfabetização no meio urbano e rural, de forma a permitir a racionalização do uso de recursos materiais e humanos e a maximizar o atendimento da população a ser atingida; e
- utilizar metodologia adequada ao público alvo a ser alfabetizado de forma a facilitar a aprendizagem mediante o resgate da cultura local e de práticas pedagógicas dirigidas para a vivência no meio rural.

## **Projeto 2: Melhoria da Infra-Estrutura Escolar e do Acesso à Informação e ao Conhecimento**

### **a. Situação Atual**

A rede de ensino da Região apresentou uma pequena redução entre 1996 e 2002, passando de 920 para 892 estabelecimentos nesses dois anos. Todavia, vale ressaltar que a diminuição da rede de ensino não ocorreu de modo uniforme para os estabelecimentos estaduais, municipais e particulares.

Os estabelecimentos escolares municipais, passaram de 710 em 1996 para 686 em 2002, representando uma redução de 24 estabelecimentos; em seguida, vieram os da rede estadual que passaram de 175 em 1996 para 154 em 2002, reduzindo-se em 21 estabelecimentos; a rede particular foi à única que apresentou acréscimo, passando de 35 estabelecimentos em 1996 pra 52 em 2002.

O Estado do Rio Grande do Norte, em seu conjunto, teve também sua rede de ensino reduzida em 39 estabelecimentos no decorrer do mesmo período (1996-2002). Em 2002, o Estado detinha 4.856 estabelecimentos; em 1996 eram 4.895. A rede estadual foi a que apresentou a maior perda, 173 estabelecimentos; a rede municipal perdeu 14 estabelecimentos, o que foi parcialmente recompensado pela rede particular, que aumentou de 493, em 1996, para 639 em 2002. Logo, dois terços dos estabelecimentos escolares que desapareceram no Estado, nesse período, localizavam-se na Região.

A distribuição da rede de ensino, por esfera administrativa, mostra que os estabelecimentos escolares da Região concentram-se na rede municipal de ensino, com 76,9%; a esfera estadual representa 17,4% e a rede particular reúne 5,8% do total de estabelecimentos.

As salas de aula na Região cresceram numericamente, passando de 2.461, em 1996, para 3.074 salas de aula em 2002, isto é, 613 salas de aula a mais em seis anos. Supõe-se que a redução do número de estabelecimentos com ampliação do número de salas de aula deva-se a substituição gradativa de salas de aula provisórias por salas de aula construídas com finalidade de ensino.

No conjunto da Região estavam matriculados, em 2002, 149.624 alunos; desse total, 19.724 estavam matriculados no ensino infantil, 97.557 no ensino fundamental, 14.424 no ensino médio, 17.796 na educação de jovens e adultos e somente 123 alunos estavam matriculados no ensino especial. Enfim, essa Região tem uma participação de 14% no número total de alunos no Rio Grande do Norte.

Em termos de relevância da participação de cada segmento de ensino no âmbito da Região, a participação é a seguinte: 65% do total do alunado está matriculado no ensino fundamental, 13,2% no ensino infantil, 11,9% na educação de jovens e adultos, 9,6% no ensino médio e 0,1% na educação especial.

Constatou-se nas reuniões municipais que a infra-estrutura física escolar é deficiente, aspecto esse citado em trinta e dois municípios. Construção de ginásios de esportes bem como espaço reservado para bibliotecas foram às reivindicações mais constantes. A estrutura de serviços escolares é igualmente inadequada, aspecto mencionado

por vinte e três municípios. Nesse aspecto destacou-se a ausência de informática nas escolas, problema citado por trinta e nove municípios nas reuniões municipais e que exige investimentos.

## **b. Objetivos do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- construir, ampliar e melhorar a rede escolar da Região, com especial destaque para a rede escolar da zona rural e dos assentamentos, bem como dotação de equipamentos de informática e facilitação do acesso à Internet;
- adequar a rede de ensino às necessidades da população da Região mediante construção, ampliação e restauração de creches, escolas de ensino fundamental e escolas de nível médio no meio rural e urbano, além de construção de ginásios de esportes e espaços próprios para práticas recreativas;
- dotar as escolas já existentes e as escolas a serem construídas de bibliotecas, equipamentos de informática e demais equipamentos como televisão, videocassete, retro projetores, para permitir o acesso dos alunos à informação e a métodos e técnicas de ensino mais atualizados e interativos; e
- prover as escolas do meio rural e urbano com carteiras, quadros e equipamentos adequados às necessidades do alunado, bem como material didático-pedagógico atualizado e motivador para o seu bom desenvolvimento e aprendizagem.

## **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- formar uma Comissão de Avaliação da rede física para realizar um amplo levantamento das escolas existentes e posteriormente determinar o número de escolas a serem construídas, ampliadas e restauradas, ser efetuado nos municípios da Região;
- realizar um levantamento dos equipamentos e mobiliários necessários ao bom funcionamento dos estabelecimentos escolares, inclusive mediante o mapeamento dos já existentes para detectar as maiores carências; e
- re-estabelecer articulações entre as Prefeituras Municipais e a Secretaria de Estado, de Educação e dos Desportos, com vistas a proporcionar articulações no sentido de viabilizar a instalação de computadores nas escolas ligando-se à rede mundial de computadores-INTERNET.

## **PROGRAMA 2: FORMAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA**

### **a. Situação Atual**

A globalização da atividade econômica e, conseqüentemente, o crescimento do fluxo de mercadorias, pessoas e capitais, tem intensificado as inovações tecnológicas

cujos reflexos se fazem notar nas relações de trabalho, nos processos produtivos e nas estruturas das organizações.

As profissões foram atingidas, em maior ou menor medida, por imperativos tecnológicos. Alguns empregos tidos como estáveis desapareceram ou foram drasticamente reduzidos. O uso intensivo de computadores e maquinários diversos, inclusive robôs, provocou uma completa transformação na indústria, nos serviços e até na agricultura mecanizada, expulsando trabalhadores e exigindo um perfil diferente para novas ocupações, pressionando por mais educação, mesmo em ramos profissionais que antes requeriam pouca capacitação.

O formato dos empregos e ocupações tem se transformado em todo o mundo. O trabalho com carteira assinada, de tempo integral, tendo, assegurados, direitos e garantias está sendo reduzido, enquanto aumenta o trabalho em tempo parcial e temporário.

Observam-se diferentes categorias de mão-de-obra: os assalariados em tempo integral, composta por trabalhadores polivalentes e móveis e um número importante de trabalhadores precários e intermitentes, com horários e salários diferenciados. Além desses, há, também, um significativo contingente de prestadores de serviços de tipo independente, pagos por sessão ou tarefa (Bridges, 1995<sup>11</sup>). Pastore (1998) ressaltou que, no futuro, o mundo do trabalho apresentará grande contingente de funcionários autônomos atuando nos ramos da administração, dos cuidados pessoais (crianças, doentes e idosos), nas atividades de reparação e manutenção, educação, compras, vendas e corretagem. Grande ênfase será atribuída a quem detiver capacidades, isto é, dominar o “saber fazer”.

O citado pesquisador distingue o mundo dos empregos do mundo do trabalho. No mundo dos empregos, postos de trabalho fixos, com carteira, estão sendo reduzidos, enquanto no mundo do trabalho, trabalhos parciais, temporários, intermitentes estão sendo ampliados. As fusões, privatizações e compra de empresas de ramos diferentes têm acentuado a distinção entre esses dois mundos.

A característica essencial para o trabalhador hoje é a educação. Há uma profunda mudança do que se espera do trabalhador em relação ao que se esperava dele até então. Valoriza-se o domínio de habilidades, tais como: ler e entender as informações, redigir de forma clara e objetiva, lidar com números e operações matemáticas de baixa e média complexidade, deter conhecimentos básicos de história e geografia, comunicar-se em uma língua estrangeira, principalmente o inglês, que, por ser o idioma dos negócios, constitui um diferencial. O uso adequado do computador e de seus programas e aplicativos, bem como conhecimentos básicos de estatística também são importantes. Porém, poucos detêm todas essas habilidades, essenciais para a acirrada concorrência do atual mundo do trabalho.

Nesse sentido, destacam-se os programas de formação, qualificação e treinamento, os quais tornaram-se necessários, como forma do trabalhador se manter sempre atualizado e ser capaz de apresentar um melhor desempenho.

Desde 1995, foi criado pelo, governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, uma importante política de formação profissional, que se expressou no Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PLANFOR), sob a coordenação da Secretaria de

---

<sup>11</sup> BRIDGES, William, Um Mundo sem Empregos. São Paulo, Makron Books, 1995.

Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho (SEFOR-MTB). Utilizando-se de recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), o Plano foi pautado por objetivos ambiciosos, tais como o de reerguer a educação profissional no país, qualificando e requalificando, a partir de 1999, 20% da População Economicamente Ativa (PEA) por ano, cerca de 15 milhões de trabalhadores. Esses objetivos não foram alcançados. Entre 1995 e 2001, foram atendidos, no total, 15,6 milhões de trabalhadores em treinamento de nível básico, técnico e tecnológico.

O Governo Federal extinguiu o PLANFOR, mas criou um outro plano de qualificação para substituí-lo, introduzindo mudanças importantes nas suas diretrizes. O Plano Nacional de Qualificação (PNQ) foi criado em 10 de julho de 2003 (Resolução n 333, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT)), sendo implementado pelo Departamento de Qualificação da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – (DEQ/SPPE), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Esse Plano introduz inovações quanto ao tipo de formação, visto que, pretende proporcionar, ao trabalhador, um nível de “formação integral”, ou seja, uma formação ampla que contemple formação intelectual, técnica, cultural e cidadã, um aumento das possibilidades de obtenção de emprego, trabalho e oportunidades de ocupação e renda, para reduzir o desemprego e o subemprego, favorecer a permanência do trabalhador no mercado, promover maiores níveis de escolaridade mediante articulação dessa política com as políticas de educação, propiciar inclusão social, reduzir a pobreza entre outras medidas (Ver Resolução n° 333 do CODEFAT, art 2). Para isso, recomenda cursos de duração de 200 horas, tendo 25% da carga horária dirigida para conhecimentos não específicos, visando uma formação ampliada.

O PNQ se realiza através dos Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs) e dos Planos Especiais de Qualificação (ProEsQs). Os primeiros são ações de qualificação situados em um território, unidade federativa, mesorregião, microrregião ou municípios organizados em consórcios ou outros tipos de arranjos institucionais. Os segundos são constituídos por pesquisas, materiais didático-pedagógicos, entre outros materiais e têm caráter nacional ou regional.

Apesar da abrangência da política, os recursos a ela alocados nos estados da federação têm sido restritos. No Estado do Rio Grande do Norte, as ações de qualificação, em 2003, mobilizaram apenas R\$ 645.753,72 e treinou somente 5.087 jovens e adultos, em oito municípios do Estado, concentrando-se na capital-Natal e nos municípios circunvizinhos, o que levou o Governo do Estado a investir nesse mesmo ano igual valor em ações de qualificação. Dezesesseis municípios da Região Agreste, Potengi e Trairi foram beneficiados com o programa de Qualificação do Governo do Estado, que contemplou, em 2003, 1.205 pessoas.

Finalmente, o ano de 2003 foi um ano de transição da política de qualificação anterior para a nova política. Supõe-se que a atual política de qualificação venha a ser fortalecida, principalmente, em razão do lugar prioritário da qualificação profissional no contexto de acentuado desemprego e concorrência no mercado de trabalho e da conscientização do papel que a educação e a formação profissional desempenham no atual mundo do trabalho.

A população da Região mostrou, por ocasião das reuniões municipais, forte preocupação com a formação e a qualificação da sua mão-de-obra, considerada, em

geral, como pouco ou não qualificada. Programas de formação, qualificação e treinamento foram tidos como necessários e oportunos.

O presente Programa é focado na qualificação de segmentos específicos capazes de incrementar a produtividade e a competitividade regional, sendo assim, composto pelos quatro Projetos seguintes: Projeto de Qualificação de Gestores Públicos, Projeto de Qualificação Profissional e Técnica para o Turismo, Projeto de Formação de Professores e Ampliação do Ensino de Terceiro Grau na Região e Projeto de Formação e Capacitação para o Trabalho e para a Criação de Pequenos Negócios.

## **b. Objetivos do Programa**

Os objetivos deste Programa são:

- incentivar a formação profissional ampla de jovens e adultos e a qualificação / capacitação e treinamento das pessoas desempregadas e dos trabalhadores em situações de vulnerabilidade, de forma a torná-las mais aptas a ocupar postos de trabalho, a obter melhor desempenho, ou, ainda, a desenvolver pequenos negócios;
- incentivar os jovens e adultos a obter uma formação profissional capaz de integrá-los ao mercado de trabalho ou a desenvolver seu próprio negócio;
- contribuir para a inserção e reinserção, no mercado de trabalho, da população mais desfavorecida (desempregados, subempregados, jovens à procura do primeiro emprego), dotando-a de formação, qualificação e competências requeridas pelo mercado de trabalho;
- dotar a população trabalhadora de conhecimentos, habilidades e treinamentos, com vistas a melhorar seu desempenho e produtividade e contribuir para assegurar sua permanência no mercado de trabalho;
- promover o aperfeiçoamento profissional contínuo da população, com vistas a aumentar sua produtividade no trabalho e seu grau de empregabilidade, de forma que a qualificação para o trabalho constitua um diferencial importante na Região;
- contribuir para diminuir o desemprego e o trabalho precário na Região; e
- favorecer a formação profissional integral e cidadã da população.

## **c. Metas**

Para o cumprimento dos objetivos acima estabelecidos, este Programa tem como metas:

- formar e qualificar, para o trabalho, até 2010, cerca de 19.593 pessoas de diversos segmentos da população;
- capacitar cerca de 1.750 gestores e funcionários públicos na Região, mediante o oferecimento de 6 cursos para prefeitos, secretariado e principais assessores, 8 cursos para funcionário de apoio técnico. 6 cursos para representantes da sociedade civil que participam de conselhos, bem como 30 cursos dirigidos à prestação de serviços sociais na Região nas áreas de saúde e da assistência social. Esses cursos foram planejados para

35 alunos em média. Os cursos para formação de professores fazem parte de um outro Projeto;

- capacitar cerca de 1.610 técnicos e empregados do setor do turismo, mediante oferecimento e realização de 6 cursos para qualificar pessoal de direção e gerência de programas e projetos turísticos, 28 cursos para pessoas de diferentes graus de escolaridade para treiná-los para a prestação de serviços de qualidade e 12 cursos dirigidos para produtores, com vistas à oferta de produtos de qualidade;
- dotar, de Formação Superior, todos os professores do ensino médio, do ensino fundamental e do ensino infantil que não dispõem, ainda, de formação superior, num total de 4.233 professores; realizar cursos de capacitação para incentivar a incorporação de aspectos da cultura local na grade curricular;
- ampliar o acesso ao ensino superior para, aproximadamente, 2000 pessoas na Região; e
- implantar 9 (nove) incubadoras de trabalho, implantar 5 (cinco) incubadoras de empresas e treinar 10.000 trabalhadores.

#### **d. Diretrizes**

O Programa será executado tomando por base as seguintes diretrizes:

- realizar um levantamento sobre demanda de mão-de-obra, mediante visitas às empresas e ao órgão de intermediação de mão-de-obra e suas agências, de forma que as instituições executoras de qualificação concebam ações de qualificação voltadas para as necessidades do mercado de trabalho regional, aumentando, assim, as chances de obtenção de postos de trabalho;
- levantar as diferentes ações de qualificação em andamento na Região, nas instituições vinculadas ao “Sistema S”, bem como nas demais entidades executoras nela atuantes (Associações e ONG’s), para promover uma coordenação e articulação das ações de qualificação na Região, de forma a somar esforços e evitar a duplicação e a superposição de ações;
- promover uma intensa articulação com as entidades executoras de cursos de formação e qualificação, a fim de garantir que os projetos pedagógicos dos cursos sejam dirigidos à formação integral do cidadão, bem como às atuais necessidades do mercado de trabalho regional;
- estabelecer prioridades no atendimento aos interessados de forma a contemplar prioritariamente a população mais desfavorecida - população em situação de desemprego e de subemprego, população jovem em busca do primeiro emprego e população adulta em situação vulnerável, ou seja, com risco de desemprego.

#### **e. Recursos e Fontes de Financiamentos**

Os recursos financeiros devem vir, em parte, do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, a ser repassado através do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, mais especificamente por intermédio do PlanTeQ - Plano Territorial de Qualificação.

O Governo estadual também deve assegurar aporte de recursos orçamentários para a qualificação profissional no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, o que, inclusive, fez no ano de 2003.

Os valores totais estimados para o Programa de Formação, Qualificação e Capacitação de Mão-de-Obra, composto pelos quatro Projetos abaixo orçados, são de R\$ 2,988 milhões, equivalentes a US\$ 1,016 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94 cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (70%), Estado (25%) e Municípios (5%).

O Projeto Qualificação de Gestores Públicos demandará recursos da ordem de R\$ 265 mil, equivalentes a US\$ 90 mil, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (70%), Estado (25%) e Municípios (5%).

O Projeto Qualificação Profissional e Técnica para o Turismo demandará recursos da ordem de R\$ 203 mil, equivalentes a US\$ 69, mil considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (70%), Estado (25%) e Municípios (5%).

O Projeto Formação de Professores e Ampliação do Ensino de Terceiro Grau na Região demandará recursos da ordem de R\$ 1,520 milhão, equivalentes a US\$ 517 mil, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (70%), Estado (25%) e Municípios (5%).

O Projeto Formação e Capacitação para o Trabalho e para a Criação de Pequenos Negócios demandará recursos da ordem de R\$ 1 milhão, equivalentes a US\$ 340 mil, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (70%), Estado (25%) e Municípios (5%).

## **f. Sistema de Gestão**

Deverá ser criada uma coordenação regional para esse Programa, sob a forma de Departamento ou Setor vinculado a Agência de Desenvolvimento Regional, para coordenar as ações de qualificação no âmbito regional bem como o planejamento e acompanhamento das ações de formação e qualificação profissional e estabelecer articulações, parcerias e negociações com vistas a assegurar a eficiência e a eficácia das ações de qualificação, evitando duplicação e superposição de esforços.

A instância concebida para coordenar o Programa deve estar permanentemente articulada com os órgãos encarregados da qualificação profissional na Região, de forma a promover a maximização de resultados e a garantir a eficiência na alocação dos recursos;

Os diferentes níveis de governo, federal, estadual e municipal devem contribuir para viabilizar o Programa de qualificação, seja executando ações de qualificação, no caso de universidades, escolas técnicas, escolas agrícolas, seja disponibilizando salas para a realização dos cursos, nos casos de escolas estaduais e municipais;

Deve-se buscar articulação com as instâncias e organizações da sociedade civil, sindicatos, cooperativas, associações e organizações Não-governamentais para estabelecer parcerias e colaborações na execução e acompanhamento das ações; e

Deve haver o engajamento do Conselho Estadual de Emprego e das Comissões Municipais de Emprego nas ações de qualificação de forma a contribuir para a adequação dessas ações às necessidades do mercado de trabalho.

## **Projeto 1: Qualificação de Gestores Públicos**

### **a. Situação Atual**

A redemocratização ocorrida no Brasil, nos anos, oitenta permitiu o avanço do processo brasileiro de descentralização que foi fortalecido pela Constituição Federal de 1988. Os municípios adquiriram responsabilidades, enquanto entes federativos, como responsabilidades, sobre o planejamento, implementação de políticas públicas e de promoção do desenvolvimento local, o que conferiu, às prefeituras municipais, às câmaras e às organizações da sociedade civil, um papel renovado. Os municípios ganharam responsabilidades novas e ampliaram seus raios de ação, cabendo-lhes legislar em temas de interesse local, prestar serviços públicos, responsabilizar-se pela educação infantil e fundamental, prestar serviços de saúde à população, arrecadar tributos de sua competência, encarregar-se do planejamento, do ordenamento territorial e da proteção do patrimônio histórico-cultural e buscar formas de cooperação e de articulação com as instâncias da sociedade civil.

Antes disso, as administrações municipais dirigiam-se à execução de pequenos investimentos em infra-estrutura física e social, bem como à prestação de alguns serviços de saúde e educação e administração do Fundo de Participação Municipal.

O processo de descentralização acarretou a ampliação das administrações municipais, tanto em termos gerenciais quanto funcionais, mesmo que a descentralização das receitas não tenha sido suficiente para retirar a dependência que muitos municípios ainda conservam em relação ao Fundo de Participação dos Municípios.

Apesar dessas mudanças, um aspecto importante restou sem resolução na maior parte dos municípios, isto é, o despreparo do corpo técnico e funcional de grande parte das administrações municipais para o desempenho das suas novas atribuições. Os aparatos institucionais administrativos dos municípios do Agreste, do Potengi e do Trairi não se diferenciam dessa situação geral de carências e dificuldades nos diferentes aspectos administrativos, financeiros e operacionais da gestão pública municipal.

Os funcionários das prefeituras municipais do Agreste, do Potengi e do Trairi somam, no total, 11.284 (onze mil duzentos e oitenta e quatro), ou seja uma média de 268,7 funcionários por município. Segundo dados do IBGE, para 2003, os funcionários da Região estavam assim distribuídos: 43,1% foram classificados como auxiliar, 49,6% como nível médio e 7,3% como nível superior. Essa classificação apresenta imprecisões, portanto, deve ser observada com ressalvas.

No que se refere ao grau de escolaridade, dos quarenta e dois prefeitos da Região, as informações do IBGE para 2003 são mais precisas. Cerca de 31% dos prefeitos têm o ensino superior completo e 9,5% classificam-se como detendo ensino superior incompleto; 28,5% detêm o ensino médio completo, porém, cerca de 24% dos prefeitos só detêm o

ensino fundamental (completo ou incompleto). Logo, no que se refere à formação dos gestores públicos, há muito que se avançar em termos de formação e, mais ainda, no que se refere à qualificação dos gestores para o desempenho das múltiplas atribuições que estão atualmente sob a responsabilidade das administrações municipais.

O presente Projeto de Qualificação de Gestores Públicos, busca suprir essa lacuna, ou seja, pretende formar gestores com conhecimentos nas áreas estratégicas da gestão municipal e qualificar funcionários que trabalham junto à prestação de serviços sociais. Nesse sentido, precisa dotar os funcionários públicos de noções básicas de economia do setor público, ciência política, administração de pessoas, legislação, entre outros aspectos, capacitando-os para a tomada de decisões planejadas, elaboração e gerenciamento de projetos, orçamentos, entre outros. Busca, também, melhorar a qualificação daqueles funcionários que lidam com o público nas diferentes áreas de atuação social, de forma a capacitá-los a prestar serviços de qualidade. O nível dos cursos e dos diplomas vai depender da escolaridade dos funcionários que serão capacitados e de um estudo de demanda das necessidades das administrações municipais da Região.

## **b. Objetivos do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- formar e qualificar gestores públicos municipais, capacitando-os para desempenhar as atribuições conferidas às administrações municipais a partir da Constituição de 1988;
- promover uma melhoria no grau de escolaridade dos funcionários municipais, incentivando-os a dar continuidade aos estudos, de maneira que aqueles que só tenham o ensino fundamental sejam motivados a ingressar no ensino médio, os que têm nível médio venham a cursar o ensino superior e assim sucessivamente;
- proporcionar cursos de qualificação nas áreas estratégicas da gestão pública, tais como: planejamento, economia do setor público, finanças, administração de pessoas entre outros;
- proporcionar qualificação e treinamentos específicos para os funcionários que prestam serviços diretos à população e atuam em programas de interesse social, com vistas a permitir um melhor atendimento ao público e a prestação de serviços de qualidade;
- contribuir, nos cursos de qualificação profissional, para a formação integral do cidadão, de forma a contemplar, nesses cursos, conteúdos dirigidos à conscientização ambiental, à ética, à história e à cultura de um modo geral.

## **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- identificar as áreas de atuação mais deficientes em termos de pessoal qualificado nas administrações municipais, para priorizar cursos que venham a suprir as principais deficiências dessas administrações;

- mapear os órgãos e unidades de atuação das administrações municipais e o nível de escolaridade e de qualificação e treinamento do pessoal neles alocados, com vistas a subsidiar a organização dos cursos;
- estabelecer uma coordenação com vistas à articulação, à organização e à atuação conjunta dos municípios em relação à qualificação profissional, inclusive sob a forma de consórcios de municípios, conforme orientação do Plano Nacional de Qualificação - PNQ do Ministério do Trabalho e do Emprego; e
- buscar o engajamento permanente das administrações municipais na sensibilização e motivação dos seus funcionários para a importância da qualificação profissional enquanto processo de aperfeiçoamento pessoal e cidadão.

## **Projeto 2: Qualificação Profissional e Técnica para o Turismo**

### **a. Situação Atual**

O turismo tem se expandido de forma acentuada no mundo inteiro, principalmente em países que contam com áreas de grande beleza paisagística e arquitetônica. O desenvolvimento do turismo é capaz de proporcionar benefícios amplos e diversificados como a dinamização da economia e do fluxo de divisas, a geração de postos de trabalho e de ocupações, a redução das desigualdades regionais em razão dos destinos e recursos turísticos estarem distribuídos por todo o território nacional, mas, também pode ter efeitos nefastos, como a degradação do patrimônio ambiental, cultural e natural, o comprometimento da qualidade de vida, a concentração de renda, a prostituição infanto-juvenil, entre outros aspectos.

Segundo o Plano Nacional do Turismo, 2003-2007, do Ministério do Turismo, a prática do turismo deve ser pautada por padrões éticos do Código Mundial de Ética no Turismo da Organização Mundial do Turismo e pela sustentabilidade das ações. Destacam-se, no documento, os seguintes objetivos gerais: *desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais e estimular e facilitar o consumo do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional.*

Os objetivos específicos constantes do citado documento foram os seguintes: *dar qualidade ao produto turístico, diversificar a oferta turística, estruturar os destinos turísticos, ampliar e qualificar o mercado de trabalho, aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional, ampliar o consumo do produto turístico no mercado nacional, aumentar a taxa de permanência e o gasto médio do turista.*

O alcance dos objetivos acima implica a adoção de uma estratégia eficaz e articulada de formação, qualificação e treinamento para o turismo. É nesse aspecto, que o Projeto de Qualificação Profissional e Técnica para o Turismo, pretende atuar.

A Região apresenta baixa exploração turística e tem potencialidades inexploradas, todavia, é propícia à prática da interiorização do turismo, ainda pouco desenvolvida no Nordeste brasileiro e no Rio Grande do Norte em particular, que se expressa no desenvolvimento do turismo ecológico e cultural, bem como no turismo de experiências

(vivências), assim como no agroturismo. Segundo PORTUGUEZ<sup>12</sup> (1999), *o agroturismo por sua vez pode ser entendido como a modalidade de turismo em espaço rural praticada dentro das propriedades, de modo que o turista e/ ou o excursionista entra, mesmo que por curto período de tempo, em contato com a atmosfera da vida na fazenda, integrando-se de alguma forma aos hábitos locais.*

A Região dispõe de belezas paisagísticas como as diversas serras com suas paisagens e clima ameno, pedras com desenhos rupestres, trilhas que permitem a contemplação da natureza, capelas e edificações sob a forma de castelos, construídos com base em graças alcançadas, demonstrando a religiosidade de seu povo, a barragem de Santa Cruz, danças, folclore, procissões, festas populares e manifestações artísticas de diversos tipos. Por tratar-se de uma Região interiorana, foge do circuito do turismo sol e mar, e, portanto, não dispõe de mão-de-obra qualificada para fazer face a uma possível e desejável exploração turística. Isso pode constituir uma vantagem na medida em que permite que haja o planejamento eficaz da interiorização do turismo na Região e a formação e qualificação de recursos humanos direcionados para as áreas mais necessárias em cada localidade de desenvolvimento turístico.

O planejamento, se bem conduzido, pode propiciar um diferencial desde a estruturação da infra-estrutura de apoio à exploração turística, como também a produção e divulgação do produto turístico sob a forma de folhetos, impressos, e até a formação de mão-de-obra para atuar nos diversos estabelecimentos, tais como pousadas, restaurantes, bares, espaços culturais e artísticos, em setores como culinária, artesanato, dentre outros, de forma a propiciar, ao turista, produtos e serviços de qualidade. O setor destaca-se devido à sua grande capacidade de geração de empregos diretos e indiretos, o que torna o investimento na formação de recursos humanos uma necessidade.

## **b. Objetivos do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- formar e qualificar mão-de-obra para atuar nas diferentes modalidades de produtos e serviços turísticos em âmbito regional;
- desenvolver a profissionalização de técnicos que atuam junto ao poder público e a iniciativa privada na gestão e operacionalização de programas e projetos turísticos;
- capacitar pessoas para prestar serviços turísticos de qualidade, desde a recepção em hotéis pousadas, restaurantes e bares, até os serviços de visitas guiadas, informações para o turista, deslocamentos, entre outros; e
- realizar capacitação e treinamento com vistas a proporcionar, ao turista, produtos de qualidade com certificação, quando possível. Isso abrange um amplo elenco de produtos que alcança desde a culinária até o artesanato.

---

<sup>12</sup> PORTUGUÊS, Anderson Pereira. Agroturismo e Desenvolvimento Regional. São Paulo: Editora Hucitec. 1999.

## **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- promover uma articulação junto aos poderes públicos municipais e estadual para realizar treinamento de profissionais de órgãos públicos e privados engajados no planejamento e no gerenciamento do turismo por sub-região, de forma a contemplar ações para grupos de municípios com produtos turísticos semelhantes;
- realizar um levantamento dos recursos humanos alocados e a alocar dos principais estabelecimentos (pousadas, restaurantes, bares e estabelecimentos comerciais), com vistas a organizar cursos para pessoas com graus diferentes de escolaridade, objetivando a prestação de serviços de qualidade nas suas respectivas funções;
- treinar pessoas para ocupar novos postos de trabalho nas novas instalações e equipamentos a serem implantados na Região antes do seu funcionamento efetivo; e
- realizar e disseminar, junto aos estabelecimentos existentes, cursos para o desenvolvimento de produtos de qualidade, de forma a permitir uma circulação ampla dos produtos fabricados na Região, de forma artesanal ou mesmo contando com algum grau de mecanização.

## **Projeto 3: Formação de Professores e Ampliação do Ensino de Terceiro Grau na Região**

### **a. Situação Atual**

O mundo do trabalho tem pressionado por maior escolaridade da força de trabalho, sendo a educação superior um requisito mínimo para aqueles que almejam ascender aos postos mais especializados. Para esses postos, exige-se, cada vez mais, conhecimentos e competências, levando os profissionais a buscar graus mais elevados de formação em nível de pós-graduação.

O ensino superior teve um crescimento surpreendente no Brasil, a partir de meados dos anos noventa. O número de matrículas quase duplicou entre 1995 e 2002, passando de 1.760 milhão de matrículas, em 1995, para 3.480 milhões em 2002. A maior parte desse crescimento foi assegurado pelas instituições de ensino superior privadas, que já mobilizavam cerca de 70% das matrículas no ensino superior no país. No ano de 2002, concluíram o ensino superior 466,3 milhões de alunos em todo o país.

Há uma distribuição desigual das instituições de ensino superior no país: a Região sudeste concentra mais da metade (51%) das 1.637 instituições existentes em 2002, 90,8% privadas; isso se deve a capacidade de pagamento ser mais elevada nessa Região.

Surpreende, todavia, a desigualdade na escolaridade da população brasileira. Em estados pobres como o Rio Grande do Norte, apenas 4,5% das pessoas de dez anos e mais de idade têm curso superior, enquanto, na Região, menos de 1% (0,8) das pessoas de dez anos e mais de idade têm formação de nível superior.

Quando se observa a população que tem entre 9 e 11 anos de escolaridade, o que

corresponde ao ensino básico de nível médio, 17,1% da população de dez anos e mais do Estado do Rio Grande do Norte acham-se nessa faixa, enquanto, na Região, a porcentagem dessa população situada nessa faixa é de 10%.

Neste contexto vale ressaltar, a gravidade da situação em relação à formação de professores. Embora modificações na legislação tenham desde 1996 buscado assegurar que todos os professores tenham formação de nível superior, a situação da Região é muito deficiente quanto a esse aspecto, visto que a formação dos seus professores é insuficiente para um ensino de qualidade.

No que se refere aos professores do ensino fundamental, em 2002, do total de 4.138 professores do ensino fundamental na Região, apenas 15,5% tinham curso superior e 80% dispunham apenas do ensino médio com magistério. No Estado do Rio Grande do Norte, 40% dos professores do ensino fundamental, em 2002, tinham curso superior.

Quanto aos professores do ensino médio, dos 538 professores do ensino médio na Região, 62% tinham curso superior, ou seja, 38% ministravam aula no ensino médio dispondo, somente, do ensino médio enquanto formação. No Estado do Rio Grande do Norte, 80% do total de professores do ensino médio tinham formação superior. A defasagem da Região em relação ao Estado persiste.

## **b. Objetivos do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- proporcionar formação de nível superior para os professores da rede estadual, municipal e particular e ampliar o número de pessoas com curso superior na Região;
- melhorar a formação dos professores da Região de todos os níveis de ensino, com vistas a contribuir para a qualidade do ensino;
- desenvolver, junto aos professores, métodos e técnicas de ensino inovadoras, incorporando novos recursos tecnológicos, de forma a tornar a atividade de ensino mais interessante para o alunado;
- incorporar, nos currículos, conteúdos programáticos relativos à cultura local, incentivando o resgate cultural da Região através da pesquisa e do ensino;
- incentivar a disseminação de hábitos de leitura junto aos professores da rede estadual e municipal de ensino mediante a facilitação do acesso à bibliografia;
- contribuir para elevar a escolaridade média da população mediante o incentivo ao acesso à formação de nível superior; e
- dotar a população de melhor nível de formação, com vistas à ocupação de cargos mais especializados, portanto com maior nível de exigência quanto à escolaridade.

## **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- buscar a articulação das entidades responsáveis pela formação de professores, como

universidades e instituições de ensino superior públicas e particulares, para, num esforço conjunto, formar professores e outros profissionais de nível superior;

- promover formas alternativas de **ampliação** do ensino superior mediante o ensino à distância e cursos superiores presenciais e semipresenciais. A Universidade Federal do Rio Grande do Norte já começou a **oferecer o ensino à distância em nível superior**, para os cursos de matemática e química, **podendo encampar outras formações**;
- **ampliar a abrangência do Programa de Formação Básica de Professores (PROBÁSICA)**, convênio firmado entre a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a Secretaria de Educação do Estado com prefeituras de noventa municípios do Rio Grande do Norte para formar professores;
- estabelecer contatos entre a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a Secretaria Estadual de Educação e dos Desportos e as secretarias municipais de educação para, numa ação articulada, motivar os professores a dar prosseguimento continuado aos estudos, de forma a galgar níveis mais elevados de formação. Aqueles que detêm o ensino médio devem receber incentivos para prosseguir uma formação de nível superior;
- incentivar a prática de pesquisa para que os professores conheçam, em profundidade, a realidade social, com vistas a incorporá-la aos conteúdos programáticos dos seus cursos;

## **Projeto 4: Formação e Capacitação para o Trabalho e para a Criação de Pequenos Negócios**

### **a. Situação Atual**

As transformações advindas das mudanças e inovações tecnológicas repercutiram nas organizações e na gestão das empresas e, conseqüentemente, nas relações de trabalho que lhes dão suporte. Há uma conscientização crescente da população sobre a importância da formação escolar e profissional como requisitos necessários para fazer face às exigências do mundo do trabalho, independentemente da posição do indivíduo enquanto empregador, empregado ou trabalhador autônomo. A valorização do conhecimento na chamada “Era da Informação” lança a necessidade da aprendizagem contínua, logo, de uma educação permanente, tanto daqueles que estão fora do mercado de trabalho e almejam nele se inserir como daqueles que estão no mercado e se preocupam em nele permanecer e, ainda, dos que se encontram na posição de empregadores ou de empreendedores.

A educação profissional no Brasil contou, na sua estruturação, com um sistema organizado e gerido por sindicatos patronais – “Sistema S”, iniciado pelo SENAI (1942) e SENAC (1943), aos quais vieram se juntar o SEBRAE, o SENAR e o SESI entre outros. Instituições como o CEFET tem se dedicado à educação profissional no país, abrangendo níveis de formação diferenciada de nível médio, superior e de pós-graduação. O apoio ao empreendedorismo começou a despontar, no país, em iniciativas de instituições como a CNI e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), SEBRAE e BNDES, entre outras

Há uma tendência, presente no mundo inteiro, à participação crescente das pequenas empresas no mundo dos negócios. Porém, muitas empresas vão a falência no início de

suas atividades, ou seja, as taxas de mortalidade das pequenas empresas são muito elevadas. Há um desconhecimento acentuado do funcionamento e gerenciamento de pequenos empreendimentos, onde muitos pequenos empreendedores desconhecem instrumentos como Plano de Negócios.

Muitas nações incentivaram a emergência e a consolidação da cultura do empreendedorismo. A dinamização de áreas economicamente deprimidas mediante a proliferação de pequenos empreendimentos, os quais se constituem, em alguns casos elos, de uma cadeia de produção com efeitos multiplicadores em termos de geração de empregos e de abertura de novas oportunidades de investimentos que vêm chamando a atenção de estudiosos e pesquisadores. Fala-se, inclusive, da vocação de algumas regiões do mundo para o empreendedorismo e para a cultura do empreendedor.

A definição do empreendedor, segundo Dolabela<sup>13</sup> (1999), foi influenciada por duas principais correntes: os economistas, que associaram o empreendedor à inovação e os comportamentalistas, cuja ênfase do empreendedor recai sobre as atitudes, como criatividade e intuição. O citado autor ressalta a concepção de Jean Baptiste Say, que via, no empreendedor, alguém que inova e é agente de mudanças, aceção também adotada por Schumpeter que expandiu a difusão do conceito. Dolabela (1999, p. 43) utiliza a palavra empreendedor *para designar principalmente as atividades de quem se dedica à geração de riquezas, seja na transformação de conhecimento em produtos ou serviços, na geração do próprio conhecimento ou na inovação em áreas como marketing, produção, organização etc.*

Alguns empreendimentos têm despontado na Região, como é o caso do agro-negócio, das indústrias processadoras de alimentos que utilizam a mandioca e frutas como a castanha de caju. O maior destaque, todavia, se dá no setor de confecções e vestuário, que tem se mostrado capaz de dinamizar outros setores e que já conta com mão-de-obra que se diferencia por dispor de competências e habilidades. A proposta do Governo do Estado de implantar Centros de Vocação Tecnológica em todo o estado, por exemplo, pode vir a constituir um vetor de desenvolvimento de processos de capacitação em áreas específicas e de desenvolvimento de produtos com certificação de qualidade.

O presente Projeto busca formar e capacitar para o trabalho e para a criação de pequenos empreendimentos, visando promover a dinamização dos setores que já começam a despontar e a se consolidar como tendências, bem como o surgimento de outros.

## **b. Objetivos do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- capacitar pessoas para o trabalho e para a criação de pequenos negócios auto-sustentáveis;
- favorecer a formação e a qualificação para o trabalho, prioritariamente numa primeira etapa, de segmentos de trabalhadores em situação desfavorável, tais como: desempregados, jovens em busca do primeiro emprego, portadores de deficiência, mulheres

---

<sup>13</sup> DOLABELA, Fernando. Oficina do empreendedor. São Paulo: Cultura Editores Associados. 1999.

chefes de família, entre outros;

- implantar incubadoras de trabalho com vistas a propiciar, aos educandos, conscientização e conhecimentos necessários para empreendimentos de caráter comunitário, associativo e solidário;
- propiciar a implantação de incubadoras de empresas dirigidas para a averiguação e o acompanhamento das possibilidades de êxito dos empreendimentos de pequenos negócios em áreas específicas; e
- realizar cursos para subsidiar a montagem de estudos preparatórios, planos de negócios, operacionalização e acompanhamento de pequenos empreendimentos em suas diversas fases.

### **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- mapear as atividades produtivas que possam ser reunidas e incentivadas mediante incubadoras de trabalho ou de empresas;
- promover uma ampla articulação com as instituições do “Sistema S” de forma a estabelecer e fortalecer parcerias entre essas instituições e o órgão regional para agilizar e dinamizar a oferta de cursos na Região;
- estabelecer negociação junto ao Governo do Estado para apoiar a implantação de Centro de Vocação Tecnológica na Região, na área têxtil e de confecções, com vistas a permitir o aperfeiçoamento de produtos e processos para dinamização do setor;
- promover a articulação com órgãos como o SEBRAE, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), FINEP, entre outros, para a implantação de incubadoras de trabalho e de empresas na Região;
- manter articulações com o SEBRAE com vistas a ampliar a oferta de cursos de capacitação voltados para o empreendedorismo; e
- apoiar a realização de pesquisas para estudos de micro e pequenas empresas situadas na Região, visando à identificação de problemas e a busca de soluções para as falhas e deficiências encontradas.

## **PROGRAMA 3: DE INCENTIVO À OCUPAÇÃO E RENDA**

### **a. Situação Atual**

A situação ocupacional da mão-de-obra na Região pode ser apreendida a partir da evolução do emprego por setores econômicos, bem como pela posição na ocupação.

Em 2000, a população ocupada na Região era de, aproximadamente, 107.000 pessoas. A agropecuária foi o setor que absorveu maior contingente de mão-de-obra, com cerca de 47,7% do total de pessoal ocupado, equivalente a 51.200 pessoas. Em 1991, o peso da agropecuária era ligeiramente maior, alcançando cerca de 52,2%, isto é, 52.600

pessoas. A indústria apresentou patamares baixos, 13% do pessoal ocupado em 2000, sendo um pouco menor em 1991, aproximadamente 10%. Os serviços absorveram, em 2000, 40,2% do pessoal ocupado; sua participação era, em 1991, de 37,7% do pessoal ocupado (IBGE, Censos Demográficos, 1991; 2000).

Se for estabelecida uma comparação entre o Estado do Rio Grande do Norte e a Região no ano de 2000, percebe-se que a Região, é mais concentrada na atividade agropecuária que o Estado, pois, neste último, apenas  $\frac{1}{4}$  da mão-de-obra estadual se dedicava às atividades agropecuárias. A indústria da Região era ainda mais incipiente que a indústria do Rio Grande do Norte, neste caso, correspondente a 17% da população ocupada. Os serviços na Região eram menos representativos que no Estado, onde este setor absorveu 60,4% da população ocupada. Isso se deveu ao baixo dinamismo da economia regional, onde o setor serviços vinculou-se, principalmente ao comércio, à administração pública e aos serviços sociais e coletivos.

Quando se observa a posição da População Economicamente Ativa na ocupação, em 2000, destaca-se a categoria dos empregados, que absorveu 43% da população regional ocupada, enquanto, no Rio Grande do Norte os empregados eram ainda em maior número, ou seja, 56% da população ocupada. Todavia, os empregados com carteira assinada totalizaram, apenas, 15,7 na Região e 29% no Estado. Os empregados sem carteira de trabalho assinada somaram 27,2 na Região e 27,30 no Estado. Outra categoria relevante foi a dos trabalhadores por Conta Própria, correspondentes a 19,8% na Região e a 22,1% no Estado. Os trabalhadores por Conta Própria são, em geral, autônomos e pertencem ao setor informal da economia. É muito significativa a categoria de trabalhadores na produção para o próprio consumo, sendo 22,7% na Região e 8,3% no Estado do Rio Grande do Norte. Outra informação relevante é a elevada representação do trabalhador não remunerado que, na Região, alcançou 8,3% do total, enquanto que no Estado, era de 4,3%. O trabalhador doméstico participou com 5,6% do total na Região, enquanto, no Estado, era de 6,9%. Esses dados demonstram a importância do trabalho em condições precárias e informais na Região.

A situação é mais grave no meio rural. Quando se observa o pessoal ocupado na agropecuária (Censo Agropecuário 1995-1996), apreende-se, então a grande participação dos responsáveis e membros da família sem remuneração, onde a unidade familiar é responsável pelo trabalho na agropecuária, embora os familiares não sejam remunerados. Nessa categoria foram classificados 80% do pessoal ocupado na Região e 72,2% no Rio Grande do Norte; em seguida, vêm os trabalhadores agropecuários temporários, com participação de 13,8% na Região e 15,8% no Estado, seguido dos trabalhadores agropecuários de caráter permanente, correspondentes a 4,4% na Região, 7,9% no Estado.

Em municípios pobres como os da Região, o peso das aposentadorias e pensões é muito relevante. Os benefícios concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) alcançaram, na Região, a soma de 54.691 em fevereiro de 2004, atingindo um valor total de R\$ 13,6 milhões de reais, dando um valor médio, por benefício, de R\$ 248,35 (duzentos e quarenta e oito reais e trinta e cinco centavos). O número de benefícios equivale a pouco mais da metade da população ocupada da Região, que era, em 2000, de 107.000 pessoas.

No que se refere à renda da população da Região, verifica-se que a renda *per capita* regional era de R\$ 83,00, em 2000, enquanto a renda *per capita* do Estado, nesse

mesmo ano, foi de R\$ 176,00; assim, a renda *per capita* mensal da Região equivale a 47,2% da renda familiar per capita do Estado do Rio Grande do Norte. Comparada com a renda per capita do Brasil, esse montante equivale a apenas 28% da renda per capita mensal.

Acrescentam-se, à situação acima delineada, problemas como desemprego, de difícil mensuração, mas constantemente ressaltado por ocasião das reuniões municipais. Dessa forma, acredita-se ser pertinente o presente Programa de Incentivo à Ocupação e Renda, o qual é integrado pelos Projetos de Incentivo à Ocupação Profissional de Jovens, Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil e o Projeto de Ampliação e Facilitação do Acesso ao Micro-crédito.

## **b. Objetivos do Programa**

Os objetivos deste Programa são:

- propiciar condições favoráveis de ocupação e renda para a população regional;
- diminuir o desemprego e o trabalho precário na Região;
- fortalecer a intermediação da mão-de-obra, visando facilitar a articulação entre demanda e oferta deste fator;
- fortalecer a capacidade empreendedora na Região, mediante o desenvolvimento de pequenos negócios nas áreas mais promissoras com vistas a aumentar a absorção de mão-de-obra local;
- incentivar o surgimento de micro e pequenas empresas, mediante facilitação do acesso ao micro-crédito, melhores condições de pagamento e redução das exigências e garantias;
- proporcionar incentivos à ocupação de jovens no mercado de trabalho, visando qualificá-los para o exercício de uma profissão e dotá-los de experiência para aumentar suas chances de empregabilidade futura; e
- reduzir a incidência do trabalho infantil com vistas à sua erradicação e garantia do acesso regular e permanente das crianças à escola.

## **c. Metas**

Para o cumprimento dos objetivos acima estabelecidos, este Programa tem como metas:

- atender 1000 jovens no Projeto de Incentivo à Ocupação Profissional de Jovens por intermédio do Programa Primeiro Emprego ou Emprego Cidadão na Região;
- proporcionar trabalho para jovens e adolescentes, através das modalidades trabalho aprendiz, trabalho educativo, estágios e cursos preparatórios, para que os jovens desenvolvam seus próprios negócios;
- ampliar o número de bolsas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, de modo a conservar as 7.790 bolsas existentes e aumentar esse número em 40%, ou seja,

criar mais 3.116 bolsas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e contemplar, com o Programa Agente Jovem, pelo menos mais 37 municípios da Região, já que atualmente somente 5 municípios são atendidos por este Programa;

- implantar, pelo menos, mais dois postos de intermediação de mão-de-obra do SINE, sendo um deles, na cidade de Santa Cruz, visto tratar-se de uma cidade-pólo no âmbito regional, que pode congregiar ações para os municípios circunvizinhos;
- atender a 3.000 pequenos empreendedores, por intermédio do Projeto de Micro-crédito.

#### **d. Diretrizes**

O Programa será executado tomando-se por base as seguintes diretrizes:

- realizar pesquisas junto ao mercado de trabalho, buscando identificar os requisitos necessários para a ocupação dos postos de trabalho disponíveis e as perspectivas de investimentos futuros;
- coordenar e articular, junto a empresários dos setores estratégicos da economia local e junto às instituições de capacitação para, através de estratégias articuladas, favorecer o desenvolvimento de pequenos negócios nos setores que conjuguem potencialidades locais e capacitação/qualificação de mão-de-obra;
- promover uma ampla articulação dos segmentos absorvedores de mão-de-obra com vistas a mobilizá-los, sensibilizá-los e incentivá-los a proporcionar oportunidades de trabalho e renda à população jovem, sob a forma de trabalho educativo, aprendizagem e estágios remunerados, com vistas a aumentar as chances posteriores de contratação dos jovens; e
- articular com o governo do Estado com vistas à expansão dos postos do SINE na Região, para facilitar a intermediação de mão-de-obra e a inserção da Região, em programas de primeiro emprego, a exemplo do Programa Emprego Cidadão.

#### **e. Recursos e Fontes de Financiamentos**

Os instrumentos para operacionalização do Programa envolvem a realização de convênios e parcerias com as seguintes instituições:

- Ministério do Trabalho e do Emprego, Programa Primeiro Emprego. Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS) e Serviço Nacional de Emprego (SINE), Programa Emprego Cidadão e Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT);
- Ministério da Previdência e da Assistência Social e da SETHAS, responsável pelo PETI no Estado do RN;
- Banco do Nordeste do Brasil, através do Programa de Fomento à Geração de Emprego e Renda do Nordeste do Brasil (PROGER);
- SEBRAE, através de dois programas: o Programa SEBRAE de Micro-crédito e o

Programa de Apoio ao Cooperativismo de Crédito; e

- Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) e Programa Desenvolvimento Solidário.

Os valores totais estimados para Programa Incentivo à Ocupação e Renda, composto pelos três Projetos abaixo orçados, são de R\$ 9,647 milhões, equivalentes a US\$ 3,281 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (80%), Estado (10%) e Municípios (10%).

O Projeto Incentivo à Ocupação Profissional de Jovens demandará recursos da ordem de R\$ 715 mil, equivalentes a US\$ 243 mil, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (80%), Estado (10%) e Municípios (10%).

O Projeto Erradicação do Trabalho Infantil, demandará recursos da ordem de R\$ 5,632 milhões, equivalentes a US\$ 1,916 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (80%), Estado (10%) e Municípios (10%).<sup>14</sup>

O Projeto Ampliação e Facilitação do Acesso ao Micro-crédito, demandará recursos da ordem de R\$ 3,300 milhões, equivalentes a US\$ 1,122 milhão, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (80%), Estado (10%) e Municípios (10%).

## **f. Sistema de Gestão**

A Agência de Desenvolvimento Regional deverá coordenar as ações de qualificação no âmbito regional bem como o planejamento e acompanhamento das ações de formação e qualificação profissional e estabelecer articulações, parcerias e negociações, com vistas a assegurar a eficiência e a eficácia das ações de qualificação, evitando duplicação e superposição de esforços.

## **Projeto 1: Incentivo à Ocupação Profissional de Jovens**

### **a. Situação Atual**

O desemprego no Brasil tem crescido de forma surpreendente, atingindo, em outubro de 2003, um patamar de 12,9% (IBGE). Além das altas taxas de desemprego, observa-se no país um elevado crescimento de empregos precários - os sub-remunerados e os sub-ocupados - os primeiros, que se referem aos que recebem menos de um salário mínimo, já eram 12% em outubro de 2003 segundo tabulações de dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE; os sub-ocupados, são aqueles que gostariam de trabalhar quarenta horas semanais, mas trabalham menos em razão do mercado não absorvê-los

---

<sup>14</sup> Neste Projeto aumentar-se-á o número de bolsas em 40%, ou seja, mais 3.116 bolsas e ampliar o Programa Agente Jovem para os 37 municípios que não o dispõem, sendo atualmente atendidos só 5 municípios.

nas quarenta horas regulamentares de trabalho, correspondiam a 4,9% em outubro de 2003.

Nesse contexto de elevado desemprego e precariedade do trabalho, o mercado de trabalho formal está se tornando cada vez mais restrito e de difícil acesso, principalmente para os jovens, aos quais são feitas exigências cada vez maiores, tais como: experiência comprovada e níveis cada vez mais elevados de escolaridade e de habilidades mesmo para ocupar cargos e funções de médio e baixo graus de complexidade.

Por essa razão, o desemprego junto à população jovem tem crescido de forma assustadora no país, já alcançando, entre os jovens de 16 a 24 anos, cerca de 3,5 milhões, ou seja, 45% do total de 7,7 milhões de desempregados no país (Ministério do Trabalho e Emprego).

Essa situação, que já é difícil para a população jovem em geral, torna-se ainda mais grave para os jovens que habitam os pequenos municípios do interior, oriundos de famílias de baixa renda, visto que a estagnação, a depressão ou a falta de dinamismo das atividades econômicas, juntamente com a baixa escolaridade da população e a ausência de instituições públicas de ensino superior na Região, acarretam maior dificuldade para os jovens dessas localidades terem acesso ao mercado de trabalho.

Torna-se, então, imprescindível à mobilização dos poderes públicos com vistas ao desenvolvimento de programas de primeiro emprego na Região. O Programa Primeiro Emprego do Governo Federal (Lei n 10.748, de 22 de Outubro de 2003) busca contribuir para gerar oportunidades de trabalho junto com a escolarização de jovens de idade entre 16 a 24 anos, oriundos de famílias com renda mensal *per capita* inferior a meio salário mínimo. Esse programa consiste em concessão, por parte do Governo Federal, de incentivo financeiro transferido a cada dois meses às empresas, em seis parcelas de R\$ 200,00 para empresas com faturamento de até R\$ 1,2 milhão e seis parcelas de R\$ 100,00 para empresas de faturamento superior. As empresas se comprometem a manter os empregados existentes antes da adesão ao programa, além da absorção dos advindos deste. A carga horária deve ser compatível com a continuidade ou com a retomada dos estudos do jovem durante o ano de duração do programa.

A referida Lei n 10.748, modifica o art. 13 da lei n 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 e regulamenta, ainda, o prestador de serviço voluntário com idade de 16 a 24 anos em seu art. 13, atribuindo, ao prestador de serviço voluntário, o auxílio financeiro de R\$ 150,00 durante seis meses.

O Governo estadual também dispõe de um programa de primeiro emprego chamado Emprego Cidadão, para jovens de 16 a 24 anos, de famílias em situação de pobreza. Durante um ano, o Governo estadual paga o salário mínimo aos jovens, enquanto as empresas devem assumir as despesas com os encargos trabalhistas. Há também o compromisso, por parte das empresas, de não dispensar mão-de-obra durante a vigência do Programa.

Existem no país normas que regularizam o trabalho de adolescente, assegurando seus direitos, tais como: carteira assinada, salário, repouso semanal remunerado, férias, recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, aviso prévio, 13º salário, dentre outros direitos constantes do artigo 7º da Constituição Federal e da legislação trabalhista.

Destacam-se varias modalidades possíveis de ocupação e educação da população jovem regulamentadas por lei, tais como o trabalho na condição de aprendiz, o trabalho educativo e o estágio, possibilidades de inserção no trabalho da população jovem antes de completar os 16 anos de idade.

O trabalho na condição de aprendiz contempla os jovens a partir de 14 anos e trata-se de um contrato de trabalho especial, por prazo determinado, limitado, no máximo, a dois anos. O contrato dá direito à carteira de trabalho assinada, salário mínimo/hora e direitos trabalhistas como o FGTS, que conta com alíquota reduzida de apenas 2%. O contrato deve especificar as atividades teóricas e práticas que integram a formação técnico-profissional. O aprendiz deve cursar a escola, caso não tenha concluído o ensino fundamental. A responsabilidade por ministrar a aprendizagem fica a cargo de instituições do Sistema Nacional de Aprendizagem - SENAI, SENAC, SENAR, SENAT e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). A duração do trabalho é de seis horas diárias, podendo ser ampliada, para oito horas, no caso do aprendiz ter concluído o ensino fundamental e cursar disciplinas teóricas nessas duas horas complementares.

O trabalho educativo objetiva proporcionar ao adolescente nele integrado a aquisição de uma habilidade ou o desenvolvimento de um dom, o qual possa ser utilizado como profissão. Trata-se de atividade de capacitação de caráter pedagógico que busca a formação ampla do adolescente, encontrando-se previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 68. Não se trata propriamente de trabalho, visto que o caráter pedagógico deve prevalecer sobre o aspecto produtivo mesmo que traga algum retorno para o educando. Pode envolver atividades diversificadas tipo música, pintura entre outras.

O Estágio busca complementar o ensino recebido pelo aluno na escola, mediante o desenvolvimento de experiência prática, seja em empresa, seja em órgãos da administração pública. É de responsabilidade de uma instituição de ensino que coordena o estágio garantir que o mesmo cumpra seu papel em termos de fornecer a experiência prática almejada, de forma a que o estagiário desenvolva, no futuro, uma atividade profissional. O estágio se realiza mediante assinatura de termo de compromisso entre a empresa, o ente público e o estudante, tendo, por interveniente, uma instituição de ensino. A carga horária deve ser compatível com as atividades escolares dos alunos, não devendo ultrapassar quatro horas diárias para os estudantes do ensino médio.

## **b. Objetivos do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- incentivar a criação de oportunidades de ocupação e emprego da população jovem de baixa renda, concomitante com a melhoria de sua escolaridade e qualificação para o trabalho;
- mobilizar e sensibilizar o empresariado local a aderir aos Programas de Primeiro Emprego, do Governo Federal e ao Emprego Cidadão do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, com vistas a permitir a inserção, ao mercado de trabalho, do maior número possível de jovens em situação de pobreza;
- divulgar e viabilizar o interesse de empresas, administração pública, organizações

não-governamentais, entre outras instituições, a desenvolver ocupações para adolescentes, beneficiando-se dos dispositivos normativos do trabalhador adolescente nas suas diversas modalidades tais como trabalho aprendiz, trabalho educativo e estágios;

- incentivar o emprego de jovens na administração pública e favorecer o envolvimento deles na resolução de problemas comunitários;
- favorecer a absorção de jovens na modalidade prestador de serviço voluntário, com vistas a proporcionar-lhes responsabilidade social enquanto cidadãos e engajamento efetivo na solução de problemas comunitários; e
- desenvolver a capacidade empreendedora dos jovens para criar pequenos negócios, mediante cursos preparatórios, orientações e assistência técnica sob a forma de cooperativas e associações e facilitação do micro-crédito.

### **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- incentivar, acompanhar e avaliar a absorção de jovens no mercado de trabalho sob as diferentes formas e modalidades disponíveis;
- cadastrar os jovens egressos dos Programas Primeiro Emprego ou outra modalidade para que os mesmos tenham outras oportunidades de dar continuidade à formação escolar e profissional para o trabalho;
- reivindicar, as instituições formadoras/capacitadoras, a realização de cursos voltados para o desenvolvimento do caráter empreendedor de jovens cujas habilidades permitam o desenvolvimento dos seus próprios negócios; e
- realizar palestras e divulgação de material educativo, com vistas a orientar os jovens para prosseguimento dos estudos, estimulando aqueles de melhor desempenho escolar com vagas de estágios em órgãos públicos.

## **Projeto 2: Erradicação do Trabalho Infantil**

### **a. Situação Atual**

O trabalho infantil tem sido percebido como um problema de extrema gravidade e tem sido combatido mediante a ação de um conjunto de órgãos de caráter internacional e nacional. Embora o Brasil tenha apresentado uma redução do problema, o contingente de crianças que exerce atividades laborais é ainda muito elevado. Os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) indicam que aproximadamente 6,3 milhões de crianças e adolescentes, com idade entre 10 e 17 anos, trabalham no Brasil. Esse número pode ser maior visto que o trabalho infantil doméstico é de difícil fiscalização e alcança, também, crianças entre 5 a 9 anos de idade, grande parte delas do sexo feminino.

O trabalho infanto-juvenil desenvolve-se principalmente, junto às crianças de famílias de baixo rendimento, com menos da metade do salário mínimo, e apresentam, em geral, uma jornada de trabalho ampliada. Os rendimentos do trabalho infantil são

muito inferiores ao salário mínimo. O trabalho precoce afasta as crianças da escola e as impede do acesso à escolaridade, tornando-as, em geral, adultos sem formação escolar, aumentando o ciclo do analfabetismo e destituídos de qualificação e de formação profissional.

O Ministério Público do Trabalho e as Delegacias Regionais do Trabalho - DTRs, assim como alguns programas governamentais, destinam-se a combater o trabalho infantil, a exemplo do PETI e do Bolsa Escola.

O PETI é um programa do governo federal destinado às famílias carentes que recebem até meio salário mínimo. As famílias que se comprometerem a retirar a criança do trabalho degradante e matriculá-la, na escola recebem uma bolsa de R\$ 25,00 por criança na área rural, e R\$ 40,00 por criança na área urbana. Em fevereiro de 2004, o PETI atendeu, em todo o Estado do Rio Grande do Norte, 39.187 famílias, cujo valor das bolsas somaram R\$ 1.787.065,00. A Região formada pelo Agreste, Potengi e Trairi teve 7.790 famílias atendidas pelo PETI, mobilizando recursos da ordem de R\$ 344.050,00, isso significa que a Região captou cerca de 19% das bolsas do Estado.

Em estudos realizados pela Delegacia Regional do Trabalho e Emprego (DRTE), no Núcleo de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (NUCA), identificou-se no documento do IDEMA "Crianças e Adolescentes no Rio Grande do Norte", de dezembro de 1999, que dezenove dos quarenta e dois municípios dessa Zona Homogênea desenvolvem atividades que podem comprometer a saúde das crianças nelas envolvidas. Os municípios da Região onde foram identificados trabalho infantil estão a seguir listados: Bento Fernandes, Bom Jesus, Brejinho, Espírito Santo, Ielmo Marinho, Lagoa d'Anta, Montanhas, Monte Alegre, Nova Cruz, Passa e Fica, Passagem, Pedro Velho, Riachuelo, Santo Antônio, São Paulo do Potengi, Serrinha, Tangará, Várzea e Vera Cruz. O trabalho nas casas de farinha foi à atividade de maior incidência na Região. Outras atividades que empregam crianças na Região e podem ser perigosas devido aos riscos de acidentes de trabalho são as atividades canavieiras, as pedreiras, o trabalho com a fibra do sisal e com fogos de artifício.

Um grave problema a ser enfrentado refere-se aos egressos do PETI, ou seja, os adolescentes entre 15 a 17 anos. Programas têm sido desenvolvidos para dar assistência a esses jovens como o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, que busca capacitar, para o mundo do trabalho jovens, de famílias carentes, com renda *per capita* de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo ou menos, para atuar nas suas comunidades em áreas de saúde, cultura, meio ambiente e cidadania, esporte e turismo. Esse Programa atendeu, em fevereiro de 2004, em todo o Estado do Rio Grande do Norte, apenas 2.350 famílias, com recursos da ordem de R\$ 195.833,33. A Região teve apenas 125 famílias atendidas pelo programa, que mobilizou somente R\$ 10.415,00, o equivalente a apenas 5% do total do Estado.

A legislação trabalhista brasileira prevê normas para o trabalho de adolescentes com vistas a regularizar essa atividade e garantir o respeito aos direitos trabalhistas. Esse aspecto foi objeto de análise do Projeto de Incentivo à Ocupação Profissional de Jovens.

## **b. Objetivos do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- combater o trabalho infanto-juvenil, visando sua erradicação, e favorecer o acesso e a permanência dessas crianças e adolescentes na escola;
- incentivar a formação escolar e a continuidade dos estudos de crianças e adolescentes retirando-as das atividades laborais mediante um incentivo financeiro às suas famílias;
- promover o envolvimento mais efetivo das crianças e adolescentes em atividades culturais, esportivas e recreativas, nos intervalos dos cursos regulares, com vistas a contribuir para sua formação integral e cidadã; e
- contribuir para uma maior integração de crianças e jovens nas suas comunidades de origem, mediante aumento das suas responsabilidades sociais.

## **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- constituir uma coordenação regional para a erradicação do trabalho infanto-juvenil, de forma a maximizar esforços e facilitar a articulação com instâncias de ordem federal, estadual e municipal;
- envolver e articular os órgãos públicos e privados, as organizações da sociedade civil e as organizações não-governamentais que se dedicam à erradicação do trabalho infanto-juvenil para uma atuação conjunta, no sentido de identificação dos focos do problema, aplicação de medidas com vistas a seu equacionamento, monitoramento e avaliação das medidas empreendidas;
- incentivar a permanência de crianças e jovens na escola, mediante a concessão de bolsa -PETI e/ou bolsa escola às famílias com maior vulnerabilidade financeira;
- acompanhar os egressos do PETI, de forma a assegurar a permanência dos mesmos nas escolas e direcioná-los para programas de capacitação e treinamento;
- garantir o financiamento do Projeto junto ao governo federal, com o apoio do governo estadual e dos governos municipais, de forma a envolver e comprometer as três instâncias no combate ao problema e na aplicação de processos visando solucioná-lo; e
- articular as instituições de formação existentes em âmbito federal (universidade e escolas técnicas), estaduais (universidade) e municipais (associações e organizações não-governamentais) para realização de cursos de capacitação, com vistas a permitir o avanço da escolaridade da população jovem.

## **Projeto 3: Ampliação e Facilitação do Acesso ao Micro-crédito**

### **a. Situação Atual**

Muitos são os pequenos empreendimentos que têm despontado em todo o Brasil. Alguns têm chamado a atenção em razão do caráter criativo e inovador de certas iniciativas,

sejam individuais ou coletivas, a exemplo do reaproveitamento e reciclagem de materiais, os quais ganham novos usos e contribuem para a preservação e o equilíbrio ambiental.

A capacidade empreendedora de cidadãos tem sido organizada sob diferentes modalidades de pequenos empreendimentos, muitos sob a forma de associações e cooperativas, possibilitando o aproveitamento dos recursos disponíveis nas localidades, habilidades e capacidades já existentes. Porém, o problema que se impõe é que os recursos financeiros para concretização de empreendimentos de baixo custo inexistem no mercado formal ou tornam-se inacessíveis, seja pela situação financeira e patrimonial dos interessados, seja pelas condições onerosas do custo desses recursos via instituições formais de crédito.

O micro-crédito, desde seu surgimento na Índia nos anos setenta, tem sido amplamente utilizado no mundo todo para facilitar a emergência de atividades produtivas para as camadas da população de baixa renda. É nesse sentido que tem sido adotado no Brasil. Para o SEBRAE, o micro-crédito é uma modalidade de financiamento que busca permitir o acesso dos pequenos empreendedores ao crédito. Utiliza-se de metodologia própria voltada ao perfil e às necessidades dos empreendedores, estimulando as atividades produtivas das populações mais carentes, gerando assim, ocupação, emprego e renda.

Diversos órgãos oficiais como o SEBRAE e o BNDES, dispõem de programas de micro-crédito. Todavia, as condições de financiamento variam e nem sempre são adaptadas à capacidade de pagamento dos micro-empreendedores ou trabalhadores do setor informal. O SEBRAE, por exemplo, dispõe do Programa de Apoio ao Cooperativismo de Crédito, cujo objetivo é a implantação, fortalecimento e expansão dessas cooperativas. Elas prestam serviços que contemplam, desde financiamentos a investimentos, até aplicações para os associados, não visam lucros e precisam obter remuneração que permita quitar suas contas.

Facilitar o acesso ao micro-crédito pode constituir um grande incentivo à dinamização dos pequenos empreendimentos. Faz-se necessário, no entanto, que o pequeno empreendedor tenha taxas mais baixas que as existentes no mercado formal, bem como condições favoráveis de reembolso no que se refere ao custo financeiro e às garantias de pagamento dos empréstimos.

## **b. Objetivos do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- proporcionar, à população de baixa renda, acesso facilitado ao crédito para implantar, desenvolver e dinamizar atividades produtivas;
- permitir a inclusão social produtiva e cidadã de indivíduos e organizações sociais no sistema produtivo;
- oferecer condições de financiamento favoráveis a empreendedores que apresentem idéias criativas e viáveis capazes de dinamizar o meio econômico e social;
- reduzir os processos burocráticos e as garantias de empréstimos de forma a permitir o acesso ao crédito a uma faixa mais larga de empreendedores; e
- favorecer empreendimentos que apresentem compatibilidade com outros da cadeia produtiva, de forma a possibilitar maior integração e articulação setorial.

## c. Linhas de Ação

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- mapear e cadastrar as pessoas interessadas em obter micro-crédito, para identificar os beneficiários, o volume de empréstimos pretendidos, os tipos de negócios a serem apoiados, as garantias de empréstimos possíveis e o tipo de crédito almejado, capital fixo e capital de giro;
- identificar e mobilizar organizações e cooperativas com condições de oferecer micro-crédito sob modalidades facilitadas de financiamento, à população de baixa renda;
- articular, junto com as administrações municipais, a criação de uma instituição que possa constituir uma referência regional para a concessão de micro-crédito na Região tipo, Banco do Povo; e
- estabelecer um planejamento para as ações e investimentos que devem ser priorizados no âmbito do micro-crédito, bem como uma estrutura de apoio técnico para orientação, acompanhamento e avaliação dos novos negócios.

## PROGRAMA 4: REDUÇÃO DA POBREZA

### a. Situação Atual

Com uma população registrada, em 2000, de aproximadamente 364,5 mil pessoas, a Região alcança um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,62, menor que o do Rio Grande do Norte, que é de 0,71. Tal índice, relativo aos municípios da Região está associado ao baixo nível de renda e à grande dimensão da pobreza disseminada em todos os municípios. De fato, quando se examina a renda domiciliar, por habitante, da Região, constata-se que, em 2000, cerca de 45,3% das pessoas viviam com a renda que se situava abaixo de  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo, o que indica um reduzido acesso aos bens e serviços básicos.

É importante considerar que este quadro de pobreza é agravado com as desigualdades que existem, na Região, entre os níveis de renda da população. De fato, não obstante o reduzido nível de renda - o produto *per capita* da Região, em seu conjunto, alcança, aproximadamente, 36% do produto *per capita* do Rio Grande do Norte que corresponde à metade do produto por habitante do Brasil - o índice de Gini, que mede as desigualdades de renda (e que, quanto mais se aproxima da unidade mais desigual é a renda), alcança a marca de 0,63, valor próximo ao do Rio Grande do Norte e do Brasil. Além disso, os 10% mais ricos da população local se apropriavam, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, em 2000, de 43,9% do total da renda gerada.

Com base nessas informações, pode-se estimar, levando em conta que a população da Região alcança, em 2004, cerca de 389,7 mil, que aproximadamente 156 mil - admitindo-se que 40% da população no referido ano (e não 45,3%, em 2000) - tenham nível de renda domiciliar *per capita* abaixo de  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo. Esta é a população que deve se constituir o alvo principal das ações voltadas para a pobreza.

Além disso, é importante ressaltar que, com base nas informações estatísticas disponíveis e nas informações obtidas nas oficinas municipais e sub-regionais existem parcelas significativas da população em situação de risco que necessitam ser atendidas ou monitoradas.

Neste caso, vale o destaque para vários contingentes alcançados por algumas formas de vulnerabilidade: a população do sexo feminino entre 15 e 17 anos com filhos; pessoas com 65 anos ou mais de idade morando sozinhas; mulheres, chefes de famílias, com filhos menores de 15 anos e parcela da população vítima do alcoolismo e drogas ou prostituição infanto-juvenil.

Vale o destaque para o fato de que a incidência, tanto da pobreza quanto de situações de vulnerabilidade, sob as mais diversas formas, ocorre de modo diferenciado nos municípios que compreendem a Região. Isto significa que as ações que devem ser desenvolvidas no sentido de atender tais contingentes devem ter, como prioridade, aqueles municípios nos quais ocorrem a maior incidência ou da pobreza ou da presença das populações em condições de risco e vulnerabilidade.

Um outro aspecto da maior relevância, a ser considerado no Programa, diz respeito ao fato de que tanto no nível federal, como estadual e, por vezes, no municipal, há duplicidade de programas e projetos com a finalidade de transferir renda e assistir socialmente aos contingentes mais vulneráveis da população local. Tendo em vista isto, é da maior importância que as ações que venham a ser implantadas nesta direção sejam baseadas em um inventário rigoroso dos Programas e Projetos em curso ou previstos para o horizonte do plano, de modo a evitar a duplicação de ações e garantir maior eficácia e efetividade no combate à pobreza e vulnerabilidade dos contingentes da população. Neste particular, não se pode deixar de passar a oportunidade de, em nível regional, promover a articulação e integração de Programas e Projetos que, da forma fragmentária e desarticulada com que costumam ser realizados, induzem, em geral, ao desperdício de esforços e recursos governamentais.

Esta presença de ações governamentais já é bem perceptível nas informações levantadas no diagnóstico, quando se assinalou que parte importante da renda familiar e do dinamismo ocorrido, recentemente, no aumento da renda da Região deveu-se às transferências governamentais, sob a forma de aposentadorias ou transferências oriundas dos programas governamentais. De fato, os dados apresentados referentes a 2000 assinalavam que a renda familiar total das pessoas da Região cerca de  $\frac{1}{4}$  (ou, mais exatamente, 24,6%) era proveniente de transferências governamentais, no sentido anteriormente apresentado. Ademais, tal parcela de renda, como se assinalou no diagnóstico, expandiu-se mais intensamente que a parcela da renda proveniente do trabalho.

Nas oficinas municipais, parte importante dos problemas assinalados está associada ao desemprego e, em decorrência, à ausência de geração de renda que possibilitasse, à população da Região, o atendimento das necessidades básicas da população. Isto significa dizer que, simultaneamente, com o desenvolvimento da atividade produtiva através dos programas econômicos e, sobretudo, até que o dinamismo da economia seja suficientemente intenso para gerar oportunidade de emprego e renda para maior parcela da população em idade de trabalhar, é da maior relevância prestar assistência aos contingentes mais vulneráveis à situação de pobreza ou outras formas de risco. Em consequência, a coordenação de ações ou esforços voltadas para esta faixa da população,

no presente momento e no futuro imediato, representa, certamente, uma das maiores prioridades neste Plano de Desenvolvimento Sustentável.

O Programa voltado para a redução da pobreza tem, como objetivo, o aumento das transferências governamentais direcionadas para a população em situação de indigência e pobreza e o desenvolvimento de ações específicas para populações submetidas a condições de vulnerabilidade.

Este Programa, em razão das questões diferentes anteriormente abordadas, desdobra-se em dois Projetos. De um lado, o Projeto de Transferências Governamentais, que tem como finalidade promover a articulação, o reforço e a complementação ao atendimento da população em situação de pobreza dos municípios da Região - estimada, pelos critérios anteriormente apresentados, em 156 mil - através dos diferentes programas e projetos governamentais de transferência de renda já implantados ou previstos. De outro lado, o Projeto de Assistência Social e Ações Compensatórias, cujo objetivo é o apoio aos contingentes de população em situação específica de risco ou vulnerabilidade, que necessita de um suporte adicional de assistência social que vai além da garantia de renda mínima.

## **b. Objetivos do Programa**

Os objetivos deste Programa são:

- atender a população considerada em situação de pobreza, através da articulação, apoio e complementação dos programas e projetos governamentais de transferência de renda, visando sua maior eficácia e eficiência, e o atendimento de contingentes específicos da população em situação de risco ou vulnerabilidade por intermédio de assistência social e ações compensatórias;
- identificar, através de critérios objetivos, a população em situação de pobreza na Região e, em função disto, o estabelecimento de prioridade para uma ação abrangente, explicitando os contingentes que, não obstante a situação de pobreza e indigência, não foram abrangidos pelos programas e projetos implantados;
- fazer chegar, ao contingente pobre da população, as ações e apoios dos programas e projetos de transferências governamentais, das diferentes esferas, influenciando, na sua adequação, as prioridades definidas como fundamentais pelas lideranças e atores regionais;
- identificar os contingentes da população considerados em situação de risco ou vulnerabilidade, por diferentes critérios, e que necessitam apoio de assistência social e de ações compensatórias específicas, além do acesso à renda; e
- desenvolver ações compensatórias e de assistência social às populações específicas consideradas em situação de risco e vulnerabilidade.

## **c. Metas**

Para o cumprimento dos objetivos acima estabelecidos, este Programa tem como metas:

- atender, através de transferência de renda, a 65% da população cujo rendimento

domiciliar per capita não alcança  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo, o que representa, de acordo com os critérios anteriormente especificados, cerca de 101 mil pessoas ou, aproximadamente, 25 mil famílias; e

- atender, através da assistência social e ações compensatórias a totalidade dos seguintes contingentes de população em situação definida como vulnerável ou de risco<sup>15</sup>: pessoas com 65 anos ou mais de idade morando sozinhas: total de 11,4% da população nessa faixa etária que representa 3,2 mil pessoas; adolescentes do sexo feminino, entre 15 e 17 anos, com filhos: 10,3% do total da população nessa faixa etária; e mulheres chefes de família sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos: 5% das mulheres chefes de família.

#### **d. Diretrizes**

O Programa será executado tomando-se por base as seguintes diretrizes:

- desenvolver um esforço de articulação das diferentes ações voltadas para a redução da pobreza que, atualmente, vêm sendo postas em prática por diferentes esferas administrativas e por entidades não-governamentais;
- obter um conhecimento preciso das pessoas que deverão ser atendidas: seu número, localização, condição de vulnerabilidade e sua inclusão ou não nos programas governamentais já em implantação;
- considerar formas adequadas de inserção da representação da Região junto às instituições que administram os programas e projetos que envolvem transferências governamentais e apoio e assistência social à população em condição de risco; e
- apoiar técnica e administrativamente as ações voltadas para o combate à pobreza, sobretudo no sentido de incluir contingentes que, embora enquadrados nos critérios de prioridades, não foram integrados entre os beneficiários com os programas.

#### **e. Recursos e Fontes de Financiamentos**

Em apoio a esse Programa, estarão disponíveis instrumentos e instituições, dentre os quais podem ser destacados as prefeituras municipais da Região, Governo Estadual, através, sobretudo, da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, Governo Federal por intermédio, sobretudo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, das Associações e dos sindicatos com atuação na Região.

Os valores referentes às transferências governamentais voltadas para a redução da pobreza foram estimados considerando-se que tais transferências governamentais, correspondentes à totalidade dos programas, alcançariam 65% da população com

---

<sup>15</sup> As cifras apresentadas têm como base o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, de responsabilidade do PNUD, IPEA e a Fundação João Pinheiro (FJP), para a Região no ano de 2000.

rendimento abaixo de  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo. Este contingente, que compreende 101 mil pessoas, em 2000, correspondente a, aproximadamente a 25 mil famílias. Vale ressaltar, mais uma vez, que não estão aqui consideradas as transferências realizadas através do Sistema de Previdência Social. No que se refere ao Projeto de Assistência Social e Ações Compensatórias, estima-se o correspondente a R\$ 1 milhão por ano, que totalizaria R\$ 6 milhões no período que abrange os anos de 2005 a 2010. Tais recursos estariam voltados, em grande parte, para financiamento dos trabalhos da equipe regional responsável pelo Projeto.

Os recursos referidos deverão ser mobilizados através, principalmente, do Governo Federal e, secundariamente, por intermédio do Governo Estadual e das Prefeituras da Região. Prevê-se que 80% dos recursos tenham origem no Governo Federal, 10% no Governo Estadual e 10% nos Governos Municipais.

Os valores totais estimados para o Programa Redução da Pobreza, composto pelos dois projetos abaixo orçados, são de R\$ 177,000 milhões, equivalentes a US\$ 60,204 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (80%), Estado (10%) e Municípios (10%).

O Projeto Transferências Governamentais, demandará recursos da ordem de R\$ 171,000 milhões, equivalentes a US\$ 58,163 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (80%), Estado (10%) e Municípios (10%).

O Projeto Assistência Social e Ações Compensatórias, demandará recursos da ordem de R\$ 6,000 milhões, equivalentes a US\$ 2,041 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (80%), Estado (10%) e Municípios (10%).

## **f. Sistema de Gestão**

Em apoio a esse Programa, estarão disponíveis instrumentos e instituições, dentre os quais podem ser destacados as prefeituras municipais da Região, o Governo Estadual, através da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, o Governo Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, das Associações e dos sindicatos com atuação na Região.

Para a consolidação do Programa de Redução da Pobreza, é da maior importância o desenvolvimento desse esforço de articulação entre os diferentes responsáveis pela sua execução, não só pelo grande número de fontes de financiamento e de executores, como pelo fato de que o Programa, tem como público, um número significativo de pessoas que devem se constituir em beneficiários e que se encontra em situações diferenciadas que é necessário considerar na concepção e operacionalização das ações. Além disso, é, também, importante, para garantir maior eficácia, que o Programa tenha um acompanhamento e apoio técnico e administrativo regional, para o qual não se pode deixar de considerar uma articulação das instituições e lideranças locais junto aos centros de decisão relacionados com as ações das diferentes entidades, neste particular.

# Projeto 1: Transferências Governamentais

## a. Situação Atual

Como foi anteriormente referido, reside, na Região, um grande contingente da população em condições de baixo nível de renda e que necessita ser, de imediato, assistida através de ações efetivas do governo que lhe permita acesso aos bens e serviços básicos. Esta situação decorre da ausência de oportunidade de emprego, das condições de trabalho e remuneração da população que encontra ocupação, da desigual distribuição de renda e do reduzido dinamismo econômico regional.

Os programas governamentais de transferência de renda - que aqui não incluem as transferências realizadas a partir da previdência social - muitos já desenvolvidos no Estado e na Região, compreendem, fundamentalmente, o Bolsa Família, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação, Auxílio Gás, PETI, Agente Jovem, Benefício de Prestação Continuada (voltado para idosos, deficientes e deficientes de famílias carentes), envolvem um número significativo de famílias e devem, da perspectiva da Região, ser acompanhados e apoiados através dos meios técnicos e administrativos que as comunidades dispõem para torná-los mais eficazes e mais abrangentes, com a inclusão de parcela cada vez maior da população que necessita desse apoio para sua sobrevivência. Para isto, como se assinalou, o conhecimento sobre a realidade regional, neste particular e sobre o andamento e abrangência dos programas e projetos torna-se, imprescindível, à adoção de formas de participação das lideranças regionais na concepção e concretização das ações dos Programas e Projetos vinculados às transferências de renda.

Vale o destaque para o fato de que as transferências de renda, sob diferentes modalidades, abrangiam, no início de 2004, cerca de 26,2 mil famílias, através do Bolsa Família; 14,6 mil por intermédio do Bolsa Escola; 2 mil através do Bolsa Alimentação, cerca de 32,3 mil famílias; por intermédio do Auxílio Gás; 7,9 mil através do PETI; apenas 125 beneficiários por intermédio do Agente Jovem e; 3,2 mil por meio do Benefício de Prestação Continuada. Mesmo considerando que há dupla contagem na enumeração das famílias e beneficiários, não se pode deixar de considerar a grande abrangência que as transferências têm, presentemente, na Região. Neste particular, o desenvolvimento de ações de monitoramento, avaliação e consolidação dessas ações voltadas para a redução da pobreza constitui um esforço da maior relevância por parte das lideranças regionais.

## b. Objetivo do Projeto

Os objetivos deste Projeto são:

- redução da pobreza na Região, através da articulação, monitoramento, ampliação, fortalecimento e consolidação das ações consubstanciadas pelas diferentes esferas governamentais e entidades não-governamentais dos programas de transferência de renda, voltados para a população caracterizada pela insuficiência de renda e em situação de risco e vulnerabilidade.

## **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- articular e mobilizar as lideranças regionais, no sentido de monitorar, ampliar e consolidar as ações já em curso e que se voltam para a redução da população em condição de pobreza e vulnerabilidade, associada à insuficiência de renda;
- definir formas de parcerias que envolvam não só as entidades governamentais das três esferas administrativas, como, também, as organizações não-governamentais, associações e sindicatos que possam desempenhar papel relevante no cumprimento dos objetivos do Projeto;
- estimular a identificação de contingentes populacionais em situação de pobreza e de insuficiência de renda, excluídos das ações dos programas e projetos de transferência que, de acordo com os critérios estabelecidos nos referidos programas e projetos, devam ser abrangidos por suas ações; e
- estimular a realização de avaliações periódicas sobre as ações, no sentido de reforçar os esforços que contribuem para a concretização dos objetivos definidos e retificar ações e práticas consideradas insuficientes ou inadequadas para os propósitos de redução da pobreza na Região.

## **Projeto 2: Assistência Social e Ações Compensatórias**

### **a. Situação Atual**

Além da população em situação de insuficiência de renda e que por qualquer critério adotado possa ser considerada como em situação de pobreza ou mesmo de indigência, existem, na Região, de acordo com as discussões ocorridas nas oficinas municipais e de acordo com levantamentos censitários recentes, contingentes de populações em condições de risco ou vulnerabilidade como foi anteriormente assinalado. As ilustrações mais destacadas são a de pessoas envolvidas com drogas, alcoolismo e prostituição infanto-juvenil, ressaltado frequentemente nas oficinas municipais, idosos morando sozinhos, adolescentes com filhos, mulheres chefes de famílias sem cônjuges e com filhos menores de 15 anos, além de outras situações similares.

Para contingentes de população como os anteriormente assinalados, além das ações voltadas para o aumento da renda, torna-se relevante o desenvolvimento de ações compensatórias ou assistência social, de modo a reduzir a condição de vulnerabilidade, em que se encontra essas pessoas. Tal ação envolve não só pessoal especializado, mas, também, pessoas capazes de articular, nas esferas governamentais e não-governamentais, as diferentes instituições que possam assistir ou desenvolver esforços nesta direção. Tais esforços passam pela identificação de contingentes em situação de risco, além de uma vinculação deles com órgão, entidades e procedimentos que possam garantir uma assistência social permanente.

## **b. Objetivos do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- atender a contingentes específicos da população submetida a situações de vulnerabilidade, entre as quais, vale destacar, a das adolescentes com filhos, a de residentes em domicílios chefiados por mulheres sem cônjuge e com filhos menores e a de domicílios com idosos morando sozinhos;
- garantir atenção especial às crianças e adolescentes envolvidas com a prostituição infanto-juvenil e com a parcela da população submetida às drogas e ao alcoolismo; e
- garantir, através de assistência social e de ações integradas com diferentes programas, notadamente os de educação, saúde e transferência de renda, a identificação das populações em situação de risco e atendê-las, reduzindo ou eliminando sua situação de vulnerabilidade social.

## **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- articular e mobilizar a comunidade regional, com objetivo de consolidar as ações que se voltam para a redução ou eliminação da situação de risco dos contingentes da população em condição de vulnerabilidade social;
- conceber e pôr em prática formas de parcerias que envolvam as entidades governamentais das três esferas administrativas, e as organizações não-governamentais, associações e sindicatos que possam desempenhar papel relevante no cumprimento dos objetivos do Projeto;
- desenvolver esforços no sentido de identificar contingentes populacionais em situação de risco, excluídos das ações dos programas governamentais ou das ações das organizações não-governamentais ou privadas; e
- realizar avaliações sistemáticas sobre as ações desenvolvidas, no sentido de reforçar os trabalhos que contribuem para a concretização dos objetivos definidos e retificar ações e práticas consideradas insuficientes ou inadequadas para os propósitos de redução do risco social da população.

## **PROGRAMA 5: MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS**

### **a. Situação Atual**

Levando-se em conta a grande complexidade das ações que devem ser desenvolvidas para a melhoria das condições habitacionais da Região, o Programa de Melhoria das Condições Habitacionais limita-se às ações mais voltadas para a construção de habitações adequadas, à melhoria das moradias e do acesso imediato aos serviços básicos. Não são, portanto, aqui considerados, os esforços contemplados em programas e

projetos de sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de distribuição de energia elétrica e de tratamento do lixo. Estes serão considerados em programas e projetos específicos, vinculados a outras dimensões.

As condições das habitações, a Região, embora revelem, nas últimas décadas, avanços em vários dos seus aspectos, ainda se caracterizam pela predominância de indicadores precários. Nas oficinas regionais foram feitas referências à existência de déficit habitacional e à presença de casas de taipa, sobretudo nas zonas rurais. Além disso, as condições referentes ao acesso ao saneamento básico e outros serviços básicos revelam-se insatisfatórias em vários aspectos.

Dos 85,9 mil domicílios existentes na Região, em 2000, apenas 49,4 mil estavam ligados à rede geral de abastecimento de água, representando 57,5%. No Estado, este percentual é de 78,2%. Quanto a outras formas de abastecimento menos adequadas - poço ou nascente e outras situações, sem canalização da água -, como se assinalou no diagnóstico, as cifras encontradas para a Região, segundo o Censo Demográfico de 2000, realizado pelo IBGE, são de 39%, enquanto que, para o Estado, registra-se, apenas, 17%. Além disso, é importante assinalar que a situação dos municípios é muito diferenciada, neste particular, existindo situação de grande cobertura desses serviços, ao lado de situações de acesso muito reduzido.

Com relação ao esgotamento sanitário, a situação é mais grave. Somente 10,9 mil domicílios estão ligados à rede e 1,9 mil têm fossa séptica. O pior fato é que as grandes maiorias dos domicílios recorrem à fossa rudimentar (58,1 mil) e cerca de 13,4 mil não possuem banheiro ou sanitário. O diagnóstico, neste particular, destacou que 83,4% dos domicílios da Região estão necessitando de infra-estrutura de serviços de esgotamento sanitário. Neste caso, embora existam diferenças evidentes no que se refere ao acesso da população entre os municípios, não resta dúvida de que prevalece a precariedade de situações.

No que se refere à coleta de lixo, ainda que existam diferenças entre os municípios, como em relação aos demais serviços, as informações disponíveis registraram uma grande cobertura quando se trata de domicílios localizadas no meio urbano. Neste particular, duas questões foram registradas em diversas oficinas municipais, a precariedade dos serviços que se concentra, evidentemente, no meio rural e, o tocante ao destino ou tratamento do lixo, porém estas fogem ao âmbito deste Programa.

No que se refere ao acesso à energia elétrica, as informações do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil para 2000, mostraram que a situação é bem melhor, o que abre a perspectiva de universalização desses serviços para os próximos anos. De fato, considerando-se a população que dispõe de tais serviços, no caso da Região, alcançou-se 88,3% do total, cifra menor que a registrada para o Estado (94,3%), mas bem significativa. Dos 42 municípios da Região, para os quais se tem disponibilidade de dados a respeito da abrangência dos serviços de energia elétrica, 19 registraram valores superiores a 90% da população, embora nove tenham apresentado cifras relacionadas com o atendimento da população entre 60% e 80%, existindo, portanto, um amplo espaço para atendimento da população. É evidente que parte significativa da população que não tem acesso a tais serviços reside no meio rural.

Quanto à situação da habitação, em si, embora não se tenha obtido dados sobre o déficit habitacional na Região e das condições específicas das moradias, este tema foi

freqüentemente discutido nas oficinas municipais, quando, então, foram ressaltadas questões associadas à existência de casas de taipa, sobretudo no meio rural, e a necessidade de atuação mais efetiva no sentido de ampliação da oferta de moradias e de ações voltadas para sua melhoria.

Cabe registrar, neste sentido, os esforços realizados pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, na construção de moradias, inclusive a parceria que está sendo consolidada, presentemente, entre o Governo do Estado e a Caixa Econômica Federal, para a construção de habitações populares.

O Programa, portanto, tem como finalidade, além da redução do déficit habitacional e a realização de investimentos na construção de novas habitações populares e na ampliação e reconstrução de habitações populares, consideradas de insuficiente dimensão, a diminuição do déficit dos serviços básicos, notadamente em abastecimento de água, esgotamento sanitário, disponibilidade de energia elétrica e coleta de lixo.

Nesta direção, o Programa compreende dois Projetos. O primeiro voltado para a Construção e Ampliação de Moradias e o segundo centrado na Ampliação do Acesso aos Serviços Básicos.

## **b. Objetivos do Programa**

Os objetivos deste Programa são:

- construir moradias, visando tanto à erradicação das casas de taipa e moradias inadequadas, quanto a ampliação e melhoria de habitações populares e ações voltadas para a ampliação do acesso da população carente a serviços básicos, sobretudo de água e esgotamento sanitário;
- promover o cadastro, na zona rural e urbana, das casas de taipa e das moradias consideradas inadequadas;
- promover a construção e melhoria das habitações para a população rural e urbana da Região, considerada de baixo nível de renda;
- permitir, à população de baixa renda, o acesso à água tratada e de boa qualidade;
- possibilitar, à população carente, o acesso aos serviços de esgotamento sanitário, dando-lhe apoio não só à ligação das residências à rede de esgotamento sanitário, como à implantação de fossas sépticas e outras formas adequadas de esgotamento; e
- promover, junto às prefeituras e às empresas fornecedoras dos serviços básicos, o acesso a tais serviços.

## **c. Metas**

Para o cumprimento dos objetivos acima estabelecidos, este Programa tem como metas:

- construir até 2010, o correspondente a 50% das habitações que atualmente são classificadas como de materiais não duráveis, o que corresponde a, aproximadamente, 2.300 moradias;

- alcançar, através dessas ações, cerca de 30% das moradias em condições consideradas precárias (material não durável), ou seja, 1.350 moradias; e
- alcançar, até 2010, cerca de 40% do domicílios que não possuíam banheiros e sanitário e utilizavam valas e outras formas precárias, como esgotamento sanitário, o que representa a construção de 6 mil unidades sanitárias em igual número de moradias. Com base no Censo Demográfico de 2000, nestas condições sanitárias estavam aproximadamente 15 mil moradias na Região.

#### **d. Diretrizes**

O Programa será executado tomando-se por base as seguintes diretrizes:

- promover a articulação e mobilização das lideranças comunitárias, no sentido de estabelecimento de formas e procedimentos necessários à operacionalização do Programa, sobretudo os critérios e formas detalhadas de acesso dos beneficiários;
- estabelecer parcerias entre as entidades executoras, notadamente as prefeituras municipais, o governo estadual e o governo federal, bem como as instituições financeiras nacionais e internacionais;
- promover a construção e a melhoria das casas populares, através de integração entre beneficiário, executores e instituições financeiras, estabelecendo formas de harmonização dos seus interesses e uma clara divisão de funções entre os diferentes parceiros; e
- definir, em relação aos serviços básicos, as formas mais adequadas de acesso da população de menor nível de renda, tendo em vista a necessidade de conciliar os custos das tarifas, a capacidade de pagamento dessa faixa de população e a necessidade de retorno das empresas em instituições que fornecem tais serviços.

#### **e. Recursos e Fontes de Financiamentos**

A estimativa dos valores para a construção de novas moradias foi baseada na atualização dos custos adotados pelo Programa de Erradicação da Casa de Taipa, do Governo Estadual, para 2004, para o embrião habitacional. No que se refere à recuperação de moradias, considerou-se o custo da cesta de material de construção, para a recuperação e melhoria das habitações do Habitar - Brasil, com estimativa atualizada para 2004. Para as unidades sanitárias, considerou-se o custo unitário adotado no PASS, implantado no Seridó (com sua atualização para 2004).

Os valores totais estimados para o Programa Melhoria das Condições Habitacionais, composto pelos dois projetos abaixo orçados, são de R\$ 52,104 milhões, equivalentes a US\$ 17,722 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (70%), Estado (20%) e Municípios (10%).

O Projeto Construção e Ampliação de Moradias, demandará recursos da ordem de R\$ 26,304 milhões, equivalentes a US\$ 8.947 milhões, considerando a taxa de câmbio de

US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (70%), Estado (20%) e Municípios (10%).

O Projeto Ampliação ao Acesso aos Serviços Básicos, demandará recursos da ordem de R\$ 25,800 milhões, equivalentes a US\$ 8.776 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (70%), Estado (20%) e Municípios (10%).

## **f. Sistema de Gestão**

A concretização do Programa envolve uma intensa articulação com as entidades públicas - notadamente as Prefeituras Municipais, o Governo Estadual e o Governo Federal, instituições financeiras - notadamente, os bancos oficiais e, em particular, a Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste - e as empresas fornecedoras de serviços, sobretudo de saneamento básico e distribuição de energia elétrica.

Para o seu desenvolvimento, é imprescindível, portanto, o estabelecimento de uma divisão de trabalho que os integre, desde o detalhamento das ações e das responsabilidades de cada um deles, até seu papel no desempenho das ações e na avaliação sistemática do Programa e dos Projetos que o integram. Isto implica o envolvimento das lideranças comunitárias, das três esferas administrativas públicas e do sistema financeiro. É evidente que parte substancial da implantação efetiva dos Projetos cabe ao Governo Estadual e às Prefeituras. No entanto, a participação das comunidades deve ocorrer em todas as fases do Programa e, em particular, na fase inicial de estabelecimento dos critérios de acesso aos benefícios e na parte final de avaliação periódica de andamento das ações previstas.

## **Projeto 1: Construção e Ampliação de Moradias**

### **a. Situação Atual**

O Projeto envolve ações voltadas para o levantamento atualizado do déficit de habitações populares, de modo a definir, com maior precisão, as ações que devam ser realizadas neste particular. Tais ações deverão levar em conta a construção de novas habitações, inclusive tendo em vista a erradicação das casas de taipas e a ampliação de habitações populares com cômodos insuficientes para o número de pessoas residentes. É importante, neste caso, o envolvimento das três esferas administrativas de forma coordenada, em nível de cada município, e o envolvimento do sistema financeiro, notadamente os bancos oficiais.

Não estão disponíveis informações atualizadas sobre o déficit habitacional na Região. No entanto, em muitas das oficinas municipais, a questão da existência da falta de moradias para a população de baixa renda e de habitações inadequadas, dado a sua dimensão ou o material com que é construída parte relevante das moradias da população de baixo nível de renda, foi destacada. A estimativa feita a partir de informações sobre os tipos de habitação dos Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991, mostra a existência de, aproximadamente, 4.500 casas com material não durável existentes nos municípios

da Região. É evidente que, além dessa forma de déficit de habitações adequadas, existem outras, associadas à dimensão das moradias e à coabitação de várias famílias em uma só residência, de dimensão considerada insuficiente para o número de pessoas. Isto significa que, ao lado desse número, que expressa um tipo de déficit habitacional, não se pode deixar de considerar aqueles associados à demanda de famílias que residem com outras numa mesma residência ou, ainda, à presença de moradias de dimensão insuficiente para comportar a família.

Vale considerar, além disso, que a ampliação do acesso a determinados serviços, como água tratada e esgotamento sanitário, exigem condições mínimas das moradias que não são encontradas nas habitações de parte relevante da população carente. Isto significa dizer que a melhoria das condições habitacionais constitui, por vezes, condições prévias necessárias ao acesso a determinados serviços básicos.

## **b. Objetivo do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- construir habitações populares, com vistas ao encaminhamento de soluções para a erradicação das moradias inadequadas na Região e à melhoria e ampliação de habitações da população carente, inclusive como condição prévia e necessária ao acesso aos serviços básicos.

## **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- fomentar o estabelecimento de convênios e parcerias entre as diferentes esferas públicas, notadamente, as Prefeituras Municipais, o Governo Estadual e as fontes mais relevantes de financiamento, notadamente Governo Federal e bancos oficiais;
- mobilizar as lideranças comunitárias e promover a sua articulação com a finalidade de discutir critérios e formas de acesso e participação dos beneficiários na implantação das ações voltadas para a construção, ampliação e melhoria das habitações populares na Região; e
- implantar casas populares e realizar obras de ampliação e melhoria das habitações da população de menor nível de renda, procedendo ao monitoramento e à avaliação das ações desenvolvidas com esta finalidade.

## **Projeto 2: Ampliação do Acesso aos Serviços Básicos**

### **a. Situação Atual**

Deverão ser realizados, neste Projeto, esforços voltados para ampliação da cobertura dos serviços domiciliares básicos em abastecimento de água, esgotamento sanitário, acesso à energia elétrica e coleta de lixo. É necessário que, anteriormente à definição das ações

seja atualizado e efetivamente conhecido o déficit em cada um dos serviços referidos e os programas já definidos e em implantação. Na implantação das ações, com base no conhecimento disponível, é da maior importância o estabelecimento de prioridades, no que se refere ao esgotamento sanitário, onde se registram os piores indicadores e no qual a eliminação dos déficit deverão trazer impactos significativos sobre as condições de vida. Deve-se, também, considerar, ao lado dos esforços voltados para a ampliação da cobertura dos serviços, aqueles concentrados na melhoria da qualidade desses serviços domiciliares. Isto, tem a maior importância no que se refere ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário.

Já foram anteriormente assinalados os indicadores relacionados com os diferentes serviços, quando, então, destacou-se o fato de que, não obstante os avanços ocorridos, parte relevante da população ainda não tem acesso à maioria deles. Entre eles, deve-se enfatizar o acesso ao esgotamento sanitário, em relação ao qual os percentuais dos que vivem em condições adequadas são muito pouco significativos. As condições de acesso das famílias, no que se refere à energia elétrica e à coleta de lixo, sobretudo no meio urbano, foram relevantes. No entanto, neste caso, há diferenças marcantes nos indicadores de acesso das populações, entre os municípios e no que se refere, evidentemente, ao meio urbano e rural, notadamente em relação à energia elétrica, cujo acesso das populações rurais tem uma maior viabilidade de atendimento.

Foram assinalados, nas oficinas municipais, não só as dificuldades de acesso em razão das tarifas cobradas, dos custos que incidem sobre a população, como também, o fato de que os serviços que se referem ao abastecimento de água não atendem, adequadamente, a população, tanto em razão da frequência do fornecimento quanto da qualidade do produto que é oferecida.

## **b. Objetivo do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- incluir parte relevante da população de baixo nível de renda aos serviços básicos, notadamente, de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de coleta de lixo e de energia elétrica.

## **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- apoiar as Prefeituras Municipais no sentido de ampliação e melhoria da coleta de lixo, visando à universalização de tais serviços em todos os aglomerados urbanos da Região;
- identificar as dificuldades de acesso da população aos serviços já disponíveis na comunidade e pôr em prática formas adequadas de acesso, notadamente em relação à população de baixo nível de renda, envolvendo o poder público, os fornecedores e os beneficiários em potencial;

- promover avaliações sistemáticas da qualidade dos serviços fornecidos, integrando as instituições responsáveis pelo seu fornecimento e representações dos consumidores e beneficiários, em particular, no que se refere ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário; e
- definir e implantar formas de subsidiar tarifas, instalações e custos que incidem sobre a população carente, com o objetivo de a garantir-lhe o acesso aos serviços básicos.

## **PROGRAMA 6: MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE**

### **a. Situação Atual**

A situação de saúde da população da Região ainda apresenta algumas deficiências, tanto em termos dos serviços disponíveis, principalmente nos municípios menores e em relação ao meio rural, quanto a outros fatores, que dizem respeito ao ambiente natural, às condições de trabalho, de insalubridade, de renda, de educação, de transporte, de moradia, de alimentação, de higiene e lazer, que afetam a saúde para melhor ou para pior. Nesse caso, saúde entendida não somente como ausência de doença e acesso universal aos serviços sanitários preventivos e curativos, mas principalmente, pela garantia de um conjunto de aspectos sócio-econômico-ambientais, que a determina.

Dois indicadores retratam a situação de saúde da população da Região Agreste, Potengi e Trairi: o de esperança de vida - definido como número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento, em um contexto social e econômico determinado – e o de mortalidade infantil – que expressa a probabilidade de uma criança morrer antes de completar o primeiro ano de vida, em cada mil crianças nascidas vivas.

A esperança de vida cresceu, significativamente, na Região, passando de 58,1 (1991) para 65,60 (2000). Porém continua abaixo da esperança de vida do Estado (67,00 – 2000).

Quanto à mortalidade infantil, a diminuição da taxa foi bastante significativa na Região, passando de um patamar de 78,20 (1991) para 48,20 (2000). No entanto, continua acima da taxa de mortalidade infantil para o Estado do RN.

Além desses indicadores, foi constatado uma série de problemas quanto aos serviços e equipamentos voltados para a saúde da população da Região, a partir de informações secundárias e confirmados por ocasião das quarenta e duas oficinas municipais, conforme instalações físicas insuficientes (rede hospitalar e ambulatorial); Equipamentos e profissionais especializados insuficientes e deficiência quanto ao transporte de doentes ou ambulâncias; inexistência ou insuficiência de médicos residentes e precariedade do atendimento das farmácias básicas.

A solução para esses problemas exige um amplo programa de melhoria das condições de saúde da população. Um programa que adote o conceito de cidade saudável – a cidade que valoriza a melhoria do seu meio ambiente físico-social, utilizando os recursos da comunidade, com o objetivo de permitir, a seus cidadãos, melhor qualidade de vida – e que tenha a compreensão que ele, por si só, não resolverá a problemática diagnosticada na Região; sendo assim, deve funcionar em consonância com outros

programas voltados para a melhoria da qualidade de vida (saneamento básico, moradia, transporte, trabalho, renda, alimentação saudável, entre outros).

## **b. Objetivo do Programa**

Os objetivos deste Programa são:

- melhorar as condições de saúde da população da Região, através da reestruturação do sistema de saúde existente e do estímulo a ações preventivas, integrando programas e projetos voltados para aspectos sócio-econômico-ambientais.

## **c. Metas**

Para o cumprimento dos objetivos acima estabelecidos, este Programa tem como metas:

- implantar novas equipes de saúde da família, de forma a atender 100% das famílias da Região;
- implantar novas equipes de Saúde Bucal, de forma a atender 100% das famílias da Região;
- ampliar o número de Agentes Comunitários de Saúde, com a inclusão de mais agentes alocados às equipes do PSF, de forma a atender 100% das famílias da Região;
- ampliação, reforma e melhoramento de 40 unidade/postos de saúde;
- re-aparelhamento de 50 unidades/postos de saúde existentes na Região;
- construção de 1 (um) hospital com 60 leitos;
- aquisição de 15 (quinze) ambulâncias equipadas para emergência;
- implantação de 20 (vinte) gabinetes odontológicos; e
- aquisição de 15 (quinze) unidades móveis médico-odontológicas.

## **c. Diretrizes**

O Programa será executado tomando-se por base as seguintes diretrizes:

- incorporar o conceito de cidade saudável na Região;
- renovar e discutir o conteúdo da municipalização da saúde e de seus serviços;
- introduzir novos atores no cenário das políticas de saúde e não simplesmente dos serviços de saúde – redes de cidades saudáveis;
- colaborar com uma nova cultura de intervenção em saúde pública nos municípios que contemplem ações inter-setoriais; e
- investir em saneamento básico, na melhoria dos hábitos alimentares, em capacitação dos agentes de saúde, na ampliação do Programa de Saúde da Família, na garantia de renda adequada a essa população e na intensificação de campanhas educativas relativas à saúde.

## **e. Recursos e Fontes de Financiamentos**

São muitas instituições e instrumentos envolvidos na consecução do Programa, dos quais cita-se, primeiramente:

- o Governo Federal, via Ministério da Saúde, através da realização de convênios com os Governos Estadual e Municipais;
- a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, através de capacitação e treinamento para os profissionais de saúde;
- o Governo Estadual, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Gerência Estadual do Programa de Agentes Comunitários – PACS, do Programa Saúde da Família e da Comissão Intergestora Bipartite, que deve acatar e aprovar as propostas de adesão ao PSF;
- as Associações Municipais, que podem mobilizar prefeitos e associados para facilitar a aquisição de equipamentos e a construção de instalações, principalmente com a viabilização de outros Consórcios Intermunicipais de Saúde;
- o Governo Municipal, através da Secretária Municipal de Saúde e dos órgãos colegiados do setor, tais como o Conselho Municipal de Saúde;
- os Agentes Comunitários de Saúde, que já realizam um trabalho junto à população;
- o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Trairi;
- as entidades religiosas, a exemplo da Pastoral da Criança, que já desenvolvem trabalhos de prevenção de doenças e acompanhamento junto a crianças, gestantes e idosos;
- e
- a população, que deve intensificar a interlocução com o poder público municipal para participar ativamente de discussões em fóruns com o objetivo de contribuir para melhorar o atendimento e exercer controle social sobre o SUS.

Os valores totais estimados para o Programa Melhoria das Condições de Saúde, composto pelos dois Projetos abaixo orçados, são de R\$ 12,021 milhões, equivalentes a US\$ 4,089 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (80%), Estado (15%) e Municípios (5%).

O Projeto Reestruturação e Ampliação dos Serviços de Assistência Preventiva – Médico – Odontológica, demandará recursos da ordem de R\$ 10,808 milhões, equivalentes a US\$ 3,676 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (80%), Estado (15%) e Municípios (5%).

O Projeto Reestruturação e Ampliação da Rede Física dos Serviços de Saúde, demandará recursos da ordem de R\$ 1,213 milhão equivalentes a US\$ 413 mil, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (80%), Estado (15%) e Municípios (5%).

## **f. Sistema de Gestão**

A gestão desse Programa ficará sob a responsabilidade da Agência de Desenvolvimento. Esse setor se articulará com outras instâncias colegiadas, já definidas no Estado e Região (Conselho Estadual de Saúde; Comissão Intergestora Bipartite e Conselhos Municipais de Saúde). A participação da população nos processos de decisão contribuirá para um maior alcance dos objetivos propostos por esse programa.

Entretanto, são muitas as instituições e instrumentos envolvidos na consecução desse Programa, os quais citam-se, primeiramente:

- o Governo Federal, via Ministério da Saúde, através da realização de convênios com os Governos Estadual e Municipais;
- a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, através de capacitação e treinamento para os profissionais de saúde;
- o Governo Estadual, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Gerência Estadual do Programa de Agentes Comunitários – PACS, do Programa Saúde da Família e da Comissão Intergestora Bipartite, que deve acatar e aprovar as propostas de adesão ao PSF;
- as Associações Municipais, que podem mobilizar prefeitos e associados para facilitar a aquisição de equipamentos e a construção de instalações, principalmente para a viabilização de outros Consórcios Intermunicipais de Saúde;
- a Governo Municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde e dos órgãos colegiados do setor, tais como o Conselho Municipal de Saúde;
- os Agentes Comunitários de Saúde, que já realizam um trabalho junto à população;
- o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Trairi;
- as entidades religiosas, a exemplo da Pastoral da Criança, que já desenvolvem trabalhos de prevenção de doenças e acompanhamento junto a crianças, gestantes e idosos;
- e
- a população, que deve intensificar a interlocução com o poder público municipal para participar ativamente de discussões em fóruns, com o objetivo de contribuir para melhorar o atendimento e exercer controle social sobre o SUS.

## **Projeto 1: Reestruturação e Ampliação dos Serviços de Assistência Preventiva, Médico e Odontológica**

### **a. Situação Atual**

Há uma preocupação da população, com relação às condições de saúde, voltada quase exclusivamente para a medicina curativa. Ainda não foi adotado, na Região, o pressuposto de que o ambiente natural, as condições de trabalho, de insalubridade, de renda, de educação, de transporte, de moradia, de alimentação, de higiene e lazer, afetam a saúde para melhor ou para pior. Saúde entendida não somente como ausência de doença e acesso universal aos serviços sanitários preventivos e curativos, mas, principalmente,

pela garantia de um conjunto de aspectos sócio-econômico-ambientais, que a determina.

O paradigma vigente foca um olhar, tradicionalmente voltado para a doença e não para o ser humano em sua totalidade. Mudanças já são perceptíveis em alguns programas, a exemplo do Programa Saúde da Família (PSF),<sup>16</sup> que prioriza ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde das pessoas, de forma integral e contínua.

No entanto, não se pode negar que o sistema de saúde disponível para a população da Região apresenta-se insuficiente para atender à demanda local, agravando-se mais nos municípios menores e em relação ao meio rural. Foi constatada, na maioria dos municípios, uma deficiência de profissionais especializados, bem como a ausência de médicos residentes. Mesmo já existindo, implantadas, de acordo com dados da Secretaria de Saúde do Estado, 92 equipes do Programa Saúde da Família na Região, essa quantidade, não consegue atender à demanda da população. Conta-se, ainda, com 814 Agentes Comunitários de Saúde<sup>17</sup>, número este, também, insuficiente.

Foi constatada, também, uma insuficiência/ausência de equipamentos e profissionais especializados que possam realizar atendimento de média e alta complexidade, suprida na Região do Trairi (pelo menos em 10 municípios e com relação ao atendimento de média complexidade), com um consórcio intermunicipal.

No caso dos serviços odontológicos, que fazem parte do atendimento básico destinado à família, a maioria dos municípios da Região, oferece este serviço de forma insuficiente e precária, não passando da extração de dentes. Das 209 Equipes de Saúde Bucal<sup>18</sup> existentes no Estado, somente, 41 ficam na Região. Faz-se necessário, então, além da ampliação da quantidade desses profissionais, a instalação de gabinetes odontológicos devidamente equipados e a realização periódica de campanhas preventivas quanto à higiene bucal.

Outra questão problemática na Região diz respeito ao Programa da Farmácia Básica, também considerado insuficiente para atender à demanda da população, tanto da zona urbana quanto da rural, principalmente àquela de baixa renda, que necessita desses remédios para tratar suas doenças.

## **b. Objetivo do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- promover a articulação entre os setores governamentais e destes com a sociedade, de modo a alvorecer ações integradas para a redução de riscos à saúde e intensificar e

---

<sup>16</sup> O Programa Saúde da Família foi criado em 1994, pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de promover mudanças nas práticas tradicionais de assistência à saúde. Levar a saúde para mais perto da família e, com isto, melhorar a qualidade de vida da população brasileira, foi instigante para a criação desse programa, uma vez que prioriza ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde das pessoas, de forma integral e contínua. O atendimento é prestado na Unidade Básica de Saúde ou nos domicílios, pelos profissionais (médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde) que compõem as equipes de Saúde da Família.

<sup>17</sup> Agentes Comunitários de Saúde integram as Equipes do Programa Saúde da Família e fazem a ponte entre as famílias e o serviço de saúde, visitando cada domicílio, pelo menos, uma vez por mês, realizando o mapeamento de cada área, o cadastramento das famílias e estimulando a comunidade a adotar hábitos saudáveis que contribuam para a melhoria das condições de saúde.

<sup>18</sup> O Programa de Saúde Bucal foi lançado no 2000, possui equipes de cirurgiões dentistas, atendentes de consultório dentário e técnicos em higiene dental que atuam nas áreas de abrangência das equipes de Saúde da Família.

universalizar, conforme última Carta Magma, os serviços de promoção à saúde para a população da Região, com base em programas integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS).

### **c. Linhas de Ação**

A ampliação dos programas integrantes do SUS, a exemplo do PSF, Equipe de Saúde Bucal (ESB), Farmácia Básica, entre outros, depende de uma série de procedimentos institucionais, mas também da decisão política dos gestores municipais, estaduais e do próprio Ministério da Saúde. No caso da ampliação do Programa Saúde da Família, têm-se as seguintes etapas: identificar as áreas prioritárias para a implantação do programa; mapear o número de habitantes em cada área; calcular o número de equipes e de agentes comunitários necessários; adequar espaços e equipamentos para a implantação e o funcionamento do programa; solicitar, formalmente, à Secretaria de Estado da Saúde Pública, a adesão do município ao PSF; e selecionar, contratar e capacitar os profissionais que atuarão no Projeto.

Quanto à inclusão e ampliação, nos municípios, das Equipes de Saúde Bucal, os trâmites são os seguintes: ter disponibilidade dos profissionais de saúde bucal ou estar em vias de contratá-los; preencher documentação e definir a modalidade de adesão de cada equipe junto a Coordenação de Saúde Bucal da Secretaria da Saúde Pública. A documentação será enviada para apreciação e aprovação pela Comissão Intergestora Bipartite (CIB); até o último dia útil de cada mês, através de publicação de portaria no Diário Oficial da União, a listagem dos municípios habilitados no Estado; capacitação de todos os profissionais da Equipe de Saúde Bucal para o PSF, realizada, juntamente, com aquela a que são submetidos os profissionais recém ingressados nas equipes de Saúde da Família (Treinamento Introdutório do PSF).

## **Projeto 2: Reestruturação e Ampliação da Rede Física dos Serviços de Saúde**

### **a. Situação Atual**

As instalações físicas (rede hospitalar e ambulatorial) da Região Agreste, Potengi e Trairi são insuficientes e especialmente concentradas. Os municípios menores e mais carentes estão excluídos da rede, restando, somente a ambulância como serviço hospitalar possível e o deslocamento para outros municípios mais dotados dos serviços de saúde. Mesmo assim, ocorre também, insuficiência e irregularidade no transporte de doentes para centros especializados, o que agrava, mais ainda, a problemática dessa população.

Outro déficit relacionado com a rede física de atendimento médico-hospitalar diz respeito à deficiência, insuficiência e, em alguns casos, à ausência de equipamentos médico-hospitalares.

Há, também, um déficit de leitos, em relação ao coeficiente do Estado do Rio Grande do Norte. Enquanto, no Estado, a relação leito por habitante é de 3,70 por 1.000

habitantes, na Região do Agreste, Potengi e Trairi, o valor é de 2,58 leitos, valor esse, bem abaixo do considerado adequado pela organização Mundial de Saúde (5 leitos por 1.000 habitantes).

Dá a demanda pela ampliação das instalações existentes, por mais postos de saúde, mais hospitais e laboratórios que venham atender satisfatoriamente à população, de unidades móveis médico-odontológicas, como forma de ampliar o acesso da população da zona rural aos serviços de saúde.

Sem dúvida, a prática de consórcios municipais, a exemplo da experiência existente em 10 dos 12 municípios do Trairi, que constituíram o *Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Trairi*, em agosto de 1999, são iniciativas viáveis porque apresentam custos reduzidos e conseguem oferecer serviços relativos à saúde que a rede do SUS não oferece.

## **b. Objetivo do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- melhorar a qualidade do atendimento à saúde da população da Região através da reestruturação e ampliação da rede física dos serviços de saúde.

## **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- garantir a articulação intermunicipal, com o objetivo de viabilizar a construção, reforma e ampliação das instalações físicas (rede hospitalar e ambulatorial) existentes na Região; e
- garantir a articulação intermunicipal para criação de novos consórcios, a exemplo do Consórcio Intermunicipal do Trairi, para viabilizar serviços e ações de saúde hospitalar e ambulatorial de média complexidade.

# **PROGRAMA 7: VALORIZAÇÃO DA CULTURA REGIONAL**

## **a. Situação Atual**

Mais do que colocar eventos culturais ao alcance de todos, a ação do governo deve permitir uma cultura política que contemple o desenvolvimento de suas próprias práticas culturais, fortalecendo o exercício da cidadania e, por extensão, a melhoria da qualidade de vida.

O planejamento dos governos locais raramente inclui uma política de cultura. O movimento cultural é visto como ações ou programas desarticulados, e não é considerado constitutivo da vida das comunidades nem é visto como fundamental para o desenvolvimento social, econômico e político das populações.

Para se estabelecer um trabalho mais abrangente, é preciso definir uma política de cultura, melhor, uma nova cultura política, articulada com o desenvolvimento local e incluindo prioridades e estratégias no plano de governo.

Política cultural, melhor, uma nova cultura política, é a ação do poder público refletida em operações, princípios e procedimentos administrativos e orçamentários. Esta nova cultura política deve ser orientada para melhorar a qualidade de vida da população, através de atividades culturais, artísticas, sociais e recreativas. Precisa ter um escopo amplo por se tratar de uma ação voltada para todo o conjunto de cidadãos e não para alguns segmentos da sociedade. Esta ação de governo deve sempre estar pautada por uma preocupação em conservar o patrimônio cultural (material e imaterial), oferecer espaços e promover atividades para a difusão do trabalho do artista. Ou seja, proporcionar à população o acesso aos bens culturais, e preocupar-se mais com a democratização da cultura.

Para se implementar uma política de cultura, melhor, uma nova cultura política, voltada para a Democracia Cultural, o estabelecimento de alguns princípios ajuda a nortear a ação: integrar a política cultural ao processo de desenvolvimento local (econômico, social e político); reconhecer o pluralismo e a diversidade cultural, respeitando as diferentes identidades e formas de expressão; levar em conta que o poder público não produz, nem deve tentar produzir cultura, ou seja, não deve impor pautas, estéticas, gestos literários ou orientações culturais, mas deve considerar a autonomia das diversas manifestações culturais; descentralizar atividades culturais; promover a integração cultural/social no âmbito da vida cotidiana e entender a participação da sociedade como princípio constitutivo do processo de formulação de políticas culturais.

A partir destes princípios, o governo deve empreender ações tais como, possibilitar o acesso aos bens culturais e aos equipamentos, garantir infra-estrutura para atividades culturais comunitárias, democratizar a informação cultural, definir canais e formas de debate e participação nas decisões culturais, como conselhos, fóruns, por exemplo, descentralizar os serviços culturais, resgatar as culturas de comunidades esquecidas, raízes e heranças culturais, integrar-se aos debates e intervenções relativos ao desenvolvimento municipal, estadual ou regional (consórcios, câmaras, orçamento participativo, fóruns, entre os demais), mapear e apoiar grupos e movimentos na formação de redes e entidades culturais independentes, estimular a formação cultural da população e dos agentes culturais (bibliotecários, funcionários, trabalhadores e agentes de centros e casas de cultura), estimular a apropriação cultural de espaços públicos (praças, ruas, pontos de ônibus, entre os demais) e descobrir, mapear e estimular o trabalho experimental das comunidades locais e de artistas não consagrados.

Ao se formular uma política cultural, deve-se levar em conta o perfil e a composição da população, reconhecendo a fisionomia cultural própria. Além disso, diagnósticos elaborados a partir de pesquisas sobre a produção, as atividades e a dinâmica da cultura local podem ser úteis para se elaborar uma política mais enraizada na história de cada lugar. Uma das maiores dificuldades ao se tentar elaborar uma política cultural é convencer o conjunto do governo da necessidade de se considerar a cultura como prioritária na gestão pública e não uma atividade menor em relação a outras necessidades da população. Outro problema é estabelecer recursos próprios para implementar a política cultural planejada. Os gestores culturais se ressentem muito da falta de recursos para manutenção

das atividades permanentes e de informações sobre financiamento a projetos culturais.

É preciso pensar o Governo como um todo, é preciso sair do casulo da cultura, do mundo restrito dos fazedores de arte e dos empreendedores especializados em manifestações artístico-culturais. É urgente interagir com o resto do mundo, no enxergar a importância fundamental da cultura na vida dos homens.

É preciso construir uma nova cultura política, capaz de difundir-se, por todos os lugares, envolvendo e mudando os conceitos dos que integram a área econômica e os planejadores. É preciso considerar a cultura como um direito social do povo brasileiro.

A relação com a comunidade cultural também pode ser uma dificuldade. Em geral, há uma desconfiança das intenções do governo em manter as atividades culturais já existentes. É fundamental, portanto, estabelecer um diálogo público sobre o fazer cultural, destacando a necessidade de um trabalho conjunto entre o governo, grupos, artistas, produtores culturais e empresários do Terceiro Setor. É urgente praticar, efetivamente, a Parceria Público-Privado (PPP).

É indispensável que se elimine ou se reduza o fosso ainda existente entre a cultura e a educação. É preciso ter a coragem de realizar ações culturais dentro das escolas. É preciso incorporar novos valores aos conceitos pedagógicos e incluir, no planejamento do ano letivo, transversalmente a todas as disciplinas, atividades de arte-educação, com forte interação com a preservação do patrimônio histórico, a cultura popular, a história da arte e com a descoberta de novos talentos.

Mas, é indispensável, também, que os espaços das escolas sejam abertos a atividades artístico-culturais das comunidades, ampliando o conceito de educar para muito além das paredes da sala de aula. É preciso compreender que o educador é o principal agente de mudanças, em qualquer sociedade. É através do acesso aos meios culturais que o cidadão desperta suas aptidões intelectuais e artísticas e adquire as qualidades que o tornarão, verdadeiramente, um ser humano desenvolvido em todas as suas potencialidades.

Do ponto de vista filosófico, a questão cultural abrange todas as relações e atividades humanas. A cultura ou a prática da vida cultural, da arte, é o elo entre a informação e a contemplação, entre a formação e a inspiração ou o entendimento. O acesso à cultura liberta e desperta o indivíduo, projetando-o para além das relações do cotidiano, para o belo e o transcendente.

A ação de governo neste segmento deverá ser a de descentralizar, de ampliar as estruturas e disponibilizar meios, o mais amplamente possível, para permitir, a cada cidadão, o acesso à cultura, como platéia e como criador.

Estas noções devem ser difundidas e assimiladas como parte integrante de qualquer política que tenha, por objetivo, alavancar o processo global de desenvolvimento sustentado.

## **b. Objetivos do Programa**

Os objetivos deste Programa são:

- contextualizar o homem e sua cultura, despertando a atenção da comunidade para a importância da valorização de suas raízes culturais;

- incentivar a cultura local e o turismo através da construção de espaços que permitam a realização de eventos ligados à cultura sertaneja (literatura, música, dança e teatro) e à prática de atividades desportivo-culturais; e
- fortalecer as práticas culturais existentes, mediante o incentivo à realização de intercâmbio e cursos de formação e aperfeiçoamento entre os grupos locais (dança, canto, teatro).

### **c. Metas**

Para o cumprimento dos objetivos acima estabelecidos, este Programa tem como metas:

- integrar a política cultural dos 42 municípios da Região ao processo de desenvolvimento local (econômico, social e político).

### **d. Diretrizes**

O Programa será executado tomando-se por base as seguintes diretrizes:

- manter os espaços de vida das comunidades tradicionais e promover o desenvolvimento sustentável de atividades sócio-econômicas, como a pesca artesanal, o extrativismo, o artesanato e a pequena agricultura, utilizando, como estratégias, a educação, a comunicação, o resgate cultural e a organização social;
- promover o desenvolvimento de processos de sensibilização, conscientização e valorização cultural, por meio da facilitação e da implementação de mecanismos que busquem a inserção e a integração efetiva das atividades tradicionais ao estágio atual de desenvolvimento econômico da Região e às novas realidades do país e do mundo; e
- envolver a sociedade civil e comunidades, numa visão de conjunto articulada com as necessidades locais. Este esforço coletivo ajuda, também, a concretizar as prioridades estabelecidas. O processo deve ser acompanhado por consultores e técnicos do governo, tanto da área de cultura, quanto de outras áreas como administração, planejamento e finanças.

### **e. Recursos e Fontes de Financiamentos**

Os valores totais estimados para o Programa Valorização da Cultura Regional, composto pelos dois Projetos abaixo orçados, são de R\$ 2,646 milhões, equivalentes a US\$ 900 mil, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (22,68%), Estado (22,68%) e Municípios (54,64%).

O Projeto Fortalecimento da Infra-Estrutura Cultural demandará recursos da ordem de R\$ 2,058 milhões equivalentes a US\$ 700 mil, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (24,3%), Estado (24,3%) e Municípios (51,4%).

O Projeto Mapeamento do Patrimônio Imaterial demandará recursos da ordem de R\$ 588 mil equivalentes a US\$ 200 mil, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (17%), Estado (17%) e Municípios (66%).

## **f. Sistema de Gestão**

A melhor forma de gestão deste Projeto deve ser a criação de um Consórcio Regional de Atividades Culturais (CONRAC), para cada zona Região. Este consórcio será formado por dois representantes de cada município, sendo um indicado pela administração municipal e outro pelas comunidades ou segmentos produtores de atividades artístico-culturais; com sedes nas cidades de Nova Cruz, Santa Cruz e São Paulo do Potengi.

## **Projeto 1: Fortalecimento da Infra-Estrutura Cultural**

### **a. Situação Atual**

Escassez de espaços adequados às manifestações culturais, populares ou tradicionais.

### **b. Objetivos do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- estimular a apropriação cultural de espaços públicos (praças, ruas, terminais de ônibus, mercados, entre outros);
- democratizar e difundir, a informação cultural (rádios, jornais, murais e outros suportes informacionais); e
- estimular a formação cultural da população e dos agentes culturais (bibliotecários, funcionários, trabalhadores e agentes de centros e casas de cultura, entre os demais).

### **c. Linhas de ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- promover a integração cultural e social no âmbito da vida comunitária;
- aperfeiçoar o sistema de gestão descentralizada das atividades culturais;
- construir ou adequar espaços públicos para o desenvolvimento de atividades culturais, desportivas, de recreação e lazer, garantindo sua respectiva infra-estrutura;
- garantir a construção, melhoria e conservação de estradas e trilhas; a informatização comunitária permanente; o fortalecimento do acervo bibliográfico; a construção e a melhoria de espaços culturais; a aquisição e instalação de equipamentos comunitários; e,

o intercâmbio cultural intermunicipal;

- realizar, de forma sistemática, conferências intermunicipais de cultura;
- fornecer apoio técnico e material a bandas de música e teatro de rua;
- desenvolver programas de formação de agentes culturais;
- apoiar publicações e montagens de espetáculos; e
- realizar cursos de elaboração de projetos; dinamização de bibliotecas; história da arte; teoria musical; formação de guias de turismo; história do Rio Grande do Norte; literatura potiguar; musico-grafia potiguar e formação de redes solidárias.

## **Projeto 2: Mapeamento do Patrimônio Imaterial**

### **a. Situação Atual**

Desinformação generalizada acerca do patrimônio histórico-cultural, notadamente da literatura oral, canções, danças populares e costumes tradicionais.

### **b. Objetivos do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- mapear e estimular o trabalho das comunidades locais e de artistas, grupos e entidades populares tradicionais, não consagrados; e
- mapear e apoiar grupos e movimentos na formação de redes e entidades culturais independentes.

### **c. Linhas de ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- resgatar as culturas de comunidades esquecidas, raízes, heranças culturais, relíquias, documentos, móveis e imóveis históricos; Levantamento das manifestações, grupos e entidades culturais tradicionais; Conservação e restauração de relíquias;
- aperfeiçoar o sistema de gestão descentralizada das atividades culturais;
- publicar o mapeamento do patrimônio imaterial da Região;
- recuperar e restaurar imóveis e sítios históricos; e
- realizar levantamentos sistemáticos em todas as comunidades, visando o registro, a classificação e a difusão da memória no seio da população.

## **DIMENSÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA**

A Dimensão Científico-Tecnológica está composta por 2 (dois) Programas e 5 (cinco) Projetos destinados à modernização tecnológica das cadeias produtivas relacionadas com o agro-negócio, mediante a geração e adaptação de novas tecnologias apropriadas à agropecuária e a assistência técnica às atividades agropecuárias e agroindustriais.

Os Programas e Projetos propostos nesta Dimensão, também incluem a modernização das cadeias produtivas relacionadas com a indústria, o comércio e a mineração, mediante a difusão e absorção de tecnologias apropriadas à indústria têxtil, a difusão e absorção de novas tecnologias aplicadas ao comércio, bem como o desenvolvimento tecnológico da mineração.

Além disto, deverão ser criadas ou fortalecidas as bases institucionais de ciência e tecnologia na Região, mediante a criação de centros tecnológicos e o fomento à constituição de consórcios de assistência técnica, envolvendo organizações governamentais e não governamentais prestadoras de serviços técnicos especializados.

Espera-se, desta forma, integrar os recursos dispersos originados dos governos federal, estadual e municipal, assim como das organizações não governamentais e destiná-los às atividades de geração, adaptação e difusão de tecnologia, de forma a constituir fundos regionais de assistência técnica; valorizar, ampliar e consolidar a capacidade técnica já existente na Região, focalizando os arranjos produtivos locais, conforme detalhado a seguir. Este tipo de intervenção está materializado em 2 (dois) Programas de Modernização Tecnológica, ambos voltados para as cadeias produtivas consideradas como prioritárias no âmbito do Rio Grande do Norte. Analisa-se, em primeiro lugar, o agro-negócio e, em seguida, a indústria, o comércio e a mineração.

### **PROGRAMA 1: MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DAS CADEIAS PRODUTIVAS RELACIONADAS COM O AGRO-NEGÓCIO**

#### **a. Situação Atual**

Este Programa diz respeito à geração e adaptação tecnológica para modernização de cadeias produtivas relacionadas com o agro-negócio.

A Região em estudo é caracterizada, desde o ponto de vista científico e tecnológico, por uma heterogeneidade tecnológica. Além disso, as iniciativas de adoção tecnológica são atitudes individuais, tal como ocorre na pecuária e na produção de mandioca. A forma de acesso a essas tecnologias faz-se tanto pela via tradicional de transmissão de saberes interpessoais, quanto mediante agências governamentais e não governamentais (EMATER, ONG's, Cooperativas de Técnicos), ou, ainda, pelo acesso à Internet, mediante presença em congressos especializados, ou, por fim, através de reuniões de Associações de Classe (ANORC e ANCOG).

Diante da falta de uma coordenação de ações de uma política de C&T, na concepção de uma política de desenvolvimento em que a informação tecnológica deixe de ser

prioritariamente privada, devem ser elaboradas análises de demanda e de oferta sobre: a) técnicas que podem ser implementadas; b) formação profissional; ou ainda, c) obtenção e repasse de informações acerca de novos avanços tecnológicos.

## **b. Objetivos do Programa**

O Programa será executado tomando-se por base os seguintes objetivos:

- gerar e adaptar novas tecnologias, visando o fortalecimento das principais cadeias produtivas na Região (mandioca e pecuária leiteira) a partir da constituição de dois Centros de Valorização Tecnológica;
- capacitar recursos humanos para esses setores produtivos; e,
- assistir tecnicamente às atividades agropecuárias e agro-industriais.

## **c. Metas**

Para o cumprimento dos objetivos acima estabelecidos, este programa tem como metas:

- gerar novos processos produtivos, que operem com ganhos de até 30% de produtividade em relação aos atuais padrões dos principais produtos regionais, a saber, mandioca e pecuária leiteira;
- capacitar 100 profissionais ao ano, através de curso (s) técnico (s) voltado (s) para aquele (s) que já atuam diretamente no processo produtivo;
- constituir 2 (dois) Centros de Valorização Tecnológica voltados para o ensino, a pesquisa e a difusão de técnicas modernas; e
- instituir serviços gratuitos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), para um total estimado de, no mínimo, 2 mil pequenos produtores/ano.

## **d. Diretrizes**

O Programa será executado tomando-se por base as seguintes diretrizes:

- garantir apoio técnico ao setor produtivo com capacidade de resposta à difusão tecnológica;
- qualificar especialistas em processos de inovação e difusão tecnológica, na expectativa de aumentar a capacitação em ciência e tecnologia nas instituições da Região;
- catalisar processos de apropriação econômica e social de conhecimentos técnico-científicos;
- capacitar recursos humanos;
- desenvolver experimentos, ensaios e avaliação dos avanços experimentados;
- ampliar e articular a cooperação entre as diversas instituições, governamentais e não-governamentais, voltadas para o desenvolvimento científico e tecnológico da Região;

- inovar o atual formato de produção e de comercialização dos principais produtos existentes; e
- difundir novas formas de gestão, voltadas para o agro-negócio.

## **e. Recursos e Fontes de Financiamento**

O valor previsto para a execução do Programa Modernização Tecnológica das Cadeias Produtivas Relacionadas com o Agro-negócio, composto pelos dois Projetos orçados a seguir, é de R\$ 2,200 milhões, equivalentes a US\$ 748 mil, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (75%), Estado (20%) e Municípios (5%).

O Projeto Geração e Adaptação de Novas Tecnologias Apropriadas à Agropecuária, demandará recursos da ordem de R\$ 1,600 milhão, equivalentes a US\$ 544 mil, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (75%), Estado (20%) e Municípios (5%).

O Projeto Assistência Técnica às Atividades Agropecuárias e Agroindustriais, demandará recursos da ordem de R\$ 600 mil, equivalentes a US\$ 204 mil, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (75%), Estado (20%) e Municípios (5%).

## **f. Sistema de Gestão**

A coordenação geral deste Programa, no que diz respeito à política científico-tecnológica regional, ficará a cargo da Agência de Desenvolvimento. Uma primeira função desse organismo será mediar negociações, seja com organismos governamentais, seja com instituições públicas não-governamentais. A essa Agência cabe, ainda, articular diversos atores sociais envolvidos, com o objetivo de cumprir as metas estabelecidas para cada atividade. Além disso, tem a função de administrar e dar solução aos problemas executivos existentes. Seu principal interlocutor é o Conselho Municipal de Desenvolvimento, tendo em vista o objetivo de valorizar e envolver a comunidade nas suas ações.

## **Projeto 1: Geração e Adaptação de Novas Tecnologias Apropriadas à Agropecuária**

### **a. Situação Atual**

A Região é uma área de concentração da produção de leite e de mandioca, e, recentemente, vem se destacando pela introdução ou inovação de atividades relacionadas com a avicultura, a aqüicultura e a caprino-ovinocultura. Possui, ainda, a maior concentração de palma do Estado, pois apresenta condições climáticas favoráveis para este tipo de cultivo.

## **b. Objetivos do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- concentrar esforços nos potenciais econômicos e culturais dos municípios, para gerar e adaptar tecnologias apropriadas para os setores predominantes, agregando valor aos produtos, tornando-os competitivos, bem como estimulando a instalação de empreendimentos locais, de modo a gerar trabalho e renda, e, com isso, contribuir para o desenvolvimento sustentável da Região.

## **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- inserir insumos locais nos processos produtivos, em especial na formulação de rações, como importante fator de redução de custos, e, conseqüentemente, indutor de aumento da competitividade;
- reduzir os custos observados na pecuária leiteira, através da elaboração da ração animal na própria Região;
- implantar novas tecnologias, que sejam acessíveis (em função do investimento inicial) dotando os produtores de competitividade;
- implantar unidades demonstrativas de manejo agropecuário voltadas para capacitação e treinamento em fenação, silagem, manejo no cultivo e controle fito-sanitário, inseminação artificial, dentre outros;
- elaborar campanhas de marketing e de conscientização, para que os produtores possam adotar novas tecnologias;
- viabilizar convênios de cooperação técnica com universidades, públicas e particulares, como também, institutos de pesquisa, para: a) complementar e ampliar os mecanismos de ensino da ciência e tecnologia; e difundir tecnologias de produção mais limpas e geração de energias alternativas; e
- criação de um centro tecnológico, implementando, assim, as bases institucionais, para a geração e difusão de ciência e de tecnologia na Região.

## **Projeto 2: Assistência Técnica às Atividades Agropecuárias e Agroindustriais**

### **a. Situação Atual**

Os programas de ajuste fiscal da segunda metade dos anos de 1990 levaram os governos dos Estados, e, particularmente, do Rio Grande do Norte, a extinguir diversos órgãos da estrutura do setor público agrícola e a impedir a renovação ou ampliação dos quadros técnicos dos órgãos de assistência técnica e extensão rural.

Nesse contexto, começaram a surgir diversos tipos de organizações não-

governamentais ou cooperativas, com o objetivo de prestar assistência técnica ou assessoramento gerencial aos produtores rurais e às suas organizações associativas. Essas instituições, muitas vezes financiadas por organismos não-governamentais internacionais, ou, mediante contratos com os governos federal ou estadual, enfrentaram problemas quanto à incerteza de recebimento desses recursos. Com isso, houve uma descontinuidade na manutenção de seus quadros técnicos, ou porque não eram suficientemente remunerados, ou porque não estavam devidamente qualificados para a prestação dos serviços específicos de assistência técnica que estavam sendo requeridos pelos agricultores.

## **b. Objetivos do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- estimular a constituição de consórcios de assistência técnica entre municípios, envolvendo organizações governamentais e não-governamentais, prestadoras de assistência técnica;
- integrar os recursos dispersos destinados às atividades de assistência técnica pelos diversos órgãos ligados aos governos federal, estadual e municipal, além daqueles alocados junto às organizações não-governamentais;
- constituir fundos regionais de assistência técnica para financiar os consórcios formados pelos municípios;
- focalizar os arranjos produtivos que possam contar com assistência técnica, de modo a contribuir para a consolidação de agro-negócios individuais e cooperativados, na Região;
- valorizar, ampliar e consolidar a capacidade técnica existente, na Região; e
- conferir, à Agência Regional, a responsabilidade pela articulação institucional, com vistas à formação desses consórcios regionais de assistência técnica.

## **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- garantir assistência técnica pública, permanente e continuada, prestada tanto por organismos governamentais quanto por instituições não-governamentais;
- garantir a orientação técnica no processo de elaboração de projetos, formulação de rações com base em insumos locais, implantação das unidades industriais e acompanhamento e avaliação de implantação das novas tecnologias e dos novos procedimentos organizacionais; e
- disponibilizar informações atualizadas sobre inovações tecnológicas, mercados, preços e alternativas de comercialização nos mercados nacional e internacional.

## **PROGRAMA 2: MODERNIZAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS RELACIONADAS COM A INDÚSTRIA, O COMÉRCIO E A MINERAÇÃO**

### **a. Situação Atual**

Este Programa diz respeito à modernização de cadeias produtivas existentes na indústria, no comércio e na mineração. A exemplo do Programa anterior, as principais características que marcam estes setores, são: heterogeneidade tecnológica, baixo grau de difusão de informações tecnológicas, sobretudo, junto aos pequenos produtores, falta de uma política de C&T que coordene ações com vistas àquela modernização.

### **b. Objetivos do Programa**

O Programa será executado tomando-se por base os seguintes objetivos:

- incentivar a adoção de modernas tecnologias por parte de pequenas empresas industriais - integradas ou não, às maiores já existentes, de modo a propiciar a geração de trabalho e renda, em nível regional;
- realizar feiras de negócios voltadas para a modernização da atividade comercial; e
- estimular a adoção, o desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias, de modo a consolidar a inserção de pequenos mineradores na cadeia produtiva mineral.

### **c. Metas**

Para o cumprimento dos objetivos acima estabelecidos, este Programa tem como metas:

- incentivar a adoção de modernas tecnologias através de, no mínimo, uma pequena empresa industrial/município/ano, integrada (s) ou não às maiores já existentes;
- realizar 1 (uma) feira anual de negócios com produtos regionais para estimular a exportação, em que se possa contar, no mínimo, com a participação inicial de até 50 pequenos comerciantes que possam exibir produtos de, no mínimo, igual número de pequenos produtores, num primeiro ano de realização;
- no segundo ano de realização, garantido o sucesso desse evento, prever uma expansão anual desse número de expositores e de produtores em até 20%; e
- estimular a adoção, o desenvolvimento e a difusão de novas tecnologias, de modo a consolidar a inserção de, no mínimo, 10 pequenos empreendimentos mineradores/ano na cadeia produtiva mineral.

### **d. Diretrizes**

O Programa será executado tomando-se por base as seguintes diretrizes:

- qualificar especialistas em processos de inovação e difusão tecnológica, visando

aumentar a capacitação profissional em ciência e tecnologia, nas empresas industriais da Região; e

- desenvolver parcerias entre as Prefeituras municipais, Secretarias de Estado, Órgãos Ministeriais e o “Sistema S”, a fim de implementar ações voltadas para a modernização das cadeias produtivas relacionadas com a indústria, o comércio e a mineração;

## **e. Recursos e Fontes de Financiamento**

O valor previsto para a execução do Programa de Modernização das Cadeias Produtivas Relacionadas com a Indústria, o Comércio e a Mineração, composto pelos três Projetos orçados a seguir, é de R\$ 35,416 milhões, equivalentes a US\$ 12,046 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004. O presente Programa, a fim de atender a demanda por novas tecnologias junto aos setores industrial, comercial e mineral, poderá captar recursos oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (75%), Estado (20%) e Municípios (5%).

O Projeto Difusão e Absorção de Novas Tecnologias Apropriadas à Indústria Têxtil, demandará recursos da ordem de R\$ 34,800 milhões, equivalentes a US\$ 11,837 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (75%), Estado, (20%) e Municípios (5%).

O Projeto Difusão e Absorção de Novas Tecnologias Aplicadas ao Comércio, demandará recursos da ordem de R\$ 303 mil, equivalentes a US\$ 103 mil, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (75%), Estado (20%) e Municípios (5%).

O Projeto Desenvolvimento Tecnológico da Mineração, demandará recursos da ordem de R\$ 313 mil, equivalentes a US\$ 106 mil, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (75%), Estado (20%) e Municípios (5%).

## **f. Sistema de Gestão**

A gestão do Programa ficará vinculada à Agência de Desenvolvimento, a quem cabe articular diversos atores sociais envolvidos, com o objetivo de cumprir as metas estabelecidas para cada atividade. Tem, ainda, a função de administrar e dar solução aos problemas executivos existentes. Seu principal interlocutor é o Conselho Municipal de Desenvolvimento, que deve procurar valorizar e envolver a comunidade nas ações governamentais e que se encontram em processo de discussão.

## **Projeto 1: Difusão e Absorção de Novas Tecnologias Apropriadas à Indústria Têxtil**

### **a. Situação Atual**

A atividade têxtil regional, onde predominam os segmentos de confecções e

vestuário, tem basicamente dois segmentos. Um, que emprega tecnologia de médio a alto padrão técnico e que se volta para o mercado externo e outro, em paralelo, que tem oficinas têxteis dotadas de baixo nível tecnológico e que estão vinculadas ao mercado interno. A síntese dessa caracterização, portanto, retoma a tese da heterogeneidade técnica existente também neste setor.

## **b. Objetivo do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- produzir ou readaptar novas tecnologias, com a perspectiva de dar continuidade à agregação de valores aos segmentos que têm produtos modernos, de modo a que eles possam manter e/ou expandir os atuais níveis de competitividade.

## **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- estabelecer convênio com organismos da sociedade civil, no sentido de fornecer formação profissional para o segmento deste setor, que apresenta baixo grau de desenvolvimento tecnológico;
- estimular - através de incentivos fiscais e creditícios, segmento moderno, de modo a que, também este segmento, possa renovar constantemente seu parque industrial, e, assim, manter e/ou ampliar suas fatias de mercado, graças a constantes aumentos de competitividade; e
- implementar tecnologias não poluidoras, de modo a atender a exigência da não agressão ao meio-ambiente.

## **Projeto 2: Difusão e Absorção de Novas Tecnologias Aplicadas ao Comércio**

### **a. Situação Atual**

As informações obtidas nas oficinas municipais e nas entrevistas, evidenciaram que as atividades comerciais têm um importante papel no desenvolvimento sustentável da Região, pois atendem às demandas prioritárias da população.

Apesar disso, foram identificadas muitas dificuldades que, se superadas, aumentarão a capacidade de contribuição dessas atividades para a circulação de riquezas e a conseqüente geração de trabalho e renda, na Região. A principal delas, refere-se ao próprio desconhecimento do universo dos estabelecimentos comerciais existentes, já que muitos deles ainda atuam na informalidade. Além disto, a ausência ou insuficiência de controle de estoque, de acesso às informações cadastrais sobre fornecedores e clientes, de práticas modernas de compras compartilhados e de trabalho em redes informatizadas, e, finalmente, de capacitação dos pequenos e médios comerciantes para a moderna gestão empresarial e

inserção competitiva nos mercados, inibem o potencial de contribuição do empreendedorismo comercial para o desenvolvimento em bases sustentáveis.

## **b. Objetivo do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- garantir o incremento tecnológico do setor comercial, procurando disponibilizar inovações tecnológicas capazes de criar as condições requeridas para a inserção dos estabelecimentos comerciais em mercados competitivos.

## **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- construir para o aproveitamento de recursos, humanos e de capital, endógenos, como importante fator de estímulo à economia local e que pode provocar uma redução de custos, com aumento na competitividade;
- implantar novas tecnologias, a partir de Centros de formação profissional, que deve ter estímulo para dar continuidade às suas atividades;
- organizar feiras temáticas, objetivando gerar novos empregos, ainda que temporários; permitir um aumento na circulação de riquezas em nível local; estimular uma produção local; criar uma imagem que associa um dado produto a uma dada cidade, etc.;
- realizar convênios de cooperação técnica, assim, o “Sistema S”, já existente na Região, bem como as universidades públicas e particulares, a fundação de pesquisa do Estado, como organismos estimuladores dessa ruptura produtiva, devem ser os principais parceiros dessa empreitada. Suas atuações podem ser materializadas, através de cursos, assessoria técnica, acompanhamento e avaliação da implementação e divulgação de material didático, que poderão ser apoiados pelo Governo do Estado, Prefeituras Municipais e, ainda, pelas associações civis, interessadas nesta temática; e
- estimular a ampliação dos mecanismos de ensino da ciência e tecnologia, procurando criar novas linhas de pesquisas e de experimentos, ensaios e avaliação dos avanços experimentados.

## **Projeto 3: Desenvolvimento Tecnológico da Mineração**

### **a. Situação Atual**

A década de 1990 foi caracterizada como importante referência do crescimento da indústria de mineração na América Latina, fortalecida teoricamente com o novo momento econômico e a nova imagem política internacional dos países dessa Região. A mineração é, aqui, considerada como o conjunto de atividades relativas à descoberta e extração de minerais que se encontram sob a superfície da terra.

Os minerais que mais se destacam na Região são os seguintes: a extração de granito ornamental, nos municípios de Barcelona e Lagoa D'Anta; o diatomito, que pode ser encontrado em Monte Alegre e Boa Saúde; e, em Lajes Pintada, a existência de ocorrências minerais não metálicas, sendo as mais frequentes, as de água marinha, turmalina, crisoberilo, ágata e opala, entre outras.

Apesar da sua importância para a Região, essas atividades são desenvolvidas, na sua maioria, sem controle ambiental adequado, com insuficientes condições de higiene e de segurança no trabalho e sem assistência técnica no que diz respeito à lavra e ao processamento mineral.

## **b. Objetivos do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- melhorar a implementação da gestão ambiental para as empresas de mineração no Estado, por meio de troca de experiências entre os participantes e do uso de novas tecnologias;
- difundir o controle ambiental através da introdução de tecnologias que minimizem os impactos negativos no meio ambiente;
- discutir noções de higiene e de segurança do trabalho com os mineradores, com vistas à elevação da qualidade de vida dos trabalhadores desse tipo de atividade econômica;
- permitir a difusão de novas tecnologias de lavra e de processamento mineral, com o objetivo de elevar a produtividade do trabalho; e
- incentivar a constituição e desenvolvimento de projetos de assistência técnica, de transferência de tecnologias e de desenvolvimento de capacidades, para ampliar ou manter a produtividade do setor.

## **c. Linhas de Ação**

Uma primeira linha de ação é garantir rentabilidade aos pequenos mineradores existentes na Região. Para tanto, espera-se: a) garantir capacitação profissional; b) fazê-los entrar em contato com novas tecnologias de extração e de beneficiamento; c) produzir informações de mercado acerca de preços de venda nos mercados local, regional e nacional; e, d) fornecer planos de financiamento de modo a que possam adotar novos processos produtivos e que estejam em sintonia com o mercado comprador dos produtos.

## **DIMENSÃO AMBIENTAL**

A Dimensão Ambiental articula dois eixos estratégicos, estruturada em 4 (quatro) Programas que se operacionalizam através de 10 (dez) Projetos.

O primeiro grupo de Projetos compõe o Programa de Ampliação da Oferta e Gestão Integrada dos Recursos Hídricos, voltado para a construção, ampliação, recuperação e operação de infra-estrutura hídrica (barragens, adutoras, estações de tratamento, redes de distribuição e poços profundos) e de sistemas simplificados de água (poços, dessalinizadores e cisternas).

O segundo conjunto de projetos compõe o Programa de Conservação Ambiental, que está voltado para reverter o quadro de degradação ambiental dos principais mananciais da Região, para assegurar a preservação da biodiversidade com a criação das unidades de conservação, para promover, de forma participativa, o desenvolvimento sustentável em áreas adjacentes e para assegurar a conservação e recuperação da biodiversidade existente na Região, apoiando ações de manejo sustentável da caatinga.

O terceiro grupo de Projetos integra o Programa de Melhoria dos Serviços de Saneamento Ambiental, voltado para a implantação e ampliação de sistemas de esgotamento sanitário e de implantação e ampliação do sistema de gestão integrada de resíduos sólidos.

Finalmente, o quarto grupo de Projetos compõe a Programa de Fortalecimento da Gestão Ambiental, envolvendo a divulgação e educação sanitária e ambiental; o desenvolvimento de um sistema de informação ambiental; e, o incentivo à participação e a descentralização na gestão ambiental. O detalhamento de cada um dos Programas e Projetos está apresentado a seguir.

### **PROGRAMA 1: AMPLIAÇÃO DA OFERTA E GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS**

#### **a. Situação Atual**

A Região situa-se em uma área onde os problemas de abastecimento de água para a população, somados aos problemas de escassez de água, são particularmente graves. Os déficits para atendimento aos múltiplos usos da água continuam sendo um desafio a ser enfrentado pela sociedade e pelas políticas públicas, na busca de uma gestão de recursos hídricos eficaz.

O gerenciamento dos recursos hídricos e o desenvolvimento sustentável das cidades precisam ser repensados, principalmente em regiões de maior pobreza, onde a pressão antrópica se faz mais presente, sendo fundamental formar novas parcerias, incorporando uma visão integrada de diversas áreas de atuação. Neste Programa, deverá ser traçada uma estratégia de gerenciamento integrado dos recursos hídricos, a qual estabelecerá formas de redução do déficit existente, como também possibilitará um uso sustentável de tão importante recurso natural.

No sentido de atender à demanda hídrica reprimida, o Programa de Ampliação da Oferta e Gestão Integrada dos Recursos Hídricos foi estruturado nos seguintes projetos: Construção, Ampliação, Recuperação e Operação da Infra-Estrutura Hídrica e o Projeto de Construção, Ampliação e Recuperação de Sistemas Simplificados de Água (poços, dessalinizadores e cisternas).

## **b. Objetivos do Programa**

O Programa tem, por objetivo, avaliar e ampliar o uso de fontes não convencionais de captação e utilização de água, para garantir uma oferta de água em quantidade e qualidade satisfatória aos seus múltiplos usuários, de modo que nem o atendimento às demandas, nem o desenvolvimento da Região, sejam prejudicados, particularmente, nos períodos de seca.

## **c. Metas**

Para o cumprimento dos objetivos acima estabelecidos, este Programa tem como metas:

- construir 1 (uma) Barragem no Rio Curimataú, no município de Nova Cruz, concluir as obras de recursos hídricos em andamento e construir novos açudes, barragens e cacimbões em número compatível com a demanda e potencialidade dos 42 municípios da Região;
- ampliar a rede de adutoras, estações de tratamento e redes de distribuição existentes, para atender dos 42 municípios da Região;
- realizar 6 (seis) cursos de capacitação em elaboração de projetos e operação de infra-estrutura hídrica e 5 (cinco) campanhas de divulgação desses projetos;
- realizar 4 (quatro) campanhas de divulgação sobre os sistemas simplificados de armazenamento de água e 4 (quatro) cursos de capacitação para elaboração, construção e operação de sistemas simplificados de água;
- fortalecer a gestão integrada dos recursos hídricos de forma participativa e descentralizada, com a realização de 3 (três) fóruns de discussão; e
- sensibilizar e mobilizar a comunidade, para um maior envolvimento na gestão dos recursos hídricos e formação de 4 (quatro) comitês de bacias hidrográficas.

## **c. Diretrizes**

O Programa será executado tomando-se por base as seguintes diretrizes:

- destinar o uso de água prioritariamente, para o consumo humano, como preconiza a Lei Federal e a Estadual, que estabelecem a Política Nacional e a Política Estadual de Recursos Hídricos, respectivamente;
- ampliar a relação entre oferta e demanda de água na Região, levando em consideração seus múltiplos usos e a disponibilidade de cada área estudada;

- descentralizar e integrar a gestão dos recursos hídricos, assegurando a compatibilização com o sistema de gestão ambiental;
- universalizar o serviço de abastecimento de água como um direito assegurado pela Constituição Federal;
- realizar avaliações sistemáticas da disponibilidade e da qualidade de água e dos solos para fins de irrigação;
- incluir atividades de reflorestamento, conservação do solo e uso sustentável da água nas áreas de influência dos projetos de fortalecimento da infra-estrutura hídrica; e
- condicionar a implantação de dessalinizadores para água de poços, a um manejo sustentável dos rejeitos salinos que serão produzidos.

## **e. Recursos e Fontes de Financiamento**

O valor previsto para a execução do Programa, composto pelos dois Projetos abaixo orçados, é de R\$ 25,100 milhões, equivalentes a US\$ 8,537 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (30%), Estado (10%), Municípios (5%), Fontes Externas (35%), Banco Oficial (10%), Setor Privado (5%) e Beneficiário (5%).

O Projeto Construção, Ampliação, Recuperação e Operação da Infra-Estrutura Hídrica demandará recursos da ordem de R\$ 21,815 milhões, equivalentes a US\$ 7.432 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (30%), Estado (10%), Municípios (5%), Fontes Externas (35%), Banco Oficial (10%), Setor Privado (5%) e Beneficiário (5%).

O Projeto Construção, Ampliação e Recuperação de Sistemas Simplificados de Água, demandará recursos da ordem de R\$ 3,250 milhões, equivalentes a US\$ 1,105 mil, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (30%), Estado (10%), Municípios (5%), Fontes Externas (35%), Banco Oficial (10%), Setor Privado (5%) e Beneficiário (5%).

## **f. Sistema de Gestão**

A Agência de Desenvolvimento da Região do Agreste, Potengi e Trairi, será a responsável pela coordenação deste Programa, atuando através de um gerente executivo, a ser designado e de sua equipe de apoio. O gerente articulará esforços para assegurar a integração das diversas instituições envolvidas, tanto em nível governamental, como não-governamental. Deverão ser envolvidas, também, as Secretarias Estaduais de Recursos Hídricos, Planejamento e Finanças e da Agricultura. A Agência, juntamente com o gerente do Programa, coordenará as reuniões para deliberações com as instituições públicas e as não-governamentais.

A Agência de Desenvolvimento realizará estudos para a definição de uma política de recursos hídricos para a Região, em articulação com a Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos; e apoiará as atividades das Agências de Bacias nela inseridas, relativas ao estudo, licenciamento e fiscalização de obras de produção e distribuição de água.

# **Projeto 1: Construção, Ampliação, Recuperação e Operação de Infra-Estrutura Hídrica**

## **a. Situação Atual**

O diagnóstico revela que a construção de pequenos e médios açudes, é uma atividade com muita tradição no Nordeste e, particularmente, na Região semi-árida do Estado do Rio Grande do Norte. Todavia, assinala seu reduzido poder de regularização de vazões e o caráter, predominantemente anual, da pequena e média açudagem.

Este Projeto, deverá garantir a oferta de água em quantidade e qualidade satisfatória aos seus múltiplos usuários, nas principais sedes municipais da Região, de modo que assegure o atendimento às demandas sem prejudicar o desenvolvimento, particularmente nos períodos de seca. Foi, a partir da criação da Secretaria Estadual de Recursos Hídricos, que se intensificou o programa de Construção de Adutoras, salientando-se que, anteriormente, já existiam vários sistemas de Adutoras, construídas pela Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN, razão pela qual, hoje, a área em estudo dispõe de uma boa rede de adutoras implantadas, beneficiando 33 municípios. Assim, 79,% das sedes dos municípios da área dispõem de sistemas de abastecimento de água potável, tratada e distribuída pela CAERN.

Apesar dessa situação, é importante que seja ampliada a infra-estrutura hídrica da Região, através da construção de reservatórios com usos múltiplos, para maximizar o uso da infra-estrutura hídrica existente, utilizando-se o excedente de água para consumo humano em projetos de irrigação, piscicultura e consumo animal e ampliar a rede de adutoras que atenda aos 42 municípios. Este projeto deverá, também, promover a participação dos diversos atores sociais envolvidos na gestão dos recursos hídricos, sensibilizar e mobilizar a comunidade, para um maior envolvimento na gestão da água e incentivar a formação de Comitês e Agências de Bacias Hidrográficas, bem como Consórcios Intermunicipais e estruturar um banco de dados sobre recursos hídricos, além de estimular a implantação de técnicas de economia e reuso da água.

## **b. Objetivos do Projeto**

O Projeto será executado tomando-se por base os seguintes objetivos:

- ampliar a infra-estrutura hídrica da Região, através da construção de reservatórios, adutoras, estações de tratamento e redes de distribuição de água e assegurar a gestão integrada dos recursos hídricos.

## **c. Linhas de Ação**

Para a execução do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- construir reservatórios de usos múltiplos, a exemplo da Barragem de Jucuri, em Nova Cruz; (reservatório no município de Nova Cruz, entre outros);

- promover a gestão integrada e participativa dos recursos hídricos, assegurando a inserção da temática de forma transversal, com outros sistemas de gestão;
- aperfeiçoar os instrumentos legais, visando sua maior aplicabilidade;
- fortalecer as instituições que participam da gestão dos recursos hídricos, promovendo a ampliação e capacitação da equipe técnica e administrativa;
- sensibilizar e mobilizar a comunidade para um maior envolvimento na gestão dos recursos hídricos;
- ampliar a rede de adutoras, estações de tratamento e redes de distribuição de água existentes, para atender aos 42 municípios da Região; e
- estruturar um sistema de informações sobre os recursos hídricos.

## **Projeto 2: Construção, Ampliação e Recuperação de Sistemas Simplificados de Água**

### **a. Situação Atual**

O atendimento às demandas de água da população da zona rural vem sendo um desafio há décadas, particularmente, nos períodos de estiagem. Desde 1996, vem sendo implementado, no Estado do Rio Grande do Norte, o Programa Água Boa – PAB, para as comunidades rurais carentes do serviço de água potável, distantes dos sistemas adutores ou de mananciais superficiais ou que possuam sistemas de abastecimento de água deficitários, com base na exploração e distribuição racional da água subterrânea, como única alternativa de suprimento de água. Além disso, estão sendo utilizadas tecnologias para obtenção e distribuição de água subterrânea e superficial, através dos sistemas de dessalinização de águas salobras captadas de poços tubulares, utilizando-se, inclusive, sistemas fotovoltaicos para a transformação da energia solar em energia elétrica.

Entretanto, a ausência de um controle ambiental mais eficaz, provocou uma construção indiscriminada de pequenos açudes, sem atender aos parâmetros técnicos de viabilidade ambiental. Esses novos açudes reduziram o volume de água disponível dos antigos açudes, impedindo o enchimento pleno desses reservatórios. Associado a esse incremento de novos açudes, o processo de desmatamento e de utilização do solo com técnicas não conservadoras têm contribuído para o assoreamento dos corpos d'água e dos açudes, reduzindo, assim, a sua capacidade de armazenamento.

Com o objetivo de complementar o sistema existente, pretende-se, através da adoção de sistemas simplificados, expandir a capacidade de armazenamento de água, com a construção de cacimbas e cacimbões, ou seja, os poços do tipo Amazonas nas regiões que possuem solos de aluvião. Nesses locais se acumulam lençóis de água subterrânea que, apesar das restrições em termos de qualidade de água, podem contribuir para atender à demanda em períodos de estiagem, bem como suprir usos menos nobres. Além de cacimbões, outra técnica bastante adotada, é a construção de barragens subterrâneas ou barragens submersas. Somam-se, a essas alternativas, a opção de perfuração de poços no cristalino, assegurando um tratamento e disposição adequados aos rejeitos das águas

dessalinizadas. Em paralelo a essas alternativas tecnológicas, deve-se incorporar, também, estudos e pesquisas para investigar a possibilidade de reuso dessa água. A implementação dessas soluções contribuirá para reduzir o déficit de atendimento à demanda rural.

## **b. Objetivos do Projeto**

O Projeto tem, por objetivo, identificar, quantificar e priorizar as principais fontes de abastecimento simplificado de água adequadas à Região e complementar a oferta de água com a construção de cisternas comunitárias, barragens subterrâneas e perfuração de poços e caçimbões.

## **c. Linhas de Ação**

Para a implementação do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- apoiar à construção e operação de sistemas simplificados;
- promover a participação dos diversos atores sociais envolvidos na gestão dos recursos hídricos;
- aumentar a oferta de água para consumo difuso, racionalizando a construção, a manutenção e a conservação de novas fontes de abastecimento simplificado de água;
- estabelecer critérios para controle técnico e ambiental da construção de açudes e barragens subterrâneas, a fim de evitar riscos de salinização ou impedir o enchimento dos açudes a jusante;
- perfurar e instalar poços tubulares, assim como recuperar os pequenos sistemas de captação e distribuição;
- utilizar dessalinizadores para tratamento de água subterrânea salobra e de sistemas fotovoltaicos para transformar energia solar em energia elétrica;
- capacitar técnicos, lideranças comunitárias e beneficiários para a gestão adequada dos sistemas simplificados de abastecimento de água;
- elaborar cartilhas educativas sobre os sistemas simplificados de abastecimento de água; e
- realizar convênios de cooperação e parcerias com ONG's e empresas para projetos comuns de implantação e operação de sistemas simplificados de abastecimento de água.

## **PROGRAMA 2: CONSERVAÇÃO AMBIENTAL**

### **a. Situação Atual**

A poluição e a degradação ambiental, não apenas na Região, como, também, no Rio Grande do Norte como um todo, têm, como causa principal, a forma insustentável do uso dos seus recursos naturais, tornando evidente a necessidade de um Programa de Conservação Ambiental que inclua projetos que visem à implementação de Planos de

Recuperação das principais bacias hidrográficas e projetos de manejo dos recursos ambientais, objetivando administrar, através da gestão integrada, a utilização dos recursos naturais da Região, de forma sustentável, indicando modelos alternativos que harmonizem o desenvolvimento econômico com a indispensável proteção do meio ambiente voltada para a preservação, conservação, ordenamento e uso dos recursos ambientais dos diferentes ecossistemas.

Os recursos florestais do Rio Grande do Norte vêm sofrendo processos de desmatamento desordenados em decorrência da abertura de áreas para formação de pastagens e de exploração madeireira para obtenção de estacas; realização de queimadas; retirada de lenha e derrubada de árvores para produção de carvão vegetal. Além disto, o grau de poluição dos recursos hídricos das bacias hidrográficas da Região tem aumentado, principalmente, em função da utilização das margens e dos leitos dos rios para depósito do lixo produzido nas sedes dos municípios. As conseqüências negativas destes processos de má utilização dos recursos naturais, podem ser observadas no rebaixamento do lençol freático; no aumento da salinidade das águas; nos processos erosivos e de assoreamento dos rios e açudes; no aumento das pragas nocivas à agricultura; no empobrecimento dos solos; e, finalmente, na baixa produtividade das culturas e criações.

Apesar disto, a ação governamental no campo da conservação ambiental e da recuperação da biodiversidade regional, assim como se refere ao manejo adequado dos recursos hídricos das bacias hidrográficas existentes na Região, ainda é insuficiente, frente à magnitude dos problemas e às suas conseqüências negativas.

## **b. Objetivo do Programa**

Para o cumprimento dos objetivos acima estabelecidos, este Programa tem como objetivo:

- assegurar a conservação e a recuperação da biodiversidade da Região, mediante a criação de unidades de conservação e a recuperação dos ecossistemas e das bacias hidrográficas Regionais.

## **c. Metas**

Para o cumprimento dos objetivos acima estabelecidos, este Programa tem como metas:

- recuperar as matas ciliares nas nascentes e margens dos 4 (quatro) rios: Potengi, Trairi, Jacu e Curimataú;
- criar 2 (duas) Unidades de Conservação previstas no Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC (Lei Complementar Nº 272/2004), de responsabilidade do poder público;
- incentivar a criação de 2 (duas) Unidades de Conservação na categoria de Reservas Particulares de Patrimônio Natural – RPPN;
- elaborar 4 (quatro) planos de manejo sustentável das unidades de conservação;

- capacitar 40 (quarenta) técnicos das instituições gestoras das unidades de conservação;
- arborizar 50% das áreas urbanas, enfatizando o plantio de espécies nativas;
- recuperar 400 ha de áreas degradadas; e
- incentivar 6 (seis) parcerias com as Universidades e institutos de pesquisa da Região, para promoção do conhecimento técnico-científico.

#### **d. Diretrizes**

O Programa será executado tomando-se por base as seguintes diretrizes:

- recuperar as bacias hidrográficas dos rios Potengi, Trairi, Jacu e Curimataú;
- promover o desenvolvimento sustentável em áreas adjacentes às Unidades de Conservação e o apoio às ações de manejo sustentável da Caatinga;
- aumentar o controle das atividades econômicas desenvolvidas em áreas susceptíveis à degradação ambiental, de modo a assegurar a integridade do ecossistema;
- constituir consórcios intermunicipais, para criação e/ou manutenção de Unidades de Conservação, de forma participativa com a comunidade local; e
- constituir um Comitê da Reserva da Biosfera da Caatinga.

#### **e. Recursos e Fontes de Financiamento**

Os valores totais estimados para o Programa Conservação Ambiental, composto pelos três projetos abaixo orçados, são de R\$ 11,500 milhões, equivalentes a US\$ 3,912, milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (10%), Estado (30%), Município (5%), Fontes Externas (20%), Bancos Oficiais (30%) e Setor Privado (5%).

O Projeto Criação de Unidades de Conservação, demandará recursos da ordem de R\$ 3,200 milhões, equivalentes a US\$ 1,088 considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (10%), Estado (30%), Município (5%), Fontes Externas (20%), Bancos Oficiais (30%) e Setor Privado (5%).

O Projeto Apoio à Recuperação de Ecossistema, demandará recursos da ordem de R\$ 3,500 milhões, equivalentes a US\$ 1,190 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (10%), Estado (30%), Município (5%), Fontes Externas (20%), Bancos Oficiais (30%) e Setor Privado (5%).

O Projeto Recuperação de Bacias Hidrográficas, demandará recursos da ordem de R\$ 4,800 milhões, equivalentes a US\$ 1,633 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (10%), Estado (30%), Município (5%), Fontes Externas (20%), Bancos Oficiais (30%) e Setor Privado (5%).

## **f. Sistema de Gestão**

A Agência de Desenvolvimento realizará estudos para a definição de uma política de proteção da biodiversidade para a Região, em articulação com o IDEMA, apoiando as ações do Comitê Gestor das Unidades de Conservação. Além disso, apoiará as atividades dos Comitês de Bacias Hidrográficas e suas respectivas Agências de Bacias, bem como os Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA's, que forem gradativamente criados.

A responsabilidade pela coordenação deste Programa, ficará a cargo da Agência de Desenvolvimento, através de um gerente executivo, a ser designado, e sua equipe de apoio. O gerente articulará esforços para assegurar a integração das diversas instituições envolvidas, tanto em nível governamental, como não-governamental, incluindo as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP's.

## **Projeto 1: Criação de Unidades de Conservação**

### **a. Situação Atual**

A Região possui um ecossistema predominante de caatinga. Atualmente, esse ecossistema encontra-se bastante alterado, com a substituição de espécies vegetais nativas por cultivos e pastagens. O desmatamento e as queimadas são, ainda, práticas comuns no preparo da terra para a agropecuária que, além da destruição da cobertura vegetal, compromete a manutenção de populações da fauna e flora silvestre, reduzindo a biodiversidade, a qualidade da água e comprometendo o equilíbrio do clima e do solo.

A recente institucionalização do ecossistema da caatinga, como patrimônio da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no Programa o Homem e a Biosfera, representa um passo fundamental no sentido de apoiar ações que venham proteger esse ecossistema. A criação de Unidades de Conservação no Ecossistema da Caatinga é um elemento importante para proteção da biodiversidade e para uso como local de visitação e divulgação de informações, implantando-se atividades de educação ambiental nesses locais.

### **b. Objetivos do Projeto**

O Projeto será executado tomando-se por base os seguintes objetivos:

- criar e consolidar Unidades de Conserva o, assegurando a preserva o da biodiversidade, como valioso instrumento para prote o dos ecossistemas da Região; e
- promover, de forma participativa, o desenvolvimento sustentável nas Unidades de Conserva o e suas áreas adjacentes.

### **c. Linhas de A o**

Para a implementa o do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de a o:

- identificar e mapear os locais onde existem as Unidades de Conservação;
- elaborar o Plano de Manejo Sustentável das Unidades de Conservação a serem criadas e as já existentes (APA de Piquiri-Una);
- estimular a participação da comunidade residente em áreas potenciais para criação de Unidades de Conservação;
- realizar atividades de educação ambiental, mobilização social e participação da sociedade civil;
- capacitar técnicos de instituições responsáveis pelas UC's;
- promover campanhas de sensibilização do setor privado para implantação de RPPN;
- incentivar a criação de Unidades de Conservação intermunicipais, de modo a assegurar maiores áreas protegidas; e
- aumentar a prática do ecoturismo, principalmente nas Unidades de Conservação e entorno.

## **Projeto 2: Apoio à Recuperação de Ecossistemas**

### **a. Situação Atual**

A situação florestal no Rio Grande do Norte e, em particular, na Região, requer a tomada de medidas que visem a inibir o desmatamento e a exploração dos recursos florestais e assegurar a continuidade da oferta de produtos florestais (caatinga), conservando e preservando este valioso recurso natural, recuperando as áreas degradadas e introduzindo práticas agro-silvo-pastoris alternativas às práticas predatórias que, de uma maneira geral, caracterizam a relação do homem com a natureza na Região.

As experiências de manejo florestal da caatinga ainda são muito restritas. Este Projeto, portanto, estará desenvolvendo tecnologias de adaptação ao semi-árido, procurando reduzir as áreas sujeitas ao processo de degradação e desertificação. Estão sendo previstas ações de manejo sustentável, explicitadas em forma de planos de manejo para os diversos usuários, que deverão ser aprovados pelos órgãos competentes.

No diagnóstico, foi detectada, também, uma insatisfação da comunidade no que diz respeito à arborização urbana existente. A fim de modificar esse quadro, estão previstas ações para aumentar a arborização urbana e estimular a introdução de espécies nativas sob coordenação das prefeituras e a participação ativa da sociedade civil.

### **b. Objetivos do Projeto**

O Projeto será executado tomando-se por base os seguintes objetivos:

- assegurar a conservação e a recuperação da biodiversidade existente na Região, apoiando ações de manejo sustentável da caatinga; e
- promover a arborização das áreas urbanas, dando ênfase ao plantio de espécies nativas da Região.

## **c. Linhas de Ação**

Para a implementação do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- apoiar as ações de manejo sustentável da caatinga, assegurando a conservação e recuperação dos diversos ecossistemas existentes na Região;
- conservar e recuperar a biodiversidade existente;
- elaborar e implantar planos de manejo da caatinga pelas instituições responsáveis;
- e
- arborizar cerca de 50% das áreas urbanas, enfatizando o plantio de espécies nativas, inclusive nas comunidades rurais.

## **Projeto 3: Recuperação de Bacias Hidrográficas**

### **a. Situação Atual**

O aumento da demanda pelo uso da água por parte de todos os setores econômicos, em particular das atividades agrícolas irrigadas, associado ao aumento do consumo doméstico, vem trazendo perspectivas de escassez desse recurso, agravado nos períodos de seca. Além do problema do déficit na oferta dos recursos hídricos, os mananciais existentes vêm sendo comprometidos com o crescente assoreamento de seus leitos, provocado pelo crescente desmatamento e pelas práticas agrícolas não conservadoras, bem como, pela poluição advinda do lançamento de dejetos.

Ainda que não se tenha medições do uso de fertilizantes e agrotóxicos, que contribuem, também, para o aumento da poluição dos rios e para o processo de eutrofização dos reservatórios, sabe-se que, este tipo de problema, encontram-se presente em alguns locais das bacias hidrográficas, onde se encontram algumas manchas de agricultura modernizada, consumidora de fertilizantes e agrotóxicos, como é o caso do Trairi. Aliado a esses fatos, soma-se, ainda, a má gestão do uso da água, provocando expressivas perdas e desperdícios preocupantes.

O processo de desmatamento para o plantio de espécies econômicas de maior valor comercial, historicamente consolidado na Região, aliado a uma ausência de preocupação com os limites e vulnerabilidades dos recursos naturais, conduziram à degradação de grandes áreas e ao comprometimento de recursos potenciais. A destruição da vegetação, não só trouxe um forte impacto sobre o regime dos rios, como, também, contribuiu para a aceleração da erosão nas encostas cultivadas. Nos vales, várzeas e leitos de rios, vêm ocorrendo os depósitos de sedimentos, provocando a formação de áreas encharcadas e degradadas e o assoreamento dos leitos, tornando-os mais largos e menos profundos, favorecendo a evaporação e o desequilíbrio no regime fluvial.

Por conta disso, torna-se imperativa a recuperação da qualidade ambiental, tomando-se, como referência espacial, os limites das bacias hidrográficas, dos municípios da Região.

## **b. Objetivos do Projeto**

O Projeto será executado tomando-se por base o seguinte objetivo:

- garantir a reversão do quadro de degradação dos Rios Potengi, Trairi, Jacu e Curimataú, que são importantes mananciais de água da Região, por intermédio de ações de reflorestamento das nascentes e margens dos rios, a delimitação e quantificação das áreas prioritárias a serem recuperadas e a introdução de novos princípios e formas de relação Homem-Natureza.

## **c. Linhas de Ação**

Para a implementação do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- delimitar e quantificar as áreas prioritárias a serem recuperadas das nascentes e margens dos rios Potengi, Trairi, Jacu e Curimataú;
- reflorestar as margens dos rios Potengi, Trairi, Jacu e Curimataú, classificadas como prioritárias;
- disciplinar o uso e ocupação do solo pela expansão urbana em áreas contíguas às bacias dos rios Potengi, Trairi, Jacu e Curimataú, visando garantir a proteção e preservação dos mesmos;
- realizar monitoramento dos desmatamentos e as práticas agrícolas não conservacionistas com o objetivo de inibir estas práticas na Região;
- identificar, caracterizar e monitorar as atividades industriais e de expansão urbana nas bacias dos rios Potengi, Trairi, Jacu e Curimataú, cujos despejos possam contribuir para a poluição dos recursos hídricos;
- mapear e caracterizar os pontos identificados, de modo a permitir um perfil da bacia hidrográfica; e
- realizar cursos de capacitação de pessoal, bem como eventos e campanhas de conscientização sobre a importância da preservação ambiental dos mananciais da Região.

## **PROGRAMA 3: MELHORIA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

### **a. Situação Atual**

A Lei Federal nº 6938/81, que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente, define poluição ambiental como qualquer matéria ou energia que, direta ou indiretamente, possa afetar a saúde, a segurança e o bem-estar da população; criar condições adversas às atividades sociais e econômicas; e, ocasionar danos relevantes aos recursos naturais e aos acervos históricos, culturais e paisagísticos.

A degradação ambiental, tem como causa principal, a forma insustentável do uso dos seus recursos naturais, aliada às questões estruturais, como a falta de uma política

ambiental para o Estado, as limitações do órgão ambiental, a baixa eficiência tecnológica, a falta de informações e de capacitação técnica e a ineficiência de fiscalização, além de uma reduzida consciência, respeito e valorização ambiental.

Os resíduos sólidos vêm assumindo um posto de relevância nos últimos anos, tanto nas grandes aglomerações urbanas como em pequenas cidades do interior. Esses resíduos são produzidos, em maior escala, nas cidades e provêm de diversas fontes geradoras, como o lixo doméstico, produzido nas residências (resíduo sólido urbano), o lixo hospitalar e o industrial, resultante dos rejeitos do processo de produção industrial.

A produção de lixo, na maioria dos municípios da Região, com exceção dos pólos regionais, não é de grande volume. Apesar disto, este problema foi citado em todas as reuniões municipais, indicando que as prefeituras municipais, isoladamente, não dispõem de condições técnicas e financeiras para formular políticas e investir em projetos de instalação de sistemas tecnologicamente apropriados, como coleta seletiva, compostagem e usinas de reciclagem de lixo.

Como conseqüência, localizam-se lixões ao longo das principais estradas ou nas margens dos rios e riachos, contribuindo, ainda mais, para contaminar os recursos hídricos, os solos e subsolos, além de tornar a paisagem degradante e criar uma imagem negativa para os visitantes e para a própria população da Região, que são obrigaos a conviver com aquela paisagem, já que todos os municípios da Região dispõem os resíduos sólidos em lixões a céu aberto.

Diante desta realidade, este Programa está estruturado, de acordo com os seguintes Projetos: Implantação e Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário e Implantação e Ampliação do Sistema de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

## **b. Objetivos do Programa**

Este Programa tem, por objetivo:

- melhorar as condições sanitárias da Região, mediante a implantação e ampliação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário nas áreas urbanas e rurais (sistema condominial e fossas individuais) e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos nas áreas urbanas e rurais (sistemas simplificados de compostagem e aterro), assegurando a divulgação sobre a importância do reuso junto à comunidade.

## **c. Metas**

Para o cumprimento dos objetivos acima estabelecidos, este Programa tem como metas:

- garantir que 70% de todos os domicílios da Região sejam atendidos com sistema integrado de gestão de resíduos sólidos; e
- garantir que 50% de todos os domicílios da Região sejam atendidos com sistema de esgotamento sanitário.

## **d. Diretrizes**

O Programa será executado tomando-se por base as seguintes diretrizes:

- melhorar a infra-estrutura de saneamento ambiental nas áreas com potencial para o desenvolvimento de atividades turísticas;
- universalizar o serviço de esgotamento sanitário para assegurar a saúde da comunidade e a proteção dos corpos d'água;
- universalizar o sistema de gestão integrada de resíduos sólidos, promovendo a redução, a reciclagem e reuso dessas materiais, aumentando seu ciclo de vida;
- mobilizar as prefeituras da Região do Agreste, Potengi e Trairi para promover campanhas de sensibilização da população voltadas a participação na coleta seletiva e acondicionamento adequado do lixo;
- identificar parcerias e possibilidades de criação de consórcios intermunicipais para destinação final dos resíduos sólidos compartilhada, entre municípios;
- adotar os princípios de redução, reutilização e reciclagem na implantação dos sistemas de gestão integrada de resíduos sólidos; e
- estimular o trabalho em parceria das empresas, ONG's e prefeituras para minimizar os problemas causados pelo lixo gerado nas cidades.

## **e. Recursos e Fontes de Financiamento**

Os valores totais estimados para o Programa Melhoria dos Serviços de Saneamento Ambiental, composto, pelos dois Projetos abaixo orçados, são de R\$ 112,800 milhões, equivalentes a US\$ 38,367 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (30%), Estado (20%), Município (10%), Fontes Externas (10%), Bancos Oficiais (25%) e Beneficiário (5%).

O Projeto Implantação e Ampliação de Sistema de Esgotamento Sanitário, demandará recursos da ordem de R\$ 63,000 milhões, equivalentes a US\$ 21,429 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (30%), Estado (20%), Município (10%), Fontes Externas (10%), Bancos Oficiais (25%) e Beneficiário (5%).

O Projeto Implantação e Ampliação do Sistema de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, demandará recursos da ordem de R\$ 49,800 milhões, equivalentes a US\$ 16,939 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (30%), Estado (20%), Município (10%), Fontes Externas (10%), Bancos Oficiais (25%) e Beneficiário (5%).

## **f. Sistema de Gestão**

A Agência de Desenvolvimento será responsável pela coordenação deste Programa, atuando através de um gerente executivo, a ser designado e de sua equipe de apoio. O

gerente articulará esforços para assegurar a integração das diversas instituições envolvidas, tanto em nível governamental, como não-governamental. Deverá ser envolvida, também, a Secretaria de Estado de Planejamento e das Finanças. A Agência, juntamente com o gerente do Programa, coordenará as reuniões para deliberações com as instituições públicas e não-governamentais, incluindo as organizações sociais privadas.

A execução do Projeto de Implantação e Ampliação de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos ficará sob a responsabilidade dos governos municipais, responsáveis pelo serviço. Caso sejam criados Consórcios Intermunicipais, deverá ser instituído um grupo gestor com representantes das prefeituras envolvidas, que estará vinculado à Agência de Desenvolvimento.

No que diz respeito à Gestão do Projeto de Implantação e Ampliação de Sistema de Esgotamento Sanitário, essa Agência promoverá ações para assegurar o licenciamento e fiscalização de obras de coleta, tratamento e destino final dos esgotos sanitários, de acordo com a legislação em vigor.

## **Projeto 1: Implantação e Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário**

### **a. Situação Atual**

Como ficou evidenciado no diagnóstico da Dimensão Social deste Plano e nos dados publicados pelo IBGE no Censo de 2000, ali apresentados, o déficit dos serviços de esgotamento sanitário na Região, é, comprovadamente alto, constatando-se um elevado número de domicílios que sequer possuem banheiro ou sanitário.

Na área urbana, a população não atendida por sistemas de esgotamento sanitário recorre aos sistemas individuais, que são as fossas negras ou sépticas, seguidas de sumidouros. A má operação desses sistemas, aliada à ineficiência dos serviços de remoção do *lodo* neles produzidos e acumulados, tem levado à disseminação da prática de ligações clandestinas de seus efluentes à rede de micro drenagem de águas pluviais.

Essa situação, tem contribuído para a elevada taxa de doenças veiculadas pela água e, conseqüentemente, para o elevado índice de mortalidade infantil e para a deterioração da saúde pública na Região, em especial nas áreas rurais, onde o quadro é ainda mais grave do que nas áreas urbanas, onde soluções simplificadas quanto ao tipo de esgotos condominiais, apresentam-se como alternativas de sistemas adequados às condições locais.

Durante a realização das oficinas de mobilização municipal com os atores envolvidos, a deficiência de esgotamento sanitário foi ressaltada, de modo que é contemplada, também, na Dimensão Social, onde se coloca como uma medida para melhorar a qualidade das habitações de baixa renda.

Considerando a importância dos investimentos em saúde pública para a população, mas, também, para a própria localização de setores econômicos dinâmicos, como o turismo e a indústria de confecções, este Projeto de Implantação e Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário deverá melhorar as condições ambientais da Região e avaliar a possibilidade de reuso do efluente tratado, para fins agrícolas.

## **b. Objetivos do Projeto**

O Projeto será executado tomando-se por base os seguintes objetivos:

- melhorar as condições sanitárias da Região, mediante a implantação de sistemas de esgotamento sanitário nas áreas urbanas e de sistemas simplificados nas áreas rurais (esgotamento condominial, fossas sépticas); e
- promover a redução do volume de esgoto, avaliando a possibilidade de reuso do efluente tratado para fins agrícolas.

## **c. Linhas de Ação**

Para a implementação do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- implantar e ampliar, para 50%, do nível de atendimento dos sistemas de esgotamento sanitário nas áreas urbanas e sistemas simplificados nas áreas rurais (esgotos condominiais e fossas sépticas);
- articular e mobilizar as lideranças comunitárias para a definição de formas de participação na construção e/ou operação do sistema proposto; e
- avaliar a possibilidade de reutilização do efluente para fins agrícolas.

## **Projeto 2: Implantação e Ampliação do Sistema de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**

### **a. Situação Atual**

Das atividades humanas, sejam elas de qualquer natureza, resultam sempre materiais diversos. O constante crescimento da população urbana, o aumento das atividades terciárias e industriais e, a melhoria no poder aquisitivo da população, são fatores que contribuem para formar grandes volumes de resíduos sólidos nas cidades. A disposição inadequada desses resíduos, apresenta um alto poder de poluição ambiental, principalmente dos recursos hídricos e do solo.

A poluição provocada pelo lixo, reflete-se nos problemas ligados à saúde pública, uma vez que o mesmo é fonte de proliferação de vetores de várias doenças. Tal fato reforça a urgência da Implantação e Ampliação de um Sistema de Gestão Integrada, envolvendo a melhoria das condições de acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos gerados na Região.

Na maioria dos municípios da Região, mesmo com a produção de lixo inferior à produção das grandes cidades, as prefeituras nem sempre dispõem de condições financeiras para investir em projetos de instalação de sistemas tecnologicamente apropriados como coleta seletiva, compostagem e usinas de reciclagem de lixo. Uma possibilidade viável é a criação de Consórcios Intermunicipais de Tratamento de Resíduos Sólidos, para aqueles municípios geograficamente mais próximos, cujo estoque de lixo produzido apresentem

escala compatível com sistemas integrados de aterros sanitários e/ou implantação de unidades de compostagem.

## **b. Objetivo do Projeto**

O Projeto será executado tomando-se por base os seguintes objetivos:

- melhorar as condições de acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos; e
- minimizar a geração dos mesmos, através de um programa de redução do volume produzido e da coleta seletiva e reciclagem dos materiais com viabilidade econômica.

## **c. Linhas de Ação**

Para a implementação do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- ampliar o sistema de coleta, visando um aumento de 54,18% para 75% no percentual de lixo coletado; com isso, haverá uma redução no percentual de lixo queimado e jogado em terreno baldio ou corpos d'água;
- realizar campanhas educacionais com o objetivo de esclarecer a população sobre a importância e benefícios alcançados com a implantação de um sistema de coleta seletiva e reciclagem;
- implantar sistemas de coleta seletiva e estimular a participação da comunidade no processo;
- identificar mercados potenciais para absorção do composto orgânico produzido a partir do lixo orgânico;
- implantar um programa de treinamento técnico e de capacitação permanente dos recursos humanos envolvidos com os serviços de limpeza urbana; e
- elaborar propostas de desenho institucional para a gestão e operacionalização dos Sistemas de Limpeza Urbana Municipais.

## **PROGRAMA 4: FORTALECIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL**

### **a. Situação Atual**

O Rio Grande do Norte já dispõe de um Programa Estadual de Educação Ambiental, elaborado pela Comissão Inter-institucional de Educação Ambiental, após amplas discussões com os diversos segmentos da sociedade. Os princípios básicos orientadores do Programa são, participação e reconhecimento da pluralidade local (cultural, social, econômica e ambiental), de forma integrada com os atores nela envolvidos, tendo em vista contribuir para o exercício da cidadania e a mudança de comportamento, em relação ao meio ambiente.

A conscientização ambiental por parte da comunidade local, já aumentou bastante

nos últimos anos, em consequência dos diversos planos elaborados com a utilização de metodologias participativas. Este processo de conscientização ambiental deve continuar por intermédio de campanhas e atividades de educação ambiental, associadas a uma temática ou disciplina que deverá ser tratada como tema transversal no ensino formal e complementado com atividades informais.

Nos dias de hoje, já existe um consenso em torno da necessidade da presença da educação ambiental, em todos os momentos da implementação dos Programas e Projetos de responsabilidade governamental e não-governamental. Apesar dos avanços obtidos, ainda há necessidade de incrementar a pequena participação das empresas da Região no desenvolvimento de Programas de responsabilidade social.

Todo o quadro apresentado no diagnóstico realizado para a Região, caracterizou um planejamento e gestão ambiental deficitários e centralizados, caracterizados pela fragilidade dos órgãos públicos responsáveis pela gestão ambiental, que possuem um número reduzido de técnicos capacitados e uma infra-estrutura deficiente para atender às demandas.

Verifica-se, também, a necessidade de ampliar esforços para a democratização da gestão ambiental, de modo que os representantes da sociedade civil e do poder municipal participem mais ativamente no processo de tomada de decisão.

Visando reduzir a degradação e a poluição ambiental, faz-se necessária à implantação de ações que assegurem um maior cumprimento das legislações urbanas e ambientais existentes, garantindo o controle ambiental no licenciamento e na fiscalização mais eficazes. Para o sucesso desta ação, é de fundamental importância o fortalecimento institucional dos órgãos responsáveis pela gestão ambiental. Nesse sentido, é relevante estimular a Gestão Ambiental para as Cadeias Produtivas Locais, o Fortalecimento da Gestão Ambiental Participativa e a Descentralizada e a Divulgação da Educação Sanitária/Ambiental.

## **b. Objetivo do Programa**

O Projeto será executado tomando-se por base o seguinte objetivo:

- implantar ações que assegurem um maior cumprimento das legislações urbanas e ambientais existentes, garantindo o controle ambiental no licenciamento e na fiscalização, o fortalecimento institucional dos órgãos responsáveis pela gestão ambiental, a descentralização administrativa e a participação social.

## **c. Metas**

Para o cumprimento dos objetivos acima estabelecidos, este Programa tem como metas:

- institucionalizar 42 (quarenta e dois) cursos de formação de professores do ensino fundamental e do ensino médio, para transmissão de informações de educação ambiental a todos os estudantes dos municípios da Região;
- realizar 6 (seis) cursos de capacitação para gestores ambientais e 4 (quatro) fóruns, com a participação dos diversos segmentos da sociedade;

- elaborar 42.000 cartilhas de educação ambiental com diversas temáticas de interesse da Região;
- realizar 18 (dezoito) campanhas de sensibilização da comunidade, sendo 6 (seis) sobre a temática ambiental, 6 (seis) voltadas para a motivação da sociedade, quanto à sua participação na coleta seletiva e 6 (seis) voltadas para a sensibilização da comunidade sobre as relações de saúde com esgotos sanitários, ressaltando as informações ligadas às doenças de veiculação hídrica;
- estruturar 6 (seis) grupos de meio ambiente nas principais prefeituras da Região; e
- implantar um sistema de informações ambientais nos 42 (quarenta e dois) municípios da Região.

#### **d. Diretrizes**

Para o cumprimento dos objetivos acima estabelecidos, este Programa tem como metas:

- estimular a descentralização da gestão ambiental, fortalecendo os grupos de meio ambiente nas prefeituras;
- envolver a sociedade civil, através de seus representantes, no processo de tomada de decisão;
- disponibilizar e ampliar divulgação de dados e informações ambientais para toda a sociedade, através de um sistema de informações ambientais de fácil acesso; e
- fortalecer a gestão ambiental nas cadeias produtivas principais da Região, seguindo os princípios do desenvolvimento sustentável.

#### **e. Recursos e Fontes de Financiamento**

Os valores totais estimados para o Programa Fortalecimento da Gestão Ambiental, composto, pelos três Projetos abaixo orçados, são de R\$ 7,000 milhões, equivalentes a US\$ 2,381 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (25%), Estado (10%), Município (10%), Fontes Externas (35%), Bancos Oficiais (10%), Setor Privado (5%) e Beneficiário (5%).

O Projeto Divulgação e Educação Sanitária Ambiental, demandará recursos da ordem de R\$ 1,200 milhão, equivalentes a US\$ 408 mil, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (25%), Estado (10%), Município (10%), Fontes Externas (35%), Bancos Oficiais (10%), Setor Privado (5%) e Beneficiário (5%).

O Projeto Desenvolvimento de um Sistema de Informação Ambiental, demandará recursos da ordem de R\$ 1,500 milhão equivalentes a US\$ 510 mil considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (25%), Estado (10%), Município (10%), Fontes Externas (35%), Bancos Oficiais (10%), Setor Privado (5%) e Beneficiário (5%).

O Projeto Incentivo à Participação e à Descentralização na Gestão Ambiental, demandará recursos da ordem de R\$ 4,300 milhões equivalentes a US\$ 1,463 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo Federal (25%), Estado (10%), Município (10%), Fontes Externas (35%), Bancos Oficiais (10%), Setor Privado (5%) e Beneficiário (5%).

## **f. Sistema de Gestão**

A Agência de Desenvolvimento será responsável pela coordenação deste Programa, atuando através de um gerente executivo, a ser designado, e de sua equipe de apoio. O gerente articulará esforços para assegurar a integração das diversas instituições envolvidas, tanto em nível governamental, como não-governamental. Deverá ser envolvida, também, a Secretaria de Estado de Planejamento e das Finanças. A Agência, juntamente com o gerente do Programa, coordenará as reuniões para deliberações com as instituições públicas e não-governamentais, incluindo as organizações sociais privadas.

## **Projeto 1: Divulgação e Educação Sanitária e Ambiental**

### **a. Situação Atual**

Apesar da comunidade já possuir um bom conhecimento dos problemas ambientais de sua Região, conforme detectado nas diversas oficinas de sensibilização realizadas, ainda não existe um grau de consciência, que permita o entendimento e a intervenção dos diversos setores da sociedade, encorajando o surgimento de um novo modelo de desenvolvimento, onde a proteção dos recursos naturais seja compatível com o bem-estar sócio-econômico da população.

O Projeto de Divulgação e Educação Sanitária e Ambiental, aqui proposto, prestará apoio e deverá se integrar a todos os demais Projetos e componentes do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Agreste, Potengi e Trairi. Para tanto, visa desenvolver atividades modulares com participação ativa e integrada dos diversos segmentos da sociedade civil organizada, incluindo empresas e governos locais, cujas ações favoreçam uma gestão ambiental compartilhada que tenha, como resultado, a redução dos problemas e riscos ambientais e a melhoria das condições de vida da população local. No desenvolvimento das ações, deverão ser tratados temas prioritários tais como: gestão de resíduos sólidos, proteção da fauna e flora, manejo sustentável da caatinga, uso racional da água e uso de agrotóxicos, entre outros.

### **b. Objetivos do Projeto**

O Projeto será executado tomando-se por base o seguinte objetivo:

- promover a mudança de hábitos e costumes, seja de modo formal, junto às escolas, ou de modo informal junto à sociedade, quanto à utilização racional dos recursos ambientais.

## **c. Linhas de Ação**

Para a implementação do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- promover parcerias dos órgãos da administração pública com a comunidade, para a conscientização ambiental, adotando uma postura moderna quanto ao uso correto dos recursos ambientais;
- promover campanhas, amplas e permanentes, de conscientização e de mobilização, por intermédio da mídia, sobre a importância da preservação ambiental e do uso sustentável dos recursos naturais;
- produzir e distribuir material educativo para as comunidades e escolas;
- desenvolver de um programa de divulgação sobre a importância da água e da necessidade de sua conservação e utilização racional;
- realizar palestras voltadas para o público em geral, de modo que não seja um evento isolado, mas que se possa aprofundar o conhecimento sobre um determinado tema; e
- inserir e institucionalizar a temática de educação ambiental nas escolas de ensino fundamental e médio da Região, produzindo e divulgando material informativo.

## **Projeto 2: Desenvolvimento de um Sistema de Informação Ambiental**

### **a. Situação Atual**

Durante a realização do Diagnóstico da Região, foi detectada a escassez de dados referentes à qualidade ambiental, dificultando, assim, uma avaliação mais precisa das alterações ocorridas ao longo dos anos. Essa carência de informações apresenta-se, tanto no precário sistema de monitoramento de qualidade das águas, como, também, no estado atual das áreas de florestas, com alto potencial de biodiversidade, do uso e ocupação do solo, enfim, constatou-se a necessidade de um banco de dados que fosse permanentemente alimentado sobre as condições ambientais nos seus diversos indicadores de qualidade.

Diante desse fato, está sendo proposto, aqui, o desenvolvimento e implantação de um sistema de informações ambientais, a ser implementado nos órgãos ambientais e Secretarias de Estado e que este sistema esteja disponibilizado, na Internet, de modo a permitir uma ampla divulgação das informações para toda a sociedade.

### **b. Objetivo do Projeto**

O Projeto será executado tomando-se por base os seguintes objetivos:

- fortalecer a ação ambiental nos municípios de forma integrada e descentralizada, através da criação de um sistema de informações ambientais estruturado, que venha a fornecer subsídios às instituições públicas e privadas, auxiliando-as no processo de planejamento e na tomada de decisões.

## **c. Linhas de Ação**

Para a implementação do Projeto, serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- levantar as informações ambientais existentes e monitoradas pelos diversos órgãos estaduais e federais;
- definir uma metodologia de monitoramento ambiental para avaliar a qualidade das águas, do solo e do ar, em função das atividades agroindustriais, florestais e industriais da Região, de forma integrada e sistematizada;
- monitorar a qualidade ambiental (água, ar e solo) e fornecer dados para alimentação do sistema de informações; e
- fortalecer as instituições públicas, de modo que estas participem do processo de elaboração do sistema de informações e que sejam responsáveis pela atualização constante das mesmas.

## **Projeto 3: Incentivo à Participação e à Descentralização na Gestão Ambiental**

### **a. Situação Atual**

O Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável Agreste, Potengi e Trairi, foi concebido com base em um processo técnico e político que levou em consideração a participação da comunidade, através de suas lideranças, durante todo o processo, desde a realização das oficinas de trabalho locais até a seleção dos representantes (delegados eleitos) de cada sub-Região, para avaliação dos relatórios preliminares elaborados. Essa intensa mobilização proporcionou um caráter diferenciado ao trabalho e permitiu a identificação de lideranças locais, capazes de dar continuidade ao processo de participação e à descentralização da gestão ambiental. Entretanto, poucos esforços foram direcionados para a criação de fóruns participativos específicos de gestão ambiental, tais como Comitês de Bacias hidrográficas e Conselhos Municipais de Meio Ambiente (CONDEMA).

O processo de descentralização da gestão ambiental em direção ao município é complexo, tendo em vista os múltiplos fatores adversos provindos do meio ambiente, em si, e, das fragilidades das instituições municipais. A ação de defesa do meio ambiente, em nível local, está perfeitamente delineada pelas Constituições Federal e Estadual, por leis orgânicas dos municípios e pela legislação ordinária em vigor, cabendo, aos municípios, proteger o meio ambiente e combater a poluição, em quaisquer de suas formas, bem como preservar a biodiversidade.

Por outro lado, a Região se destaca pelas atividades econômicas agrícolas e não agrícolas, como fruticultura, bovinocultura, aquíicultura e turismo, as quais vêm provocando impactos ambientais diversos, que precisam ser reduzidos. Nesse sentido, é importante incentivar a participação do empresariado local, para a implantação de Sistema de Gestão Ambiental (SGA) nos principais arranjos produtivos da Região, de modo a reduzir os impactos ambientais, o consumo de matérias-primas e insumos, bem como estimular o reuso da água e a reciclagem dos resíduos sólidos.

## **b. Objetivo do Projeto**

O Projeto será executado tomando-se por base os seguintes objetivos:

- estabelecer canais de integração, descentralização e regulação para favorecer a governabilidade em níveis locais e municipais; e
- fortalecer a democratização da gestão ambiental, através da construção de parcerias entre as instituições governamentais e não-governamentais, ressaltando o papel das populações locais.

## **c. Linhas de Ação**

Para a implementação do Projeto serão necessárias as seguintes linhas de ação:

- estimular o desenvolvimento de Agenda 21, Local para os diversos municípios, com a participação comunitária;
- criar Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMA's;
- criar Núcleos Municipais de Meio Ambiente nas prefeituras da Região;
- capacitar técnicos das prefeituras e ONG's;
- formar parcerias entre as universidades, institutos de pesquisa e ONG's, para o desenvolvimento conjunto de atividades de gestão ambiental; e
- estimular a implantação de Sistemas de Gestão Ambiental – SGA, nos arranjos produtivos da Região.

## **DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL**

Como foi visto anteriormente, a Dimensão Político-Institucional, compreende o conjunto formado pelas administrações públicas e as instâncias de participação social e de gestão descentralizada, onde se destacam, os conselhos municipais, as associações civis e outros tipos de organizações da sociedade civil, além das relações que se estabelecem entre essas organizações e as estruturas dos governos estadual e federal, no processo de implementação e financiamento das políticas, programas e projetos públicos.

A Dimensão Político-Institucional está composta por 2 (dois) Programas e 4 (quatro) Projetos, destinados a introduzir uma nova filosofia de gestão, fundamentada nos aportes teóricos da administração empreendedora e pós-burocrática, na necessidade de ampliação da capacidade dos sistemas municipais para planejar, implementar e avaliar as ações da administração pública, segundo as exigências da Lei de Responsabilidades Fiscais, e, no estabelecimento de novas relações entre o Estado e a sociedade civil, no âmbito local, objetivando a provisão de bens e serviços públicos, conforme descritos a seguir.

# **PROGRAMA 1: REESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS PREFEITURAS E CÂMARAS MUNICIPAIS**

## **a. Situação Atual**

A estrutura da administração pública municipal da Região, está composta por 42 prefeituras e aproximadamente 252 secretarias municipais, tendo, as câmaras municipais, o mesmo número que as prefeituras, 378 vereadores e um total de 11,10 mil funcionários, constituídos por professores e pessoal técnico e administrativo, dos quais 43,1% possuem nível auxiliar, 49,6% nível médio e apenas 7,3%, curso superior.

Como visto no diagnóstico, essa estrutura foi concebida e implementada com base em um padrão burocrático, hierarquizado e centralizado na figura do prefeito, com número semelhante de cargos e funções de confiança, sem relação direta com o tamanho da população, o grau de urbanização, o volume das demandas sociais e o valor das receitas e dos gastos públicos em cada município.

Entretanto, as novas responsabilidades que foram atribuídas às administrações municipais, no campo das políticas públicas e da geração de trabalho e renda, após a Constituição de 1988, exigiram novos arranjos institucionais abertos, à formação de distintos tipos de cooperação público-privado de associações e consórcios intermunicipais e de participação da sociedade na gestão das políticas públicas, para os quais as Prefeituras e Câmaras Municipais não estão adequadamente estruturadas.

Como foi visto acima, as Prefeituras Municipais possuem um grande número de funcionários, porém, os níveis de escolaridade e de qualificação profissional desses funcionários são insuficientes para o enfrentamento dos novos desafios, que emergiram com os processos de descentralização fiscal e político-institucional e, conseqüentemente, com os novos encargos assumidos pelas administrações das mesmas no campo do planejamento e da implementação de políticas públicas.

Diante desta realidade, o Programa está composto por dois Projetos, voltados para a reestruturação e modernização das Prefeituras e Câmaras Municipais, de forma a introduzir uma nova filosofia de gestão, fundamentada nos aportes teóricos da administração empreendedora e pós-burocrática; na ampliação da capacidade dos sistemas municipais para planejar, implementar e avaliar as ações da administração pública; e, no estabelecimento de novas relações entre o Estado e as organizações da sociedade civil, no âmbito local, objetivando a produção de bens e serviços públicos.

## **b. Objetivos do Programa**

Os objetivos deste Programa são:

- conceber novos desenhos institucionais e novos processos de gestão nas administrações públicas municipais, em consonância com as diretrizes do Plano; e
- difundir as propostas elaboradas, com vistas à obtenção do apoio e da adesão dos gestores públicos municipais para sua implantação.

## **c. Metas**

A execução do Programa estará voltada para o cumprimento das seguintes metas, à medida que as administrações municipais forem aderindo à filosofia e às propostas formuladas pelo Programa, por intermédio do Conselho e da Agência Regional de Desenvolvimento:

- reestruturar e modernizar as 42 Prefeituras e Câmaras Municipais;
- conceber e implantar um Sistema Integrado de Informações Gerenciais que permita o levantamento e a sistematização de dados sobre a realidade dos municípios e o monitoramento das ações realizadas pelas administrações municipais;
- realizar 3 (três) cursos anuais de capacitação para representantes das Prefeituras e Câmaras Municipais, em métodos e processos de planejamento anual e plurianual, focalizando os eixos estratégicos, os Programas e Projetos que integram o Plano e os aspectos relacionados com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA);
- realizar 3 (três) eventos anuais, com representantes dos conselhos municipais e colegiados afins, objetivando avaliar as realizações das administrações municipais e a coleta de subsídios para a elaboração da programação para o ano subsequente;
- introduzir, de forma progressiva e mediante adesão das administrações municipais, a prática do orçamento participativo, nas 42 administrações públicas municipais; e
- realizar uma Conferência Anual de Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de avaliar a implementação do Plano e priorizar ações para os anos subsequentes.

## **d. Diretrizes**

O alcance dos objetivos e metas, acima explicitados, serão buscados mediante as seguintes diretrizes, que orientarão os processos de implementação das ações programadas:

- introdução de novos processos de administração empreendedora e pós-burocrática nas administrações públicas municipais;
- implementação de novas formas de relação público-privado, com ênfase na participação mais efetiva e eficiente da sociedade na tomada de decisões e nos processos de co-gestão, realizados por intermédio de fóruns, conselhos e associações civis;
- aumento das receitas próprias e redução do grau de dependência dos municípios, em relação às transferências inter-governamentais; e
- aumento do grau de escolaridade e qualificação dos gestores públicos e funcionários municipais, com vistas ao exercício de suas funções, segundo os princípios e diretrizes do Plano.

## **e. Recursos e Fontes de Financiamento**

Para viabilizar a execução do Programa Reestruturação e Modernização das

Prefeituras e Câmaras Municipais, serão utilizados os seguintes instrumentos institucionais: Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável (CONDESUS); Agência Regional de Desenvolvimento Sustentável (ADESUS); Bancos Oficiais (BNDES); Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças; Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (FEMURN) e Associações de Municípios com atuação no Litoral Agreste, Potengi e Trairi; Universidade Federal do Rio Grande do Norte; e, Organizações Não-Governamentais com atuação nas áreas de treinamento e organização comunitária.

Os recursos financeiros orçados para execução deste Programa, composto pelos dois projetos abaixo orçados, correspondem a R\$ 4,200 milhões, equivalentes a US\$ 1,429 milhão, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo do Estado do Rio Grande do Norte (40%); Municípios (10%); e, Bancos Oficiais (50%).

O Projeto Reestruturação Administrativa e Modernização das Prefeituras Municipais, demandará recursos da ordem de R\$ 1,200 milhão, equivalentes a US\$ 408 mil, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo do Estado do Rio Grande do Norte (40%); Municípios (10%); e, Bancos Oficiais (50%).

O Projeto Melhoria do Desempenho das Câmaras Municipais, demandará recursos da ordem de R\$ 3,000 milhões, equivalentes a US\$ 1,020 mil, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo do Estado do Rio Grande do Norte (40%); Municípios (10%); e, Bancos Oficiais (BNDES) (50%).

## **f. Sistema de Gestão**

A coordenação geral das ações do Programa estará ao cargo da Agência Regional de Desenvolvimento Sustentável (ADESUS), mediante contrato de parceria firmado entre a própria ADESUS, o Governo do Estado e as Prefeituras Municipais.

As Universidades Federal, Estadual e Potiguar serão convidadas para participar da realização dos estudos de avaliação sobre os produtos, efeitos e impactos dos Programas e Projetos executados pelas administrações municipais e pela concepção e implantação dos sistemas de planejamento e informações gerenciais.

A reestruturação e a modernização administrativa das Prefeituras Municipais serão realizadas por consultores especializados, com financiamento e assessoramento técnico, do BNDES na linha de financiamento de reestruturação e modernização das administrações públicas municipais. Os eventos relacionados com a divulgação do Plano e gestão administrativa serão coordenados pelas ADESUS, com o apoio do Governo do Estado, das Prefeituras Municipais e da FEMURN.

# **Projeto 1: Reestruturação Administrativa e Modernização das Prefeituras Municipais**

## **a. Situação Atual**

Como foi observado acima, as medidas descentralizadoras que se iniciaram com o processo de redemocratização da década de 1980 e que se consolidaram com a Constituição de 1988, conferiram novos papéis às Prefeituras Municipais no campo das políticas públicas e da geração de trabalho e renda para uma ampla parcela da população no âmbito local.

Entretanto, as estruturas e o funcionamento das administrações municipais, ainda são centralizados, piramidais e dependentes da figura do prefeito, como agente hegemônico, na tomada de decisões no âmbito local e nas articulações intermunicipais, estaduais e nacionais. Originalmente concebidas com essas características, essas administrações requerem, agora, para o seu melhor funcionamento, a reestruturação e modernização das suas estruturas, para que possa ser implementada a nova filosofia de gestão preconizada pelo Plano.

Na realidade, as Prefeituras Municipais não dispõem e dificilmente terão condições de contratar, cada uma por si, quadros técnicos qualificados para planejar, implementar e monitorar as ações sob suas responsabilidades. Por outro lado, as relações atualmente existentes entre o Estado, a sociedade e o mercado se restringem à contratação de empresas privadas para execução de obras e controle contábil, sem utilização do potencial dos consórcios intermunicipais e dos conselhos, fóruns e associações com os quais poderiam ser estabelecidas novas relações para execução e gestão descentralizada de bens e serviços públicos.

## **b. Objetivos do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- promover a reforma administrativa das Prefeituras Municipais, com vistas a adaptá-las aos modernos princípios da administração pós-burocrática e empreendedora; e
- adequar o modelo de gestão das prefeituras municipais aos princípios da descentralização e da participação social e às prioridades e diretrizes do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Agreste, Potengi e Trairi.

## **c. Linhas de ação**

A execução do Projeto dar-se-á por intermédio das linhas de ação abaixo especificadas:

- estabelecimento de condições técnicas e operacionais para a efetiva utilização do planejamento anual e plurianual, como instrumento de racionalização da ação pública nos termos da legislação em vigor;
- informatização dos processos de planejamento e gestão de recursos humanos,

financeiros e materiais;

- concepção e implantação de um sistema integrado de planejamento, à medida que forem bancos de dados de interesse da administração pública municipal e que os municípios forem aderindo às propostas de articulação institucional para criação de instâncias conjuntas para execução da ação pública; e
- concepção e implantação de um programa de capacitação e de valorização dos recursos humanos das Prefeituras Municipais.

## **Projeto 2: Melhoria do Desempenho das Câmaras Municipais**

### **a. Situação Atual**

O desempenho das Câmaras Municipais da Região, em geral, é muito baixo, quando se considera o número de projetos de lei, requerimentos e outros tipos de iniciativas relacionados com a melhoria da oferta de bens e serviços públicos; a ampliação da infraestrutura econômica e social na sede do município e nas comunidades rurais; a geração de oportunidades de trabalho e renda; e, emendas aprovadas com base na prática do orçamento participativo.

As razões para este baixo desempenho estão relacionadas com a própria cultura que predomina no exercício dos mandatos legislativos municipais, isto é, o atendimento de demandas individuais, causando danos à priorização coletiva das demandas sociais; o reconhecimento das instâncias de democracia representativa como espaços exclusivos de atuação, em detrimento das instâncias de democracia direta, consideradas sem importância para o exercício do mandato legislativo; adoção de uma atitude passiva em relação ao orçamento público, intimidando um comportamento ativo, próprio das formas participativas de elaboração orçamentária; valorização da experiência e do senso comum, prejudicando o estudo e a sistematização de dados sobre os problemas e potencialidades locais, assim como sobre ameaças e oportunidades existentes nos ambientes estadual, nacional e internacional; gestão individual de cada Câmara, em detrimento da constituição de espaços coletivos para discussão e encaminhamento de projetos intermunicipais.

Torna-se necessário, portanto, introduzir novas formas e novos instrumentos de atuação no Poder Legislativo Municipal, em especial no que se refere ao conhecimento da realidade local; aos princípios, diretrizes, programas e projetos de desenvolvimento local; aos instrumentos e mecanismos formais utilizados para planejar, acompanhar e avaliar o desempenho da ação pública, entre os quais se destacam o PPA, LDO e LOA; aos diplomas legais de interesse do Legislativo Municipal, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LDF); à prática do orçamento participativo; e à criação de estruturas técnicas de assessoramento e análise e controle dos gastos públicos.

A Constituição Federal de 1988 e a nova Lei de Responsabilidade Fiscal reconheceram os municípios como esferas autônomas da Federação e exigiram um Poder Legislativo atuante. A elaboração ou apreciação de matérias importantes, como as Leis Orgânicas Municipais, Planos Diretores, Planos Anuais e Plurianuais e avaliação da ação governamental, são, agora, responsabilidades indelegáveis das Câmaras Municipais.

Apesar disso, nenhuma das Câmaras da Região contam com assessoramento especializado em pesquisa sócio-econômica, planejamento, gestão de finanças públicas, administração tributária ou avaliação, monitoramento e acompanhamento da ação governamental. E isto só poderá ser feito por intermédio da articulação e soma de esforços entre diversos municípios e os distintos organismos da estrutura dos governos federal e estadual que cuidam da formação e qualificação dos gestores públicos, a exemplo do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), da Escola de Administração Fazendária (ESAF), da Secretaria Estadual de Planejamento e das Finanças e da Escola de Governo, esta última vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

## **b. Objetivos do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- introduzir novos processos de trabalho nos legislativos municipais, de modo a assegurar-lhes um melhor conhecimento da realidade local, estadual, nacional e um comportamento pro – ativo, perante as propostas do Executivo e as demandas da sociedade civil;
- constituir instâncias intermunicipais de assessoramento técnico às Câmaras Municipais, mediante a formação de consórcios, associações ou outros tipos de representação coletiva e de debate das questões intermunicipais; e
- abrir canais de articulação com as organizações de apoio às administrações municipais, nos planos estadual, nacional e internacional.

## **c. Linhas de Ação**

A execução do Projeto dar-se-á segundo as linhas de ação abaixo especificadas:

- modernização das estruturas e dos processos administrativos das Câmaras Municipais, com vistas à melhoria da atuação dos vereadores e à articulação para a formação de instâncias intermunicipais consultivas ou deliberativas; e
- formação e qualificação dos vereadores, funcionários das Câmaras Municipais e lideranças municipais e comunitárias, objetivando um melhor conhecimento da realidade municipal e um maior aperfeiçoamento para elaboração e análise dos documentos produzidos.

# **PROGRAMA 2: AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DAS FORMAS COLEGIADAS E ASSOCIATIVAS DE GESTÃO PÚBLICA**

## **a. Situação Atual**

O diagnóstico da Dimensão Político-Institucional, identificou cerca de 400 organizações de caráter colegiado, associativo ou comunitário, atuando na Região, além

de sindicatos patronais e de trabalhadores, clubes diretores lojistas e de serviços.

Essas instituições vêm desenvolvendo importantes trabalhos na gestão de políticas sociais, na identificação e execução de projetos comunitários, na ampliação da base sindical e no assessoramento às organizações sociais e empresariais, porém, atuam de forma isolada e com base em projetos e financiamentos circunscritos aos municípios e comunidades rurais.

As Prefeituras, por sua vez, participam das Associações Municipais e da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte, porém, ainda não trabalham de forma consorciada nem exploram suficientemente as possibilidades de cooperação público-privado para execução de obras e prestação de serviços públicos em escala territorial, o que poderia aumentar a eficácia, a eficiência e a efetividade da ação pública.

Entretanto, existem condições potenciais para o desenvolvimento desses tipos de empreendedorismo regional. O Governo do Estado e as Prefeituras Municipais estão apoiando a elaboração de planos regionais de desenvolvimento sustentável. A maioria das prefeituras possuem recursos de informática, podendo atuar em redes intermunicipais e com a futura Agência Regional de Desenvolvimento Sustentável. Aproximadamente, metade dos prefeitos, possui escolaridade entre o segundo e terceiro grau, o que possibilita a difusão de programas mais avançados de gestão pública empreendedora e de informatização na administração pública.

O pressuposto é que o êxito das formas empreendedoras de gestão pública, pela via das organizações do governo e da sociedade civil, depende da capacidade de articulação e do desenvolvimento de parcerias e cooperação entre os agentes públicos e a sociedade, do fortalecimento e autonomia das organizações da sociedade e do desenvolvimento do novo papel do Estado, como instância de coordenação e estímulo a essa ampla articulação de forças no exercício de um tipo inovador de gestão pública ou de governance local (Harvey, 1989; Lipietz, 1994; Pacheco, 1993).

## **b. Objetivos do Programa**

Os objetivos deste Programa são:

- dotar os conselhos municipais e associações civis dos recursos humanos, materiais e financeiros e da assistência técnica sistemática, de que necessitam para o exercício de suas responsabilidades no Plano, mediante contratos específicos de parceria;
- estimular, apoiar e capacitar os dirigentes e demais componentes das formas colegiadas e associativas de gestão pública, para participação no processo de implementação e avaliação do Plano; e
- estabelecer mecanismos de controle social, como forma de garantir transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

## **c. Metas**

Para o cumprimento dos objetivos acima estabelecidos, este Programa tem como metas:

- estimular a criação de Fóruns Municipais de Desenvolvimento Sustentável nos 42 municípios da Região e consolidá-los como instâncias de articulação entre os conselhos já existentes e o Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável;
- definir espaços físicos e apoio logístico para funcionamento dos 42 Fóruns Municipais de Desenvolvimento Sustentável para toda a Região;
- realizar, a cada ano, 3 eventos de atualização em gestão associativa, finanças e contabilidade para funcionários, sócios, dirigentes e voluntários com atuação nos Fóruns Municipais, Conselhos Setoriais, Associações Cívicas e outros tipos de organizações da sociedade civil existentes nos municípios da área de abrangência do Plano; e
- realizar, a cada ano, pelo menos 1 curso de planejamento e gestão de projetos para técnicos de instituições governamentais e não-governamentais que prestam assessoramento às organizações colegiadas e associativas.

#### **d. Diretrizes**

O Programa será executado tomando-se por base as seguintes diretrizes:

- divulgação da filosofia, dos eixos estratégicos e dos Programas e Projetos que compõem o Plano, de modo a garantir o apoio da sociedade civil e política, particularmente das lideranças, empresariais, políticas, religiosas, sindicais, estudantis, assim como, das organizações nacionais e internacionais de financiamento e cooperação técnica;
- integração entre conselhos e associações cívicas, com vistas à formação de redes institucionais para implementação de projetos intermunicipais compatíveis com as identidades culturais do Agreste, Potengi e Trairi;
- utilização de mecanismos de controle externo e interno, como forma de garantir maior transparência e maior eficiência na gestão dessas organizações; e
- aprimorar a ação político-institucional, com vistas a obter a conjugação de esforços entre os poderes executivo, legislativo e os conselhos e associações cívicas, visando ao aumento da eficiência e da efetividade da ação pública.

#### **e. Recursos e Fontes de Financiamento**

Para viabilizar a execução do Programa Ampliação e Fortalecimento das Formas Colegiadas e Associativas de Gestão Pública, serão utilizados os seguintes instrumentos institucionais: Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável (CONDESUS); Agência Regional de Desenvolvimento Sustentável (ADESUS); Fóruns Municipais; Associações Cívicas e Organizações Não-Governamentais, com atuação nas áreas de treinamento e organização comunitária.

Os recursos financeiros orçados para a execução deste Programa, composto pelos dois Projetos abaixo orçados, são de R\$ 223 mil, equivalentes a US\$ 76 mil, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo do Estado do Rio Grande do Norte (60%); Municípios (10%); e, Banco Mundial (30%).

O Projeto Consolidação dos Conselhos e Associações Civas para a Implementação de Políticas Públicas, demandará recursos da ordem de R\$ 120 mil, equivalentes a US\$ 41 mil, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo do Estado do Rio Grande do Norte (60%); Municípios (10%); e, Banco Mundial (30%).

O Projeto Ampliação e Fortalecimento dos Consórcios Territoriais, Municipais e Setoriais, demandará recursos da ordem de R\$ 103 mil, equivalentes a US\$ 35 mil, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004, oriundos das seguintes fontes: Governo do Estado do Rio Grande do Norte (60%); Municípios (10%); e, Banco Mundial (30%).

## **f. Sistema de Gestão**

A coordenação geral das ações do Programa estará ao cargo da Agência Regional de Desenvolvimento Sustentável (ADESUS), mediante contrato de parceria firmado entre a própria ADESUS, o Governo do Estado e as Prefeituras Municipais.

As Universidades Federal, Estadual e Potiguar, serão convidadas para participar da realização dos estudos de avaliação sobre os produtos, efeitos e impactos dos Programas e Projetos executados pelas administrações municipais e pela concepção e implantação dos sistemas de planejamento e informações gerenciais.

## **Projeto 1: Consolidação dos Conselhos e Associações Civas para a Implementação de Políticas Públicas**

### **a. Situação Atual**

Como foi visto acima, os conselhos gestores de políticas públicas e as associações civis vêm se destacando, nos últimos anos, como importantes instâncias de co-gestão de políticas públicas e de realização de investimentos comunitários, no contexto das organizações da sociedade civil do Agreste, Potengi e Trairi.

Tratam-se, no entanto, de instituições ainda frágeis. Não obstante os esforços despendidos, a maioria delas ainda não tem os recursos humanos, materiais e financeiros adequados, nem dispõem de assessoramento técnico sistemático para o exercício das funções a que se propõem ou que lhes são atribuídas pelas instâncias governamentais que com elas firmam parcerias para a implementação de políticas públicas ou execução de projetos comunitários. Por essas razões, o desempenho dessas entidades é bastante variável, dependendo do compromisso pessoal das lideranças, da existência de assistência técnica e apoio das Prefeituras Municipais e dos programas do governo federal e estadual.

Considerando que a descentralização da gestão de projetos de desenvolvimento local e dos serviços públicos, notadamente saúde, educação e merenda escolar, quando bem sucedida, tem melhorado a qualidade da ação pública, torna-se relevante propiciar, a essas organizações, condições para ampliação e aprimoramento de suas atuações, de forma

a se constituírem, não apenas como entidades representativas das comunidades onde atuam, mas, igualmente, como instâncias estratégicas de implementação do Plano.

## **b. Objetivos do Projeto**

Os objetivos deste Projeto são:

- garantir apoio técnico-operacional aos conselhos gestores de políticas públicas e às organizações associativas, de forma que possam cumprir os papéis como instâncias de formulação, implementação e avaliação dos Programas e Projetos previstos no Plano;
- contribuir para a formação e qualificação dos membros dos conselhos gestores de políticas públicas e dos dirigentes de associações civis, cooperativas e outras formas de organização social; e
- implantar redes informatizadas, incluindo os fóruns municipais e a Agência Regional de Desenvolvimento, de forma a alimentar o Sistema de Informações Gerenciais que será montado para garantir o acompanhamento, a avaliação, o aperfeiçoamento e a atualização das instituições envolvidas às novas ferramentas relacionadas com a gestão do desenvolvimento local e dos bens e serviços públicos em particular.

## **c. Linhas de Ação**

A execução do Projeto dar-se-á segundo as linhas de ação abaixo especificadas:

- contribuição para a implantação de um programa de qualificação para membros dos conselhos gestores de políticas públicas e dirigentes de associações, cooperativas e outras formas de organização comunitária, com vistas à melhoria dos processos de gestão nessas diversas instâncias;
- integração entre conselhos, associações, cooperativas, sindicatos e outras formas de organização social, com vistas a uma maior participação do seu corpo de dirigentes, lideranças e associados em iniciativas intermunicipais de interesse para a implementação dos Programas e Projetos que integram o Plano; e
- estabelecimentos de mecanismos de acompanhamento e avaliação das ações implementadas por essas instituições, como forma de garantir a aplicação dos recursos mobilizados, de acordo com as finalidades estabelecidas e com as demandas sociais priorizadas no âmbito das comunidades, dos municípios ou de um conjunto de municípios.

## **Projeto 2: Ampliação e Fortalecimento dos Consórcios Territoriais, Municipais e Setoriais**

### **a. Situação Atual**

Os processos de descentralização fiscal e político-institucional que tiveram início com a redemocratização dos anos de 1980 e se consolidaram com a promulgação da

Constituição de 1988, resultaram no aumento das receitas dos governos sub-nacionais e reconheceram os municípios como entes autônomos da federação, porém atribuíram-lhes novas responsabilidades, novos encargos e novos desafios que colocaram em xeque as formas centralizadas e burocráticas que historicamente caracterizaram a gestão pública no âmbito da União, dos Estados e dos Municípios brasileiros.

Em resposta a esses desafios, surgiram muitas experiências e análises acadêmicas sobre a redefinição do papel do Estado e, particularmente, sobre as formas empreendedoras de ação formuladas e implementadas em nível local com vistas à promoção do desenvolvimento econômico e do aumento da eficiência, e da efetividade da ação pública.

Dentre essas experiências vem se destacando uma sorte de empreendedorismo regional, possibilitado pela capacidade de articulação dos agentes públicos e privados e das organizações da sociedade civil no desenvolvimento dos consórcios intermunicipais e na formação de parcerias público-privado, onde o papel do Estado, representado pelos consórcios, formalmente constituídos, passa a se concentrar na coordenação de um amplo processo de mobilização social e político, de priorização de investimentos e serviços públicos e de busca de financiamentos para as ações dos programas.

O pressuposto deste Projeto é que este tipo inovador de gestão pública, denominado na literatura contemporânea como *governance local*, só será possível com a reestruturação e modernização das Prefeituras Municipais, tal como formulado anteriormente e explicitado nos objetivos e linhas de ação a seguir detalhada.

## **b. Objetivos do Projeto**

O Projeto será executado tomando-se por base os seguintes objetivos:

- **conceber e implementar soluções para problemas comuns de grupos de municípios, mediante acordos específicos no campo do desenvolvimento físico e territorial;**
- **implementar obras e serviços públicos de interesse comum, como estradas, regularização de bacias hidrográficas, habitação, saúde, educação, assistência técnica e pólos tecnológicos para geração, adaptação e difusão de tecnologia; e**
- **incentivar e assessorar a realização de acordos regionais, objetivando o fortalecimento de cadeias produtivas de interesse comuns dos municípios do Agreste, Potengi e Trairi.**

## **c. Linhas de Ação**

A execução do Projeto dar-se-á segundo as linhas de ação abaixo especificadas:

- **mobilização do poder público e da sociedade em torno de ações e investimentos que potencializem as vocações e recursos comuns a grupos de municípios e possibilitem o aproveitamento das oportunidades do ambiente externo;**
- **integração entre conselhos, associações, cooperativas, sindicatos e outras formas de organização social, com vistas a uma maior participação do seu corpo de dirigentes, lideranças e associados em iniciativas intermunicipais de interesse para a implementação**

dos Programas e Projetos que integram o Plano;

- cooperação técnica, gerencial e comercial entre os empreendimentos gerados, mediante a implementação e funcionamento de redes institucionais, empresariais e o assessoramento técnico gerencial e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável no âmbito regional; e
- potencialização da noção de que as pessoas vivem em uma Região com identidade própria, a partir da qual a vinculação ao desenvolvimento econômico local e regional e a viabilidade econômica e política dos empreendimentos devem estar baseadas na possibilidade de obtenção de acordos e na preocupação em incorporar grupos de municípios com problemas, potencialidades e interesses comuns.

## **PRIORIZAÇÃO DOS PROJETOS: MATRIZ MULTI-CRITÉRIO**

O processo de elaboração do Plano, é o resultado de um amplo envolvimento dos diferentes atores sociais, o que levou à formulação de uma estratégia para a Região.

Nesse contexto, foram definidos os eixos estratégicos do Plano, a partir dos quais foram identificados e elaborados os Programas e Projetos. A escolha dos Programas e/ou Projetos a serem selecionados para implementação imediata ou prioritária, deverá recair sobre iniciativas, cuja execução, contribua para solucionar, com eficiência e eficácia, problemas que exigem solução mais urgente. Admite-se, por isso, a aplicação de uma matriz, chamada de Matriz de Multi-Critério (Tabela 4.2).

É considerada uma ferramenta de trabalho para auxiliar na priorização dos Projetos, utilizando alguns critérios considerados fundamentais para a hierarquização. Ao se trabalhar com ela, sendo uma matriz muito simples, dever-se-ão listar-se os Projetos nas linhas e alguns critérios de análise nas colunas, como apresentado no exemplo abaixo. Por conta disso, a parte mais importante da matriz e, portanto, da seleção dos Projetos, consiste na escolha dos critérios, vale dizer, do que vai ser definido como critérios, para a hierarquização dos Projetos.

**Tabela 4.2****Matriz de priorização de Programas e projetos**

Critérios Projetos	Impacto Estruturador de Mudança	Urgência dos Problemas que Enfrenta	Amplitude Espacial do Impacto (Nº. de Municípios Atingidos)	Total
Projeto 1	3	1	2	6
Projeto 2	1	1	2	4
Projeto 3	2	2	1	5
Projeto N	2	3	3	8

No modelo acima, são considerados três elementos diferentes (poderiam ser incluídos outros, como *abrangência dos beneficiários*), que se referem à *intensidade e abrangência do seu impacto* diferenciado; mas consideram-se como critérios, também, a *contribuição dos projetos para alcançar os objetivos* de desenvolvimento da Região, tais como: melhorar a qualidade de vida da população, ampliar a competitividade e viabilidade econômica da Região, etc.

Este último tem a vantagem de ser orientado diretamente para os objetivos, mas tenta concentrar excessivamente, os resultados dos projetos em poucos segmentos (por exemplo, os Projetos sociais quase se limitariam a contribuir para o primeiro objetivo, assim como o econômico só contribuiria para o segundo).

Num processo participativo, embora a coordenação deva apresentar propostas, critérios, acredita-se que a escolha dos mesmos deveria ser definida pela ADESUS, que vai utilizar a ferramenta.

O processo técnico deve seguir os seguintes passos:

1. listar todos os Projetos (independentemente do Programa a que estão vinculados)<sup>19</sup>.
2. definir os critérios para definição de prioridades.

No exemplo acima, foram escolhidos critérios que organizam a seleção com base nos impactos que os Projetos teriam sobre a intensidade e abrangência dos resultados na Região.

3. montar a Matriz com Projetos (linhas) e critérios (colunas).
4. analisar a contribuição / impacto de cada Projeto para ou sobre cada um dos critérios, para ao qual deve-se:
  - definir pesos numéricos indicativos da contribuição/impacto (3 para alto, 2 para médio e 1 para baixo); e
  - preencher a Matriz com estes pesos, indicando a contribuição / impacto, de cada Projeto, frente a cada critério.

Este processo contém, evidentemente, certa subjetividade, mas baseiam-se em critérios e é compensada pela discussão e interação de diferentes visões dos membros da

<sup>19</sup> Esse processo não é válido para Programas porque, em princípio, todos os Programas devem ser implementados ao mesmo tempo e com a mesma importância, na medida em que o desenvolvimento sustentável depende do efeito combinado dos impactos dos mesmos. Mas, os Projetos podem e devem ser priorizados.

comissão de avaliação.

5. somar as linhas que indicam a contribuição / impacto de cada Projeto no conjunto;
6. classificar a última coluna (soma) por ordem decrescente (formando a hierarquia);
7. dividir a hierarquia destes Projetos em três conjuntos, a saber:
  - alta prioridade: Projetos do primeiro tercil (terço superior);
  - média prioridade: Projetos do segundo tercil (terço intermediário); e
  - baixa prioridade: Projetos do terceiro tercil (terço inferior).

Esta hierarquia agrupa os Projetos em três níveis de prioridades, o que não exclui nenhum Projeto, apenas os distribui segundo a hierarquia; de qualquer forma, a mais alta prioridade estaria no primeiro conjunto, definindo *por onde começar e onde concentrar as atenções* no detalhamento, na negociação e na implementação das ações.

Esses critérios devem ser elaborados pela equipe técnica da Agência de Desenvolvimento, a quem competirá escolher as iniciativas que irão ser executadas prioritariamente na Região, a partir do primeiro ano de implementação do Plano.

## MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS

Faz-se necessário introduzir um processo viável para o monitoramento e avaliação do conjunto de Programas e Projetos elaborados e a serem implementados para assim, poder analisar os resultados obtidos.

O monitoramento e a avaliação são reflexões sistemáticas sobre os resultados e acompanhamento da implementação das ações locais. O monitoramento planeja, identifica e apóia o atendimento aos objetivos propostos; sustenta um impacto positivo do Programa e contribui para fortalecer a proposta metodológica; possibilita multiplicar ações de desenvolvimento sustentável. O monitoramento e a avaliação foram concebidos para serem complementados sistematicamente, utilizando-se instrumentos e medidas (indicadores). Segundo o método aplicado na elaboração do Plano, espera-se que sejam participativos, envolvendo os atores sociais locais.

Considera-se que os **resultados** são os produtos que o Projeto garantirá como consequência das suas atividades. Em outras palavras, os resultados são os produtos diretos, tangíveis e específicos das atividades dos Programas ou Projetos, que a gerência pode levar a cabo sob a sua responsabilidade. São os produtos e resultados que em conjunto, levam ao cumprimento dos objetivos específicos.

Para identificar e formular os resultados, é importante ter em conta que:

- devem ser incluídos todos os resultados essenciais que são necessários para alcançar cada objetivo específico (cada objetivo específico, em geral, vai ter correspondência com vários resultados);
- devem ser incluídos somente os resultados que puderem ser garantidos pelo Projeto;
- cada resultado deve ser considerado como um meio necessário para atingir o objetivo específico;

- todos os resultados devem ser produzidos em conformidade com os recursos disponibilizados pelo Projeto; e
- tal como os objetivos, os resultados devem ser formulados de forma concreta, mensurável, precisa, realista e alcançável.

Unicamente, poder-se-ão medir e avaliar os êxitos ou fracassos, quando se realizam as atividades e alcançam-se os resultados e os objetivos esperados se, para cada um deles, são fixados os indicadores claros e são estabelecidos os meios de verificação viáveis.

O Sistema de Avaliação e Monitoramento dos Programas e Projetos tem por objetivos:

- avaliar as metas e os resultados obtidos nos Programas e Projetos, como ponto de partida, para poder decidir seu futuro nos momentos críticos da consolidação do Plano;
- utilizar critérios e procedimentos comuns, que possam servir de base para o planejamento e avaliação dos Programas, em nível institucional, considerando-se como processos sistemáticos e transparentes;
- medir a eficácia e a eficiência da utilização dos recursos afetos, avaliando o percentual de realização dos orçamentos financeiros e a qualidade dos insumos em relação ao previsto no Projeto;
- fazer uma análise comparativa e sistemática da quantidade, qualidade e efetividade das atividades e produtos realizados em relação com o previsto no documento original e no planejamento de trabalho elaborado durante a execução;
- identificar as carências e adiamentos na execução das atividades e na obtenção dos produtos previstos, na análise das causas, incluindo aqueles fatores que estão fora do controle direto do Projeto;
- verificar os efeitos devidos a essas carências e adiamentos nos produtos previstos e nas ações posteriores, para que sejam tomadas às medidas corretivas contempladas;
- explicar possíveis desajustes entre os resultados obtidos e os previstos;
- reorientar o Programa ou o Projeto ou formular recomendações;
- constatar o impacto econômico e social das ações realizadas;
- contribuir para a preparação de informes periódicos de prestação de contas, dos diferentes Programas e Projetos, junto a outras informações parciais destinados à gestão da instituição; e
- estabelecer uma base sólida para uma avaliação independente a cargo de avaliadores externos.

Os componentes essenciais de uma avaliação são os seguimentos prévios da avaliação principal anual. Realiza-se uma auto-avaliação de todos os Programas técnicos elaborados. Eles são processos participativos descentralizados, podendo, assim realizar um exame rigoroso dos sucessos e produtos finais surgidos dos diferentes Programas e Projetos, sendo encarregados desta tarefa, os gestores ou administradores da Agência, em função do que foi implementado na Região.

Os processos de avaliação anual e de auto-avaliação farão parte do planejamento, do orçamento ou custos, do seguimento da execução e da avaliação bimestral dos Programas. Isso é necessário, pois devem ser adotadas medidas corretivas no momento

oportuno, visando a aumentar a efetividade, a eficiência e a eficácia dos Programas implementados pela ADESUS; e, em termos mais gerais, serão propiciadas participação dinâmica do pessoal que compõe a sede.

Na avaliação anual e na auto-avaliação, serão comparadas as realizações efetivas com os produtos principais previstos (avaliação anual) e com os resultados esperados da execução das entidades programáticas (auto-avaliação).

## **Indicadores, Critérios ou Parâmetros**

Os indicadores são os critérios de êxito, mensuráveis e realistas, que vão permitir, aos executores do Projeto, aos atores sócio-econômicos do território e à sociedade em geral monitorar e avaliar as concretizações do Projeto. O sistema de indicadores é a chave para o seguimento e controle de um Projeto. Os detalhes dos indicadores determinam como se pode medir e até que grau são alcançados os objetivos propostos nos diferentes momentos.

As medições podem ser:

- quantitativas (número de empregos criados, empresas constituídas, horas de formação ministradas, quilômetros de estradas construídos, etc.);
- qualitativas (eficiência no funcionamento das empresas, mudanças no posicionamento estratégico de empresas, etc.); e
- de comportamento (hábitos, usos, mudanças, etc.).

É importante que os indicadores qualitativos possam ser mensuráveis, para que não se traduzam em simples opiniões. A opção por utilizar vários indicadores é melhor do que a de utilizar um só indicador, pois é muito difícil que um único indicador proporcione uma imagem completa das alterações.

Para construir indicadores úteis, é importante ter em conta que os mesmos devem ser:

Substantivos: que reflitam um aspecto essencial de um objetivo concreto em termos concretos;

- Independentes aos diferentes níveis: um indicador deve constituir uma prova de concretização, não se devendo utilizar o mesmo indicador para mais do que um objetivo;
- Objetivos: cada indicador deve traduzir fatos e não simples impressões subjetivas e deverão ter o mesmo sentido tanto para os partidários do Projeto como para os cépticos;
- Verossímeis: que as alterações registradas possam atribuir-se diretamente ao Projeto; e
- Baseados nos dados obtidos: deve basear-se em dados fáceis de se obter ou que se possam recolher com um esforço complementar razoável, como parte da gestão do Projeto.

O ideal é que, as medidas proporcionadas pelos indicadores sejam suficientemente exatas para que sejam verificáveis objetivamente, quer dizer, que várias pessoas utilizar os mesmos.

Para o monitoramento e posteriores avaliações, deverão ser definidos critérios ou

parâmetros específicos para cada Dimensão ou Projetos em execução, como naqueles a serem implementados, visando à eficiência na análise de Projetos. A determinação dos parâmetros de referência da avaliação implica dispor de uma grande quantidade de informações e um conjunto de fórmulas apropriadas para obter quantitativamente o valor mais provável.

Para determinar quantitativamente o valor dos parâmetros, é importante definir, com clareza, os objetivos e metas a serem obtidos. No entanto, apesar desse processo todo envolver considerável esforço quanto ao levantamento de informações, recursos e tempo, tais parâmetros mantêm seu caráter subjetivo porque, geralmente, refletem a opinião daqueles que tomam a decisão de atribuir o valor mais provável.

Um critério é uma medida base para a efetividade da avaliação, ou seja, permite estabelecer um julgamento de preferência entre as ações. Os critérios podem ser metas, alvos ou objetivos almejados.

Os indicadores deveriam indicar o grupo beneficiário, *para quem* (exemplo, pequenos proprietários, pessoas desempregadas); a quantidade, *quanto* (número de desempregados, número de pequenos empresários); a qualidade, *como* (manutenção do nível de produção); o tempo, *quando* (período de tempo considerado); e, a localização, *onde* (desempregados da localidade, de um bairro).

Os indicadores mostram, se estão sendo alcançados os resultados esperados, permitindo uma avaliação das ações e nível de sucesso e, se não estão sendo alcançados os níveis esperados, permitirá identificar os pontos a melhorar e propor medidas de correção a implementar.

Os meios de verificação são as fontes ou mecanismos de informação que servem para verificar os indicadores. São as ferramentas que se aplicam para obter os dados em relação a estes indicadores. Como exemplo, o meio de verificação das condições habitacionais poderia ser um censo dos lares, detectando o material de construção das paredes, dos tetos, a existência de água potável, etc.

Tanto para o objetivo geral, como para o específico e para cada um dos resultados esperados, é necessário encontrar indicadores que nos permitam medir se as atividades que estamos realizando, são as adequadas para cumprir os nossos objetivos.

## **Gestão Estratégica e Acompanhamento**

A gestão estratégica é um processo dinâmico e criativo, pois ocupar-se da revisão contínua do Plano e dos Programas e Projetos. Deve assumir tanto a difusão do próprio Plano, assim como assegurar a implementação dos Projetos concretos.

Uma gestão estratégica do conjunto de ações e de cada Projeto específico pode levar à incorporação, no processo de desenvolvimento e de mudança, de atores sócio-econômicos e de instituições que, inicialmente, poderiam não estar interessados nas ações ou que, ocasionalmente, poderiam ter ficado afastados.

Este tipo de gestão exige que se tenha um bom conhecimento de quem executa cada Projeto (ou é responsável por cada atividade no interior de um Projeto específico); que se conheça quais são os períodos críticos de implementação dos Projetos, qual é o

grau de cumprimento da sua execução ao longo do tempo, qual é o nível de despesas em relação aos recursos totais, etc.

A gestão estratégica requer um diálogo contínuo entre os setores público e privado e entre todas as instituições e organismos envolvidos na sua implementação.

*Gestão estratégica significa fazer um monitoramento contínuo do plano, dos programas e dos projetos. Não se trata apenas de seguir o processo físico dos mesmos, mas sobretudo de analisar devidamente as mudanças e os desenvolvimentos que se estão a gerar no território, incluindo aqueles que são de origem externa, e de avaliar o seu impacto (DELNET, 2004).*

Para poder realizar um acompanhamento adequado, é importante que exista um formulário ou matriz para seguir e estar informado da evolução do Plano e dos diferentes Programas e Projetos através do que se denomina, freqüentemente, de relatórios de avanço ou de progresso. A existência deste instrumento ajudará a formar uma sólida base para analisar as tendências e definir as estratégias, sendo muito útil, em face de, qualquer eventual mudança de pessoas (direção e /ou pessoal técnico), situações, recursos, evolução dos meios, etc.

O formulário ou matriz para preparar os relatórios de progresso deverá ser de forma a que os recursos, as atividades e os resultados façam referência ao(s) objetivo(s) específico(s) e ao objetivo geral em que se integram.

Para poder realizar o seguimento, é importante a existência de indicadores ou meios de verificação, assim como ter em atenção os fatores externos que são pertinentes para o desenvolvimento do Projeto (hipóteses e fatores de risco).

O seguimento ou acompanhamento do Plano, Programas e Projetos é o eixo central para uma boa gestão estratégica, já que é a única via que nos permite introduzir as mudanças adequadas nos momentos próprios ou ser flexível quando necessário e estritos quando oportuno.

O monitoramento ou seguimento do Projeto é um aspecto chave da gestão do mesmo. Uma debilidade de muitos Projetos é a excessiva incidência nos aspectos técnicos e operativos em detrimento da análise do seu impacto e da sua utilidade. Por este motivo, é essencial que o uso do conhecimento técnico / econômico do Projeto seja complementado com o conhecimento de questões gerais de desenvolvimento local.

## **Avaliação**

A avaliação é um instrumento central dentro do processo de implementação e de gestão de um Programa ou Projeto. O propósito das avaliações é uma combinação de aprendizagem, ordenação e controle, baseada numa apreciação daquilo que o Projeto alcançou. Assim, a avaliação dos Programas e Projetos em implementação é necessária para valorizar em que medida estão sendo solucionados os problemas detectados no diagnóstico.

São possíveis (e compatíveis) várias abordagens diferentes para a avaliação:

- controle: para garantir que se implementem as medidas previstas e as modificações aprovadas;

- desenvolvimento e gestão: para prestar apoio às tarefas de desenvolvimento e gestão dos Projetos, Programas e políticas, para aperfeiçoar os procedimentos de revisão;
- repercussões: para determinar os efeitos de um Projeto, garantir que os benefícios atingem a população e assegurar a pertinência das políticas aplicadas; e
- aprendizagem e processo de desenvolvimento: considerar a avaliação como uma ferramenta de aprendizagem do pessoal, para estimular a participação e a inovação.

A planificação é o resultado de um processo complexo onde se realizam numerosas suposições de futuro. É necessário verificar em que medida se concretiza e atualizá-las quando necessário.

A situação pode mudar durante a execução do Plano, surgindo novas oportunidades ou constrangimentos. É importante detectar estas mudanças para controlar a modificação dos recursos, a realização, nos tempos devidos, dos aspectos críticos ou a introdução de novas medidas, se tal for necessário.

A avaliação baseia-se na revisão da informação existente, nas discussões com todas as partes interessadas e nos estudos de impacto.

Tradicionalmente, as avaliações baseavam-se em mandatos muito genéricos e amplos que requeriam uma análise detalhada dos desenvolvimentos ocorridos durante a vida do Projeto. Como resultado, surgia uma análise muito detalhada em desfavor de uma análise mais orientada para a tomada de decisões em nível superior.

Se existir um sistema detalhado de seguimento e de revisões do Projeto, realizadas freqüente e globalmente, não será necessário realizar, no momento de avaliar um Projeto, investigações históricas detalhadas. Em alternativa, a equipe de avaliação deverá concentrar-se na avaliação em si, isto é, medir o impacto e a pertinência do Projeto em relação aos seus objetivos, população alvo, posicionamento de outras partes interessadas e em relação aos recursos previstos.

## Métodos de Avaliação

A metodologia do trabalho de avaliação pode estruturar-se nas seguintes fases:

- Coleta de informação e elaboração de fichas descritivas, sobre as ações realizadas; e conteúdo da informação por meio da identificação das ações; descrição; instituições gestoras; realização física; investimento previsto, comprometido e executado; agentes financiadores da ação; e
- valorização geral da atuação, através da consistência entre os objetivos, as ações empreendidas e os resultados previstos; viabilidade e *finabilidade* dos indicadores selecionados, assim como da disponibilidade de informação necessária para a sua aferição; análise dos procedimentos de seleção dos Projetos; análise dos mecanismos de implementação, gestão, canais administrativos e financeiros; análise dos mecanismos de seguimento e dos sistemas de controle; análise dos mecanismos de participação dos agentes sociais; análise dos sistemas de seleção de entidades colaboradoras; e análise da execução financeira.

A metodologia utilizada pode ser baseada na análise de documentação e/ou em

entrevistas pessoais; na análise da eficácia e da eficiência baseada em: dados administrativos; realização de trabalho de campo; e opinião dos diferentes atores implicados nas ações do Projeto; na elaboração de indicadores sejam de custos, de realização e desvios (eficiência), de eficácia, de valorização subjetiva; na análise do impacto/efeitos em termos de geração de emprego, outro tipo de efeitos quantitativos (investimento gerado, etc.), e efeitos qualitativos (mudanças organizativas, mudanças institucionais, mudanças de hábitos da população, etc.).

O processo de avaliação é geralmente muito complexo e vários são os métodos utilizados; acredita-se que a formulação de um *modelo híbrido* busca, basicamente, auxiliar ao analista e/ou avaliador de Projetos, na estimativa dos principais parâmetros de avaliação, a partir da opinião e do conhecimento de um grupo de especialistas. Este modelo está baseado nos métodos de consenso Delphi convencional e na Matriz Multicritério – Multiatributo.

O Método Delphi, reconhecido como um dos melhores instrumentos de previsão qualitativa, e cujo nome inspirou-se no antigo oráculo de Delfos (Grécia) dedicado a Apolo, emprega como técnica, um princípio intuitivo e interativo. Implica a constituição de um grupo de especialistas em determinada área do conhecimento, que respondem a uma série de questões.

Os resultados dessa primeira fase são analisados, calculando-se a mediana e a amplitude inter-quartilica. A síntese dos resultados é comunicada aos membros do grupo que, após tomarem conhecimento, respondem novamente. As interações se sucedem desta maneira, até que um consenso ou quase consenso seja obtido. As interações do método são denominadas “rounds”. O método Delphi oferece duas vantagens: seu custo é relativamente baixo e ele suprime as pressões, que os participantes poderiam ter numa confrontação face-à-face.

A etapa inicial deste método é a especificação dos eventos futuros possíveis, para os quais se deseja uma previsão sobre o horizonte de ocorrência. Em geral, procede-se à elaboração de um questionário que lista os eventos, deixando, em aberto, a época de ocorrência possível. Selecionados os peritos, os questionários são a eles remetidos.

Após o recebimento das respostas aos questionários, elas são processadas e verifica-se o grau de consenso relativo, mediando-se a dispersão das respostas em torno da mediana, considerada o ponto consensual. Amplia-se, então, o questionário, com o acréscimo dos resultados obtidos. Cada perito, conhecendo as opiniões da maioria, reformula ou não sua opinião, justificando a negativa quando ela ocorrer.

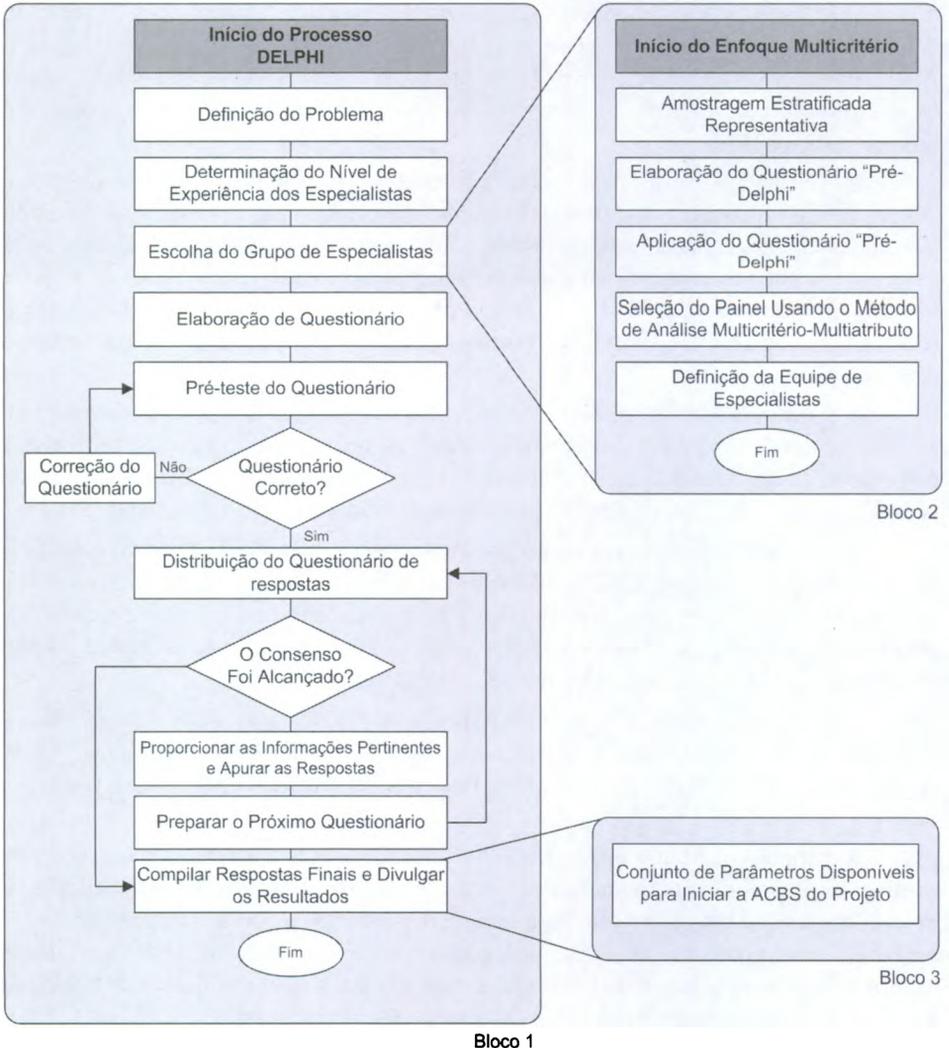
O processo descrito é repetido até que se atinja um grau de consenso relativo considerado satisfatório, sem que exista a imposição de um consenso absoluto. Procede-se, finalmente, à elaboração de um relatório final, que contém a previsão do que, e quando, ocorrerá no futuro.

A distinção da Matriz de Multicritério à decisão e as metodologias tradicionais de avaliação é o grau de incorporação dos valores do *decisor* nos modelos de avaliação. É preciso aceitar que a subjetividade está sempre presente nos processos de decisão. Nesse sentido, busca-se construir modelos que legitimem a elaboração de juízos de valor, juízos estes necessariamente subjetivos, ou seja, a estrutura de valores dos decisores associada a cada critério e, assim, permitir que as alternativas sejam sugeridas.

Na Figura 4.1, indica-se um procedimento a seguir, interativo de votação e consenso, para converter a diversidade de opiniões num único resultado que seja coerente com a opinião de todos os participantes (FAO, 1998).

De acordo com a estrutura, a aplicação do método Delphi implica ter um conhecimento prévio dos especialistas que deverão fornecer julgamentos de valor em relação aos parâmetros subjetivos. Para isso, deve-se fazer um levantamento de dados no mercado (área de Projetos e ramos afins) a fim de identificar esses especialistas, com experiência profissional na área, acesso a informações relevantes, que tenham contato com outros especialistas da área, que possuam conhecimento dos métodos e dos parâmetros, conhecimento das políticas de desenvolvimento, ou identificar instituições credenciadas na área.

**Figura 4.1: Modelo híbrido para avaliação de projetos**



Com o levantamento da informação obtida através de um questionário preliminar denominado Pré-Delphi, dá-se início à primeira rodada de perguntas para obter um consenso sobre os valores que deverão ser atribuídos aos principais parâmetros de referência da avaliação. Este questionário é o mais importante e deve ser estruturado de forma a seguir os princípios do método Delphi, contendo as perguntas pertinentes para obter uma primeira estimativa sobre o valor dos parâmetros. É importante salientar, que toda vez que sejam elaborados os questionários, deve-se fazer sempre um teste para verificar se os objetivos estão, efetivamente, sendo alcançados ou não. Caso contrário, deverão ser reformulados para elaborar uma nova versão definitiva.

## **CUSTOS E FINANCIAMENTOS DO PLANO**

O total de recursos estimados e fontes de financiamento apresentadas nos Programas e Projetos deste Plano, baseiam-se nas disponibilidades especificadas em documentos oficiais, principalmente dos Governos Federal e Estadual. Os valores quantitativos foram estimados utilizando-se coeficientes técnicos específicos.

### **Custos Totais**

Como se pode observar nas Tabelas 4.3 e 4.4, a distribuição dos custos foi realizada segundo cada uma das 5 (cinco) Dimensões, em termos de valores absolutos e em porcentagem.

Os recursos financeiros necessários à execução dos Programas e Projetos do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Agreste, Potengi e Trairi, até o ano 2010, são estimados no montante de R\$ 580,665 milhões, equivalentes a US\$ 197,505 milhões, considerando a taxa de câmbio de US\$ 1.00 = R\$ 2,94, cotada em 31/08/2004. (Tabela.4.2).

O total dos recursos financeiros destinados à Dimensão Ambiental, é de R\$ 156,400 milhões, correspondendo a 26,93%, do total geral; para a Dimensão Científico-Tecnológica, os custos financeiros são de R\$ 37,616 milhões, referindo-se a 6,48%; para a Dimensão Econômica, tem recursos de R\$ 144,200 milhões, correspondente a 19,67%, do total do Plano; 46,16% correspondem à Dimensão Sócio-Cultural, com recursos financeiros de R\$ 268,026 milhões, e, destinam-se R\$ 4,423 milhões, (0,76%) à Dimensão Político-Institucional.

São apresentadas, também, as Figuras 4.2 e 4.3, que mostram, respectivamente, as diferentes Dimensões, frente a sua participação relativa no Plano e as Diferentes Fontes de Recursos Financeiros nos Custos para a implementação do mesmo.

### **Fontes de Financiamento**

Diferentes fontes de financiamento tornarão possível a implementação do Plano. Assim, o total dos recursos do Plano, R\$ 580,665 milhões, serão financiados através do Governo Federal, que contribuirá com R\$ 312,430 milhões (53,81%); o Governo Estadual, que destinará recursos financeiros de R\$ 104,262 milhões, ou seja, (17,96%); os respectivos

Municípios destinarão um monto de R\$ 59,159 milhões (10,19%); entre as diversas fontes externas, como o BIRD, BID, FIDA, entre outros, contribuirão com R\$ 34,713 milhões (5,98%); os Bancos Oficiais, sejam, o Banco do Brasil, o BNDES, o Banco do Nordeste do Brasil ou a Caixa Econômica Federal, com R\$ 47,284 milhões (8,14%); a contribuição do setor privado será de R\$ 15,460 milhões (2,66%); e, finaliza-se com a própria contribuição dos beneficiários, que destinarão R\$ 7,357 milhões (1,27%).

O setor privado, na realidade, entrará com, aproximadamente, R\$ 70,101 milhões de reais, ou seja, (12,07%), totalizados os recursos financeiros provindos através das participações dos bancos oficiais, do setor privado propriamente, e, dos beneficiários.

As fontes externas podem ser aumentadas ou substituídas, diminuindo-se, assim, a participação dos bancos públicos oficiais. À medida que forem sendo detalhadas, as iniciativas do Plano, também será possível verificar as possibilidades de preparação de cartas-consulta dirigidas às instituições de financiamento internacional.

**Tabela 4.3**  
Distribuição dos custos totais, segundo programas, projetos e fontes financeiras

Dimensões	Recursos em R\$1.000	Recursos em US\$1.000	Fontes Financeiras						Beneficiário
			Governo Federal	Governo Estadual	Município	Fonte Externa	Banco Oficial	Sector Privado	
<b>DIMENSÃO ECONÔMICA</b>	114.200	38.844	32.400	32.075	16.235	9.850	10.260	13.280	100
<b>Programa 1: Complementação e Consolidação da Infra-Estrutura Econômica</b>	70.000	23.810	19.300	19.500	13.950	7.000	2.500	7.750	-
Projeto 1: Melhoria e conservação das rodovias existentes e implantação de rodovias vicinais	40.000	13.605	12.000	14.000	10.000	4.000	-	-	-
Projeto 2: Ampliação da cobertura da eletrificação rural	25.000	8.503	6.250	3.750	3.250	2.500	2.500	6.750	-
Projeto 3: Ampliação do acesso aos serviços de telecomunicação e de Internet	5.000	1.701	1.050	1.750	700	500	-	1.000	-
<b>Programa 2: Ampliação e Consolidação das Cadeias ou Arranjos Produtivos</b>	5.400	1.837	2.160	1.575	45	-	1.620	-	-
Projeto 1: Ampliação das cadeias produtivas da indústria têxtil e de confecções	1.100	374	440	330	-	-	330	-	-
Projeto 2: Ampliação e consolidação da cadeia produtiva da caprino-ovinopecuária	400	136	160	100	20	-	120	-	-
Projeto 3: Ampliação e consolidação da cadeia produtiva da bovinocultura	500	170	200	125	25	-	150	-	-
Projeto 4: Ampliação e consolidação da cadeia produtiva da fruticultura	1.000	340	400	300	-	-	300	-	-
Projeto 5: Ampliação e consolidação da cadeia produtiva da mandioca	2.400	816	960	720	-	-	720	-	-
<b>Programa 3: Desenvolvimento do Turismo Rural, Religioso e Cultural</b>	19.000	6.463	4.350	4.200	2.200	2.850	2.950	2.450	-
Projeto 1: Melhoria da qualidade dos equipamentos e serviços turísticos	10.000	3.401	3.000	1.500	1.300	1.500	1.600	1.100	-
Projeto 2: Marketing estratégico para a transformação da região em destino turístico	9.000	3.061	1.350	2.700	900	1.350	1.350	1.350	-

Projeto 1: Apoio à apicultura	400	136	120	120	40	120	-	-
Projeto 2: Promoção da aquicultura	1.000	340	300	200	-	200	300	-
Projeto 3: Promoção da avicultura	900	306	270	180	-	270	180	-
<b>Projeto 1: Democratização do acesso à terra e regularização fundiária</b>	3.500	1.190	900	2.800	-	-	-	-
<b>Projeto 2: Apoio ao desenvolvimento e consolidação dos projetos de assentamento</b>	1.000	340	300	200	-	-	-	100
<b>Projeto 1: Apoio e incentivo ao artesanato</b>	6.000	2.041	2.400	1.200	-	1.200	1.200	-
<b>Projeto 2: Consolidação das terras livres</b>	7.000	2.381	2.100	2.100	-	1.400	1.400	-
<b>DIMENSÃO SÓCIO-CULTURAL</b>	<b>244.826</b>	<b>91.165</b>	<b>206.333</b>	<b>34.699</b>	<b>27.233</b>	-	-	-
<b>Projeto 1: Projeto de erradicação do analfabetismo</b>	4.620	1.571	3.234	924	462	-	-	-
<b>Projeto 2: Melhoria da infra-estrutura escolar e do acesso à informação e ao conhecimento</b>	7.000	2.381	4.900	1.400	700	-	-	-
<b>Projeto 1: Qualificação de gestores públicos</b>	265	90	186	66	13	-	-	-
<b>Projeto 2: Qualificação profissional e técnica para o turismo</b>	203	69	142	51	10	-	-	-
<b>Projeto 3: Formação de professores e ampliação do ensino de terceiro grau na região</b>	1.520	517	1.064	380	76	-	-	-
<b>Projeto 4: Formação e capacitação para o trabalho e para a criação de pequenos negócios</b>	1.000	340	700	250	50	-	-	-
<b>Projeto 1: Incentivo a ocupação profissional de jovens</b>	715	243	572	72	72	-	-	-
<b>Projeto 2: Irradiação do trabalho infantil</b>	5.632	1.916	4.506	563	563	-	-	-
<b>Projeto 3: Ampliação e facilitação do acesso ao micro-credito</b>	3.300	1.122	2.640	330	330	-	-	-

<b>Programa 4: Redução da Pobreza</b>	<b>177.000</b>	<b>60.204</b>	<b>1.41.600</b>	<b>17.700</b>	<b>17.700</b>	-	-	-
Projeto 1: Transferências governamentais	171.000	58.163	136.800	17.100	17.100	-	-	-
Projeto 2: Assistência social e ações compensatórias	6.000	2.041	4.800	600	600	-	-	-
<b>Programa 5: Melhoria das Condições Habitacionais</b>	<b>52.104</b>	<b>17.722</b>	<b>36.473</b>	<b>10.421</b>	<b>5.210</b>	-	-	-
Projeto 1: Construção e ampliação de moradias	26.304	8.947	18.413	5.261	2.630	-	-	-
Projeto 2: Ampliação do acesso aos serviços básicos	25.800	8.776	18.060	5.160	2.580	-	-	-
<b>Programa 6: Melhoria das Condições de Saúde</b>	<b>12.021</b>	<b>4.089</b>	<b>9.617</b>	<b>1.803</b>	<b>601</b>	-	-	-
Projeto 1: Reestruturação e ampliação dos serviços de assistência preventiva - médico - odontológica	10.808	3.676	8.646	1.621	540	-	-	-
Projeto 3: Reestruturação e ampliação da rede física dos serviços de saúde	1.213	413	971	182	61	-	-	-
<b>Programa 7: Valorização da Cultura Regional</b>	<b>2.646</b>	<b>900</b>	<b>600</b>	<b>600</b>	<b>1.446</b>	-	-	-
Projeto 1: Fortalecimento da infra-estrutura cultural	2.058	700	500	500	1.058	-	-	-
Projeto 2: Mapeamento do patrimônio imaterial	588	200	100	100	388	-	-	-
<b>DIMENSÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA</b>	<b>37.616</b>	<b>12.795</b>	<b>28.212</b>	<b>7.523</b>	<b>1.881</b>	-	-	-
<b>Programa 1: Modernização Tecnológica das Cadeias Produtivas Relacionadas com o Agronegócio</b>	<b>2.200</b>	<b>748</b>	<b>1.650</b>	<b>440</b>	<b>110</b>	-	-	-
Projeto 1: Gestão e adaptação de novas tecnologias apropriadas à agropecuária	1.600	544	1.200	320	80	-	-	-
Projeto 2: Assistência técnica às atividades agropecuárias e agroindustriais	600	204	450	120	30	-	-	-
<b>Programa 2: Modernização das Cadeias Produtivas Relacionadas com a Indústria, o Comércio e a Mineração</b>	<b>35.416</b>	<b>12.046</b>	<b>26.562</b>	<b>7.083</b>	<b>1.771</b>	-	-	-
Projeto 1: Difusão e absorção de novas tecnologias apropriadas à indústria têxtil	34.800	11.837	26.100	6.960	1.740	-	-	-
Projeto 2: Difusão e absorção de novas tecnologias aplicadas ao comércio	303	103	227	61	15	-	-	-
Projeto 3: Desenvolvimento tecnológico da mineração	313	106	235	63	16	-	-	-

<b>DIMENSÃO AMBIENTAL</b>	156.400	53.197	44.270	29.220	13.810	24.815	34.860	2.180	7.245
Programa 1: Ampliação da Oferta e Gestão Integrada dos Recursos Hídricos	25.100	8.537	7.530	2.510	1.255	8.785	2.510	1.255	1.255
Projeto 1: Construção, ampliação, recuperação e operação da infra-estrutura hídrica	21.850	7.432	6.555	2.185	1.093	7.648	2.185	1.093	1.093
Projeto 2: Construção, ampliação e recuperação de sistemas simplificados de água	3.250	1.105	975	325	163	1.138	325	163	163
<b>Programa 2: Conservação Ambiental</b>	<b>11.500</b>	<b>3.912</b>	<b>1.150</b>	<b>3.450</b>	<b>575</b>	<b>2.300</b>	<b>3.450</b>	<b>575</b>	-
Projeto 1: Criação de unidades de conservação	3.200	1.088	320	960	160	640	960	160	-
Projeto 2: Apoio à recuperação de ecossistemas	3.500	1.190	350	1.050	175	700	1.050	175	-
Projeto 3: Recuperação de bacias hidrográficas	4.800	1.633	480	1.440	240	960	1.440	240	-
<b>Programa 3: Melhoria dos Serviços de Saneamento</b>	<b>112.800</b>	<b>38.367</b>	<b>33.840</b>	<b>22.560</b>	<b>11.280</b>	<b>11.280</b>	<b>28.200</b>	-	<b>5.640</b>
Projeto 1: Implantação e ampliação de sistema de esgotamento sanitário	63.000	21.429	18.900	12.600	6.300	6.300	15.750	-	3.150
Projeto 2: Implantação e ampliação de sistema de gestão integrada de resíduos sólidos	49.800	16.939	14.940	9.960	4.980	4.980	12.450	-	2.490
<b>Programa 4: Fortalecimento da Gestão Ambiental</b>	<b>7.000</b>	<b>2.381</b>	<b>1.750</b>	<b>700</b>	<b>700</b>	<b>2.450</b>	<b>700</b>	<b>350</b>	<b>350</b>
Projeto 1: Divulgação/Educação sanitária ambiental	1.200	408	300	120	120	420	120	60	60
Projeto 2: Desenvolvimento de um sistema de informação ambiental	1.500	510	375	150	150	525	150	75	75
Projeto 3: Incentivo à participação e descentralização na gestão ambiental	4.300	1.463	1.075	430	430	1.505	430	215	215
<b>DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL</b>	<b>4.423</b>	<b>1.504</b>	<b>1.315</b>	<b>885</b>	-	<b>48</b>	<b>2.164</b>	-	<b>12</b>
<b>Programa 1: Reestruturação e Modernização das Prefeituras e Câmaras Municipais</b>	<b>4.200</b>	<b>1.429</b>	<b>1.260</b>	<b>840</b>	-	-	<b>2.100</b>	-	-
Projeto 1: Reestruturação administrativa e modernização das prefeituras municipais	1.200	408	360	240	-	-	600	-	-
Projeto 2: Melhoria do desempenho das câmaras municipais	3.000	1.020	900	600	-	-	1.500	-	-
<b>Programa 2: Ampliação e Fortalecimento Das Formas Colegiadas e Associativas de Gestão Pública</b>	<b>223</b>	<b>76</b>	<b>55</b>	<b>45</b>	-	<b>48</b>	<b>64</b>	-	<b>12</b>
Projeto 1: Consolidação dos conselhos e associações civis para implementação de políticas públicas	120	41	24	24	-	48	12	-	12
Projeto 2: Ampliação e fortalecimento dos consórcios territoriais, municipais e setorial	103	35	31	21	-	-	52	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>580.665</b>	<b>197.505</b>	<b>312.430</b>	<b>104.262</b>	<b>59.159</b>	<b>34.713</b>	<b>47.284</b>	<b>15.460</b>	<b>7.357</b>

**Tabela 4.4**  
Distribuição relativa dos custos totais, segundo programas, projetos e fontes financeiras

Dimensões	%	Fontes Financeiras							
		Governo Federal	Governo Estadual	Município	Fonte Externa	Banco Oficial	Sector Privado	Beneficiário	
<b>DIMENSÃO ECONÔMICA</b>	<b>19,67</b>	28,37	28,09	14,22	8,63	8,98	11,63	0,09	
Programa 1: Complementação e Consolidação da Infra-Estrutura Econômica	12,06	27,57	27,86	19,93	10,00	3,57	11,07	-	
Projeto 1: Melhoria e conservação das rodovias existentes e implantação de rodovias vicinais	6,89	30,00	35,00	25,00	10,00	-	-	-	
Projeto 2: Ampliação da cobertura da eletrificação rural	4,31	25,00	15,00	13,00	10,00	10,00	27,00	-	
Projeto 3: Ampliação do acesso aos serviços de telecomunicação e de Internet	0,86	21,00	35,00	14,00	10,00	-	20,00	-	
<b>Programa 2: Ampliação e Consolidação das Cadeias ou Arranjos Produtivos</b>	<b>0,93</b>	40,00	29,17	0,83	-	30,00	-	-	
Projeto 1: Ampliação das cadeias produtivas da indústria têxtil e de confecções	0,19	40,00	30,00	-	-	30,00	-	-	
Projeto 2: Ampliação e consolidação da cadeia produtiva da caprino-ovinocultura	0,07	40,00	25,00	5,00	-	30,00	-	-	
Projeto 3: Ampliação e consolidação da cadeia produtiva da bovino-cultura	0,09	40,00	25,00	5,00	-	30,00	-	-	
Projeto 4: Ampliação e consolidação da cadeia produtiva da fruticultura	0,17	40,00	30,00	-	-	30,00	-	-	
Projeto 5: Ampliação e consolidação da cadeia produtiva da mandioca	0,41	40,00	30,00	-	-	30,00	-	-	
<b>Programa 3: Desenvolvimento do Turismo Rural, Religioso e Cultural</b>	<b>3,27</b>	22,89	22,11	11,58	15,00	15,53	12,89	-	
Projeto 1: Melhoria da qualidade dos equipamentos e serviços turísticos	1,72	30,00	15,00	13,00	15,00	16,00	11,00	-	
Projeto 2: Marketing estratégico para a transformação da região em destino turístico	1,55	15,00	30,00	10,00	15,00	15,00	15,00	-	
<b>Programa 4: Promoção de Novas Atividades Econômicas</b>	<b>0,40</b>	30,00	21,74	1,74	-	25,65	20,87	-	
Projeto 1: Apoio à apicultura	0,07	30,00	30,00	10,00	-	30,00	-	-	
Projeto 2: Promoção da aquicultura	0,18	30,00	20,00	-	-	20,00	30,00	-	
Projeto 3: Promoção da avicultura	0,15	30,00	20,00	-	-	30,00	20,00	-	

<b>Programa 5: Apoio à Agricultura Familiar</b>	<b>0,77</b>	<b>31,11</b>	<b>66,67</b>	-	-	-	<b>2,22</b>
Projeto 1: Democratização do acesso à terra e regularização fundiária	0,60	20,00	80,00	-	-	-	-
Projeto 2: Apoio ao desenvolvimento e consolidação dos projetos de assentamento	0,17	70,00	20,00	-	-	-	10,00
<b>Programa 6: Incentivos aos Pequenos Negócios</b>	<b>2,24</b>	<b>34,62</b>	<b>25,38</b>	-	-	<b>20,00</b>	<b>20,00</b>
Projeto 1: Apoio e incentivo ao artesanato	1,03	40,00	20,00	-	-	<b>20,00</b>	<b>20,00</b>
Projeto 2: Consolidação das feiras livres	1,21	30,00	30,00	-	-	<b>20,00</b>	<b>20,00</b>
<b>DIMENSAO SÓCIO-CULTURAL</b>	<b>46,16</b>	<b>76,95</b>	<b>12,89</b>	<b>10,16</b>	-	-	-
<b>Programa 1: Melhoria da Qualidade da Educação</b>	<b>2,00</b>	<b>70,00</b>	<b>20,00</b>	<b>10,00</b>	-	-	-
Projeto 1: Projeto de erradicação do analfabetismo	0,80	70,00	20,00	10,00	-	-	-
Projeto 2: Melhoria da infra-estrutura escolar e do acesso à informação e ao conhecimento	1,20	70,00	20,00	10,00	-	-	-
<b>Programa 2: Formação, Qualificação e Capacitação de Mão-de-Obra</b>	<b>0,51</b>	<b>70,00</b>	<b>25,00</b>	<b>5,00</b>	-	-	-
Projeto 1: Qualificação de gestores públicos	0,05	70,00	25,00	5,00	-	-	-
Projeto 2: Qualificação profissional e técnica para o turismo	0,03	70,00	25,00	5,00	-	-	-
Projeto 3: Formação de professores e ampliação do ensino de terceiro grau na região	0,26	70,00	25,00	5,00	-	-	-
Projeto 4: Formação e capacitação para o trabalho e para a criação de pequenos negócios	0,16	70,00	25,00	5,00	-	-	-
<b>Programa 3: Incentivo à Ocupação e Renda</b>	<b>1,66</b>	<b>80,00</b>	<b>10,00</b>	<b>10,00</b>	-	-	-
Projeto 1: Incentivo à ocupação profissional de jovens	0,12	80,00	10,00	10,00	-	-	-
Projeto 2: Erradicação do trabalho infantil	0,97	80,00	10,00	10,00	-	-	-
Projeto 3: Ampliação e facilitação do acesso ao micro-crédito	0,57	80,00	10,00	10,00	-	-	-
<b>Programa 4: Redução da Pobreza</b>	<b>30,48</b>	<b>80,00</b>	<b>10,00</b>	<b>10,00</b>	-	-	-
Projeto 1: Transferências governamentais	29,45	80,00	10,00	10,00	-	-	-
Projeto 2: Assistência social e ações compensatórias	1,03	80,00	10,00	10,00	-	-	-
<b>Programa 5: Melhoria das Condições Habitacionais</b>	<b>8,97</b>	<b>70,00</b>	<b>20,00</b>	<b>10,00</b>	-	-	-
Projeto 1: Construção e ampliação de moradias	4,53	70,00	20,00	10,00	-	-	-
Projeto 2: Ampliação do acesso aos serviços básicos	4,44	70,00	20,00	10,00	-	-	-
<b>Programa 6: Melhoria das Condições de Saúde</b>	<b>2,07</b>	<b>80,00</b>	<b>15,00</b>	<b>5,00</b>	-	-	-
Projeto 1: Reestruturação e ampliação dos serviços de assistência preventiva - médico - odontológica	1,86	80,00	15,00	5,00	-	-	-
Projeto 3: Reestruturação e ampliação da rede física dos serviços de saúde	0,21	80,00	15,00	5,00	-	-	-

<b>Programa 7: Valorização da Cultura Regional</b>	<b>0,46</b>	<b>22,68</b>	<b>22,68</b>	<b>54,64</b>	-	-	-	-
Projeto 1: Fortalecimento da infra-estrutura cultural	0,36	24,30	24,30	51,40	-	-	-	-
Projeto 2: Mapeamento do património imaterial	0,10	17,00	17,00	66,00	-	-	-	-
<b>DIMENSÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA</b>	<b>6,48</b>	<b>75,00</b>	<b>20,00</b>	<b>5,00</b>	-	-	-	-
<b>Programa 1: Modernização Tecnológica das Cadeias Produtivas Relacionadas com o Agronegócio</b>	<b>0,38</b>	<b>75,00</b>	<b>20,00</b>	<b>5,00</b>	-	-	-	-
Projeto 1: Geração e adaptação de novas tecnologias apropriadas à agropecuária	0,28	75,00	20,00	5,00	-	-	-	-
Projeto 2: Assistência técnica às atividades agropecuárias e agroindustriais	0,10	75,00	20,00	5,00	-	-	-	-
<b>Programa 2: Modernização das Cadeias Produtivas Relacionadas com a Indústria, o Comércio e a Mineração</b>	<b>6,10</b>	<b>75,00</b>	<b>20,00</b>	<b>5,00</b>	-	-	-	-
Projeto 1: Difusão e absorção de novas tecnologias apropriadas à indústria têxtil	6,00	75,00	20,00	5,00	-	-	-	-
Projeto 2: Difusão e absorção de novas tecnologias aplicadas ao comércio	0,05	75,00	20,00	5,00	-	-	-	-
Projeto 3: Desenvolvimento tecnológico da mineração	0,05	75,00	20,00	5,00	-	-	-	-
<b>DIMENSÃO AMBIENTAL</b>	<b>26,93</b>	<b>28,31</b>	<b>18,68</b>	<b>8,83</b>	<b>15,87</b>	<b>22,29</b>	<b>1,39</b>	<b>4,63</b>
<b>Programa 1: Ampliação da Oferta e Gestão Integrada dos Recursos Hídricos</b>	<b>4,32</b>	<b>30,00</b>	<b>10,00</b>	<b>5,00</b>	<b>35,00</b>	<b>10,00</b>	<b>5,00</b>	<b>5,00</b>
Projeto 1: Construção, ampliação, recuperação e operação da infra-estrutura hídrica	3,76	30,00	10,00	5,00	35,00	10,00	5,00	5,00
Projeto 2: Construção, ampliação e recuperação de sistemas simplificados de água	0,56	30,00	10,00	5,00	35,00	10,00	5,00	5,00
<b>Programa 2: Conservação Ambiental</b>	<b>1,98</b>	<b>10,00</b>	<b>30,00</b>	<b>5,00</b>	<b>20,00</b>	<b>30,00</b>	<b>5,00</b>	<b>-</b>
Projeto 1: Criação de unidades de conservação	0,55	10,00	30,00	5,00	20,00	30,00	5,00	-
Projeto 2: Apoio à recuperação de ecossistemas	0,60	10,00	30,00	5,00	20,00	30,00	5,00	-
Projeto 3: Recuperação de bacias hidrográficas	0,83	10,00	30,00	5,00	20,00	30,00	5,00	-
<b>Programa 3: Melhoria dos Serviços de Saneamento</b>	<b>19,43</b>	<b>30,00</b>	<b>20,00</b>	<b>10,00</b>	<b>10,00</b>	<b>25,00</b>	<b>-</b>	<b>5,00</b>
Projeto 1: Implantação e ampliação de sistema de esgotamento sanitário	10,85	30,00	20,00	10,00	10,00	25,00	-	5,00
Projeto 2: Implantação e ampliação de sistema de gestão integrada de resíduos sólidos	8,58	30,00	20,00	10,00	10,00	25,00	-	5,00

<b>Programa 4: Fortalecimento da Gestão Ambiental</b>	<b>1,21</b>	<b>25,00</b>	<b>10,00</b>	<b>10,00</b>	<b>35,00</b>	<b>10,00</b>	<b>5,00</b>	<b>5,00</b>
Projeto 1: Divulgação/Educação sanitária ambiental	0,21	25,00	10,00	10,00	35,00	10,00	5,00	5,00
Projeto 2: Desenvolvimento de um sistema de informação ambiental	0,26	25,00	10,00	10,00	35,00	10,00	5,00	5,00
Projeto 3: Incentivo à participação e descentralização na gestão ambiental	0,74	25,00	10,00	10,00	35,00	10,00	5,00	5,00
<b>DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL</b>	<b>0,76</b>	<b>29,73</b>	<b>20,00</b>	-	<b>1,09</b>	<b>48,91</b>	-	<b>0,27</b>
<b>Programa 1: Reestruturação e Modernização das Prefeituras e Câmaras Municipais</b>	<b>0,72</b>	<b>30,00</b>	<b>20,00</b>	-	-	<b>50,00</b>	-	-
Projeto 1: Reestruturação administrativa e modernização das prefeituras municipais	0,21	30,00	20,00	-	-	50,00	-	-
Projeto 2: Melhoria do desempenho das câmaras municipais	0,51	30,00	20,00	-	-	50,00	-	-
<b>Programa 2: Ampliação e Fortalecimento das Formas Colegiadas e Associativas de Gestão Pública</b>	<b>0,04</b>	<b>24,62</b>	<b>20,00</b>	-	<b>21,52</b>	<b>28,48</b>	-	<b>5,38</b>
Projeto 1: Consolidação dos conselhos e associações civis para implementação de políticas públicas	0,02	20,00	20,00	-	40,00	10,00	-	10,00
Projeto 2: Ampliação e fortalecimento dos consórcios territoriais, municipais e setorial	0,02	30,00	20,00	-	-	50,00	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>53,81</b>	<b>17,96</b>	<b>10,19</b>	<b>5,98</b>	<b>8,14</b>	<b>2,66</b>	<b>1,27</b>

## **Distribuição dos Recursos Financeiros Totais, segundo as Dimensões**

A seguir, apresenta-se um resumo, especificando-se, na Figura 4.2 e 4.3, o percentual de contribuição dos recursos financeiros identificados, considerando a participação relativa de cada Programa e Projeto e de cada dimensão nos custos totais do Plano.

### **1. Dimensão Econômica (19,67%).**

Complementação e Consolidação da Infra-Estrutura Econômica (12,06%).

Ampliação e Consolidação das Cadeias ou Arranjos Produtivos (0,93%).

Desenvolvimento do Turismo Rural, Religioso e Cultural (3,27%).

Promoção de Novas Atividades Econômicas (0,40%).

Apoio à Agricultura Familiar (0,77%).

Incentivos aos Pequenos Negócios (2,24%).

### **2. Dimensão Sócio-Cultural (46,16%).**

Melhoria da Qualidade da Educação (2%).

Formação, Qualificação e Capacitação de Mão-de-Obra (0,51%).

Incentivo à Ocupação e Renda (1,66%).

Redução da Pobreza (30,48%).

Melhoria das Condições Habitacionais (8,97%).

Melhoria das Condições de Saúde (2,07%).

Valorização da Cultura Regional (0,46%).

### **3. Dimensão Científico-Tecnológica (6,48%).**

Modernização Tecnológica das Cadeias Produtivas Relacionadas com o Agronegócio (0,38%).

Modernização das cadeias produtivas relacionadas com a indústria, o comércio e a mineração (6,10%).

### **4. Dimensão Ambiental (26,93%).**

Ampliação da Oferta e Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (4,32%).

Conservação Ambiental (1,98%).

Melhoria dos Serviços de Saneamento (19,43%).

Fortalecimento da Gestão Ambiental (1,21%).

### **5. Dimensão Político-Institucional (0,76%).**

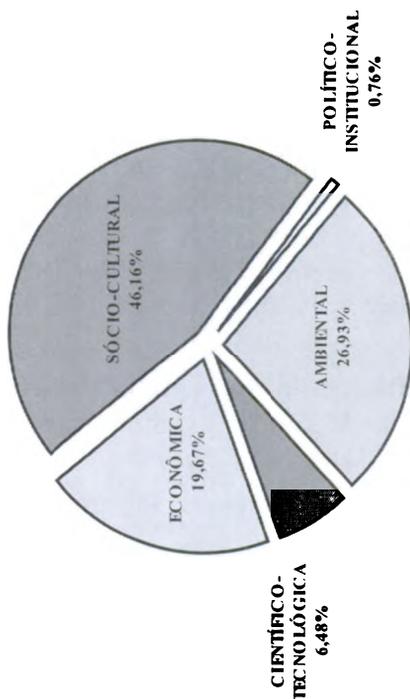
Reestruturação e Modernização das Prefeituras e Câmaras Municipais (0,72%).

Ampliação e Fortalecimento das Formas Colegiadas e Associativas de Gestão Pública (0,04%).

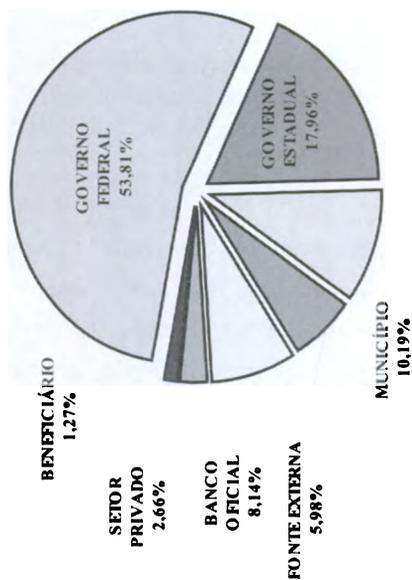
**Tabela 4.5**  
Resumo da distribuição custos totais, segundo dimensões e fontes financeiras

Dimensões	Recursos em R\$ 1.000	Recursos em US\$ 1.000	Diferentes Fontes Financeiras						
			Gov. Federal	Gov. Estadual	Município	Fontes Externas	Banco Oficial	Sector privado	Beneficiários
Dimensão Econômica	114.200	38.844	32.400	32.075	16.235	9.850	10.260	13.280	100
Dimensão Sócio-Cultural	268.026	91.165	206.233	34.560	27.233	-	-	-	-
Dimensão Científico-Tecnológica	37.616	12.795	28.212	7.523	1.881	-	-	-	-
Dimensão Ambiental	156.400	53.197	44.270	29.220	13.810	24.815	34.860	2.180	7.245
Dimensão Político-Institucional	4.423	1.504	1.315	885	-	48	2.164	-	12
<b>Total</b>	<b>580.665</b>	<b>197.505</b>	<b>312.430</b>	<b>104.262</b>	<b>59.159</b>	<b>34.713</b>	<b>47.284</b>	<b>15.460</b>	<b>7.357</b>

**Figura 4.2:** Participação relativa das dimensões nos custos totais



**Figura 4.3:** Participação relativa das diferentes fontes de recursos financeiros nos custos totais



# **CAPÍTULO 5**

## **MODELO DE GESTÃO**





O Modelo de Gestão proposto para o Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Agreste, Potengi e Trairi tomam, como referência, os mesmos conceitos que fundamentaram as etapas do diagnóstico, das opções estratégicas e da priorização dos Programas e Projetos anteriormente apresentados, isto é, o *desenvolvimento sustentável*, o planejamento como um *processo técnico e político* e a *participação social*, entendidos como processos de *mudança social* e de *elevação das oportunidades da sociedade*, cuja implementação envolve *acertos, negociações, conflitos e cooperação* (ARAÚJO, 2000; BUARQUE, 2002).

Trata-se, portanto, da construção de uma *nova esfera pública*, compartilhada por representantes do Estado e da sociedade civil de distintas orientações políticas e de diferentes segmentos sócio-econômicos, com a *missão* de obter o apoio político, criar as condições institucionais, mobilizar os recursos financeiros e estabelecer as diretrizes para implementação das opções estratégicas e dos Programas e Projetos selecionados.

Os Planos Regionais anteriormente elaborados para a Região do Seridó e para a Zona Homogênea do Litoral Norte, incluíram um modelo de gestão composto por um Conselho de Desenvolvimento Sustentável e por uma Agência de Desenvolvimento, concebida como instância de articulação institucional e de operacionalização das decisões tomadas pelo Conselho.

No caso da Região do Seridó, onde este desenho institucional foi implantado e está em funcionamento, o I Encontro de Avaliação, realizado em dezembro de 2003, deixou lições importantes que agora podem ser apropriadas para a gestão do desenvolvimento regional na Região do Agreste, Potengi e Trairi, em especial, no que se refere ao desenho institucional e ao papel estratégico das instâncias estadual e regional de desenvolvimento.

A primeira constatação foi que a implementação, tal como o planejamento, caracterizou-se como uma etapa de um processo técnico e político com vida própria, na qual um conselho regional de desenvolvimento, politicamente heterogêneo, porém suprapartidário, apresentou melhor desempenho no exercício da gestão descentralizada. Por outro lado, a existência de uma identidade regional e uma agência de desenvolvimento institucionalizada e tecnicamente estruturada, manifestou-se como ingrediente estratégico para negociar interesses divergentes e articular os poderes da Sociedade Civil e do Estado, com vistas à mobilização dos recursos financeiros, sócio-culturais, político-institucionais e tecnológicos que são requeridos para implementação das opções estratégicas e dos Programas e Projetos que integram o Plano.

Também ficou evidenciado o papel estratégico de uma instância de caráter operacional, na forma de uma agência de desenvolvimento, com a responsabilidade de

mobilizar os meios de comunicação e os atores sociais para manter em evidência a mensagem do Plano; de utilizar o apelo da identidade regional como força propulsora da motivação das lideranças políticas, empresariais, religiosas e sindicais com vistas à obtenção de financiamento e de apoio técnico para os Programas e Projetos que integram o Plano; de identificar oportunidades de investimento; de mobilizar técnicos de instituições governamentais ou não-governamentais para elaboração de estudos de viabilidade e de Programas e Projetos de investimento; de incluir demandas regionais nos Planos Plurianuais (PPA), nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e nas Leis Orçamentárias Anuais (LOA), nas esferas da União, do Estado e dos municípios; e, de acompanhar e avaliar o processo de implementação do Plano.

Além de incorporar as lições acima referidas, de considerar os resultados do diagnóstico, das escolhas estratégicas e das opções programáticas anteriormente apresentadas, o presente Plano deve enfatizar, no seu modelo de gestão, a forte identidade cultural que caracteriza cada um dos três territórios onde estão localizados os 42 (quarenta e dois) municípios que compõem o seu espaço de intervenção. Esta particularidade sugere o desenho de três níveis de gestão: uma instância estratégica, de caráter geral, que possibilite a articulação dos interesses comuns dos três territórios; um nível estratégico intermediário, que articule os interesses específicos do Agreste, do Potengi e do Trairi, de forma individualizada; e, finalmente, uma instância de assessoramento e de caráter operacional que dê suporte e implemente as decisões tomadas nos dois níveis estratégicos acima referidos.

## Diretrizes

O Modelo de Gestão do Plano está fundamentado, portanto, no desenho institucional de uma *nova esfera pública*, da qual participam instituições do Estado e da sociedade civil comprometidas com a construção de um *novo pacto territorial*, articulado em torno das seguintes diretrizes orientadoras da implementação das ações do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Agreste, Trairi e Potengi:

- descentralização do orçamento público e das competências, atribuições e responsabilidades relativas à implementação de políticas, Programas e Projetos públicos, elegendo as instituições do Estado e da sociedade civil na co-gestão dos novos processos de desenvolvimento sustentável;
- coordenação dos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, em nível da Região, dos territórios, dos municípios e das comunidades rurais, de forma a evitar superposições, paralelismos e duplicação de funções;
- planejamento plurianual e anual e orçamento participativo, como instrumentos de racionalização das ações públicas executadas pelas organizações do Estado e da sociedade civil; e
- articulação entre as instâncias de democracia representativa e participativa, objetivando a elaboração de propostas, Projetos e requerimentos de interesse do desenvolvimento, no âmbito dos municípios e da Região.

## **Linhas de Ação**

A institucionalização do Modelo de Gestão dar-se-á por intermédio das seguintes linhas de ação:

- estruturação e fortalecimento do Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável (CONDESUS), como instância de coordenação, monitoramento e avaliação do Plano;
- estímulo à construção dos FORTES, como instâncias socialmente construídas a partir do trabalho de articulação inter-institucional realizado pela ADESUS;
- fortalecimento dos conselhos municipais gestores de políticas públicas e das associações civis como instâncias de co-gestão de políticas, Programas, Projetos, investimentos e serviços públicos;
- articulação com as Associações dos Municípios e com a Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (FEMURN), como instâncias estratégicas de apoio à implementação do Plano e aos seus Programas e Projetos;
- concepção de Programas específicos de treinamento para os representantes das instituições e profissionais participantes das estruturas de gestão e execução do Plano;
- capacitação de técnicos e beneficiários, com ênfase no planejamento do desenvolvimento local sustentável, na formação de capital social e na elaboração e gestão de Projetos comunitários;
- concepção de sistemas informatizados para o Plano, incluindo o monitoramento e avaliação dos Programas e Projetos, o desenho e implantação de bancos de dados dos Programas e Projetos, das comunidades rurais, das associações comunitárias e das organizações governamentais e não-governamentais relevantes para o desenvolvimento local e regional;
- constituição da Comissão de Institucionalização do Plano, formada por representantes dos Fóruns Territoriais, do CONDESUS, do Grupo Gestor SEPLAN/RN e de consultores, para conduzir as ações necessárias à implementação do Modelo de Gestão;
- elaboração da proposta de implementação do Modelo de Gestão do Plano; e
- organização e implantação da Agência Regional de Desenvolvimento (ADESUS), vinculada ao Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável (CONDESUS).

## **Estrutura do Modelo de Gestão**

A partir dos conceitos, das diretrizes e das linhas de ação acima referidas, propõe-se a constituição de um Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável (CONDESUS), como instância comum de deliberação dos interesses do Agreste, Trairi e Potengi; 03 (três) Fóruns Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (FORTES), o do Agreste, o do Potengi e o do Trairi; uma Agência Regional de Desenvolvimento Sustentável (ADESUS), como instância de assessoramento e operação do CONDESUS; 42 (quarenta e dois) Fóruns Municipais de Desenvolvimento Sustentável (FOMUDES), onde terão assento os diversos conselhos gestores de políticas públicas existentes nos municípios (Figura 4).

Propõe-se, também, que o Governo do Estado institucionalize o atual Grupo Gestor do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Agreste, Potengi e Trairi, sob a forma de um Grupo Gestor de Implementação dos Planos Regionais de Desenvolvimento Sustentável, incumbindo-o de realizar a coordenação do processo técnico e de financiamento, de implementação e de avaliação desses Planos e de seus sistemas de gestão no âmbito governamental.

A Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADESUS), será qualificada, junto aos governos federal e estadual, como organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) e, como instância descentralizada de formulação e implementação de políticas, Programas e Projetos, nos termos da legislação em vigor. Depois de constituída e qualificada, a ADESUS será objeto de dotação específica no orçamento do Estado, de modo a garantir as condições de manutenção dos gastos públicos e de alocação dos recursos humanos e materiais requeridos para implementação dos Planos Regionais de Desenvolvimento Sustentável no Rio Grande do Norte, de acordo com as características e papéis a seguir especificados.

## **Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável (CONDESUS)**

O CONDESUS é a instância regional de deliberação e coordenação do processo de implementação do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Agreste, Potengi e Trairi, devendo ser constituído com as seguintes missões:

- institucionalizar e consolidar os Fóruns Territoriais de Desenvolvimento (FORTES) e a Agência Regional de Desenvolvimento Sustentável (ADESUS);
- fortalecer os mecanismos e instrumentos de articulação institucional, de participação social e de controle da sociedade civil sobre o Estado;
- estimular a formação de parcerias, consórcios e outras formas de relação entre o Estado e a sociedade civil, com vistas à implantação de infra-estrutura e à oferta de bens e serviços públicos;
- reestruturar e modernizar as administrações públicas municipais, induzindo-as a assumir uma postura empreendedora e indutora do desenvolvimento econômico e da geração de novas oportunidades de trabalho e renda em bases sustentáveis;
- contribuir para a modernização das estruturas e dos processos administrativos do Poder Legislativo Municipal; e
- desenvolver esforços pedagógicos de divulgação da filosofia, da estratégia, dos Programas, dos Projetos e do modelo de gestão do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável Agreste, Trairi e Potengi, com vistas à obtenção do respaldo da sociedade em torno de uma mística do desenvolvimento sustentável e da identidade regional.

## **Agência Regional de Desenvolvimento Sustentável (ADESUS)**

A ADESUS será a instância executiva diretamente responsável pela implementação das decisões tomadas pelo Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável (CONDESUS).

A ADESUS será constituída, como visto, sob o formato jurídico de uma sociedade civil sem fins lucrativos, terá recursos assegurados para o seu funcionamento nos orçamentos do Governo do Estado e Municípios e identificará e assessorará o processo de negociação de recursos com outras fontes e será qualificada como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), nos termos da Lei 9.790, de 23 de março de 1999. São atribuições da ADESUS:

- promover a integração das diversas instâncias e instituições envolvidas na implementação dos Programas que integram o Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável;
- coordenar, acompanhar, monitorar e avaliar as ações previstas na Programação plurianual e nos planos operativos anuais aprovados pelo CONDESUS;
- desenvolver estratégias de mobilização da sociedade e de divulgação e marketing do Plano;
- coordenar e desenvolver Programas de formação e qualificação de pessoal técnico e administrativo das organizações governamentais e não-governamentais participantes da implementação do Plano;
- coordenar e executar Programas de formação e qualificação de empreendedores ligados a empresas privadas e aos poderes executivo e legislativo municipais;
- realizar estudos, pesquisas e Projetos de interesse para o desenvolvimento sustentável nos âmbitos regional e municipal;
- conceber e promover seminários, palestras, ciclos de debates e outros eventos, visando à sensibilização, mobilização, articulação e integração das instituições públicas, privadas e da sociedade civil, na temática do desenvolvimento sustentável;
- promover a formação de parcerias entre as instituições públicas e privadas, objetivando a obtenção de recursos humanos, financeiros e materiais necessários aos Programas e Projetos de interesse regional e municipal;
- promover, articular e firmar convênios, contratos de gestão, intercâmbios técnicos e científicos com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, de interesse para o desenvolvimento sustentável; e
- articular-se com o Grupo Gestor da Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças do Estado do Rio Grande do Norte, objetivando a regionalização dos orçamentos e a compatibilização das programações regionais com os objetivos, as estratégias e as políticas estaduais de desenvolvimento.

## **Fóruns Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (FORTES)**

Serão constituídos 03 (três) Fóruns Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (FORTES), no Agreste, Potengi e Trairi, de modo a assegurar as identidades culturais e os interesses específicos de cada um desses Territórios que constituem a grande Região de desenvolvimento. O conselho poderá designar comitês para assumir as decisões operacionais das estratégias definidas, a exemplo do Comitê de Integração das Bacias Hidrográficas da Região e estimular, por intermédio da Agência de Desenvolvimento Regional, a criação de consórcios de saúde, educação, assistência técnica e outras formas

de gestão coletiva para aumentar a eficiência da ação governamental no âmbito regional.

## **Conselho Gestor de Políticas Regionais (CONGEP)**

O grupo técnico que exerce o papel de Grupo Gestor dos Planos Regionais de Desenvolvimento deverá ser institucionalizado, como anteriormente proposto, sob a forma de uma unidade organizacional formalmente constituída na estrutura da Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças, com a missão de apoiar o processo de elaboração e implementação desses Planos e estabelecer os mecanismos de articulação com as demais instituições do Governo do Estado, de modo a garantir o financiamento, a execução, o monitoramento e a avaliação dos Programas e Projetos que integram a programação regionalizada.

## **Fóruns Municipais de Desenvolvimento Sustentável**

Os FOMUDES deverão resultar do trabalho de articulação do CONDESUS, por intermédio da ADESUS, junto aos conselhos gestores de políticas públicas existentes em cada um dos municípios do Agreste, Potengi e Trairi.

Como ficou caracterizado no diagnóstico da dimensão político-institucional, existem conselhos gestores de políticas públicas em todos os 42 (quarenta e dois) municípios da área de abrangência do Plano, atuando nas áreas do desenvolvimento local, da saúde, da educação, da merenda escolar, da criança e do adolescente, do trabalho e da assistência social. No entanto, não existe articulação entre esses conselhos que possa garantir a complementaridade entre as políticas e um maior grau de eficiência, de eficácia e de efetividade da ação pública no âmbito dos municípios e das comunidades.

Os FOMUDES cumpririam essa missão estratégica de articulação institucional, de complementaridade e de planejamento integrado da ação pública. No entanto, eles não deveriam ser encarados como um procedimento burocrático e criados por decretos, como ocorreu com muitos dos atuais conselhos, mas, ao contrário, resultariam do próprio trabalho pedagógico de construção social que deverá ser desenvolvido pela ADESUS.

## **Associações Cívicas**

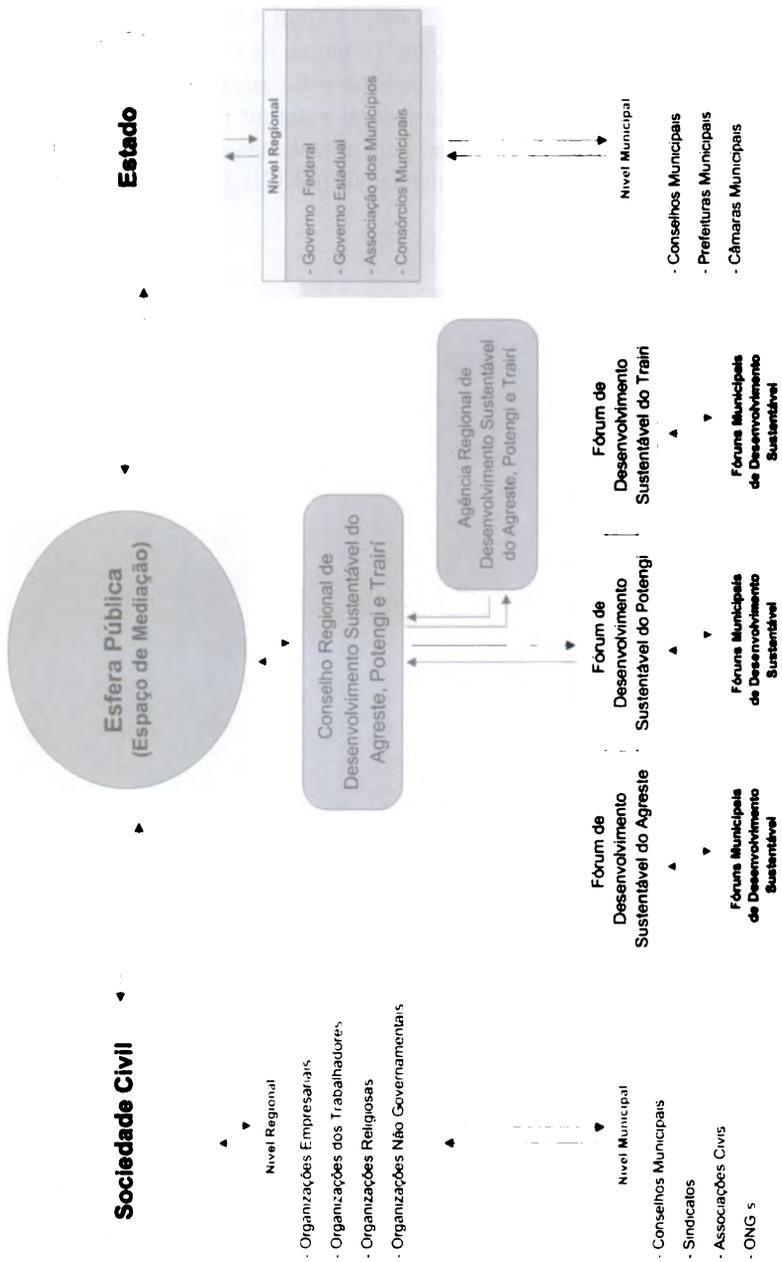
As associações cívicas, já existentes em todos os municípios e comunidades rurais do Agreste, Trairi e Potengi, deverão ser mobilizadas para o esforço de integração à filosofia, às diretrizes e ao processo de execução dos Programas e Projetos que integram o Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável.

O diagnóstico da Dimensão Político-Institucional revelou que as associações comunitárias vêm se constituindo em importantes instâncias executivas de Projetos de infra-estrutura e de provisão de bens e serviços públicos, o que poderá ser aperfeiçoado com a implementação do Plano, garantindo maior legitimidade, maior sentimento de pertencimento e maiores possibilidades de operação e manutenção dos investimentos públicos realizados no âmbito comunitário.

## **Conferências Regional e Estadual de Desenvolvimento Sustentável**

Serão constituídas e implementadas, anualmente, as Conferências Regionais de Desenvolvimento Sustentável do Agreste, Potengi e Trairi, antecedendo uma Conferência Estadual, também realizada anualmente, com o objetivo de avaliar a implementação dos Planos Regionais, priorizar demandas de investimentos para inclusão no PPA, LDO e LOA dos governos municipais, estadual e federal e definir responsabilidades quanto à elaboração e encaminhamento de propostas para organismos nacionais e multilaterais de financiamento, Organizações Não-Governamentais (ONGs), Bancos Oficiais e Agências Multilaterais de Cooperação Técnica.

**Figura 5.1: Representação do modelo de gestão do plano**



## **BIBLIOGRAFIA**

**ARAÚJO, Tânia B. Ensaios sobre o desenvolvimento do nordeste.** Rio de Janeiro: Revan Fase, 2000.

**BANCO MUNDIAL. Indicadores de desenvolvimento mundial.** USA: WDI, 2003.

**BENI, M.C. Política e estratégia de desenvolvimento regional. Planejamento integrado do turismo.** In: RODRIGUES, A.B., (Ed.). **Turismo e desenvolvimento rural.** São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

**BUARQUE, Sérgio C. Construindo desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

**BRIDGES, William. Um mundo sem empregos.** São Paulo, Makron Books, 1995.

**CENTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Programa Delnet: apoio ao desenvolvimento local. Módulo 3: Planejamento estratégico do desenvolvimento local.** Turim, Itália, 2004.

**COHEN E.; FRANCO, R. Avaliação de projetos sociais.** Petrópolis: Vozes, 1998.

**DOLABELA, Fernando. Oficina do empreendedor.** São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

**FISCHER, Tânia (org). Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação.** Salvador: Casa da Qualidade, 2002

**HARVEY, D. From managerialism to entrepreneurialism: the transformations in urban governance in late capitalism.** Estocolmo:Geografiska Annaler, 1989.

**INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. Potencialidades e problemas centrais. subsídios para as oficinas sub-regionais.** Natal: mimeo, 2004.

---

**JARA, Carlos J. As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável.** Brasília: IICA, 2000.

**LIPIETZ, A. O local e o global: personalidade regional ou inter-regionalidade?** In: Revista Espaço e Debates, n.38, 1994.

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA Evaluación en el contexto del marco estratégico y del nuevo modelo de programación.** Roma. 1999.

**para el informe de una evaluación en curso servicio de la evaluación.** Roma, Itália. 1998.

PACHECO, R.S. **Iniciativa econômica local: a experiência do ABC.** In: Lodovici, E.S; Bernareggi, G.M. **Parceria Público-Privado.** Vol. II, 1993.

PORTUGUÊS, Anderson Pereira. **Agroturismo e desenvolvimento regional.** São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil.** CD-ROM





**O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)** é o organismo internacional do Sistema Interamericano, especializado na agricultura e na promoção do bem-estar social da população rural. Fundado em 1942, como agência de cooperação internacional especializada, o IICA reúne, em seu sistema, os Estados-Membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), inclusive o Brasil, que ratificam sua criação. Por intermédio de suas ações, o intercâmbio entre os países das Américas e do Caribe é facilitado e fortalecido, bem como de outros continentes. A sede central do IICA está localizada em São José de Costa Rica. O IICA é constituído por três órgãos: a Junta Interamericana de Agricultura (JIA), o Comitê Executivo e a Direção Geral. A missão institucional do IICA é apoiar os Estados-Membros na busca do progresso e da prosperidade, mediante a modernização do setor rural, a promoção da segurança alimentar e o desenvolvimento de um setor agropecuário competitivo, tecnologicamente preparado, ambientalmente administrado e socialmente equitativo para os povos das Américas. As ações implementadas pelo IICA, no Brasil, de forma interrupta há 50 anos, são a cooperação com o desenvolvimento agrícola brasileiro, o comércio e o agronegócio, a tecnologia e inovação, a informação e comunicação, a educação e capacitação e o desenvolvimento rural sustentável, desenvolvidos por uma equipe de técnicos nacionais e internacionais que cooperam na formulação e execução de projetos.



**GOVERNO DE TODOS**

Trabalhando pra valer  
Secretaria de Planejamento  
e das Finanças



Instituto Interamericano de Cooperación  
para a Agricultura

ISBN 85-98869-01-5



9 788598 869018